



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Franciele Engelmann

**PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES EM
PESSOAS ADULTAS QUE VIVENCIARAM A SITUAÇÃO DE RUA,
MEMBROS DA COMUNIDADE DA TRINDADE**

SALVADOR, 2019

FRANCIELE ENGELMANN

**PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES DE
PESSOAS ADULTAS QUE VIVENCIARAM A SITUAÇÃO DE RUA,
MEMBROS DA COMUNIDADE DA TRINDADE**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor no Programa Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Linha de Pesquisa: Família nas Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini.

SALVADOR, 2019

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

E57 Engelmann, Franciele

Processos de constituição de vínculos familiares em pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade/ Franciele Engelmann. – Salvador, 2019.
204 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini.

1. Vínculos Familiares 2. Comunidade da Trindade 3. Formação da Pessoa I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação II. Petrini, Giancarlo IV. Título.

CDU 316.356.2-053.81

TERMO DE APROVAÇÃO

Franciele Engelmann

**“PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES EM PESSOAS
ADULTAS, QUE VIVENCIARAM A SITUAÇÃO DE RUA, MEMBROS DA COMUNIDADE
DA TRINDADE.”**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em
Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

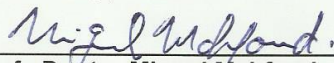
Salvador, 23 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:



Prof. Doutor Giancarlo Petrini

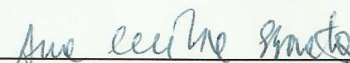
Orientador(a) – UCSAL



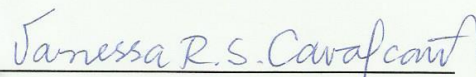
Prof. Doutor Miguel Mahfoud – UFMG



Prof.^a Doutora Maria de Fátima Cardoso - UFBA



Prof.^a Doutora Ana Cecília de Sousa Bittencourt Bastos - UCSAL



Prof.^a Doutora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti - UCSAL

AGRADECIMENTOS

A Deus, princípio maior, origem e fim da existência, pelo sustento no caminho.

Aos meus pais, José e Rosália, que na pobreza do nosso lar da infância, me ensinaram a buscar e acreditar nos meus sonhos.

Às minhas manas, Daniele, Michele e Gabriele, o melhor e maior presente que a vida me deu! Obrigada pelo simples fato de existirem e me ensinarem a cumplicidade e a solidariedade nas relações.

Aos meus cunhados, André e Gilmar, pela amizade e bons momentos juntos vividos.

Às minhas sobrinhas, Sofia, que nasceu no início do mestrado, e à Manuela, que há poucos dias nasceu, vocês são os sinais vivos que a vida da nossa família continua nas gerações que vem depois de nós.

Ao meu orientador, prof. Petrini, por respeitar meu tempo de assimilar conceitos e elaborar rupturas que se colocaram na minha vida, durante o doutorado. Creio que em alguns momentos, isso tirou sua paciência, mas eu precisava desse tempo. Obrigada!

Ao prof. Miguel, por me acolher, dispor-se a ouvir os impactos que vivenciei na pesquisa e me ajudar a compreender o que diante de mim se colocava. Obrigada pelo sustento!

À profa. Ana Cecília, cujo olhar me sustentou no processo de seleção e no exame de qualificação. Obrigada por acreditar que seria possível eu continuar.

À profa. Vanessa, por acreditar que seria possível eu seguir no caminho, pelo incentivo, carinho e pelo compartilhar de inúmeras inquietações sobre a população de rua.

À profa. Maria de Fatima que também estudou as pessoas em situação de rua, pelo compartilhar de inquietações sobre este grupo. Obrigada por participar da banca.

Ao prof. José Eduardo, Dinho, que me acompanhou na disciplina Tirocínio Docente. Obrigada por abrir espaços de escuta em sua aula. Foi muito importante para mim, após o exame de qualificação.

À minha amiga Emile, D. Iara, seu Joãozito e Evelin. Vocês são como se fossem minha família aqui. Obrigada por me acolherem como vizinha, neste último semestre. O cuidado e a preocupação de vocês para comigo foi fundamental para eu atravessar essa fase. À Evelin ainda, por se dispor a traduzir o resumo para o inglês.

À minha amiga Sueli, pelas muitas conversas partilhadas e ajuda nas discussões;

À minha amiga Magda, que estudou catadores de material reciclado na cidade de Curitiba, pelas muitas conversas e troca de ideias;

À comunidade da Trindade, por me acolher e permitir que eu realizasse minha pesquisa. A cada um e cada uma, obrigada pelo compartilhar das muitas histórias e percalços vividos. Obrigada a Irmão Henrique, Elias, Rosa e Airton, por terem me contado suas histórias de vida. Infelizmente, em função do tempo, não foi possível apresentar a história de Airton, que é tão linda como a dos demais.

À Fapesb, pela bolsa de pesquisa e possibilitar esta investigação.

*O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente
é no meio da travessia (Guimarães Rosa)*

RESUMO

ENGELMANN, F. *Processos de constituição de vínculos familiares em pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade*. Salvador, 2019. Tese de Doutorado. Programa Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia.

A família configura espaço importante de formação humana, cuja vivência dos vínculos se constitui em recurso e apoio fundamental para enfrentar as adversidades existenciais. A presente investigação objetiva compreender como se dá o processo de constituição dos vínculos familiares em pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade. Como procedimentos metodológicos adotamos a observação participante e a entrevista do tipo história de vida. A observação participante possibilitou conhecer o lócus geográfico onde realizamos a investigação - a comunidade da Trindade -, sua dinâmica e estabelecer vínculos de confiança com as pessoas que nela vivem. Possibilitou-nos ainda, identificar os quatro sujeitos participantes da pesquisa, que foram selecionados intencionalmente, a partir dos critérios: ter vivenciado a situação de rua e ter um envolvimento ativo na comunidade, no qual se expressam dinâmicas características da vivência familiar. A entrevista do tipo história de vida, permitiu que colhêssemos as histórias de vida dos sujeitos. Analisamos os dados colhidos de três entrevistas, usando o método fenomenológico, manifestando a experiência da pessoa e seu modo próprio de elaborar os processos dos vínculos familiares, na família de origem, no contexto de vivência nas ruas, na comunidade da Trindade. A partir da análise das histórias de vida foi possível compreender que o processo de constituição dos vínculos familiares em pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade, se dá na vivência de relacionamentos com pessoas significativas, em que há realização das características próprias da família, a pessoa se dá conta de que algo que lhe acontece, apreende nesse relacionamento correspondências àquilo que deseja e permanece no relacionamento, se envolve pessoalmente, vivencia realização. Com base nos dados colhidos, foi possível ainda chegar aos seguintes resultados: identificar o trabalho da memória na elaboração da experiência dos sujeitos, a experiência religiosa como força de constituição da pessoa, o acolhimento como força constitutiva para ser si mesmo, a formação da pessoa e da comunidade na abertura ao acontecimento, a ida às ruas como processo, a convivência comunitária como força de família.

Palavras-chave: vínculos familiares, comunidade da Trindade, formação da pessoa.

ABSTRACT

ENGELMANN, F. Processes of family ties in adults who lived in a street situation, members of the community of Trindade. Salvador, 2019. Doctoral Thesis. Family Program in Contemporary Society, Catholic University of Salvador, Salvador, Bahia.

The family constitutes an important space of human formation, whose experience of the bonds is constituted in resource and fundamental support to face the existential adversities. This research aims to understand how the process of establishing family bonds occurs in adults who lived in the streets, members of the Trindade community. As methodological procedures we adopted the participant observation and the interview of the type of life history. Participant observation made it possible to know the geographic locus where we conducted the investigation - the community of Trindade -, its dynamics and establish bonds of trust with the people who live in it. It was also possible to identify the individuals that were selected from the study, who were intentionally selected based on the following criteria: having experienced life in the streets and being actively involved in the community, in which the dynamics of family life are expressed. The interview of the type of life history, allowed us to collect the life stories of the individuals. We analyzed the data collected from three interviews, using the phenomenological method, expressing the individual's experience and his own way of elaborating the processes of family bonds, in the family of origin, in the context of living on the streets, in the community of Trindade. Based on the analysis of life stories, it was possible to understand that the process of establishing family bonds in adults who experienced life in the streets, members of the community of Trindade, recognize that family bonds are in relationships with significant people, in which there is an update on the characteristics of the family, the individual realizes that something happens to itself, apprehends in that relationship correspondences to what it wants, so stays in that relationship, it gets personally involved, it experiences fulfillment. Based on the data collected, we were still able to achieve the following results: to identify the significant work of memory in the elaboration of the individuals' experience, religious experience as a force for constitution of the individual, reception as a constitutive force to be itself, shaping of the individual and the community in welcoming the event, life in the streets as a process, the community coexistence as a family force.

Keywords: family ties, community of Trindade, formation of the person.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
O caminho da pesquisa.....	13
A comunidade da Trindade	15
Da observação das relações interpessoais à reconfiguração do foco da investigação.....	23
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	27
1.2 Da Antiguidade à Idade Média.....	27
1.2 Da Idade Moderna aos dias atuais.....	30
CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS DIAS ATUAIS.....	37
2.1 A ida às ruas.....	38
2.2 A vida nas ruas	42
2.3 Os agrupamentos nas ruas	45
2.4 Modos de morar na rua	47
2.5 As tensões entre o público e o privado na vivência em situação de rua	48
2.6 Modos de trabalhar nas ruas	51
2.7 O tempo nas ruas	53
2.8 As condições de saúde da população em situação de rua.....	54
2.9 Desfiliação: Rupturas nos eixos relacionais e ocupacionais	56
2.10 População em situação de rua em Salvador.....	59
CAPÍTULO 3 - A INTERSUBJETIVIDADE CONSTITUTIVA DA PESSOA E DAS RELAÇÕES HUMANAS.....	71
3.1 A empatia como ato intersubjetivo.....	71
3.2 Da empatia à estrutura da pessoa humana.....	74
3.2.1 A formação da pessoa.....	76
3.3 Da empatia aos vínculos comunitários.....	78
3.4 Intersubjetividade e Família.....	82
3.5 A comunidade religiosa.....	85
3.6 Os Grupos de referência no trabalho da Memória.....	86
CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	89
4.1 Seleção e acessos aos sujeitos.....	89
4.2 Coleta de dados dos sujeitos.....	89
4.3 Transcrição do material.....	90
4.4 Análise dos dados.....	91
4.5 Apresentação dos resultados.....	93
CAPÍTULO 5 - RESULTADOS.....	94
5.1 Irmão Henrique, <i>sou peregrino da Trindade</i>	94
5.2 Rosa, <i>não perguntou nada, me aceitou assim. No dia que eu entrei, eu já fiquei</i>	

<i>dentro de casa, da igreja.....</i>	114
<i>5.3 Elias, eu não via as velas, eu via um negócio bonito, um globo lindo, eu me senti leve e suave.....</i>	134
CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO E DIÁLOGOS.....	170
6.1 O trabalho da memória na elaboração da experiência.....	170
6.2 A experiência religiosa como força de constituição da pessoa.....	174
6.3 O acolhimento como força constitutiva para ser si mesmo.....	176
6.4 A formação da pessoa e da comunidade na abertura ao acontecimento.....	178
6.5 A ida às ruas como processo.....	184
6.6 A convivência comunitária como força de família.....	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	195
APÊNDICE.....	202
ANEXO.....	204

INTRODUÇÃO

A família se constitui espaço privilegiado de formação humana. Comumente configura o espaço primeiro em que a vida humana é acolhida, acalentada e onde são oferecidas as condições necessárias para a realização das potencialidades presentes em cada pessoa que nasce. É na família que se tecem relações de reciprocidade e confiança, que se aprendem valores e crenças, constroem-se vínculos, desenvolve-se a identidade, começa-se a significar o mundo e se é introduzido no universo da cultura (PORRECA, 2011; SÁ; RABINOVICH, 2016). As relações ali vividas, perpassadas por diferentes tonalidades afetivas, são internalizadas e tendem nos momentos posteriores da existência, serem ampliadas ao todo da sociedade (PETRINI, 2003; SÁ; RABINOVICH, 2016).

A família também configura o *locus* de cuidado dos seus membros, espaço em que se possibilitam vivências de intimidade e expressão de sentimentos; um campo de mediação imprescindível, pois é nela que se tecem “relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolvem o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações includentes na própria vida em sociedade” (CARVALHO, 2005, p. 271). Para Carvalho (2005), independente das alterações operadas na convivência familiar nas últimas décadas, a família e o Estado, em caráter de complementariedade, são indispensáveis para o desenvolvimento e à proteção dos indivíduos.

As pesquisas desenvolvidas sobre família no Programa de Pós-Graduação Família na Sociedade Contemporânea, expressam a significativa importância da família para o desenvolvimento de seus membros: ela prossegue sendo a base de sustentação para as gerações mais jovens (LEAL; MOREIRA, 2011), a possibilidade de filhos adotivos construir laços com uma nova família, pelos quais se desenvolvem (MOREIRA; OLIVEIRA, 2016), a possibilidade de netos contarem com o amparo dos seus avós, nos momentos de ausência de seus pais (RABINOVICH; AZEVEDO, 2012).

No que diz respeito a presença da família no cuidado e formação dos seus membros, nas camadas populares, são significativos os estudos de Sarti (2007) e de Fonseca (2002a, 2002b). A primeira destacando a divisão das tarefas entre homem e mulher na dinâmica familiar e a significativa importância das redes criadas no cuidado dos

menores. A segunda traz a significativa contribuição da *circulação das crianças*, que por motivos de dificuldades financeiras, circulam entre a rede de parentesco para serem criadas e educadas. Tanto nos estudos de Sarti (2007) como nos de Fonseca (2002a, 2002b), aparecem fortes vínculos entre os membros familiares e a rede de parentesco. As redes forjadas no cuidado dos menores não extinguem os vínculos, pelo contrário, fortalecem-nos e os mantêm.

Com base nos estudos que apresentamos acima, de forma breve, é possível identificar a importância da família que, embora atravessada por inúmeras mudanças nas últimas décadas, permanece sendo o espaço imprescindível de formação dos seus membros e das futuras gerações. O que não as isenta da presença de conflitos e dificuldades na vivência dos relacionamentos.

A família configura-se em recurso fundamental para o viver humano e a formação da sociedade (DONATI, 2008). Em se tratando das camadas populares, a família se constitui num recurso básico de apoio e solidariedade ante os percalços da existência, condição objetiva e subjetiva de pertença, cuja ausência ou rompimento de vínculos pode contribuir para o deslizar a zonas de vulnerabilidade, dentre esses, a vivência em situação de rua (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994). Essa se constitui uma situação limite, na qual a pessoa vive em condições de extrema pobreza e exposta à inúmeros tipos de violência (ESCOREL, 1999).

O caminho da pesquisa

Em minha pesquisa do mestrado, embora não fosse o foco da investigação, o que identifiquei no bairro popular George Américo, de Feira de Santana - BA, foi a presença de fortes vínculos familiares com a rede de parentesco e com a vizinhança, entre os moradores locais¹. Eram esses vínculos que possibilitavam aos moradores, forjar redes de ajuda para enfrentar as adversidades cotidianas, como por exemplo, tias ou vizinhas responsabilizarem-se pelo cuidado de seus filhos e dos sobrinhos, bem como ainda dos filhos de vizinhos, enquanto esses passavam o dia trabalhando e retornavam somente à

¹ A investigação no mestrado teve como foco investigar a presença da religião e da dívida na formação do bairro popular George Américo de Feira de Santana – BA, foi desenvolvida nesse mesmo Programa, Família na Sociedade Contemporânea, em 2014.

noite. O mesmo se dava em relação às moradias: eram muito comuns os *puxadinhos* - espaços ampliados nos fundos ou sobre a laje da casa de um parente – e ali passar a residir com sua família. Frente às dificuldades econômicas enfrentadas por essas famílias, forjavam-se alternativas de ajuda mútua, o que contribuía significativamente para a sobrevivência e o fortalecimento dos vínculos familiares e de vizinhança.

Paralelo a essas observações, em minhas andanças, seja em Feira de Santana, seja em Salvador, deparava-me com inúmeras pessoas em situação de rua: nas calçadas, praças, convivendo entre si, estabelecendo relações com os transeuntes para lhes pedir algo. E eu me perguntava: O que terá levado alguém a ir às ruas? Também nessa época, em minhas mãos, circulava o *Jornal Aurora da Rua*², hoje, *Revista Aurora da Rua*. Nesse periódico eu lia relatos de pessoas que vivenciavam as noites escuras das ruas, que andavam por diversos pontos da cidade de Salvador, forjando alternativas de sobrevivência, como a coleta de recicláveis e o guardar carros. Em meio as matérias, lia ainda, relatos de pessoas que deixaram as ruas e passaram a integrar outros espaços, como o Movimento População em Situação de Rua de Salvador, a comunidade da Trindade ou outros lugares. E a partir destes relatos, eu identifiquei que era possível a saída das ruas.

E foi com o intuito de identificar o que terá levado alguém às ruas, como terá sido sua vivência em situação de rua e como foi possível sair delas, que me decidi investigar histórias de vida de quem vivenciou a situação de rua e hoje está fora delas. Para tanto, optei pela comunidade da Trindade que, embora geograficamente fosse desconhecida para mim, as informações que dela tinha advindas do *Jornal Aurora da Rua* - cuja sede se localiza na comunidade - foram-me suficientes para identificar que, ali haveria a possibilidade de colher histórias de vida que contemplassem esses três momentos: a vivência anterior às ruas, a vivência nas ruas e a vivência na comunidade.

Sendo um espaço desconhecido para mim, julguei pertinente inserir-me no cotidiano da comunidade para conhecer sua dinâmica e gradativamente ir estabelecendo vínculos com aqueles que nela vivem. Para tanto, orientei-me pelo instrumento da observação participante (BRANDÃO, 2007; HAGUETTE, 1992), que possibilitou-me conviver com as pessoas da comunidade, participar de suas atividades e registrar a vida social tal como vivida e revelada pelos sujeitos, utilizando o diário de campo, gravador de áudio digital e câmera fotográfica do celular para registro dos momentos vivenciados com

² O *Jornal Aurora da Rua* existe desde o ano 2007.

a comunidade. Essa etapa realizou-se no período de outubro a novembro de 2017 e, de março a junho de 2018. Com base na observação participante realizada, apresento a seguir a caracterização da comunidade da Trindade.

A comunidade da Trindade

A Igreja da Trindade localiza-se na avenida Jequitaia, n. 165, no bairro Água de Meninos, próximo ao Mercado do Peixe. A antiga igreja, edificada no ano de 1733 e dedicada à Santíssima Trindade e Redenção dos Cativos (IPAC, 1975), acolhe desde o ano 2000, uma comunidade composta por pessoas que vivenciaram a situação de rua e por pessoas que não a vivenciaram. O início da comunidade está relacionado ao pedido que o então bispo da Arquidiocese de Salvador, dom Geraldo Magela, fez a Irmão Henrique, peregrino da Trindade, para encontrar um espaço para acolher as pessoas em situação de rua³.

O espaço da comunidade é composto por um lindo jardim, com muitas flores e ornamentado com materiais reciclados, algumas árvores, uma horta, na qual se produzem verduras e chás medicinais. Sob um frondoso Flamboyant, o caminho do peregrino, em torno do qual, muitos dos quais ali vivem, sentam-se para conversar e ler. O espaço ainda é composto por 21 casas, distribuídas no entorno da igreja.



³ Discorreremos sobre o processo de ida à Igreja da Trindade, quando apresentarmos a experiência de Irmão Henrique, no capítulo Resultados do presente trabalho.

Foto 01- Igreja da Trindade
Foto: Vânia Maria Costa



Foto 02 – Caminho do Peregrino
Foto: Irmão Henrique Peregrino



Foto 03 – Casas
Foto: Vânia Maria Costa

A comunidade possui atualmente 41 membros: 28 homens e 13 mulheres. A maior parte do grupo, 21 pessoas, tem entre 40 a 60 anos, 8 pessoas possuem entre 30 a 40 anos, 6 membros têm entre 60 a 70 anos, 2 possuem entre 70 a 80 anos. Há ainda 1 membro com 89 anos, 1 criança com 09 meses, 1 jovem de 23 anos que tem paralisia infantil e 1 homem que não declara a idade. Quanto à cor, 23 pessoas se reconhecem como pardas, 10 como pretas e 08 como brancas. No grupo, há 2 padres, 2 religiosas consagradas (freiras), 1 irmão peregrino, 1 viúva, 3 casais em 2ª união, 3 casais sem filhos e 22 pessoas solteiras. Dentre o grupo, 17 têm ensino fundamental incompleto e 1 fundamental completo, 04 possuem ensino médio incompleto e 05 têm ensino médio completo, 09 têm superior completo, 02 pessoas não estudaram⁴. Essas características e as que seguem abaixo, podem ser melhor visualizadas no quadro *Membros da comunidade da Trindade*, por nós construído, e, que se encontra no Apêndice deste trabalho.

Dos 41 membros, 30 vivenciaram a situação de rua. O tempo de vivência nas ruas compreende desde algumas noites até 43 anos: 4 membros estiveram nas ruas por algumas noites, 7 viveram nas ruas num período que compreende entre 1 mês a 1 ano, 5 viveram nas ruas num período que engloba mais de 1 ano até 5 anos, 2 viveram nas ruas por mais de 5 anos até 10 anos, 8 viveram nas ruas num período superior a 10 anos e inferior a 20 anos, 2 membros têm mais de 20 anos de vivência nas ruas, 1 morou nas ruas durante 43 anos, 1 homem não declara. Dentre essas 30 pessoas, 8 moram na Trindade num período que compreende menos de 6 meses até 1 ano, 10 moram num período que abarca mais de 1 ano até 5 anos, 7 moram há mais de 5 anos até 10 anos, e, 5 moram há mais de 10 anos.

⁴ Não estão inclusas: a criança de 9 meses e o jovem de 23 anos.

Dos 41 membros, 11 não vivenciaram a situação de rua. Dentre esses, 3 estão na comunidade num período que compreende mais de 1 ano até 5 anos, 4 estão num tempo superior a 5 anos até 10 anos e 6 estão há mais de 10 anos. Grande parte dos membros da comunidade são procedentes da região nordeste: Salvador, cidades do interior da Bahia, Alagoas e Ceará, 1 membro é procedente de São Paulo, 1 do Rio de Janeiro e 4 pessoas são dos países da França, Itália e Bélgica.

Na comunidade, há dois modos de morar: há quem fez a opção de morar na Igreja e há quem fez opção de morar em uma das casas dispostas ao redor da igreja. Moram nas casas, as famílias, três homens solteiros (dois aposentados) e duas mulheres solteiras, uma destas, com seu filho. Os demais moram na igreja: guardam seus poucos pertences em armários, realizam sua higiene pessoal nos banheiros, que ficam nos fundos da igreja. Com exceção da senhora mais velha da comunidade e daqueles que estão doentes, que dormem em camas, as demais pessoas dormem sobre papelões na igreja, as mulheres de um lado e os homens de outro. As casas em sua maioria são pequenas, compostas de sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Assim como o terreno da Igreja, as casas pertencem à Arquidiocese de Salvador e quem nelas reside paga mensalmente o aluguel, que varia de acordo com a renda da pessoa ou da família, o que compreende entre R\$ 250,00 a R\$ 400,00.

Das 21 casas, 16 são de moradia, nas quais também moram não membros da comunidade⁵ e 6 são de uso comunitário. As de uso comunitário compreendem: *a oca*, construída em estilo indígena (coberta com palmas secas), onde se realizam as refeições, com os bancos dispostos circularmente em torno de uma mesa; *a sede da Revista Aurora da Rua*, cuja edição bimestral narra a vida nas ruas e é vendida exclusivamente por pessoas em situação de rua, membros ou não da comunidade; *a casinha*, onde se guardam medicamentos e outros materiais destinados ou não ao cuidado da saúde; *a casa dos espaços verdes*, onde se guardam sementes e ferramentas utilizadas para o cultivo do jardim e da horta; *o ermitério*, pequena capela, situada no bosque, em um dos lados da igreja; *o BazaRua*, onde se vendem roupas e objetos usados advindos de doações.

⁵ Os não membros da comunidade, que residem cada qual em uma casa, são um homem batista e um homem terapeuta que acompanha os 12 passos do NA – Narcóticos Anônimos – grupo que semanalmente funciona na comunidade e do qual participam alguns de seus membros.

A comunidade se mantém em grande parte de doações recebidas – roupas, alimentos, etc. – e mediante um caixa comum, no qual contribuem mensalmente àqueles que tem condições para fazê-lo. Incentiva-se para que aqueles que o possam fazer, que tenham algum tipo de trabalho, mediante o qual consigam os recursos necessários para manterem suas necessidades básicas. Acredita-se que o trabalho é uma das importantes dimensões que confere dignidade à pessoa. Dentre os que têm trabalho com carteira assinada, encontram-se: professores, pedreiro, educadores sociais que atuam no Projeto Levanta-te e Anda⁶; dentre os trabalhos informais, há quem é artesão e sobrevive da produção e venda de trabalhos artesanais, como o mosaico, velas, etc.; quem é padeiro, quem vende materiais reciclados; quem vende roupas e objetos usados no BazaRua; quem vende a revista Aurora da Rua⁷. Aqueles que não tem condições de angariar os recursos financeiros mediante o trabalho, por motivos relacionados a idade ou a fragilidades físicas ou mentais, são encaminhados aos serviços públicos responsáveis pela assistência social para receberem benefícios, como a aposentadoria, bolsa família e BPC (Benefício de Prestação Continuada)⁸. Cada qual tem a liberdade para administrar seus ganhos mensais.

As atividades cotidianas da Trindade comumente começam as 07:00 horas, com o momento de oração na Igreja ou na oca, sendo seguidas pelo café. Em seguida, são desenvolvidas as atividades de cozinha, limpeza da oca e da igreja, o cuidado do jardim e da horta, rachar lenha, realização de atividades artesanais. Essas atividades são assumidas nas sextas-feiras à noite, antes da janta, na oca, e são transcritas para um quadro-negro que posteriormente é deixado na Igreja para a visualização de todos. Cada qual busca dar sua contribuição dentro de suas possibilidades e conforme a disponibilidade de seus horários,

⁶ O projeto Levanta-te e Anda nasceu em 2008, por iniciativa da comunidade da Trindade. No passado, a comunidade chegou a acolher 70 pessoas nas noites do Acolhimento, mas em função dos conflitos que já acompanhavam tais pessoas nas ruas, muitos deles voltavam a acontecer nos acolhimentos, o que levou a comunidade a avaliar sua prática, identificando ser insuficiente apenas acolher, é necessário a pessoa querer deixar a rua e ser protagonista de sua história. Nesse processo, é indispensável, ações que instrumentalizem e acompanhem a pessoa. Nasceu assim o Levanta-te e Anda que funciona na antiga Igreja São Francisco de Paula, localizada na ladeira que dá acesso ao bairro Liberdade, logo após o Mercado do Peixe, na cidade baixa. O Projeto compõe uma das ações da ASA – Ação Social Arquidiocesana. Atende vespertinamente, de segunda a sexta-feira, 40 pessoas em situação de rua. Conta com o trabalho de uma assistente social, dois psicólogos e educadores sociais, esses últimos vivenciaram a situação de rua. São oferecidas, dentre outros, oficinas de estímulo ao trabalho e à aprendizagem, inserção no mercado de trabalho, cuidado com a saúde. A finalidade principal é a recuperação da autonomia e autoestima da pessoa, permeada por amor e respeito.

⁷ A Revista Aurora da Rua é vendida por R\$ 2,00, preço de capa, 75% deste valor, R\$ 1,25, é do vendedor.

⁸ Benefício garantido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que consiste no repasse de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família (Fonte: www.inss.gov.br. Acesso em 30 Dez de 2018).

pois aqueles que trabalham fora nem sempre conseguem se fazer presentes em todos os momentos comunitários.

Variadas são as formas pelas quais se pode chegar a morar na Trindade: há quem está ali que não vivenciou a situação de rua, e por se identificar com o estilo de vida simples da comunidade e com sua missão de acolher pessoas em situação de rua, fez a opção de nela viver e há quem veio da situação de rua, que conheceu a comunidade pelo Projeto Levanta-te e Anda, pela venda da Revista Aurora da Rua, pela indicação de um amigo da rua ou encaminhado por algum profissional que atua em hospitais e conhece a comunidade. Na comunidade acolhem-se pessoas de diferentes orientações sexuais⁹.

Solicita-se a sobriedade de quem ali vive. O consumo do cigarro é permitido. Incentiva-se as pessoas que têm algum tipo de dependência química, para participar da sala do NA (Narcóticos Anônimos), que acontece nas quartas-feiras à noite, sábados e domingos à tarde, na comunidade. Do NA participam outras pessoas de Salvador, sendo o grupo coordenado por um de seus membros.

Um dos momentos significativos da comunidade é a Noite do Acolhimento às pessoas em situação de rua, que acontece nas quintas-feiras. Nesse dia, logo após o café, realizam-se os mutirões de limpeza e ornamentação da igreja, bem como de limpeza das verduras utilizadas para o preparo da sopa a ser oferecida à noite. Essas verduras são recolhidas na quarta-feira à tarde na feira de São Joaquim que, uma vez não mais comercializadas pelos feirantes, são doadas à comunidade que as utiliza para o preparo da sopa e de outras refeições. As pessoas de rua que são acolhidas vêm do projeto Levanta-te e Anda. Após passarem o dia no projeto, ao final da tarde vêm à comunidade. São recebidas com café e comumente se agrupam em torno de mesas de jogos de dominó e dama, dispostas no pátio, convivem com as pessoas da comunidade e participam da Noite de Espiritualidade. Essa compreende a participação em um momento orante, comumente uma missa, celebrada na igreja, onde os bancos são dispostos de forma circular em torno das três mesas centrais alicerçadas sobre pneus pintados: a da Palavra (na qual se proclamam as leituras bíblicas), a da Eucaristia (em que se oferece o sacrifício na missa) e a da Partilha do Alimento (com

⁹ No período em que realizei a observação participante, conheci Paola, que veio à comunidade após ter sofrido agressão física na rua. Enquanto estava internada no hospital, pelo fato de conhecer a comunidade e ter passado por ela já no passado, solicitou à assistente social do hospital que ligasse para a Trindade. Vânia e Juce foram visitá-la no hospital e após sua alta veio à comunidade. Ficou apenas alguns dias, pois saindo seu namorado da cadeia, tornou a viver com ele.

a panela de sopa, acompanhada de pratos, potes e talheres). Após o momento orante, é servida a sopa que geralmente é acompanhada por conversas e músicas entoadas pelas próprias pessoas em situação de rua e membros da comunidade. Aos poucos cada qual vai se recolhendo sobre os papelões para dormir. O acolhimento às pessoas em situação de rua é concluído na sexta-feira pela manhã com um breve momento orante, seguido do café.

O estilo de vida da comunidade que é acompanhado pelo dormir em papelões, o cozinhar em fogão a lenha¹⁰, o viver a partir dos recursos característicos das pessoas em situação de rua, como a reciclagem e o artesanato, são uma opção da comunidade, que a aproxima das pessoas em situação de rua e possibilita que aqueles que ali chegam da vivência nas ruas se identifiquem com este espaço.



Foto 04 - Noite do Acolhimento
Foto: Irmão Henrique Peregrino



Foto 05 - Fogão a lenha da Trindade
Foto: Franciele Engelmann

A vivência do lazer é um elemento significativo na comunidade: nos horários vagos ou nos fins de semana, é muito comum aqueles que gostam, se encontrar para jogar dama, uno e dominó. Nos fundos da igreja, há duas salas, localizadas entre a cozinha e os banheiros, uma delas, *a sala sertaneja*, compreende alguns sofás e é usada para conversar, a outra é de *jogos e de leitura*, compõe-se de uma mesa de ping-pong, outra de bonecos de futebol e de uma estante de livros. O lazer também é constituído pelos passeios que a comunidade realiza nos feriados e por algumas festas, como o São João, o Natal, a Páscoa e o Ano Novo.

A comunidade possui linguagens peculiares: o silêncio, que se faz presente naturalmente e acompanha muitos dos momentos comunitários: oração, convívio cotidiano, trabalhos de horta e jardim. As orações são acompanhadas de muitos momentos

¹⁰ Também se utiliza gás para cozinhar, mas este é deixado para casos pontuais.

de silêncio e da repetição de inúmeros mantras – melodias repetidas muitas vezes – o que facilita aqueles que tem dificuldades para ler, poder participar destes momentos. Os sentidos visuais constituem outra linguagem da comunidade: as orações comumente são acompanhadas por muitas velas acesas, pouca luminosidade, o que contribui para o recolhimento pessoal; a arte que nasce a partir dos materiais reciclados, faz-se presentes em diferentes espaços: na igreja, no jardim.



Foto 06 - Vigília da Luz
Foto: Franciele Engelmann



Foto 07 - Arte no Jardim
Foto: Vânia Maria Costa



Foto 08 - Arte e Reciclados
Foto: Franciele Engelmann

Na comunidade há duas maneiras de participação: a Aliança e a Transição. A Aliança compreende os que estão há mais tempo na comunidade e assumiram o compromisso de dela ser membros. Este grupo, composto por 22 pessoas, reúne-se uma vez por mês na Trindade do Mar. Os da Transição são os recém-chegados à comunidade, assim como os da Aliança participam das atividades e da dinâmica da comunidade e, na medida em que vão vivendo na comunidade, manifestam o desejo de integrar a Aliança ou são convidados pelos membros desta, a dela participarem.

A comunidade da Trindade vive uma espiritualidade Trinitária e Peregrina. Constitui-se de três lugares de vida: o *caminho* – a Trindade Peregrina; *as ruas e seu povo* – a Trindade Rua, o *eremitério* – a Trindade do Mar. O *caminho* é o primeiro lugar de vida da comunidade, assumi-lo como lugar de vida é muito mais do que andar nele: é aprender a viver nele. Caminha-se nele, come-se daquilo que nele se encontra, nele se medita, dorme e

se revigoram as forças. Caminha-se para orar, na ânsia do Infinito, que se presentifica no caminho. O caminho é também lugar do encontro com as diferentes pessoas, paisagens, culturas. “Todo encontro é divino quando o peregrino deixa a Trindade que nele habita encontrar Deus que habita no outro” (PEREGRINO, em fase de elaboração)¹¹. A comunidade da Trindade realiza peregrinações, que duram em torno de uma semana ou quinze dias e são realizadas em diferentes regiões do Brasil, abertas às pessoas que dela desejam participar. *As ruas e seu povo* constituem o segundo lugar de vida da comunidade. Trata-se da Igreja da Trindade, a Trindade Rua, cuja vivência descrevi nos parágrafos anteriores. Análogo ao peregrino, que ao chegar na grande cidade, sem ter onde dormir, sem ter o que comer e sem ter dinheiro, é acolhido pelas pessoas que vivem nas ruas, na Igreja da Trindade se acolhe e se compartilha a vida com aqueles que vieram da vivência em situação de rua, num modo de vida característico àquele da rua: cozinha-se em fogão a lenha, dorme-se no papelão, reciclam-se os materiais catados nas ruas ou recebidos nas doações.

O *eremitério*, a Trindade do Mar, constitui-se de uma pequena e antiga capela, situada às margens do mar, na Ilha de Mar Grande, onde moram atualmente quatro homens da comunidade, dentre esses, o membro mais velho, padre Joãozinho. Este espaço foi encontrado em 2008, em uma das peregrinações da comunidade. Nele vivia há 40 anos, o eremita Gabriel, cego e na companhia de seus gatos. Do encontro com o eremita, nasceu uma amizade e pessoas da comunidade passaram a ali morar e dele cuidar até seu falecimento, em 2012. A presença do eremita, nesse espaço de frente ao mar, constituía-se em oração: “Aqui oro por toda a Humanidade sofrida”¹², prática que ali se mantém viva até hoje. Também aqui, cozinha-se em fogão a lenha, dorme-se no chão, camas ou redes. Tem-se ausência de água encanada, obtendo-se a mesma de um poço. O eremitério, a Trindade do Mar é o terceiro lugar de vida da comunidade da Trindade e expressa que, mesmo que o eremita se retire do convívio dos outros, compartilha da mesma ânsia que habita o peregrino: é um sedento do Infinito. Embora com vivências diferentes, ambos bebem da mesma fonte.

Um eremitério não é apenas passagem para o peregrino: é pouso e repouso, é a árvore frondosa onde se aninha antes de realçar vôo. O eremita guia o peregrino nos caminhos da vida interior, o convida a caminhar ainda mais para dentro, a fazer do peregrinar exterior sempre mais um caminhar interior. O peregrino traz

¹¹ Fragmento do texto da apresentação do livro da comunidade da Trindade que será editado em 2019.

¹² Fonte: www.igrejatrindade.blogspot.com

ao coração do eremita o perfume de outras solidões, a sinfonia de outros silêncios, a plenitude de outros vazios [...] Cada um acolhe no segredo de sua tenda o outro, e quando a distância física os separa, um arco-íris os aproxima na oração do coração” (PEREGRINO, em fase de elaboração).

A comunidade da Trindade vive nesses três espaços que a constituem, que se justapõem um em relação ao outro, numa unidade significativa, na qual a vida se move de um espaço a outro: o caminho leva às ruas e seu povo, que a devolvem ao caminho, que a fará encontrar eremitérios para retornar novamente ao caminho.



Foto 11 - O caminho, a Trindade Peregrina
Foto: Franciele Engelmann

Da observação das relações

Foto 09 - A Trindade do Mar e o eremita Gabriel
Foto: Vânia Maria Costa

Foto 10 - Jogos na Trindade do Mar
Foto: Franciele Engelmann

interpessoais à reconfiguração do foco da investigação

Conforme destaquei anteriormente, quando me inseri no cotidiano das vivências da Trindade, tinha como finalidade identificar o que teria levado alguém a empreender a ida às ruas, como teria vivenciado a situação de rua, como foi possível sair delas. À medida em que fui participando da vida da comunidade, pude observar a maneira como se davam as relações interpessoais neste espaço. Pude identificar que mais do que a realização de atividades, não que estas não sejam importantes, havia algo que começara a se colocar como novo frente aos meus olhos: o cuidado de um para com o outro, a preocupação com a saúde daquele com quem se convive, a preocupação com quem ainda não chegara do seu

trabalho fora da comunidade, a paciência com a senhora mais velha da comunidade que em dadas noites acorda inúmeras vezes e solicita: *Dá uma banana, mãe*. Foi a partir do impacto dessas observações, nas quais identificava algo muito semelhante às vivências do âmbito familiar, que mudei o foco da investigação que até então, voltava-se para identificar as causas de ida às ruas e os motivos de saída delas. Foi a partir do que observei na vivência das relações comunitárias, que voltei meu olhar para compreender como na experiência dos sujeitos, eles articulam a relação família-comunidade, já que a Trindade é uma comunidade religiosa que, embora tenha a presença de famílias, não se funda sobre o parentesco, funda-se na relação com o Outro, com o divino. A mudança foi do foco e não dos sujeitos: meu interesse continuou se mantendo em relação àqueles que vivenciaram a situação de rua, na perspectiva de ora em diante, olhar para a maneira como o processo dos vínculos familiares foram elaborados na família de origem, na vivência em situação de rua e, na comunidade da Trindade.

Tendo como foco a experiência dos sujeitos, a partir da qual acontece a elaboração do vínculo, julgo importante tomar o vínculo na perspectiva de Pichón-Rivièri (1986, p. 24), que o concebe como uma estrutura dinâmica constituída na relação entre sujeito e objeto, “cada indivíduo se relaciona com outro ou outros, criando uma estrutura particular a cada caso e a cada momento, que chamamos vínculo”. O vínculo é constituído, podendo se construir ou desfazer, a cada momento, pela totalidade da pessoa e daqueles com quem ela se encontra, nas mais variadas circunstâncias da vida¹³. Participa ainda na formação desta estrutura vincular, o chamado grupo interno, composto por pessoas, relações e objetos diversos, internalizados pelo sujeito ao longo de suas vivências e ativado nas relações interpessoais. A estruturação do vínculo acontece no tempo e no espaço, dimensões que se justapõem e formam uma unidade significativa.

O vínculo na perspectiva de Pichón-Rivièri (1986), que o cunha como uma estrutura que emerge e se constitui na relação com o outro, torna-se significativa em nosso trabalho, pois abre a possibilidade para que seja tomado como processo, como algo não pronto e não

¹³A partir de sua construção sobre o vínculo, Pichón-Rivièri, embora sendo psicanalista e psiquiatra, se distancia da Psicanálise e da Psiquiatria tradicionais e, situa seu objeto de estudo, o vínculo, no campo da Psicologia Social, voltando seu olhar para a relação dialética entre os processos subjetivos (objeto interno) e o mundo social (objeto externo), e seus efeitos (TARAGANO, 1986). Sua concepção sobre o vínculo, possibilita-lhe ainda, em suas reflexões, integrar a psicologia de base fenomenológica, na medida em que considera impossível separar os aspectos subjetivos da vivência dos aspectos sociais, “já que ambos formam um todo em situação em um dado momento, no aqui-agora de qualquer situação” (TARAGANO, 1986, p. 16).

formado de uma vez por todas, antes, algo que se constitui, se estrutura na vivência das relações e sempre de novo, pode vir a se constituir. Este caráter dinâmico do vínculo possibilita-nos olhar para a experiência do sujeito e identificar como ao longo de sua história de vida, ele foi elaborando os processos dos vínculos familiares na família de origem, no contexto de vivência nas ruas, na comunidade da Trindade.

A presente investigação se orienta pelo seguinte **objetivo geral**:

Compreender como se dá o processo de constituição dos vínculos familiares de pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade.

Para alcançar o objetivo geral, traçamos os seguintes **objetivos específicos**:

1. Descrever os processos de elaboração dos vínculos familiares nas famílias de origem;
2. Descrever os processos de elaboração dos vínculos familiares no contexto de vivência nas ruas;
3. Descrever os processos de elaboração dos vínculos familiares na comunidade da Trindade.

Embora o processo de constituição dos vínculos familiares seja o foco de nossa investigação, uma outra provocação emergiu durante a etapa da observação participante: a relação com o espaço. Conforme destaquei anteriormente, em minhas andanças anteriores à realização da presente pesquisa, seja em Feira de Santana, seja em Salvador, observei o contínuo deslocamento das pessoas em situação de rua por diferentes espaços da cidade, dali eu me perguntar sobre o que faz essas pessoas ficarem na Trindade, buscando identificar o significado que atribuem a esse espaço. Assim, julguei significativo, manter esse interesse e abri-lo, ao lado da articulação da relação família-comunidade, como uma pergunta a me acompanhar na etapa da análise dos dados.

A presente investigação se organiza da seguinte maneira: considerando que este trabalho envolve pessoas que vivenciaram a situação de rua, julguei significativo apresentar no capítulo 1, a presença deste grupo ao longo da história ocidental e a maneira como foi tratado ao longo dos séculos, o que influenciou significativamente as medidas em prol deste grupo no Brasil e em Salvador, no período colonial e subsequente.

No capítulo 2, são apresentadas algumas características da população em situação de rua nos dias atuais: a ida às ruas, os modos de circular e ocupar o espaço, de trabalhar, morar e reverter os recursos encontrados nas ruas citadinas em alternativas de sobrevivência. São trazidas também algumas características desse grupo na cidade de Salvador – BA.

No capítulo 3, explicitamos a empatia como ato intersubjetivo, que está na base dos processos comunitários, mediante os quais se processa a formação da pessoa humana. O conceito de comunidade na perspectiva fenomenológica de Edith Stein possibilita um ponto de diálogo entre a família e a comunidade religiosa, já que ambas, embora tenham suas especificidades, são espaços de formação da pessoa. Tendo em vista que trabalharemos com histórias de vida, julgamos pertinente neste capítulo ainda, apresentar o conceito de memória, pelo qual nos orientamos.

No capítulo 4, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para alcançar os objetivos delineados.

No capítulo 5, trazemos os resultados da investigação. Optamos por apresentar a narrativa de cada participante, reconstruída a partir da textualização de sua entrevista, na qual se realiza a análise de como, em sua experiência, articula a relação família-comunidade e a relação com o espaço. Optamos ainda, ao final da apresentação de cada experiência, responder os objetivos específicos delineados.

No capítulo 6, trazemos a discussão dos dados e alguns diálogos teóricos que emergiram a partir das narrativas colhidas. Em alguns momentos, retomamos alguns dos dados que colhemos na observação participante e também os discutimos e tecemos diálogos com a literatura.

Nas Considerações Finais, retomamos o que encontramos nos objetivos específicos e buscamos responder o objetivo geral proposto. Retomamos ainda o percurso da pesquisa e buscamos identificar algumas possíveis contribuições da presente investigação para intervenções com pessoas em situação de rua e indicamos aspectos que, ao emergirem no contato com o campo, abrem perspectivas para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Mendigos, pedintes, vagabundos, indigentes, errantes, sem-teto, sem-abrigo, inválidos, sem-domicílio-fixo... São algumas das nomenclaturas mediante as quais, se buscou ao longo da história europeia denominar as pessoas em situação de rua ou, pelo menos, aproximar-se delas. Neste tópico inicial, com base em bibliografia histórica,

buscaremos apresentar alguns fatos importantes do contexto europeu, que na ótica de alguns autores, estão associados ao surgimento e à presença destes sujeitos sociais, bem como as diferentes maneiras pelas quais foram percebidos e tratados socialmente. Essas maneiras influíram o modo como no Brasil, se tratou esse grupo, no período colonial e subsequente.

1.1 Da Antiguidade à Idade Média

Mollat (1989) situa a presença de indigentes e mendigos, no contexto europeu, no século IV. A presença destes está associada a um grande número de pobres no campo que, em função da falta de sementes, das intempéries e dos altos impostos pagos aos senhores da terra, migravam para cidades do Oriente, particularmente para Constantinopla. Embora com realidades distintas, tanto no oriente como no ocidente, a autoridade do império e a Igreja buscavam assistir os pobres e indigentes em alojamentos e asilos.

A assistência conferida aos pobres e indigentes no século IV, no ocidente e no oriente, segundo Mollat (1989), orientava-se pelo pensamento dos padres da Igreja, que viam no pobre a imagem do próprio Deus, de modo que, os bens coletivos dos mosteiros e dos laicos eram justificáveis apenas por sua referência a Deus, único proprietário, e por sua finalidade na utilização comum. Possuir não era legítimo apenas para si próprio, mas também, para os outros. Quando a subsistência pessoal, dos familiares e do mosteiro estava assegurada, tinha-se o dever de ajudar aqueles que necessitavam.

No século V, período em que se inicia a Idade Média, o contexto europeu é acompanhado por precárias condições sanitárias e de sobrevivência, escassa alimentação que refletia em desnutrições, mortalidade infantil e abandono de muitos recém-nascidos. Essa realidade atravessa os séculos VI, VII e VIII. No campo, a pobreza está relacionada aos altos tributos, endividamentos, escassez das colheitas. Junto aos pobres, doentes e deficientes, viúvas e órfãos, os indigentes são os errantes, que deixam suas terras e vão para as cidades em busca de alimento, lançando mão muitas vezes da mendicância. Os que não deixam o campo, colocam-se mediante contrato perpétuo, sob a proteção de um poderoso, dando-lhe em troca, serviço e fidelidade (STOFFELS, 1977; MOLLAT, 1989). A assistência aos pobres, no campo e na cidade, do século V ao VIII, era realizada

mediante a *matrícula*, que consistia numa lista nominativa de pessoas mantidas às expensas da Igreja: viúvas, órfãos, deficientes físicos, doentes, vítimas da guerra e da fome, às quais se distribuía alimentos e roupas (MOLLAT, 1989).

A caridade, como laço entre o céu e a terra, é a concepção que acompanha as medidas de proteção dirigidas aos pobres, nos séculos IX e X. A beneficência como possibilidade de remissão dos pecados, orienta que bens e rendimentos pessoais e da Igreja, bem como as obras de misericórdia sejam destinadas a corrigir as desigualdades sociais. A assistência aos pobres acontece através da atuação dos mosteiros, especificamente da Ordem Beneditina, que substitui a modalidade da matrícula. A acolhida aos hóspedes, especialmente ao pobre, personificação de Cristo, é uma das fortes tônicas da espiritualidade de São Bento. A esmolaria, desenvolvida a partir do dízimo dos pobres - um décimo de todos os rendimentos dos mosteiros, compreendendo também os donativos de benfeitores - oferece auxílio aos que batem à porta, mediante alimentos, roupas, lenha para aquecimento e dinheiro. O despojamento pessoal assumido na vida monástica como via de ascese espiritual, não sendo sinônimo de ausência de bens coletivos, e a dura realidade da indigência que requer atendimento, são duas dimensões que atravessam a vivência da pobreza em curso no final do século X (MOLLAT, 1989).

O contexto europeu nos séculos XI, XII, XIII e XIV, é marcado por catástrofes naturais, fome, alta de preços, tributos, expansão demográfica, epidemias (dentre elas, a Peste Negra)¹⁴, revoltas camponesas e urbanas. Milhares de pobres morrem e outros milhares andam errantes, praticam a mendicância sozinhos ou em grupo (STOFFELS, 1977). Inúmeros leprosários, casas de misericórdia e hospitais são construídos no século XII, atendendo-se nestes últimos, deficientes físicos e mentais, doentes, miseráveis, mediante hospitalização temporária ou duradoura (MOLLAT, 1989). A assistência aos desvalidos, além de realizada pelo corpo monástico, é desempenhada pelos laicos, que assumem o encargo das obras de misericórdia inscritas numa perspectiva de salvação¹⁵.

¹⁴ Dentre as enfermidades, estão a lepra, epilepsia, herpes-zoster, o mal-dos-ardentes (advinda da subnutrição e ingestão de cereais contaminados, uma espécie de fogo consumia o interior do corpo, deixando membros pretos como o carvão, seguidos de apodrecimento de mãos e pés). A Peste Negra eclode no século XIV em praticamente toda a Europa, dizima em torno de um terço da população de todas as faixas etárias, no campo e na cidade, tendo entre os pobres, suas maiores vítimas. Conforme Mollat (1989), poucos foram os espaços poupados pela grande epidemia: Béarn, Flandres, Hungria, Boêmia.

¹⁵ Os preceitos norteadores das obras de misericórdia: “Guarda sempre a caridade em seu coração. Lembra àqueles que se desentendem a paz fraternal. Socorre os pobres. Visita os enfermos. Enterra os mortos” (MAGNOU-NORTIER apud MOLLAT, 1989, p. 88). Cumpre destacar a continuidade da esmolaria nos

Nascem e se expandem no século XIII, as Ordens Mendicantes, dentre elas a de São Francisco de Assis e a de São Domingos de Gusmão, para os quais, a pobreza é um fato concreto. Desejam viver e ser um em meio aos pobres. O pobre é um ser sagrado, imagem viva do Cristo Sofredor, que necessita mediante a vivência da fraternidade, ser reintegrado à sociedade. A pobreza voluntária assumida como estilo de vida pelas Ordens Mendicantes, passa a conviver ao lado da pobreza involuntária vivida por pobres e indigentes, e da pobreza simulada por delinquentes, criminosos e desocupados, que recorriam a estratégias artificiais para representar a doença e a indigência: falsos ferimentos com tintura vermelha, deficiências simuladas, exibição de bebês seminus, emprestados ou alugados de outro indigente, etc. (MOLLAT, 1989; MAGNI, 2006).

A partir de meados do século XIV, a mendicância é tida como contrária à lei do trabalho formulada pela Sagrada Escritura, a pobreza voluntária recebe severas críticas, a igreja medieval passa a condenar a errância e determinar que para receber a caridade era preciso merecê-la. Paralelo a isso, o crescimento generalizado do pauperismo aumenta significativamente o temor em relação aos mendigos que vagueiam pelas ruas, temor cuja fonte não provém da indigência, mas, da inatividade, da perambulação e do que são capazes de fazer: roubar, atear fogo nos celeiros e nas casas, matar animais e pessoas. O grande número de indigentes torna-se uma ameaça à ordem pública, social e moral. Estabelece-se o critério de distinção entre o mendigo ‘verdadeiro, inválido, honesto, bom’, que merece a caridade, e o mendigo ‘falso, válido, pecador, vagabundo, mau’, que deve ser reprimido. Dentre o primeiro grupo, deficientes, doentes, velhos, viúvas e órfãos; dentre o segundo, fugitivos, desertores de armas, falsos peregrinos, ciganos, camponeses expropriados, mercadores ambulantes, etc (MAGNI, 2006).

O temor passa a inspirar ações de defesa social. Surgem em toda a Europa, a partir do século XIV, tentativas de conter a mendicância. Em Portugal, a Lei das Sesmarias (1375), estabelece a obrigatoriedade de trabalho para todos os desocupados e mendigos válidos (MOLLAT, 1989); na França (1350), proíbe-se a esmola, a hospitalidade aos vadios e promulgam-se sanções em relação a estes: expulsão ou prisão, pelourinho, estigmatização física (orelha cortada, marca M na testa) e desterro em caso de reincidência (STOFFELS, 1977). Tais medidas estendem-se até o século XV. No fim da Idade Média, o

séculos XII, XIII e em menor intensidade no XIV, que além de praticada pelos monges, constitui-se também em realização de autoridades reais, burgueses, senhores e como um serviço das Santas Casas (MOLLAT, 1989).

pobre, e especificamente o mendigo, perde o caráter místico e sagrado, configura-se um ser suspeito e criminoso, adquirindo um status ético negativo e moralmente condenável perante à sociedade (STOFFELS, 1977; MOLLAT, 1989).

Paralelo às medidas de repressão à mendicância, o fim da Idade Média é acompanhado pela crise das instituições de assistência (hospitais, asilos)¹⁶, e por questionamentos acerca da insuficiência da esmola. No intuito de buscar uma maior eficácia e responder os desafios que a pobreza apresenta, a Igreja passa a dividir com a administração civil (autoridades urbanas e poderes do Estado), a reforma e a coordenação das instituições de assistência. “A assistência constitui, desse modo, um dos setores do desenvolvimento do Estado” (MOLLAT, 1989, p.265). Estruturam-se neste contexto, as *confrarias e mesas dos pobres*, fundadas e administradas por laicos, que em substituição das antigas esmolarias, continuavam oferecendo auxílios, bem como os *montepios*, que proporcionavam empréstimos aos necessitados, em troca de juros moderados. Ocorre um processo de laicização da assistência (que passa a coletar taxas e impostos para financiamento da assistência pública), embora o atendimento espiritual (no caso dos hospitais), continuasse com os religiosos (Ibidem).

1.2 Da Idade Moderna aos dias atuais

Os séculos XVI e XVII caracterizam-se pela implantação gradativa do sistema capitalista. Um fato significativo que acontece na Inglaterra, no século XVI, são os cercamentos dos campos abertos e aráveis. As terras que até o final da Idade Média eram de uso e cultivo comum dos camponeses, tornam-se a partir de então, cercadas, por senhores feudais, que as transformam em pastagens para a criação de ovinos, a fim de aumentar a produção de lã, fornecendo matéria-prima para as máquinas. Os cercamentos representam a ruptura das relações capitalistas com o antigo mundo feudal. A perda do acesso à terra e conseqüentemente à moradia, condenou os camponeses ao pauperismo e à sobrevivência nas cidades. O excesso da força de trabalho nas cidades, contribuiu para os

¹⁶ Conforme Mollat (1989), os motivos da crise advêm de dificuldades econômicas, graves deficiências na gestão e no caso dos hospitais, desvios em sua missão originária: restringem-se os internamentos dos mais necessitados em prol de pessoas abastadas que compram leitos para ali passar os últimos dias de sua vida.

senhores, donos das indústrias, explorar a mão-de-obra a baixos custos; os que não conseguiam trabalho nas fábricas, passavam a mendigar (POLANY, 2000).

Para assistir o grande número de indigentes nas cidades da Inglaterra, é criada ainda no século XVI, a Lei dos Pobres. Essa delegou às paróquias, a assistência aos inválidos: velhos, órfãos, enfermos e viúvas, que era subsidiada por arrecadação de impostos e taxas cobrados da população. Quanto aos indigentes válidos, dever-se-ia providenciar trabalho para que conquistassem o próprio sustento. Àqueles que permanecessem ociosos eram aplicadas severas punições. Como muitas paróquias não dispunham de recursos suficientes para assistir os indigentes inválidos nem oferecer atividades laborais para os válidos, ocorriam deslocamentos às paróquias com melhores condições financeiras, elevando o número de pessoas a ela circunscritas. Para conter tal deslocamento foi decretado o *Act of Settlement and Rernewal*, todavia este foi revogado no século XVII, pois impedia que a indústria dispusesse de mão-de-obra barata nas diferentes regiões do país (POLANY, 2000). Embora tenham acontecido na Inglaterra, os cercamentos não configuraram uma prática isolada, mas, estão na origem do capitalismo e lançaram as bases para a Revolução Industrial que se expandiu para outros lugares do mundo, acompanhada por um número cada vez maior de indigentes (POLANY, 2000).

Stoffels (1977) e Magni (2003) destacam que, a concepção do trabalho como base para a geração de riqueza, que se instalou no contexto europeu a partir do século XVI, e se intensificou nos dois séculos subseqüentes, buscou incorporar desempregados e mendigos ao processo produtivo, mediante a correção, que se realizava pelo internamento em instituições hospitalares gerais ou penais, objetivando recuperá-los para o trabalho. O internamento reprimia e interditava a perambulação pelas ruas em favor da paz social, ao mesmo tempo em que tornava esses indivíduos fonte de mão-de-obra barata. Neste contexto, a pobreza surge como fato econômico: o pobre e o mendigo, quando aptos para trabalhar, constituem força potencial de riqueza, e quando inválidos, são resíduos irreduzíveis que entram nos circuitos dos benefícios da assistência.

A criminalização e a repressão à mendicância que se estabeleceu na Europa, a partir do fim da Idade Média, influíram, segundo Melo (2017), as formas pelas quais a mendicância foi tratada no Brasil, no período colonial. O autor alude às Ordenações Filipinas, que passaram a vigorar em Portugal a partir de 1603 e eram a base do direito no Brasil-Colônia. Nas Ordenações Filipinas, no Livro V, título 68, ordenava-se prisão e açoite

público às pessoas que não vivessem com um senhor ou amo e não exercessem atividades que garantissem sua sobrevivência; e quando não cabiam açoites à pessoa, ela deveria ser degradada à África (MELO, 2017).

Em 1822, os textos das Ordenações Filipinas foram paulatinamente revogados e substituídos por outros que, no entanto, mantinham suas influências, como foi o caso do Código Criminal do Império de 1830 que vigorou até 1890. Neste, a vadiagem e a mendicância passaram a ser criminalizadas: o Capítulo IV, em seu artigo 295, estabelecia a pena de 8 a 24 dias de prisão com trabalho obrigatório para fins correccionais, à pessoa que, após advertida pelo Juiz de Paz, não tomasse uma ocupação honesta e útil para assegurar sua sobrevivência (BRASIL, 1830).

As medidas estabelecidas pelo Código Criminal do Império de 1830, vigoravam na cidade de Salvador – BA. Em 1830, a Câmara de Salvador proibia o aluguel de casas a pessoas vadias e jogadoras de profissão. “A postura de número 84, do mesmo ano, determinava: ‘Ninguém poderá entrar de morada para uma freguesia sem apresentar ao Juiz de Paz um atestado de informação do seu procedimento e ocupação passada pelo Juiz de Paz da freguesia de onde se muda’” (FRAGA FILHO, 1994, p. 66-67). Desde que foram instituídos, em 1827, os Juizes de Paz tinham toda a liberdade para dar buscas em casas suspeitas, averiguar modos de vida de moradores e admoestar mendigos. Quanto aos ociosos e vadios, eram obrigados a assinar *termos de bem viver* em que se comprometessem a tomar ocupação honesta dentro do prazo estipulado pela referida autoridade, sob pena de serem presos e banidos de onde estavam, bem como punidos com recrutamento e trabalhos. Em 1841, com a reforma do Código do Processo Criminal, essas atribuições passaram aos chefes de polícia, delegados e subdelegados (Ibidem).

Em Salvador, boa parte dos mendigos, era composta por ex-escravos, que ao conseguirem a Carta de Alforria, em função da extrema pobreza em que se encontravam, buscavam a cidade, e ali desenvolviam trabalhos incertos, os quais na insuficiência de proverem a sobrevivência, eram complementados com a mendicância. Comumente moravam nos subsolos de algumas construções, com pouca luminosidade e precárias condições. O amparo aos desvalidos era realizado pela Igreja, instituições religiosas e pessoas caridosas. Fraga Filho (1994) destaca a contabilidade da Santa Casa de Misericórdia, repleta de registros de pedidos de pessoas pobres e indigentes, que solicitavam àquela irmandade auxílios financeiros, roupas, comida, sepultura para seus

mortos. Com base nos registros de entrada e saída de doentes do hospital mantido pela Santa Casa entre 1847-1856, o autor destaca que a maior parte dos internados era composta por africanos, crioulos (negros nascidos no Brasil), pardos, caboclos. Os mendigos em sua maioria, ex-escravos, possuíam mais de 60 anos e chegavam bastante debilitados ao hospital, devido ao fato de muitos dos senhores os libertarem quando já não mais podiam contar com seus serviços e assim, isentavam-se de pagar as diárias e o tratamento médico na Santa Casa.

Durante a primeira parte do século XIX, os mendigos embora, objetos de desprezo e passíveis de sofrerem as medidas previstas no Código Criminal do Império, eram de certa forma tolerados socialmente, em Salvador. Essa tolerância, segundo Fraga Filho (1994), estava relacionada à concepção religiosa que na época aqui vigorava: a mão da caridade que para eles se estendia, extinguiu os pecados e assegurava a salvação da alma após a morte.

Em 1850, a proibição do tráfico de escravos africanos, esboçava a iminente extinção do trabalho escravo. Era momento de pensar formas alternativas para a substituição dessa mão-de-obra, num contexto marcado pela crise da lavoura canavieira. Na década de 1880, na medida em que o movimento abolicionista se fortalecia e a extinção da escravidão se tornava iminente, ao lado da preocupação em encontrar alternativas à crise da lavoura canavieira, colocava-se uma preocupação ainda maior em relação aos libertos. As preocupações passaram a se voltar àqueles que, a partir do momento que fossem libertos, fora do domínio dos seus senhores, pudessem se recusar a exercer antigas ocupações. Após a Abolição da Escravatura, em função da clara percepção de dignidade de homens e mulheres livres, muitos ex-escravos recusaram-se a aceitar as condições propostas por seus senhores, que incluíam trabalho pesado, associados à condição escrava, preferindo trabalhar em atividades tidas na época, como marginais, dentre elas, a pescaria e a mariscaria, ou ainda, optavam por deslocar-se à cidade e viver da realização de trabalhos incertos que, insuficientes à sobrevivência, eram complementados pela mendicância, comumente realizada nas portas e escadarias das igrejas. Para conter os fluxos de ex-escravos do campo à cidade, intensificaram-se as medidas de repressão aos mendigos e vadios na cidade de Salvador, o que acreditava-se contribuir para desmotivar os ex-escravos a virem para a cidade e continuarem se submetendo aos trabalhos nas lavouras

canavieiras que, em função da crise, necessitavam de mão-de-obra a baixo custo (FRAGA FILHO, 1994).

Acresce-se ao contexto descrito acima, o fato de o século XIX, ser marcado na província de Salvador - o que também se deu em outras regiões do Brasil - por um fortalecimento das práticas de controle social. Ao lado das ações de repressão realizadas pelo Poder Público, começam a se instalar práticas de higienização em prol da saúde, as quais desde o século XVIII já vinham se dando na Europa¹⁷. A partir da fundação da Escola de Cirurgia da Bahia, no século XIX, passou-se a atribuir aos “médicos a missão civilizadora, buscando romper com o passado colonial, extirpando todo e qualquer elemento que pudesse caracterizar o Brasil como nação ‘atrasada’ ” (BARRETO, 2000, p. 14 apud BERNARDO, 2010, p. 147). A intensa pobreza que marcava a cidade de Salvador, deixava boa parte das pessoas vulneráveis a epidemias. As ruas estreitas e a arquitetura das casas e subsolos mal ventilados, contribuíram para agravar as condições de higiene pública. Neste contexto, os médicos, especialmente os sanitaristas e higienistas, passaram a ser tidos como a autoridade por indicar os meios do progresso e da saúde da população (BERNARDO, 2010).

Com o processo de higienização da cidade, realizado pela medicina, os locais de grande concentração de pessoas sem condições adequadas de higiene passaram a ser vistos como pontos de produção e propagação de doenças, os locais em que os mendigos costumavam ficar passaram a ser considerados sujos e perigosos à salubridade pública. Todo esse processo de higienização trouxe uma nova concepção em relação aos mendigos e vadios, que passaram a ser vistos como perigosos, percebidos com temor pelas autoridades, por representarem perigo de contágio à população (BERNARDO, 2010).

Nesse contexto, a caridade antes vista como uma prática que assegurava a salvação da alma após a morte e permitia a tolerância da mendicância, já não tinha mais lugar no final do século XIX e nem condições de proteger mendigos e vadios de atos hostis da população. A intervenção da medicina nos espaços públicos interferiu na circulação dos

¹⁷ Segundo Magni (2006), a partir da segunda metade do século XVIII, na Europa, a noção de progresso em voga, estimulou a assistência no sentido de preocupar-se com a manutenção da saúde da população e com o ordenamento do espaço urbano. Ao lado da polícia, aparecem outras instâncias para exercer o controle social. Médicos, sanitaristas, juristas, arquitetos, empregadores das manufaturas, foram os responsáveis pela planificação, quadriculamento e saneamento do espaço público. Embora a tática de neutralização do espaço urbano buscasse limitar e controlar o movimento das pessoas que viviam nas ruas, elas não deixaram de aumentar e se fazer presente na geografia de inúmeras cidades. Tais práticas de ordenação e higienização do espaço tiveram a rua como palco e prosseguiram nos séculos XIX e XX.

mendigos pela cidade, motivando a criação de asilos para este segmento, dentre esses, o Asilo da Mendicidade localizado na Quintas dos Lázaros (BERNARDO, 2010). Embora instituições como essas, tinham a finalidade de interromper a circulação deste segmento nas ruas da cidade, elas não foram suficientes para que este segmento deixasse de circular em Salvador.

Atravessando as fronteiras de Salvador, continuemos voltando nosso olhar para a legislação brasileira. Em 1890, o Decreto 847 de 11 de outubro, que promulga o Código Penal, dedicava um capítulo com cinco artigos à mendicância (XII - Dos mendigos e ébrios), penalizando-se com prisão os que mendigavam quando aptos para trabalhar; os incapacitados para laborar e mendigavam em espaços em que havia asilos para mendigos; os que fingiam ferimentos; os que esmolavam em bandos, sem serem pai ou mãe e seus filhos impúberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu condutor; os que permitissem mendigar pessoa menor de 14 anos confiada aos seus cuidados. Continha ainda um capítulo com dois artigos referentes à vadiagem (XIII - Dos vadios e capoeiras), estabelecendo prisão e assinatura de termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena, àqueles que não exerciam ofício, não asseguravam a subsistência e desprovidos de domicílio, caso o termo não fosse cumprido o infrator seria recolhido a colônias penais, localizadas em ilhas marítimas ou nas fronteiras do território nacional (BRASIL, 1890).

A Constituição de 1934, apresenta os mendigos como não alistáveis, atribuindo-lhes, no capítulo dos direitos e garantias individuais, o direito de prover à própria subsistência e à de sua família, mediante trabalho honesto, cabendo ao Poder Público o dever de amparar os indigentes (BRASIL, 1934). A mudança decorrente desse Marco Legal, segundo Melo (2011, 2017), refere-se ao fato de que, mesmo mantendo distante os mendigos dos direitos políticos, assegura-se o direito de provimento da família. Essa mudança, conforme o autor, é fruto de uma nova leitura sobre a vadiagem e a mendicância, estabelecendo-se um novo princípio ordenador, pois o que se torna objeto de punição é a ociosidade voluntária e não a falta de emprego. Quando ocorre essa falta, cabe ao Estado prover a manutenção da vida do desempregado e de sua família, não podendo nestes casos haver processo pelo crime de vadiagem.

Na Lei de Contravenções Penais (1941), permanece no capítulo VII – das contravenções relativas à polícia de costumes – nos artigos 59 e 60, a conseqüentemente

dos conceitos vadios e mendigos, que trata respectivamente da penalização daqueles que, aptos ao trabalho, escolhem o ócio; e daqueles que mendigam por ociosidade; à ambos cabem a prisão simples de 15 dias e 3 meses (BRASIL, 1941). Essas concepções perduraram até recentemente, quando foi sancionada a Lei 11.983 (BRASIL, 2009), que revogou o artigo 60, mantendo em vigor o artigo 59, que não deixou de ser ambíguo, já que vadio e mendigo são termos que ainda hoje se mesclam nas discussões, e permanece a possibilidade de criminalizar aqueles caracterizados como vadios.

Com base nos aspectos históricos apresentados acima, é possível identificar que a mendicância, revela-se como uma constante que atravessa a história ocidental, brasileira e de Salvador. Salvo os momentos em que o pobre, o mendigo, foram tidos como imagem do próprio Deus, a maneira como as autoridades, buscaram responder essa questão, ao longo do tempo, foi mediante a repressão, acompanhadas por fortes sanções, dentre elas, a imposição do trabalho, o que se mostrou insuficiente para conter e resolver a mendicância. Esse grupo continuou sua errância, sua itinerância, em busca da sobrevivência e ainda hoje se faz presente na geografia das grandes cidades.

CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NOS DIAS ATUAIS

Com base na bibliografia histórica apresentada no capítulo anterior, diferentes foram as nomenclaturas empregadas para se referir àqueles que ao longo da história

tiveram as ruas como espaço de moradia. No Brasil, estudos com este grupo iniciam na década de 70, com o uso da denominação *mendigos*. Situa-se aqui o trabalho pioneiro de Stoffles (1977), acerca da presença destes na cidade de São Paulo, buscando identificar as estigmatizações que sofriam e a convivência que entre si estabeleciam. Na pesquisa documental realizada por Rosa, em 2005 (apud MELO, 2017), aparece no ano de 1972, no Semanário *O São Paulo* artigo que diferencia mendigos de pessoas aptas para trabalhar. É mais especificamente a partir da década de 90 que se iniciam no Brasil, espaços de discussão, reunindo pessoas que atuavam e se preocupavam com estes sujeitos sociais: representantes de instituições civis e religiosas, profissionais de diferentes áreas, voluntários, pesquisadores e os próprios sujeitos em questão¹⁸. A partir desses espaços de discussão, fizeram-se os encaminhamentos para a realização da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2008, bem como encaminhamentos para a aprovação do Decreto 7.052/2009, que institui a Política Nacional da População em Situação de Rua, que assim define este segmento social:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009).

A mudança da terminologia *mendigos* para *população em situação de rua* ou *população de rua* - este último na percepção de Melo (2017), é uma abreviação do conceito anterior (uma questão de oralidade) - deu-se no sentido de alcançar um conceito alternativo à estigmatização presente no termo *mendigo*. Todavia, sob essa terminologia juntam-se configurações heterogêneas, dentre essas: os *trecheiros*, que se deslocam de uma cidade a outra, a pé ou de carona, arrumando trabalhos temporários; os *pardais* que vivem em um mesmo território e estabelecem relações duradouras com os domiciliados do espaço que ocupam, fazem bicos, trabalham com coleta de materiais recicláveis e fazem uso da ajuda de terceiros; aqueles que dormem na rua de modo temporário ou permanente, sob

¹⁸ Dentre essas iniciativas, está o I Seminário Nacional Sobre População de Rua, realizado em São Paulo entre os dias 3 e 5 de junho de 1992, organizado por organizações não governamentais e pela Prefeitura da cidade, constituindo-se no primeiro passo para a configuração de perfis daqueles que moram e dormem nas ruas.

viadutos, nas praças e outros espaços improvisados; aqueles que frequentam locais de acolhimento provisório, centros de convivência e outros espaços públicos ou privados. Melo (2017, p. 81) pontua que é importante considerar a forma como cada pessoa se reconhece a partir de sua vivência, nessas definições, pois “a vida nas ruas comporta uma infinidade de termos, classificações e identidades mobilizadas de acordo com estratégias e contextos específicos”.

A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, revelou que em 2008, haviam no Brasil, 31.922 pessoas adultas em situação de rua no Brasil¹⁹, destas, 82% eram homens. Este número cresce significativamente quando considerados os obtidos nas investigações das capitais que o realizaram de forma autônoma²⁰, a não inclusão de crianças e adolescentes, e os anos decorridos desde então. As motivações desencadeantes de ida às ruas, segundo essa pesquisa, compreendem problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%).

Os estudos realizados com a população em situação de rua, destacam a heterogeneidade do grupo. A população de rua é um grupo heterogêneo em suas características, na sua relação com a família, com o trabalho, com as drogas, em suas biografias e na experiência de viver na e da rua, que pode ter um caráter transitório ou permanente (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994; BORGES, 2010).

2.1 A ida às ruas

¹⁹ Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, foi desenvolvida no período de agosto de 2007 a março de 2008, em 71 cidades brasileiras, incluindo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente do contingente populacional. A pesquisa foi uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

²⁰ A pesquisa *Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003*, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social da referida cidade, cogitou 10.399 pessoas nessa situação. O *2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte* (2005), revelou um contingente de 1.164 indivíduos, dos quais, 916 eram adultos e 248, crianças e adolescentes. Em *Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife* (2005), estimou-se um número de 1.390 pessoas, dos quais 888 eram adultos (BRASIL, 2008). O *Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre*, realizado entre 2007 e 2008, evidenciou 1.203 adultos nessa situação, e em 2011, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), ampliou este número para 1.347 (http://www2.portoalegre.rs.gov.br/porta1_pmpa_novo/default.php?p_noticia=150971).

Os estudos relacionados à população em situação de rua, comumente destacam os motivos de ida às ruas. No levantamento bibliográfico que realizei, identifiquei o cuidado dos autores em não apresentar tais motivos como isolados, mas numa atuação em conjunto que, como processo, desembocam na ida às ruas. Dentre esses motivos, encontram-se nas biografias dos sujeitos pesquisados nas ruas de Curitiba – PR (MELO, 2011), São Paulo (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994), Rio de Janeiro (MARTINS, 1993; ESCOREL, 1999), Rio Grande do Sul (MAGNI, 2006), Austin (Texas/EUA) (ANDERSON; SNOW, 1998), Salvador (CARDOSO, 2017), perdas e conflitos familiares (os conflitos em alguns casos configuraram rupturas e em outros, contatos pontuais, mas nos dois casos, a família de origem, está à distância, em termos relacionais), desemprego, perda de moradia, problemas mentais, consumo de álcool e drogas que pode afetar o orçamento familiar e gerar conflitos na convivência. Um outro aspecto destacado por esses estudos é a predominância de homens jovens e adultos sós entre as pessoas em situação de rua, provenientes preponderantemente das classes trabalhadoras pobres.

Para ilustrar a ação conjunta dos motivos que podem levar à situação de rua, julgo pertinente apresentar o que Bezerra, Rosa e Vieira (1994) e Escorel (1999), destacam acerca do processo de ida às ruas dos homens jovens e adultos: o desemprego afetou significativamente o papel de provedor, gerando uma imagem negativa de si mesmos, frustração, sentimentos de vergonha, fracasso e incapacidade, fazendo-os incorrer na deserção masculina em seus lares de origem. Se por um lado, o abandono desse papel está associado às singularidades de cada um desses homens, por outro, a família como um todo também reage em atitudes que podem agregar ou expulsar seus componentes do convívio familiar. Situação análoga foi encontrada entre os homens solteiros, que embora não fossem os chefes provedores, desde muito cedo precisaram contribuir com os rendimentos domésticos e quando isso não aconteceu, afastaram-se ou foram afastados da família²¹. Na contrapartida, Escorel (1999) afirma que, quando o desemprego é vivenciado num ambiente que agrega, laços de sangue e afetividade se sobrepõem aos conflitos, buscando-se conjuntamente soluções para os problemas econômicos colocados pelo cotidiano.

²¹ Escorel (1999) acresce que, a vulnerabilidade econômica atinge diferentemente homens e mulheres, às quais é oferecida uma legitimidade cultural maior de recorrer ao amparo familiar em momentos de necessidades financeiras, o que em menor frequência acontece em relação aos homens, dos quais se espera que ao casarem, deixem a casa paterna e provenham uma nova família. Haveria assim, uma *feminização da pobreza abrigada* e uma *pobreza desabrigada* composta por indivíduos do sexo masculino, majoritariamente presentes nas ruas.

Os estudos mencionados acima, também expressam que, embora sejam singulares os motivos que levaram à situação de rua e singulares os efeitos dessa experiência, não podem ser restritos ao universo subjetivo e à particularidade dos processos de quem empreendeu tal movimento, devem ser levados em conta, ainda, aspectos da conjuntura socioeconômica em que se inserem. Bezerra, Rosa e Vieira (1994), associam a expansão da população em situação de rua no Brasil, no centro das grandes cidades, a partir da década de 90, à distribuição de renda desigual, as polarizações econômicas e as novas dinâmicas no trabalho que requerem cada vez mais profissionais qualificados e refletem em graves sequelas sociais na ausência de uma eficaz contrapartida do Estado na atuação da pobreza da maior parte da população. Borges (2010) relaciona essa expansão aos impactos da crise e da reestruturação da economia pautada no paradigma neoliberal.

Embora a população de rua no Brasil, seja composta majoritariamente por homens, nela também existem mulheres, idosos, crianças, adolescentes e famílias. Por serem em menor número, as mulheres comumente são muito disputadas pelos homens e não raro motivo de rivalidades entre eles (MAGNI, 2006). Dificilmente estão sozinhas, porque “a mulher isolada é alvo fácil de qualquer tipo de sujeição e dominação física ou de qualquer outra ordem” (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994, p. 58). Motivo pelo qual procuram ter um companheiro ou fazem uso do sexo em troca de proteção (ADORNO; VARANDA, 2004). Dentre os motivos que desencadearam a ida às ruas, encontrou-se nas biografias de mulheres em situação de rua, na cidade do Rio de Janeiro, a vivência de violência doméstica, separação conjugal, perda de emprego por gravidez inesperada (MARTINS, 1993), e na cidade de São Paulo, a não contribuição com o orçamento doméstico, no caso de mulheres jovens (ADORNO; VARANDA, 2004), e a presença de alcoolismo e problemas mentais, no caso de mulheres adultas (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994).

A presença de idosos na rua pode estar relacionada ao abandono dos familiares por não participarem da complementação dos rendimentos familiares (ESCOREL, 1999) ou ao envelhecimento das pessoas adultas que estão há mais tempo em situação de rua (FERNANDES; RAIZER; BRETAS, 2007). Escorel (1999) destaca a dificuldade em precisar a idade dessas pessoas, em função dos sinais de envelhecimento precoce e da depauperação física que as acompanha, que por um lado, expressam as duras condições de vida nas ruas e por outro, sensibilizam e legitimam o pedido de doações. Fernandes, Raizer e Bretas (2007, p. 03) pontuam que não se sabe o que acontece com a população de rua

depois que envelhece, todavia, há de se considerar que a sobrevivência nas ruas requer indivíduos hígidos e perdida a capacidade de locomoção, as estratégias de sobrevivência ficam comprometidas; lançam uma pergunta que permanece em aberto: “Eles morrem ou são acolhidos por alguma instituição de longa duração?”.

Crianças e adolescentes nas ruas podem revelar que já nasceram ali, filhos de homens e mulheres familiarizados com esse espaço e que lhes ensinam as técnicas necessárias para nele sobreviver, sendo mais frequente a presença da mãe que a do pai (MAGNI, 2006), ou manifesta que empreenderam o processo de ida às ruas (ESPINHEIRA, 1993). Dentre esses últimos, Alvim (1995) em seu estudo sobre a trajetória dos oito meninos e adolescentes mortos na chacina da Candelária no Rio de Janeiro em 1993, encontrou como motivos de ida às ruas, a recusa em aceitar as perspectivas que circundavam suas vidas em família e no bairro; Escorel (1999), em sua investigação também nas ruas do Rio de Janeiro, encontrou como causas desencadeantes deste processo, ter sofrido abuso sexual e castigos físicos, conflitos de valores com os pais emergentes a partir de gravidez precoce, não aceitação da homossexualidade por parte dos genitores, busca por autonomia e liberdade, participação desigual em tarefas e despesas domésticas entre irmãos, morte dos cuidadores que gerou dispersão familiar na ausência de vínculos sólidos com a rede de parentesco. Segundo Espinheira (1993, p. 25), as casas em que muitas crianças e adolescentes vivem, ao invés de proporcionar abrigo e proteção, são locais de perversidade e crueldade, possibilitando a rua se tornar “uma alternativa e nem sempre a pior”; observou ainda que, a ida de um irmão às ruas, pode motivar outro a empreendê-la, comumente passando ambos a viver juntos e se agrupando com adultos.

A presença da família nas ruas, unida, expressa que os laços afetivos não se desfizeram com a ida às ruas. Esse grupo é tradicionalmente composto por famílias migrantes que buscam nas cidades grandes, melhores condições de sobrevivência – é o caso de Brasília, onde as famílias constituem o maior número da população em situação de rua, que mediante práticas de solidariedade construídas em torno da rede de parentesco e das relações com conterrâneos que ali já estão, assentam-se junto ou próximo a algum parente ou amigo, e sobrevivem da coleta de recicláveis (BURSZTYN; ARAÚJO, 1997). Embora em número minoritário em outros estados, a presença de famílias também está associada a migrações e ainda, ao abandono de suas moradias na periferia ou nas favelas,

devido à carência de recursos financeiros e/ou a conflitos relacionados com o narcotráfico que vem se intensificando nas últimas décadas (MARTINS, 1993; ESCOREL, 1999).

Se por um lado, a família na rua revela que os laços não se desfizeram, por outro, ela é alvo de uma maior repressão institucional, já que não é aceita social e juridicamente. A ausência de domicílio que abrigue a família pode gerar o recolhimento das crianças pelo Juizado de Menores, além da perda do pátrio poder (MAGNI, 2006). Geralmente as soluções institucionais provocam a dispersão familiar, enviando crianças, adolescentes e pais para locais separados, imprimindo uma fragilidade nos vínculos familiares que, até então, mesmo na rua, estavam preservados. Quando as famílias não conseguem se fixar sob os viadutos ou outros lugares e se instalam nas calçadas, ficam ainda mais vulneráveis à repressão institucional (ESCOREL, 1999). A administração pública revela uma não sensibilidade e um não cuidado para com a manutenção dos vínculos entre o grupo familiar.

Com base nos estudos apresentados acima, é possível identificar a heterogeneidade da população em situação de rua, bem como a combinação de diferentes aspectos e/ou fatores no processo de ida às ruas. É importante destacar que, estudos realizados após o ano 2000, pontuam um diferencial da população de rua em relação aos anos anteriores: há uma maior presença do uso de substâncias psicoativas, especificamente do crack (MELO, 2017; CARDOSO, 2017).

2.2 A vida nas ruas

Os processos que desembocam na ida às ruas, inserem aqueles que os empreendem numa dinâmica existencial caracterizada pela circulação, por um deslocamento nômade, que contrasta, diverge e subverte a lógica dos padrões sedentários. A circulação é subjacente ao cotidiano da população de rua, na busca incessante de recursos para a sobrevivência, no acesso às redes assistenciais e às instituições de acolhimento, ou ainda, como consequência da expulsão dos lugares que ocupam (MAGINI, 2006; FRANGELLA, 2009).

A vida nas ruas requer adaptação e aprendizagem de conhecimentos e técnicas para que seja possível a pessoa sobreviver nas ruas da cidade (ADORNO; VARANDA, 2004; MAGNI, 2006; FRANGELLA, 2009). A rua é composta por um cotidiano e configura um “grande arsenal de recursos” (VIEIRA, 1995, p. 43), que, quando explorados revertem-se em possibilidades de sobrevivência (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994; ESCOREL, 1999; MELO, 2011).

Em suas observações sobre os recém-chegados às ruas, alguns autores destacam que, esses vão se familiarizando e inserindo gradativamente nessa nova geografia, bem como aprendendo a utilizar os recursos que o meio urbano lhes proporciona. Oliveira (2003) ressalta, por exemplo, que o migrante recém-chegado às ruas da capital da República passa por uma espécie de *estágio de dependência*: insere-se no circuito de catação de papel através daqueles que já o fazem e os ajuda, conhecendo os pontos em que se concentram recicláveis e aprendendo a respeitar o território daqueles que já vivem da coleta há mais tempo, até adquirir os recursos para realizar tal atividade. Cardoso (2017) em sua investigação sobre a população de rua em Salvador – BA, identificou que os recém-chegados são chamados de *barrigas-verdes* pelos que já estão há mais tempo nas ruas, termo que designa a inserção do novato que precisa superar sentimentos pessoais de vergonha e repugnância para vasculhar as latas de lixo em busca de comida; o novato vence a si mesmo quando a fome é grande e não lhe resta outra alternativa.

À medida em que vão se adaptando e convivendo nas ruas, as pessoas vão construindo novos vínculos com aqueles que ali estão há mais ou menos tempo, tecem novas amizades, descobrem os locais para realizar a higiene pessoal e o descanso, identificam as bocas de rango²² e aprendem a conviver com o olhar dos curiosos que transitam pelas ruas, descobrem os horários de distribuição de comida feita por grupos assistenciais, identificam os acessos e as redes de serviços públicos, empreendem alternativas para angariar renda, aprendem a respeitar as regras dos que estão há mais tempo nas ruas, forjam novas formas de moradia (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994; MAGNI, 2006; FRANGELLA, 2009; MELO, 2011).

A população de rua procura por lugares que possibilitem a satisfação das necessidades básicas: perto de chafarizes e fontes que oferecem água para o banho e a lavagem de roupas, que comumente são secadas em varais improvisados nos postes, galhos

²² Locais de distribuição de comida gratuita (MELO, 2011).

de árvores, grades; e quando potável, usam-na para o consumo e para cozer os alimentos em latas ou panelas sobre fogareiros de pedras/tijolos armados no chão, que nas regiões de baixas temperaturas também aquecem os corpos nos períodos do inverno (MARTINS, 1993; MAGNI, 2006). Procuram ainda por locais próximos ao comércio e serviços em geral, que atraem um maior fluxo de pessoas, o que favorece a obtenção de alimentos, o pedido de doações e a realização de atividades informais para angariar rendimentos (CARNEIRO-JUNIOR et al., 1998). Carros, vagões de trem, bancos de praças e rodoviárias, arquiteturas de viadutos, podem ser improvisados para o pernoite. Pedacos de concreto e mochilas podem funcionar como travesseiros, dormir sobre essas últimas também se constitui em forma de proteger os pertences contra roubos. Para forrar o chão, normalmente se usam papelões, e para se cobrir, lençóis e cobertores, esses são típicos de doação, na cor cinza (ESCOREL, 1999).

A escolha do local tem ainda estreita relação com a segurança que oferece. Algumas pessoas em situação de rua criam vínculos com vigias de estabelecimentos públicos e privados, o que comumente se reverte em uma espécie de permissão e uma relativa segurança para pernoitar em alguns locais, procurando ainda manter a limpeza e a higiene do espaço que utilizam, o que contribui para uma maior aceitação e oportunidades futuras para ali dormirem (ESCOREL, 1999). Segundo Cardoso (2017), *tem-se medo da noite*, pois é nesse período em que, grande parte da cidade dorme e estando as ruas praticamente desertas, a população de rua fica mais exposta às práticas de violência, que pode ser empreendida por policiais, pessoas da sociedade ou alguém entre os iguais. Na rua, o sono não costuma ser reparador, daí essas pessoas geralmente nos dizerem, “durmo com um olho aberto e outro fechado” (Diário de Campo, 15/11/2017). Em função da violência que ronda e/ou acompanha as noites das ruas, muitos dormem durante o dia e buscam realizar a coleta de recicláveis à noite, ou utilizam esse período para comer e conviver (ESCOREL, 1999), ou dormem em grupos e revezam-se para vigiar o sono uns dos outros (BEZERRA, ROSA, VIEIRA, 1999).

A reação ao movimento de circulação que acompanha a população de rua, é a indiferença, a aversão, a exclusão e a subtração. Para Nascimento (2003, p. 56), as pessoas em situação de rua, configuram homens, mulheres e menores, na maioria das vezes, não mais vistos em sua humanidade por seus semelhantes e talvez, em alguns casos, não mais

se sintam como tais, “É como num jogo de espelho invertido: não há reflexo, não há retorno, mas fuga, distanciamento”.

Nas ruas citadinas, opera a tecnologia da vigilância – grades, cadeados – que nega continuamente às pessoas em situação de rua um lugar na rua, produzindo inversamente a circulação, a violência física de polícias, de grupos de extermínio, comerciantes e dos próprios transeuntes (ADORNO; VARANDA, 2004; FRANGELLA, 2009). São constantes as denúncias de maus tratos, práticas de espancamento e extermínio à população de rua. Três casos marcaram o contexto brasileiro: o extermínio dos menores em frente da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, em 1993, o assassinato do índio pataxó Galdino dos Santos em Brasília, em 1997 e, a chacina da Praça da Sé, na qual foram mortas sete pessoas em situação de rua, em São Paulo, em 2004. A chacina da Praça da Sé faz nascer, em 2004, o Movimento Nacional da População de Rua, na cidade de Belo Horizonte – MG.

A presença do Estado, como instância que garante a ordem, o amparo e a segurança, é relativa e questionável. Segundo Costa (2005), ações de segurança pública dirigidas a população de rua orientam mais suas ações pela lógica da repressão de comportamentos e pela *tolerância zero* frente a atos de transgressão, do que pelo princípio da responsabilidade em garantir segurança e proteção.

Parte fundamental dos trajetos de circulação da população de rua são as entidades de acolhimento e de serviços voltados a esse segmento. Sejam instituições de caráter religioso, órgãos do governo ou organizações governamentais, elas acompanham o universo da rua. Esses locais servem como fonte de recurso e oportunidades no deslocamento de quem vive nas ruas, procuram minimizar as condições de sofrimento e comumente tornam-se os mediadores de relações de conflito entre este segmento e aqueles que promovem sua expulsão dos lugares (FRANGELLA, 2009; ESCOREL, 1999). Frangella (2009) destaca que, os vínculos que se estabelecem entre os habitantes de rua e aqueles que atuam nas entidades de acolhimento são fluídos e, embora, nem sempre constantes, são importantes, já que são atualizados nas circulações irregulares deste segmento.

2.3 Os agrupamentos nas ruas

Frente à instabilidade cotidiana que acompanha a vivência em situação de rua, os agrupamentos constituem-se em importante estratégia de sobrevivência. Diferente do olhar estigmatizante e segregador da sociedade, o grupo possibilita a convivência entre iguais, configura um espaço específico e adequado frente ao meio social que rejeita (STOFFELS, 1977; BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994). Quando um grupo se forma na rua, pode demarcar uma dada territorialidade na qual passa a conviver e/ou exercer suas atividades, podendo compreender um viaduto, uma praça, um ponto próximo a um estabelecimento comercial, etc. A convivência é norteada por um conjunto de normas e sanções que regem as relações entre os membros, bem como estabelecem orientações para a admissão de novos integrantes (MARTINS, 1993; ESPINHEIRA, 1993).

O grupo confere ao integrante, segurança e proteção em diferentes situações: no dormir, no cuidado dos poucos pertences, no resguardo dos menores. Segundo Stoffels (1977), em termos de sobrevivência, o grupo se reveste de uma dupla função: afetiva e fisiológica. A afetiva possibilita a convivência com um outro que é ao mesmo tempo um ser próximo que não censura a condição da pessoa e com a qual se pode estabelecer, apesar dos conflitos, uma relação de troca de experiências e opiniões. A fisiológica proporciona compartilhar com o outro, os alimentos e doações recebidas, as informações acerca dos locais propícios ao pedido e ao repouso, obtenção de documentos e assistência em geral. A convivência grupal, conforme essa autora, possibilita que o indivíduo recupere, até certo ponto, a identidade pessoal e social.

Dada a preponderância masculina da população de rua, os grupos que se formam são em grande parte compostos exclusivamente por homens, que se agrupam por um período de tempo maior ou menor. Alguns autores observam que, quando se formam grupos mistos (homens e mulheres), com ou sem a presença de crianças, há tentativas de reconstituição dos laços familiares, que são, todavia, acompanhadas pela instabilidade e efemeridade, próprias da rua, opostas às dos grupos familiares que, embora empreenderam a ida às ruas, não se desfizeram em sua unidade familiar (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994; MARTINS, 1993; ESCOREL, 1999). A composição flexível e fluída dos grupos mistos, faz com que ora se façam e ora se refaçam com novos integrantes: “Criam-se solidariedades, desconfianças, amores e ódios entre o povo da rua. Casais se formam e se separam, crianças nascem e morrem” (MAGNI, 2006, p. 63).

Segundo Escorel (1999), o grupo constitui uma unidade de pertencimento que confere à pessoa um suporte similar ao da família. As relações interpessoais que se estabelecem têm como referência a unidade familiar. Afirma ela haver uma espécie de recomposição da ideia de família, “parte dessa *bricolage* é a familiarização das relações, entre si e com os transeuntes, que pode ser observada nos ‘parentescos’ criados e, particularmente, na linguagem adotada. Um companheiro eventual pode tornar-se marido, um conhecido há poucos dias é apresentado como irmão” (Ibidem, p.155).

Na análise das trajetórias de vida dos oito meninos mortos em frente à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, em 1993, feita com base nas notícias articuladas pela imprensa, Alvim (1995, p.12, grifo da autora), destaca “na rua não é preciso um sobrenome, pai ou mãe. Aqueles considerados muito pequenos são adotados e passam a ter *pais e mães de rua*” A adoção de crianças mais novas também pode acontecer pelas mais velhas, “Ana Maria reconheceu o filho, fechou seus olhos, acompanhou o enterro sem chorar. No entanto, sua *mãe de rua* (B. de 16 anos) chorava muito, dizendo que queria seu filho de volta” (Ibidem, p. 18, grifo da autora). Comumente na vivência em situação de rua, adotam-se outros nomes, os quais são assumidos para preservar e proteger a identidade pessoal, e em alguns casos, para diferenciar a vivência na rua da de outrora.

Embora os agrupamentos são importantes estratégias de sobrevivência, em função da mobilidade e da disputa de recursos e territórios, o tecido relacional do grupo é marcado pela ambiguidade, sendo suas interações mergulhadas em um contexto frágil, que podem se romper facilmente. Dessa forma convivem juntos, o reconhecimento e a rejeição, a solidariedade e os conflitos, a cooperação e a disputa (ESCOREL, 1999; FRANGELLA, 2009).

Apesar da importância do agrupamento, há de se destacar que há pessoas que não se agrupam. Segundo Magni (2006), deficientes físicos ou os considerados loucos e birutas tendem a ser estigmatizados pelos próprios companheiros e acabam vivendo de uma forma bastante solitária. Muitos deles tiveram passagem por instituições psiquiátricas. Percebidos como inválidos, incapazes para o trabalho, acabam obtendo legitimidade social para se proverem através do pedido de doações e, “desde que mantenham relativa discrição nos seus hábitos, podem até chegar a encontrar um *lócus* público onde consigam viver por bastante tempo, muitas vezes sendo assistidos pelos vizinhos e tornando-se figuras folclóricas do bairro” (Ibidem, p. 61).

2.4 Modos de morar na rua

A população de rua utiliza o espaço urbano e o adapta para a moradia. Taschner e Rabinovich (1998) identificaram diferentes *modos de morar* desenvolvidos pela população de rua em São Paulo, que assim classificaram: *nômades*, geralmente se estabelecem sob viadutos, cuja estrutura serve de teto e parede para a construção de suas casas que compreendem divisórias móveis, feitas de papelão, caixotes ou compensado, com os quais demarcam o quarto, a cozinha e os banheiros, esses grupos podem ou não constituir famílias; *cavernas*, moram no interior dos viadutos, cujas instalações às vezes tem trancas e energia elétrica, ausência de insolação, aeração e luminosidade, nelas foram encontradas famílias nucleares; *selvagens*, não demarcam território, possuem o pouco que podem carregar nas costas e não estruturam famílias; *assentados*, fixam-se sob pontes e viadutos, apresentam um certo modo estável que pode ser observado nas estruturas das casas (paredes fixas feitas com ripas, portas com fechaduras, assoalhos forrados, presença de decoração, utensílios e móveis), na estrutura familiar (relações com parentes e companheiros mais constantes), nas atividades laborativas (planejamento na distribuição dos ganhos mensais e na divisão de tarefas entre homens e mulheres); *neo-nômades*, transformam a carrocinha, usada na coleta de recicláveis, em casa móvel, que acompanha o deslocamento de seus donos, são cuidadas e criativamente decoradas, a maior parte deste grupo são homens só, em proporções menores também foram encontrados casais e famílias, apresentando a carrocinha nessas últimas, construção em duplex, possibilitando as crianças dormirem em quarto separado dos pais e cabendo à mulher os cuidados da casa: guardar, limpar, lavar, cozinhar, cuidar das crianças.

Além do estudo Taschner e Rabinovich (1998), julgo pertinente destacar as *malocas*, um termo muito comum entre a população de rua. As *malocas* são construções feitas em calçadas e praças, estruturadas mimeticamente tal como a organização de uma casa, com quarto, banheiro e cozinha, acompanhadas de mobília e utensílios domésticos, encontrados na coleta de recicláveis (ADORNO; VARANDA, 2004; MELO, 2017).

2.5 As tensões entre o público e o privado na vivência em situação de rua

Dentre o circuito itinerante das pessoas de rua também está o uso do espaço. Em suas vivências, essas pessoas atribuem um novo sentido ao uso do espaço público. Lugares coletivos, habitualmente destinados à circulação de pessoas e ao lazer, como ruas e calçadas, ou construídos para o tráfego de transportes, como os viadutos, revertem-se em espaços de abrigo e habitat, sendo utilizados para a realização de atividades privadas, tais como, comer, defecar, banhar-se, manter atividades sexuais, subvertendo os princípios básicos da organização social, que distingue o âmbito público do privado (VIEIRA, 1995; ZALUAR, 1994, 1995), ou nos dizeres de Da Matta (1997), o que é próprio da *casa* e o que é próprio da *rua*.

Para Da Matta (1997, p. 14), casa e rua constituem-se em “categorias sociológicas” fundamentais para a compreensão da sociedade brasileira. No imaginário social, essas categorias são opostas e complementares, e estabelecem para cada espaço, papéis e ações específicas. Não designam apenas espaços geográficos, mas “entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.” (Ibidem, p. 15). Conforme esse autor, *casa* se define como o universo privativo, íntimo, propício a vivência de relações pessoais, familiares, hospitaleiras e íntimas, no qual a totalidade tem precedência sobre o indivíduo, ou seja, ele recebe as regras do âmbito em que vive. A vertente é relacional, ou seja, tudo inclui, e hierarquizante, isto é, cada qual no seu lugar. A casa é o universo para a satisfação das necessidades fisiológicas e para a recuperação do corpo. Na *rua*, prepondera o impessoal, o desconhecido, “o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento.” (Ibidem, p. 19). No imaginário social, é um universo povoado por personagens perigosos, daí das expressões *moleque de rua* e *já para a rua*, que são poderosas e ofensivas, pois denotam num caso, alguém sem orientação moral e no outro, uma forma de eliminar alguém de um dado ambiente. O indivíduo é considerado como livre e passível de construir suas próprias regras. Esta individualização extremada, na qual as referências familiares e trajetória relacional são perdidas ou não consideradas, é expressa no sentimento de que nada é pior do que morrer longe ou fora de casa, no meio da rua, como indigente.

Além de identificar as principais diferenças entre as esferas público e privado na sociedade brasileira, Da Matta (1997) também enfatiza a complementaridade destes espaços e a relação complexa que estabelecem entre si através de subespaços - praças, mercados, janelas e varandas – bem como nas ocasiões especiais – festas -, nas quais se espera e deseja que haja comunicação. Para o autor, aqueles que fazem da rua sua casa, subvertem de tal ordem um princípio social que a ocupação passa a definir o ocupante, os que ali vivem são os pilantras e os marginais em geral. Nessa perspectiva, às pessoas em situação de rua, caberia a fria letra da lei. Escorel (1999), no entanto, pondera que, embora essas pessoas ocupem o espaço público e dele façam sua moradia, isso não as caracteriza como extremamente individualizadas, na medida em que não escolhem e nem fazem as regras do mundo em que vivem.

Zaluar (1994, 1995) e Vieira (1995) acrescem ainda que, as tensões e conflitos postos pela vivência das pessoas em situação de rua, especificamente no que diz respeito às fronteiras entre público e privado, colocam questões com as quais o poder público tem que lidar: se por um lado, deve gerir o uso do espaço público, por outro, deve atender as necessidades desse grupo social.

Segundo Zaluar (1995), um dos aspectos que influem significativamente na aversão social às pessoas em situação de rua é a definição cultural de pobreza, que sofreu significativas mudanças ao longo dos tempos. O significado místico que lhe foi atribuído pela tradição cristã na Idade Média, associado à dimensão espiritual e ao despojamento, pouco está em voga nos tempos atuais, regidos pelo consumismo e individualismo. Perdendo seu sinal positivo, a pobreza adquire o sentido negativo da falta, da carência, estendida também ao plano moral. Acresce-se a isso, conforme a autora, a associação, no imaginário social, da pobreza ao crime, considerando-a como meio social destituído de moralidade humana básica, propício ao surgimento do criminoso.

Essas mudanças no significado da pobreza, conforme Zaluar (1995), compõem o quadro no qual se desenvolveu a ideia de que a pobreza gera a criminalidade, tanto no discurso que faz dessa noção a justificativa para a repressão violenta às classes populares, quanto para aqueles que a utilizam como retórica de defesa da política social voltada para o atendimento aos setores mais pobres da população. Ambos os discursos se afirmam na lógica do perigo aliado à pobreza, fazendo dos pobres o foco de uma intervenção estatal feita com base na suposta violência desses. Uma responde com a violência institucional e a

outra, com o paternalismo que não gera a consciência de direitos de cidadania. Um dos efeitos trágicos dessas concepções e posturas é reforçar ainda mais o preconceito em relação às pessoas em situação de rua, transformados em objeto de desconfiança de todos.

2.6 Modos de trabalhar nas ruas

Na vivência na e da rua, forjam-se alternativas de trabalho, dentre essas, guardar carros, limpar para-brisas, carregar e descarregar mercadorias, catar materiais recicláveis. A coleta de materiais recicláveis é uma das atividades mais desenvolvidas em prol da sobrevivência, pelas pessoas em situação de rua nas diferentes cidades do Brasil (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994; BURSZTYN; ARÁUJO, 1997; ESCOREL, 1999; MAGNI, 2006). Homens e mulheres, acompanhados ou não de crianças e/ou adolescentes, desenvolvem este trabalho precário, pesado, sujo e mal remunerado.

A população em situação de rua embora, mediante a coleta e venda de materiais recicláveis participa dos circuitos da economia capitalista, configura-se mão-de-obra explorada a baixa custo, contribuindo para a acumulação de capital de empresas, sem o compromisso que lhe sejam auferidas as condições básicas de proteção à saúde e as relacionadas aos direitos trabalhistas. Para Bursztyn (2003, p. 07), o que há de mais imoral na realidade do início do século XXI, “é o lixo que une os incluídos e os excluídos da modernidade”. O sistema global, conforme esse autor, produz um paradoxo perverso: pessoas descartáveis que tem no descarte do consumo, sua fonte de sobrevivência, “A vida *no e do* lixo é o corolário, nesse sentido, de um processo econômico que valoriza a reciclagem de materiais para um florescente negócio industrial, ao mesmo tempo em que desvaloriza o trabalho das populações que são jogadas no meio da rua” (Ibidem, p. 21).

As alternativas de trabalho forjadas na vivência em situação de rua, manifestam, por um lado, a capacidade de reverter os materiais encontrados nas ruas citadinas em recursos de sobrevivência, por outro, o caráter informal dessas atividades, que auferem baixos rendimentos. Zaluar (1995) e Neves (1995) chamam a atenção para a vulnerabilidade dos vínculos ocupacionais que acompanham essas pessoas já em suas vivências nas famílias de origem. Por serem oriundas preponderantemente das classes trabalhadoras pobres, são acompanhadas pela realização de ocupações intermitentes e

desvalorizadas, cujos ínfimos rendimentos não asseguram a sobrevivência da unidade familiar e requerem ser complementadas pela ajuda da rede de parentesco e de amigos. Essas famílias convivem com o medo cotidiano de que aconteçam rupturas com o mercado de trabalho, pois este exige cada vez mais profissionais qualificados e as empresas podem substituir constantemente a mão-de-obra que empregam. Afirmam elas que, quando o desemprego se instala de forma mais prolongada na vida de uma família, pode fazê-la ultrapassar o limiar da pobreza à miséria. O medo do desemprego, conforme Neves (1995, p. 64), quase sempre está associado ao medo de se tornar mendigo, situação na qual pode incorrer “o trabalhador em situação prolongada de desemprego, que tenha dilapidado seu fundo de consumo – casa, roupa, alimentos, possibilidades de obtenção de empréstimos de amigos, etc. – ou que não conte com a ajuda de familiares ou colegas para colaborar nessa reposição.”.

Para Zaluar (1995) e Neves (1999), um quadro amplo de exclusão social acompanha a população de rua já antes da ida às ruas, dentre esse quadro, estão a pouca escolaridade, problemas de saúde, a precária ou nenhuma qualificação profissional. Esses fatores se influenciam e se retroalimentam mutuamente: o baixo nível educacional limita o acesso a postos de trabalho de baixa qualificação e remuneração, dificultando que as famílias de baixa renda ascendam a melhores ocupações e venham a melhorar sua qualidade de vida. As autoras concordam, assim como Bezerra, Rosa e Vieira (1994) e Escorel (1999), que o desemprego não é fator determinante de ida às ruas, porém, sua presença ou ausência influi na dinâmica das relações familiares e pensar em possibilidades de emprego torna-se fundamental quando se pensa em alternativas para a saída das ruas das pessoas adultas aptas ao trabalho, já que o acesso ao emprego proporciona renda e esta viabiliza os meios de acesso à moradia.

O amplo quadro de vulnerabilidades que acompanham as trajetórias daqueles que empreenderam a ida às ruas, tal como pontuado, pelas autoras acima citadas, na década de 90, também pode ser observado anos depois, nos resultados da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2008: 58,6% afirmaram ter alguma profissão, embora não a estivessem exercendo, dentre essas, as mais destacadas estavam vinculadas à construção civil (27,2%), comércio (4,4%), trabalho doméstico (4,4%) e mecânica (4,1%). 47,7% nunca trabalharam com carteira assinada e dentre os que já tiveram carteira assinada em algum momento da vida, isso ocorreu há muito tempo (50% há mais de 5 anos, 22,9%

de 2 a 5 anos). O referido censo identificou que o grau de escolaridade da população em situação de rua é baixo: 15,1% nunca estudaram, 48,4% têm ensino fundamental incompleto e 10,3% completo, 3,8% têm ensino médio incompleto e 3,2% completo, 0,7% possui tanto ensino superior completo como incompleto (BRASIL, 2008).

Com base na Pesquisa Nacional também são observadas vulnerabilidades quanto ao possuir documentos: 24,8% não possuíam quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. 49,5% tinham certidão de nascimento, 58,9% carteira de identidade, 42,2% CPF, 39,7% carteira de trabalho, 37,9% título de eleitor e apenas 21,9% possuíam todos esses documentos. Um percentual significativo não era atingido pela cobertura de programas governamentais: 88,5% não recebiam qualquer benefício e dentre os que recebiam, estavam: aposentadoria (3,2%), Bolsa Família (2,3%) e Benefício de Prestação Continuada (BPC – 1,3%) (BRASIL, 2008).

Quanto às alternativas forjadas na vivência em situação de rua para angariar a sobrevivência, a Pesquisa Nacional revelou que 70,9% desempenhava alguma atividade remunerada, particularmente na economia informal, dentre elas: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%). Somente 15,7% pediam dinheiro para a sobrevivência, o que contribui para desmistificar o imaginário social de que este grupo é composto basicamente por pedintes, revelando a configuração de um novo perfil da população de rua que, embora não exclusivo, angariam recursos financeiros para sua subsistência com base no próprio trabalho. No entanto, apenas 1,9% trabalhava com carteira assinada. Os níveis de rendimentos dos que realizavam atividades informais eram baixíssimos: 52,6% recebiam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais (BRASIL, 2008).

É possível identificar ainda, com base no Censo Nacional, uma vulnerabilidade dos vínculos familiares da população de rua: 51,9% possuem algum parente residente na cidade em que se encontram, todavia 38,9% não mantém contato com esses familiares e apenas 14,5% mantêm contatos em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados. Sobre a qualidade do relacionamento com os parentes que vivem na mesma cidade, 39,2% avaliam como bom ou muito bom, enquanto 29,3% consideram como ruim ou péssimo (BRASIL, 2008).

2.7 O tempo nas ruas

No que diz respeito ao tempo de vivência na rua, Bezerra, Rosa e Vieira (1994) estabelecem uma diferenciação. Descrevem o *ficar na rua (circunstancialmente)*, *estar na rua (recentemente)*; e *ser da rua (permanentemente)*, que correspondem respectivamente a: a) àquelas pessoas que recém-chegadas à cidade, tiveram alguma dificuldade que lhes colocou circunstancialmente nessa situação, tem grande receio em dormir na rua e procuram soluções para tal situação, mediante plantões do serviço social ou a realização de algum trabalho informal com o qual possam pagar um espaço para dormir; rejeitam a identificação com as pessoas que vivem na rua; companheiros de trabalho e parentes configuram o grupo de referência com quem normalmente mantêm vínculos; b) às pessoas que já não percebem a rua mais como tão ameaçadora e a adotam como espaço para dormir, para o estabelecimento de vínculos com quem nela vive e para o desenvolvimento de alternativas que auferam algum rendimento, mas também podem utilizar a rede de serviços assistenciais; o grupo de referência são os companheiros de rua e de trabalho; c) às pessoas que já acumulam maior tempo em situação de rua e disso decorre um processo de depauperamento físico e mental, particularmente pelo consumo constante de álcool e drogas, da má alimentação e das precárias condições de higiene; torna-se mais difícil conseguir emprego, a rua torna-se local de moradia praticamente definitivo, embora eventualmente se alterne com outros espaços de alojamento, os grupos de referência são os da rua.

Conforme Bezerra, Rosa e Vieira (1994), essas três situações podem ser dispostas num *continuum*: ficar na rua circunstancialmente constitui-se em situação provisória, todavia, quando a ausência de trabalho se prolonga, quando dormir na rua passa a ser uma constante, novos vínculos se estabelecem, hábitos começam a ser incorporados, novos códigos são criados. À medida em que aumenta o tempo de rua, diferente dos que passam pela rua circunstancialmente e estão na rua recentemente, as pessoas passam a desenvolver e incorporar um modo de vida próprio. Para essas autoras, nas situações *ficar* e *estar na rua* é possível alternar a rua com outros lugares de residência e com trabalhos diversos, havendo maiores possibilidades de o indivíduo sair da rua, processo que se torna cada vez mais difícil, embora não impossível, à medida em que aumenta o tempo de rua, ou seja, à medida em que se é da rua.

2.8 As condições de saúde da população em situação de rua

Considerando as condições de extrema vulnerabilidade da população em situação de rua, julgo pertinente apresentar os dados relacionados aos problemas de saúde investigados na Pesquisa Nacional (2008). Os dados revelaram que 62% referiram não ter problema nenhum, 29,7% afirmaram ter algum e 8% não sabiam ou não responderam. Dentre as patologias, as mais citadas foram: hipertensão (10,1%), deficiência mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/ cegueira (4,6%). Quando doentes, os serviços hospitalares são os primeiros a ser buscados (43,8%), seguidos do posto de saúde (27,4%), o que expressa a busca por serviços em situações de emergência em detrimento dos preventivos.

Chama atenção que, apesar das precárias condições de vida, mais da metade dos entrevistados referiram não ter problemas de saúde. Estudos sobre saúde-doença e população em situação de rua, destacam que esse grupo tende a fazer uma avaliação positiva de suas condições de saúde. Esse fato pode ser em parte explicado por uma concepção de saúde associada à “capacidade de estar vivo e de resistir ao cotidiano de dificuldades nas ruas” (AGUIAR; IRIART, 2012, p. 120), já a doença está associada à debilidade, a ponto de “não poder trabalhar, a impossibilidade de batalhar e ganhar dinheiro, o impedimento de realizar tarefas simples, ou no caso extremo, o organismo não suportar o sofrimento, enfraquecer e sucumbir.” (Ibidem, p. 120). Frente à necessidade de assegurar a sobrevivência, problemas de saúde que não afetam a capacidade de trabalhar ou de locomover-se são relativizados.

A busca pelos serviços de saúde se dá quando o problema é grave e urgente (CARNEIRO-JUNIOR et al., 1998; AGUIAR, IRIART, 2012). Essa escassa procura deve-se, conforme Aguiar e Iriart (2012), por motivos relacionados a empregar o tempo em prol da busca pela sobrevivência e pelos questionamentos sobre a efetividade do atendimento médico, dado que se retorna às ruas sem o acesso aos medicamentos prescritos e sem possuir os meios necessários para cuidar da saúde. A falta de documentos de identificação pessoal e a exigência de comprovação de residência para definir a base territorial de atendimento, também são um empecilho no acesso aos serviços de saúde. Aguiar e Iriart (2012) e Rosa, Cavicchioli e Bretas (2005) defendem que a questão da territorialidade

deveria ser relativizada no atendimento à população de rua, a fim de que os princípios da universalidade e equidade do SUS possam ser efetivados. Outro aspecto que dificulta a busca por atendimentos na área da saúde é a discriminação sofrida por parte dos profissionais da saúde, que criam resistências e dificuldades para o atendimento, em função da sujeira e do mau cheiro que acompanha esse grupo (AGUIAR; IRIART, 2012; DANTAS, 2007).

A precariedade na realização de práticas de higiene pessoal corrobora para o agravamento da saúde. Dentre os problemas de saúde que acompanham este grupo, estão: o abuso de substâncias psicoativas (crack, álcool, maconha e cocaína), HIV/AIDS, transtornos mentais/psiquiátricos (retardo mental leve, esquizofrenia e psicose) problemas odontológicos, dores físicas diversas, gripes, traumatismos por atropelamentos, ferimentos, tuberculose, problemas oftalmológicos, uterinos, dermatológicos (pano e micose) e gastrointestinais (disenteria) (AGUIAR; IRIART, 2012); doenças de pele, causados por parasitas (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994), dependência alcoólica e úlceras (CARNEIRO-JUNIOR et al., 1998).

A vivência contínua de situações de discriminação por parte da sociedade, a exposição à violência, a privação das necessidades básicas, a desgastante luta diária pela sobrevivência, podem gerar adoecimento psíquico e físico, acompanhados de sentimentos de desamparo, angústia, abandono, desespero, perda da autoimagem e da identidade, tristeza e indiferença, podendo ser seguidos de desorientação e fuga da realidade, em função da ausência de novas referências na situação de rua. A incapacidade psíquica de lidar e se adaptar à nova realidade pode gerar isolamento, uso abusivo de drogas e a emergência de transtornos psicóticos (DANTAS, 2007).

2.9 Desfiliação: rupturas nos eixos relacionais e ocupacionais

As pessoas em situação de rua, expressam, conforme Escorel (2003, p. 139), “o ponto de degradação que as condições da vida urbana atingem”. A vivência na e da rua, caracteriza-se, segundo essa autora, por uma existência de extrema privação material, situada no limite entre a vida e a morte, expressão da exclusão social. Com base em Castel,

Escorel (1999) constrói o conceito de exclusão social, como processo de vulnerabilidade, fragilidade e ruptura dos vínculos em várias dimensões da vida social²³.

Castel (1997) cunha o conceito de *désaffiliation* (no original francês), traduzido por Frank para o português como desfiliação, significando “situações nas quais indivíduos deixam de pertencer, deixam de estar vinculados ao universo do trabalho e/ou redes sociais mais amplas” (apud CASTEL, 1997, p. 19). Para Castel (1997), a marginalidade que acompanha as pessoas em situação de rua, emerge ao fim de um processo onde ocorre um duplo desligamento associado aos âmbitos da inserção relacional e do trabalho. Em cada um destes dois âmbitos, distingue três gradações: inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social; trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho. Com base no agrupamento dessas nuances duas a duas, constrói três zonas: a da **integração**, forte inserção relacional e trabalho estável, que sempre caminham juntas; a **vulnerabilidade**, fragilidade dos suportes relacionais e trabalho precário, e a **desfiliação**, isolamento relacional e ausência de trabalho.

Segundo Castel (1997), o âmbito sociofamiliar compreende vínculos familiares consistentes e duradouros, relações de amizade, companheirismo, vizinhança, presentificados na vivência familiar cotidiana, no grupo religioso, no lazer, nas festas de comunidade. A precariedade e fragilidade na vivência desses vínculos podem conduzir ao isolamento e à solidão, acompanhadas da dificuldade em mobilizar recursos frente às adversidades existenciais. O âmbito do trabalho engloba assalariamento (rendimentos) e proteção social. A centralidade dos vínculos com a esfera econômico-ocupacional possibilita que o trabalho confira legitimidade e dignidade à pessoa, fazendo com que as vivências neste âmbito estejam fortemente relacionadas à identidade e autoestima do trabalhador, de modo que a análise das desvinculações inclua as condições de vida deste em suas possibilidades de poupança e perspectivas de futuro, bem como a dimensão simbólica, ou seja, os valores atribuídos ao labor e sua função na construção identitária (ESCOREL, 2003). Conforme Castel (1997), quando os vínculos sociofamiliares e ocupacionais estão comprometidos, coloca-se em risco o pertencimento, o bem-estar e a integridade da pessoa.

²³ Os processos de vulnerabilidade, fragilidade e ruptura dos vínculos se dão em cinco eixos existenciais: ocupacional, sociofamiliar, político (cidadania), cultural (valores simbólicos) e no âmbito da vida (fenômenos relacionados à saúde/doença e à violência) (ESCOREL, 1999).

Castel (1997) destaca que, as fronteiras entre as zonas da integração, vulnerabilidade e desfiliação, construídas a partir dos âmbitos trabalho e inserção relacional, não são rígidas, podendo o indivíduo ou o grupo transitar de uma a outra. Todavia, a vulnerabilidade constitui-se em posição estratégica, pois

É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. Daí o risco de caírem na última zona, que aparece, assim, como o **fim de um percurso**. É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação. (Ibidem, p.26, grifo do autor).

Fruto de um percurso mais amplo, as situações marginais inscrevem sua dinâmica, conforme o autor, no bojo do processo que não se coloca repentinamente na vida de uma dada pessoa, comumente a acompanha em sua trajetória existencial, em cujos rastros se encontram experiências relacionadas à pobreza e miséria humanas. Para Castel (1997, 2005) a nova questão social consiste num processo de fragilização e ruptura de vínculos sociais, quando ao fim do percurso, na desvinculação, a precariedade econômica se reverte em privação, e a fragilidade relacional em isolamento.

O autor situa as pessoas em situação de rua na zona da desfiliação:

Ao término do percurso encontramos esses *homeless people* que frequentam certos espaços da cidade, cais de metrô, cantos de jardins públicos, entradas de estação, bairros precários do subúrbio...Tudo os separa, afora essa experiência de ruptura do vínculo social: antigos pacientes ‘desinstitucionalizados’, dos hospitais psiquiátricos, jovens toxicômanos dessocializados, pequenos delinquentes, *clochards*²⁴ de longa data, prostitutas ocasionais, *drop out* de toda sorte. (CASTEL, 1997, p. 35, grifo do autor).

Embora os *homeless people* cheguem à zona da desfiliação por caminhos diversos, posterior a uma perda econômica, um drama familiar, uma infância desastrosa, um acidente, uma desqualificação profissional, dificuldades psíquicas, ou inclusive em decorrência de várias dessas razões ao mesmo tempo, o que esse grupo, sob formas e vivências diversas, têm em comum, segundo Castel (1997), é o duplo desligamento em relação ao âmbito do trabalho e à inserção relacional. Esse grupo demanda, simultânea e

²⁴ “Pessoa socialmente inadaptada, que vive sem trabalho e sem domicílio nas grandes cidades” (CASTEL, p. 1997, p. 29).

sucessivamente ações em distintas áreas, dentre elas, segurança, assistência, saúde e moradia.

Segundo Castel (1997), cada contexto, a partir de suas especificidades, necessita criar medidas para diminuir os riscos das pessoas transitarem da zona da vulnerabilidade à desfiliação. No caso da França, essas medidas consistiram em expandir as proteções sociais aos trabalhadores, num contexto marcado pela experiência do pleno emprego e pela atuação de um Estado de Bem-Estar Social. No Brasil, ao contrário, o desenvolvimento econômico, segundo Escorel (1999, p. 150), expandiu e aprofundou as vulnerabilidades associadas à pobreza, mantendo-se “a unidade familiar como principal suporte das relações sociais da classe trabalhadora pobre, que nunca chegou a ser substituído ou significativamente complementado por ações públicas” Se cada contexto a partir de suas especificidades, necessita criar as condições para o enfrentamento da vulnerabilidade social, Escorel (1999) lembra que cada contexto conforma os processos de exclusão. No contexto francês, o vetor primordial de exclusão social é o trabalho, daí porque a presença de uma política de pleno emprego e da atuação de um Estado de Bem-Estar Social aliviou os efeitos da ausência de trabalho sobre os vínculos familiares. No Brasil, a exclusão social tem outra característica. De acordo com a investigação de Escorel (1999) com a população de rua no Rio de Janeiro, a fragilização e as rupturas dos vínculos familiares e outras referências primárias, adquirem relevância preponderante no conjunto de vulnerabilidades que envolvem a trajetória do excluído. Escorel (1999) aponta para as frágeis bases secundárias associadas com a inserção ocupacional e a cidadania: elas não conseguem substituir o suporte essencial, seja ele material, seja ele simbólico, das relações sociofamiliares. Conforme Escorel (1999, p. 264), em uma sociedade como a brasileira, “em que a família e a casa constituem a unidade de pertencimento preponderante, ficar sem lugar não é ficar sem trabalho – essa é uma contingência, um acidente de percurso, muito frequente na pobreza abrigada – é ficar sem família”. Diferente do que acontece no contexto francês, no Brasil, a relação com a esfera sociofamiliar constitui-se como preponderante no processo de desvinculação social; o viver nas ruas é consequência do desvincular-se da esfera sociofamiliar.

Castel (1997) pontua a importância de uma quarta zona, que é a da assistência, na qual são inscritas as pessoas que em função de suas fragilidades, sejam físicas, sejam mentais, não têm condições de ser inseridas ou reinseridas no mercado de trabalho. A zona

da assistência, ao longo da história, conforme observamos nos aspectos históricos da população de rua, dentro de seus limites, buscou prestar atendimento a este grupo, seja mediante a atuação da Igreja, seja mediante a ação do Estado. Para o autor, a atuação da assistência prossegue ainda nos dias atuais como importante.

Caracterizados alguns dos aspectos da vivência da população em situação de rua, no tópico que segue, abordaremos alguns aspectos deste grupo em Salvador – BA.

2.10 A população em situação de rua em Salvador – BA

A Pesquisa Nacional sobre População em situação de Rua, realizada em 2008, revelou 3.289 pessoas nessa condição em Salvador, o que então correspondia a 0,114% da população local, que conforme dados do IBGE em 2007, totalizavam 2.892.625 pessoas²⁵. O número é grande quando consideradas as condições desumanas que acompanham essas pessoas, dentre outras, dormir, assegurar a sobrevivência, cuidar da higiene e da saúde. Salvador é a terceira cidade com maior número de pessoas em situação de rua do país, superada apenas por São Paulo, com 10.394 pessoas nessas circunstâncias (FIFE, 2003)²⁶ e pelo Rio de Janeiro, que apresenta uma estimativa de 4.585 pessoas (BRASIL, 2008).

A Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão – SETAD, e a Fundação José Silveira em parceria com o Ministério Público do Estado da Bahia, realizou em 2009, pesquisa sobre a população de rua, na cidade²⁷. Embora seguiu os mesmos moldes da Pesquisa Nacional, teve o diferencial de incluir crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. A coleta de dados foi feita

²⁵ A população da cidade de Salvador, segundo dados do IBGE de 2015, era de 2.921.087 habitantes.

²⁶ São Paulo, Belo Horizonte e Minas Gerais não participaram da Pesquisa Nacional, pelo fato de terem em período posterior à realização da Pesquisa, realizado censos locais sobre este grupo.

²⁷ A pesquisa foi desenvolvida entre os dias 06 e 30 de outubro de 2009, exceto nos finais de semana e no feriado nacional de 12 do referido mês. Teve a finalidade de conhecer as particularidades do fenômeno e traçar um perfil deste grupo, em vista de “subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas municipais efetivas, em consonância com as práticas e conhecimentos da sociedade civil organizada e do poder público, e servir como ferramenta para monitorar e avaliar o Programa Salvador Cidadania ” (CARDOSO apud SALVADOR, 2010). Este é uma iniciativa da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão – SETAD e objetiva promover o atendimento integral e articulado com vistas à reintegração social dos indivíduos em situação de rua. Foi iniciado em junho de 2009 em parceria com a Fundação José Silveira e o Ministério Público da Bahia. O Programa cadastra pessoas, encaminha para abrigo, contribui para o retorno de imigrantes à sua cidade de origem, insere no mercado de trabalho.

através de dois instrumentos: questionário censo e questionário amostra. A Pesquisa identificou 2.076 pessoas dormindo nas ruas da cidade, o equivalente a 0,067% da população soteropolitana, que segundo dados do IBGE, em 2009, era estimada em 2.998.056 (SALVADOR, 2010).

Do total das 2.076 pessoas em situação de rua encontradas nas ruas de Salvador, 2010 responderam ao questionário censo, que compreendeu dois blocos de questões relacionadas à identificação e trajetória de deslocamento dos entrevistados. Dentre estes, foi selecionada uma amostra de 421 indivíduos, correspondente a 20,9% do total dos pesquisados, para responder a um questionário contendo perguntas mais detalhadas, mediante as quais se pudesse obter e aprofundar informações acerca da vivência em situação de rua. O questionário amostra compreendeu quatro eixos temáticos: Referências Familiares, Trabalho e Renda, Situação de convivência na rua, Situação de Saúde; e ainda uma questão aberta com a solicitação de três sugestões para mudar a situação em que se encontra. A pesquisa foi aplicada em 11 áreas de Salvador: Centro Histórico²⁸, Cidade Baixa²⁹, Centro³⁰, Barra até Pituba³¹, Centro³², Imbuí³³, Federação³⁴, Baixa do Fiscal³⁵, Cabula³⁶, Pirajá³⁷, São Rafael³⁸ (CARDOSO apud SALVADOR, 2010).

Análogo ao que acontece em outros centros urbanos brasileiros, a população em situação de rua em Salvador é predominantemente masculina (79,9%), composta em sua maioria, por homens que se encontram em idade produtiva. A concentração de adultos entre 30 a 49 anos corresponde a 40,6% e os com mais de 50 anos, totalizam 11,4%. As mulheres constituem 20,1% e ao contrário dos homens, a maior parte delas vive na rua em companhia de familiares. Dentre o grupo recenseado como um todo, 10,5% são crianças e adolescentes, que vivem na rua com parentes ou sozinhos.

²⁸ Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Nazaré, Barbalho, Santo Antônio, Fonte Nova, Jardim Baiano, Fonte Nova.

²⁹ Comércio, Mares, Calçada, Roma, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem, São Joaquim, Ribeira e Uruguai.

³⁰ Av. Sete, Piedade, Carlos Gomes, Rua Chile, Dois de Julho, Gamboa, Largo dos Aflitos e Politeama.

³¹ Itaigara, Iguatemi até Costa Azul.

³² Campo Grande, Canela, Centenário, Vitória, Garcia.

³³ Mussurunga, São Cristovão, Itapuã, Aeroporto e Stella Maris.

³⁴ Vasco da Gama, Ogunjá, Bonocô e Brotas.

³⁵ Suburbana e Base Naval.

³⁶ Pernambués, Rótula do Abacaxi, Liberdade, Pero Vaz, Pau Miúdo, IAPI, Caixa d'Água e San Martin.

³⁷ São Caetano, Faz Grande, Marechal Rondon, Largo do Tanque.

³⁸ Pau da Lima, São Marcos, Cajazeiras, Águas Claras e Boca da Mata.

No quesito cor, 85% dos entrevistados se autodeclararam como pretos e pardos. O grupo apresenta baixa escolaridade: 15,4% nunca estudaram, 64,1% têm apenas o ensino fundamental incompleto e 7,3% o fundamental completo, dados que podem estar associados ao abandono da escola em algum momento da trajetória de vida e no caso de crianças e adolescentes, a desvinculação com o âmbito escolar pode anteceder ao movimento de ida às ruas, e quando na rua, a própria instabilidade que vivem pode dificultar a frequência. 6,1% têm ensino médio incompleto e 3,9% completo, 0,4% tem nível superior incompleto e 0,7% completo. 2,1% não sabe ou não lembra (SALVADOR, 2010).

Quanto ao estado civil, 80,5% declararam-se solteiros. Em relação à orientação sexual, 75% afirmaram ser heterossexual; 6% gays, lésbicas, travestis e transexuais; 4,5% indicaram a opção outros e 10,5% informaram “Não sabe” (o relatório da pesquisa não traz dados mais específicos no que diz respeito a faixa etária destes 10,5%, mas, é importante lembrar que, o questionário foi aplicado a crianças e adolescentes).

No que diz respeito a portar documentos, apenas 52,7% possuem certidão de nascimento; 44%, carteira de identidade; 29,4%, CPF; 27,4%, título de eleitor; 22,8%, carteira de trabalho. O não portar documentos básicos reforça significativamente a vulnerabilidade na situação de rua, já que se constituem como indispensáveis na identificação da pessoa, no acesso às diferentes esferas públicas (saúde, trabalho), no exercício da cidadania política, e no fim último da vida, não ser enterrado como indigente. Dentre a amostra selecionada (421 indivíduos), *tirar os documentos* aparece entre as sugestões para mudar a situação em que se encontram, constituindo-se também a perda um dos fatores que contribuíram para entrar nessa situação.

Quanto à trajetória de deslocamento, diferente do que aconteceu em outros momentos no cenário brasileiro, quando as migrações campo-cidade influíam significativamente na formação do fenômeno população de rua, em Salvador, este grupo provém principalmente da área urbana: 90% dos entrevistados declararam como urbana a sua última área de moradia; 74% originam-se da própria Região Metropolitana de Salvador e aqui tiveram sua primeira experiência em situação de rua. Apenas 16,8% nasceram em outros municípios da Bahia, os quais se constituem em principais centros do interior: Feira de Santana, Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié, Itaberaba. Apenas 9,2% são oriundos de outros estados ou de outros países, procedendo dos estados fronteiriços de Pernambuco,

Sergipe, Minas Gerais, Espírito Santo e Alagoas, e de São Paulo, estado que durante décadas foi o principal destino dos fluxos migratórios de baianos, sendo provável que parte destes indivíduos sejam parentes dos emigrantes de outrora, que compõem, sozinhos ou em família, o movimento de retorno que se acentuou a partir da crise de 1990. A expansão da população de rua em Salvador encontra suas razões basicamente em sua própria região metropolitana, cuja economia historicamente, segundo Borges (apud SALVADOR, 2010), se mostrou ineficaz para a incorporação da mão-de-obra existente na região, apresentando uma das mais altas taxas de desemprego do país e um elevado percentual de pessoas desenvolvendo atividades informais, principalmente nas ruas citadinas.

Quanto aos motivos desencadeantes de ida às ruas, a causa primeira foi atribuída a *Problemas Familiares (pai/mãe/irmãos)* (50,6%), seguida de *Alcoolismo/Drogas* (34,2%), e *Desemprego* (21,1%). Em escala menor, também apareceram: *Preferência/Opção Própria* (11,6%), *Perda de moradia* (10,8%), *Ameaça/Violência* (5,4%), *Problemas Mentais* (4,4%), *Trabalho* (2,1%), *tratamento de saúde* (1,1%), *orientação sexual* (0,7%), *outros* (8,2%), *não sabe/não lembra* (2,2%) (SALVADOR, 2010).

Quanto à passagem por instituições, do total dos recenseados, 38,6% afirmaram ter passado por Abrigo Institucional, 20,1% já estiveram internados em Hospital psiquiátrico, 20,1% tiveram passagem pela Casa de Detenção, 13,4% passaram pelo CRD Químicos, 12,3% pela FUNDAC (Fundação da Criança e do Adolescente do Governo do Estado da Bahia), 8,1% pela CASE (Comunidade de Atendimento Socioeducativo, vinculada ao Governo do Estado da Bahia), 6,1% por instituições religiosas, 4,9% por alguma instituição de assistência social. Dados que indicam a necessidade de se avaliar em que medida a situação de rua destas pessoas aponta a ineficácia ou efeitos negativos de alguma política pública, como são os casos dos egressos do sistema penitenciário, dos hospitais psiquiátricos e das instituições de atenção a crianças e adolescentes (SALVADOR, 2010).

Quanto ao tempo de permanência nas ruas, o referido censo identificou que, 68,5% das crianças e adolescentes têm entre 2 a 10 anos de vivência em situação de rua, talvez uma parte delas já tenha nascido nas ruas e outra parte, os adolescentes, está a caminho de se tornar adulta sem outras vivências e referências que não aquelas experimentadas nessa geografia. 57,5% da faixa etária de 18 a 29 anos, estão vivendo nas ruas, num período que compreende 5 ou mais de 10 anos. 46,6% da faixa etária de 30 a 49 anos, estão nas ruas há mais de 10 anos. 48,4% daqueles que têm idade igual ou superior a 50 anos, estão nas ruas

há mais de 10 anos. A partir desses dados, é possível identificar uma espécie de cristalização da vivência em situação de rua, bem como os desafios que se colocam às políticas públicas para seu enfrentamento.

Os dados da Pesquisa sobre a População em Situação de Rua de Salvador, evidenciam a extrema vulnerabilidade socioeconômica de famílias muito pobres, com dificuldades ou incapazes de garantir a proteção mínima a seus membros num contexto de desemprego elevado e estrutural, baixos rendimentos, elevado déficit habitacional, expansão do tráfico/consumo de drogas nas comunidades onde residem, aumento da violência e da criminalidade que tais fatores propiciam. A multiplicidade de causas que se articulam e se retroalimentam impõe uma política pública de caráter necessariamente intersetorial para o enfrentamento das questões que atravessam a vivência em situação de rua, que constitui um dos pontos mais degradantes da exclusão social (SALVADOR, 2010).

A população em situação de rua de Salvador concentra-se, sobretudo, em áreas da cidade caracterizadas pela concentração do comércio e outras atividades produtivas, bem como onde há maior circulação de pessoas e veículos. São pontos, ruas, praças, bairros, nos quais as possibilidades para a obtenção de renda e alimentos são mais numerosas - mediante o trabalho ou doações - assim como reúnem equipamentos e serviços que atendem este grupo (abrigos, hospitais, casas de passagem, instituições religiosas, ONGs, dentre outros), e oportunizam o acesso à água potável e ao banho. A arquitetura urbana, mais ou menos propícia para o pernoite, a aceitação ou rejeição da população residente ou proprietária de imóveis em cada área e a intervenção dos poderes públicos na regulação e uso do espaço, são outros fatores que influem na distribuição deste segmento populacional na capital baiana.

A atração deste grupo às áreas centrais da cidade, deve-se ao fato destas serem densamente ocupadas por escritórios e comércio, pelo grande fluxo de automóveis durante o dia e escassa circulação à noite, o que possibilita coletar materiais recicláveis, guardar e lavar carros, prestar serviços aos lojistas - sendo tais atividades comumente disputadas com trabalhadores informais - pedir ajuda, beneficiar-se da concentração dos restaurantes, com os quais normalmente se estabelecem vínculos que garantem o acesso à sobra de alimentos ou abre possibilidades para que sejam retirados do lixo.

A Cidade Baixa constitui-se em área de maior concentração da população em situação em Salvador, reunindo 30,8% dos recenseados, seguida do Centro Histórico e adjacências que concentram 24,2% do grupo. A terceira área de maior concentração é o centro (Cidade Alta): 16%, ocupam a Avenida Sete de Setembro, a Piedade, Carlos Gomes, Rua Chile, Dois de Julho, Gamboa e Largo dos Aflitos. O trecho mais antigo da orla de Salvador – Barra à Pituba – concentra 10,5% do grupo. Em percentuais menores também são ocupadas outras áreas da cidade. As áreas de maior concentração da população de rua em Salvador, indica que essa não acompanha aquela dos habitantes da cidade, ou seja, é relativamente menor o número de pessoas em situação de rua na parte central do município – no chamado miolo - e no subúrbio, duas áreas de concentração de população de baixa renda, pouco atrativa para a população de rua.

A distribuição espacial da população de rua em Salvador tem caráter instável, porque pode modificar em função de fatores adversos que desalojam temporária ou definitivamente algumas áreas (eventos festivos, construções de imóveis), da emergência de áreas mais atrativas e da dinâmica da própria economia, por exemplo, o turismo do verão habitua atrair um número considerável desse segmento às áreas que costumeiramente tem baixa concentração, já que aumentam as possibilidades de ganhos com a coleta de material reciclável e com doações.

Conforme destacado anteriormente, das 2010 pessoas entrevistadas, foi selecionada uma amostra de 421 indivíduos para responder a um questionário contendo perguntas mais detalhadas, através das quais se pudesse colher informações sobre a vivência desse grupo em Salvador. Considerando que o foco do nosso estudo são os vínculos familiares, apresentaremos os resultados do bloco Referências Familiares. Destacaremos parcialmente os dados referentes ao bloco Condições de Saúde, porque este bloco aborda pormenorizadamente os diferentes níveis de acesso aos serviços de saúde, e nosso intuito, é apresentar um panorama geral sobre as condições de saúde. Resultados acerca dos eixos Trabalho e Renda, Situação de convivência de rua e participação em atividades de grupo e, outros detalhes sobre Condições de Saúde, Situação Alimentar e Nutricional, podem ser visualizados no Relatório da Pesquisa Municipal (SALVADOR, 2010).

Conforme já citado, *Problemas Familiares (pai/mãe/irmãos)* foi informado como causa primeira dos motivos de ida às ruas. Dos 421 entrevistados, 62,5% têm parentes morando em Salvador. Um percentual não desprezível - 17,4% têm parentes morando nas

ruas: 12,5% têm mãe morando na rua, 5,4% pai, 1,8% madrasta, 17,9% filho, 37,5% têm irmão/ã morando na rua, 1,8% avô/ó, 16,1% tio/a, 17,9% primo/a, 1,8% cunhado/a, 19,6% não sabe localizar³⁹. Dos que têm parentes morando nas ruas de Salvador, o maior percentual encontra-se entre as crianças e adolescentes – 44% fizeram essa indicação – sugerindo a presença de processos de vulnerabilidade que atingem toda a família ou mais de um de seus membros, como parece apontar o elevado percentual de irmãos entre os parentes que vivem nas ruas (37,5%) (SALVADOR, 2010).

Quanto à frequência de contato com familiares que não estão em situação de rua, 45,1% não mantêm contato; dos 36,4% que o mantêm, apenas 7,6% o fazem diariamente, 10,2% semanalmente, 4,5% bimestralmente, 2,9% trimestralmente, 1,0% quadrimestralmente, 2,6% semestralmente, 7,6% anualmente. 7,6% mantêm outras modalidades de contato. 10,9% não responderam essa questão (SALVADOR, 2010). Com base nesses dados, é possível identificar que, para boa parte da população de rua do município, os vínculos familiares estão bastante fragilizados ou inclusive, inexistentes. Dentre os que o mantêm, apenas 17,8% o fazem diária e semanalmente. Os contatos mais frequentes com os familiares que não moram na rua, foram indicados, por crianças com até 12 anos – um terço delas tem contato diário com a família – e pelos adolescentes e jovens com até 19 anos - 27,8% destes, declararam ter contato com os familiares pelo menos uma vez por semana.

O afastamento da família de origem também foi evidenciado quando os entrevistados que mantêm contato com os familiares, foram indagados sobre se os visitam nas festas de Natal e Ano Novo, ocasiões que culturalmente se constituem em momentos de confraternização entre familiares e amigos próximos: apenas 28,3% responderam afirmativamente. Na contrapartida, perguntou-se se os entrevistados recebem visitas de parentes, apenas 17% disseram que sim, o que sugere que a fragilização dos vínculos familiares é um processo de mão dupla: a família de origem também se afasta de seus parentes que estão em situação de rua.

Sobre a qualidade do relacionamento com parentes, para aqueles que mantêm contato com os familiares, 8,6% classificaram-no como muito bom, 30,4% como bom, 9%

³⁹ Os percentuais referentes ao grau de parentesco são em relação ao número de respondentes da Questão (Múltiplas Escolhas). (Fonte: SALVADOR, 2010).

como ruim e 2,9% como muito ruim. Nestes dois últimos casos, solicitou-se que se indicasse as dificuldades para tal, essas compreenderam: brigas e conflitos entre parentes próximos (pai, mãe, padrasto/ madrasta), violência doméstica, descaso e/ou abandono da família – ou seja, os mesmos problemas apontados por mais da metade dos entrevistados como um dos motivos para se encontrar em situação de rua. Outros motivos para o relacionamento ruim e muito ruim, foram a orientação sexual e o consumo de drogas.

A partir dos dados apresentados no eixo Referências Familiares, é possível identificar que existem pessoas que ainda mantêm contato com os parentes e são por eles acolhidos, como também pessoas que se afastaram totalmente do ambiente familiar ou perderam os contatos com a família de origem ou que nunca o tiveram, como é o caso das vítimas de abandono na infância. Entre os dois extremos são encontradas posições intermediárias com graus variados de relacionamento familiar; para a maioria, a recomposição dos laços familiares parece não mais se colocar como possibilidade para a superação da condição da rua.

Quanto aos resultados referentes ao bloco Condições de Saúde, julgamos pertinente destacar que das 421 pessoas que responderam as questões referentes à saúde, 77,7% não referiram nenhuma patologia e dos que referiram, as mais prevalentes são: doença mental (6,2%), cardiovasculares (2,1%), tuberculose (1,9%) e problemas ortopédicos/trauma (1,7%). Acerca da *Busca dos Serviços de Saúde Hospitalares*, a maior parte (60,6%) respondeu não buscar nenhum serviço e quando procurados são: Hospital Geral do Estado (17,15%), Hospital Irmã Dulce (6,4%), Hospital São Jorge (4%). Estes serviços representam a busca pela emergência. Mesmo o hospital Irmã Dulce não ter atendimento de emergência, tradicionalmente sempre deu atenção à população de rua. Outro dado relevante, é que embora, as doenças mentais tenham sido destacadas como a patologia mais prevalente, o Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, é citado com uma frequência de 1,8%.

No que diz respeito ao uso ou não de drogas, 53,2% dos entrevistados não responderam essa questão. Maconha ingerida isoladamente (10,5%), Maconha associada a Crack (9,3%), Maconha e Pitolho (9,3%), Crack isolado (6,7%) foram referidos como prevalentes de consumo (SALVADOR, 2010).

Com base nos dados referentes às Condições de Saúde da população em situação de rua de Salvador, é possível identificar que este grupo necessita de um atendimento biopsicossocial, que engloba a recuperação de adictos às drogas, ações de educação e promoção da saúde pessoal e coletiva, focada nas doenças mentais, doenças cardiovasculares e combate à tuberculose (FERNANDEZ apud SALVADOR, 2010).

Cumpram ainda destacar que, no ano de 2016, o projeto Axé, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), O Movimento da População de Rua e União dos Baleiros (UNIBAL), realizou uma pesquisa para contagem deste grupo na cidade. A pesquisa *Cartografias dos Desejos e Direitos: mapeamento e contagem da população em situação de rua na cidade de Salvador, Bahia, Brasil*, lançou mão da metodologia dos grupos focais, desenvolvidos com pessoas em situação de rua em 14 áreas da cidade⁴⁰, a partir de duas perguntas geradoras: Quem são as pessoas em situação de rua? Onde estão? Foram observadas 16 situações de rua: Perambulando, Hanging out, Sindicatos, Mexendo no lixo, Reciclando, Brincando, Esmolando, Trabalho Geral, Baleiros, Trabalho Infantil, Prostituição, Dormindo, Comida, Uso de Drogas, Venda de Drogas, Higiene & Outros. Essas 16 situações foram agrupadas em três grandes dimensões de análise que conferem diferentes modos de relação com a rua: trabalho (incluem atividades de geração de renda), cuidar de si: subsistir e sobreviver (englobam os cuidados cotidianos ligados à subsistência e sobrevivência), uso do tempo livre (como cada pessoa usa do tempo disponível). Embora a pesquisa ainda esteja sendo processada, ela identificou um número mínimo de 14.513 e máximo de 17.357 pessoas em situação de rua na capital baiana, um número grande e questionável já que na situação de rua foram englobadas pessoas que dela tiram seu sustento, mas nela não pernoitam e nem dela fazem espaço de moradia, como é o caso dos baleiros. Cumpram destacar que dormindo nas ruas, foram encontradas 2919 pessoas⁴¹.

⁴⁰Setor 1: Garcia – Barroquinha, Setor 2: Dique do Tororó – Pelourinho, Setor 3: Alto das Pombas – Federação/Ondina, Setor 4: Rio Vermelho – Jardim Armação, Setor 5: Iguatemi – Terminal rodoviário de Salvador, Setor 6: Boca do rio – Nova Brasília, Setor 7: Bonocô – Ladeira dos Bandeirantes, Setor 8: Contorno – Feira de São Joaquim e as três paralelas, Setor 9: Lobato - Península de Itapagipe, Setor 10: Santa Luzia – Periperi, Setor 11: Base Naval– Bonjuá, Setor 12: São Rafael – Fazenda Grande, Setor 13: Jardim Santo Inácio – Resgate, Setor 14: Barros Reis – Cidade Nova.

⁴¹ Dados apresentados na Roda de Conversa *Pop Rua + Catadores de Recicláveis: construindo o Centro de Defesa dos Direitos Humanos*, realizada no auditório do Ministério Público em Salvador, no dia 04/11/17, organizada pelo Ministério e Defensoria Pública, Fundação José Silveira, Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador.

A cidade de Salvador, assim como outros municípios e estados da Federação, compartilha das responsabilidades de assegurar e efetivar às pessoas em situação de rua, os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, estabelecidos pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, a partir do Decreto n° 7.053/2009. Como desdobramentos dessa política, foram criados pelo cofinanciamento do governo federal via Ministério do Desenvolvimento Social, espaços para o atendimento desse grupo, dentre esses, identificam-se: *Unidades de Acolhimento*⁴², compostas pelo Abrigo D. Pedro II (Av. Luis Tarquínio, período para acolhimento: indeterminado, capacidade: 100 pessoas), Unidade de Abrigamento Pau da Lima (Av. Aliomar Baleeiro, período para acolhimento: 6 meses, capacidade: 50 pessoas), Unidade de Abrigamento Itapuã (Av. Dorival Caymi, período para acolhimento: 6 meses, capacidade: 50 pessoas); *Centro de Referência para População em Situação de Rua*⁴³, compreende o Centro Pop Baixa dos Sapateiros (Rua J. J. Seabra, Centro, capacidade: 80 pessoas/dia); *Bahia Acolhe*⁴⁴, formado por: Espaço Acolher (Av. San Martin, período para acolhimento: 6 meses, capacidade: não especificada), Casa de Passagem (Uruguai, período para acolhimento: 24 horas, capacidade: 40 pessoas). Acresce-se o projeto Corra pro Abraço⁴⁵ da Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (MIRANDA; PEREIRA, 2015)⁴⁶.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua estabelece que tais espaços funcionem de forma articulada com vistas a atender as demandas da população em situação de rua, que compreendem documentação, acolhimento, atendimento na área da saúde, trabalho, moradia, segurança. Todavia, Miranda e Pereira (2015, p. 2620), com base em entrevistas realizadas com pessoas nessas circunstâncias e com os profissionais desses

⁴² Tem como foco, famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, buscando garantir-lhes proteção integral. Caracteriza-se por acolhimento provisório, infraestrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. Destina-se às pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência (MDS, 2011).

⁴³ Unidade pública e estatal de atendimento especializado à população adulta em situação de rua. Oferece atividades de convívio grupal que possibilitem relações de solidariedade, afetividade e respeito, bem como experiências que favoreçam o alcance da autonomia, organização, mobilização e participação social (MDS, 2011).

⁴⁴ Programa criado pelo Governo do Estado da Bahia, em 2012, para atendimento de pessoas em situação de rua.

⁴⁵ Projeto realizado por equipe multidisciplinar, mediante atividades culturais e de esporte para a redução de danos com pessoas em situação de rua que fazem uso de substâncias psicoativas.

⁴⁶ Miranda e Pereira (2015), em seu estudo, também destacavam o funcionamento do Projeto Ponto da Cidadania da Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, que contava com o atendimento e o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar à população de rua, nas áreas da saúde e outras, localizados no bairro Sete Portas e na Praça das Duas Mãos. O Ponto da Cidadania foi fechado no final de maio de 2017, segundo notícias do www.correio24horas.com.br.

espaços, constataram que “esta rede não funciona, pois, a fragmentação, em todos os níveis, é um empecilho”.

Afirmam tais autores que as Unidades de Acolhimento de Pau da Lima e Itapuã foram construídas por ocasião da Copa do mundo em 2014 e por forte pressão da Defensoria Pública Estadual e da Coordenação do Movimento Nacional de População de Rua, que naquele período moveram ação judicial contra o município devido a prática de higienização para com a população em situação de rua. Verificaram ainda a supressão de duas Unidades de Acolhimento: a Casa de Pernoite e o Albergue Noturno, e um Centro de Referência, o Centro Pop Roma, os três espaços funcionavam no Largo de Roma, demolidos por motivos de requalificação da geografia local em função de turismo religioso. A gestão municipal no início de 2015, buscou imóvel no local para a reativação do Centro Pop, porém esbarrou com dificuldades de aceitação de proprietários e comerciantes para a instalação do serviço, evidenciando contradições e conflitos na concretização e viabilização dos espaços para atendimento a esse segmento social.

Apresentados, os serviços oferecidos pela gestão municipal e alguns dos desafios em sua viabilização à população em situação de rua, não nos deteremos em análise pormenor dos mesmos, já que não são objeto de nossa investigação. Cumpre destacar que, os dramas vivenciados pelas pessoas em situação de rua na capital baiana, acompanhados pela fragilidade das relações familiares, entrada no universo do uso de substâncias psicoativas, doenças mentais, dentre outros, evidenciam os desafios colocados no trabalho com este grupo.

No capítulo que segue, abordaremos a empatia como ato intersubjetivo, que está na base dos processos comunitários – embora esses sejam muito mais que atos de empatia – através dos quais se dá a formação da pessoa. Apresentamos o conceito de comunidade, pelo qual nos orientamos na presente investigação, a saber, a perspectiva fenomenológica de Edith Stein, que nos possibilita um ponto de diálogo entre a família e a comunidade religiosa, já que ambas, embora tenham suas especificidades, são espaços de formação da pessoa. Tendo em vista que trabalharemos com histórias de vida, julgamos pertinente neste capítulo ainda, apresentar o conceito de memória, pelo qual nos orientamos.

CAPÍTULO 3 - A INTERSUBJETIVIDADE CONSTITUTIVA DA PESSOA E DAS RELAÇÕES HUMANAS

3.1 A empatia como ato intersubjetivo

A fenomenologia, criada por Husserl na Alemanha em fins do século XIX e primeira metade do século XX, concebe a relação eu-outro como central na formação da pessoa. “Sou porque em um mundo de relações. Posso amadurecer e assumir um percurso próprio de vida porque em relações múltiplas” (MAHFOUD, 2010, p.01). Como acontecem as relações humanas? Que características essas relações necessitam ter para que o eu possa se desenvolver e ser si mesmo? Como captar a própria subjetividade e a subjetividade alheia, conservando minha individualidade e preservando a individualidade do outro?

Para a fenomenologia a forma como os seres humanos estabelecem vínculos entre si e a maneira como realizam o reconhecimento de sua semelhança, afinidade e diferença, tem como base a empatia. A empatia foi estudada por Edith Stein (2005a), em sua tese doutoral, *Zum Problem der Einfühlung* (Sobre o Problema da Empatia), orientada por Edmund Husserl, na qual buscou, através do método fenomenológico, colher a essência da empatia.

Para falar da empatia, Stein (2005a) toma como ponto de partida a experiência intersubjetiva, não como mero pressuposto, mas como algo vivamente testemunhado pela pessoa. A análise da empatia procura identificar o que significa tomar conhecimento da “experiência do vivenciar alheio” (Ibidem, p. 99). Para entender de que ordem é essa experiência, a autora lança mão dos conceitos da emoção e do sentimento, destacando o “caráter emocional” (Ibidem, p. 98) dos “sentimentos empatizados” (Ibidem, p. 98), o que explicita o sentido literal do termo empatia, *Einfühlung*: “trata-se da experiência ou do provar/sentir (fühlen) que faz penetrar na (ein) compreensão daquilo a que essa experiência remete, ou seja, a experiência (vivência) alheia” (SAVIAN FILHO, 2014, p. 33).

Stein (2005a) afirma que, embora a empatia tenha algo em comum com a percepção externa, não pode ser confundida com ela. A autora apresenta-nos o seguinte exemplo: “Um amigo vem até mim e conta ter perdido seu irmão, e eu me dou conta de sua dor” (Ibidem, p. 82, tradução nossa). Essa experiência da dor de meu amigo, segundo a autora, é um ato empático e não uma percepção externa, pois não é possível eu ter uma percepção externa da dor. O que eu tenho, na percepção externa, são os traços físicos de meu amigo, seu semblante de dor, mas isso não equivale a perceber fisicamente a dor, pois embora a dor apareça junto com traços físicos, esses traços não são a dor, nem minha experiência de dor se confunde com a percepção física dos traços da dor.

No exemplo em questão, Stein (2005a) destaca que precisamos diferenciar entre: 1) a experiência alheia vivida pelo outro em sua experiência interna; 2) a percepção física que um sujeito pode ter dos traços que acompanham a experiência alheia; 3) a experiência que esse sujeito tem da experiência interna alheia. Suponhamos que meu amigo seja contido e introvertido, sem dar sinais físicos de sua dor. Nessa situação, eu não teria a percepção externa, mas pelo diálogo com ele, poderia experimentar sua vivência de dor.

Segundo Stein (2005a), a percepção externa é o nome que damos aos atos em que o ser espaçotemporal típico de uma coisa e o seu dar-se ocorrem *hic et nunc*, aqui e agora, em *carne e osso*, como nos esclarece Savian Filho (2014). Na empatia, o objeto também se dá, *hic et nunc*, aqui e agora, mas não em carne e osso, isto é, não com um ser espaçotemporal típico de uma coisa, com seu dar-se também típico. A empatia difere da percepção externa, pelo fato de que, nesta, aquilo que é percebido é apenas um lado de uma coisa. Esse lado que se volta para mim está diante de mim, em carne e osso, diferente dos lados que são copercebidos mas, não voltados para mim e que permanecem como

tendências (STEIN, 2005a; SAVIAN FILHO, 2014). “Posso ver que meu amigo apresenta uma face de dor, mas não ver que ele tem frio. Se, porém, prestar atenção no frio que ele sente, esse lado que estava oculto agora passa a ser percebido, sempre na referência espaçotemporal” (SAVIAN FILHO, 2014, p. 36). A vivência empática, todavia, não se deixa captar segundo um referencial espaçotemporal. Na perspectiva steiniana, a face de dor do amigo, assim como o frio que ele sente, são dados originários para o sujeito que os percebe. São vividos em primeira pessoa pelo amigo e por aquele que os percebe.

Stein (2005a), identifica o caráter de originariedade nas vivências próprias especificamente enquanto são doadoras de sentido à reflexão de um sujeito que se dá conta delas, ou seja, no momento em que emergem à consciência em primeira pessoa. Em outras palavras, como experiência presente ou atual. Segundo a autora, a percepção externa é originária, assim como o são também vivências de outro tipo, como por exemplo, a captação de um valor e a intuição de um axioma geométrico. Assim, o sujeito tem originariamente, isto é, como vivência presente, a intuição de um axioma geométrico tanto como percebe presentemente os traços de dor ou de frio de alguém.

Na experiência empática, no entanto, a vivência do sujeito que empatiza não é a mesma do sujeito empatizado, diferentemente do frio que uma dada pessoa pode ver em alguém, e outra pessoa também pode ver. “No caso da dor, não vejo a dor de meu amigo e, se uma terceira pessoa empatiza conosco essa experiência de dor, também não a verá, ainda que se dê conta tanto quanto eu” (SAVIAN FILHO, 2014, p. 37). A originariedade do ato empático não é do mesmo tipo que aquela que caracteriza a percepção do frio, a intuição de um axioma geométrico ou a captação de um valor, porque essas nascem em mim, isto é, são originárias para mim. Já a dor de meu amigo não é originária para mim, mas é originário o fato de sentir que ele a está vivendo. Por isso, Stein (2005a), explicita que a empatia é originária por seu ato e cooriginária por seu sentido.

Segundo Stein (2005a), quando uma vivência alheia emerge diante de mim, estou diante dessa vivência como diante de um objeto (por exemplo, a expressão de tristeza que leio na face de alguém), mas quando busco as tendências implícitas dessa tristeza, ou seja, quando tento colher o sentido da doação dessa vivência que é o estado de ânimo do outro, essa vivência não é mais objeto no sentido estrito do termo, pois a vivência me transfere para dentro dela mesma. Nesse momento, não estou mais voltado para a vivência, mas sou envolvido por ela e me volto para o seu objeto, que é a tristeza alheia. Torno-me o seu

sujeito, coloco-me em seu lugar. Pela empatia, não vivenciamos a experiência do outro, pois essa é vivência dele e absolutamente pessoal, mas nos damos conta e vivenciamos, em nosso ato de sentir, o objeto da sua experiência, ou seja, o conteúdo de sua vivência. Assim, não vivencio a vivência da tristeza do outro, mas vivencio ‘a’ tristeza que ele também vivencia (SAVIAN FILHO, 2014).

A partir do trabalho de Stein (2005a), podemos colher a empatia como possibilidade de nos colocar em relação com o outro para compreender o que está vivendo, cientes de que a experiência alheia jamais poderá ser captada em sua plenitude absoluta, pois a interioridade do outro não é transparente (BARREIRA, 2014). Nesse processo não nos identificamos com o outro, pois somos sujeitos distintos, cada qual com sua consciência de identidade. A empatia, enquanto disponibilidade e abertura ao outro, revela-se significativa para o reconhecimento da alteridade, constitui-se um ato intersubjetivo pelo qual nos damos conta a partir da nossa vivência, do conteúdo da vivência do outro, sem querer vivenciar essa vivência, “território sagrado ao qual somente o outro tem acesso em primeira pessoa” (SAVIAN FILHO, 2014, p. 46).

3.2 Da empatia à estrutura da pessoa humana

O estudo sobre a empatia, possibilitou Stein (2005a) colher as dimensões constitutivas da estrutura da pessoa humana: corpo, psique e espírito. A experiência do outro emerge diante de nós através de seu corpo. Este sinaliza para uma vida interior, psíquica, que o anima e dirige, e o faz reagir, através das emoções e dos sentimentos, a todas as coisas que lhe chegam através da corporeidade. A forma como a pessoa reage às coisas que estão diante de si, mantém estreita relação com o espírito, que consiste na capacidade da pessoa voltar-se aos objetos - sejam eles externos do mundo natural ou cultural, sejam eles internos, formados pelas vivências da pessoa - elaborar seus significados e se posicionar frente a eles (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

No encontro com o outro, a percepção externa sozinha nos oferece unicamente aspectos físicos de seu corpo. Para reconhecer e compreender o que o outro está vivendo,

além dos aspectos físicos, precisamos nos colocar sob seu ponto de vista psíquico a fim de colher o sentido de sua vivência, ou seja, necessitamos das três dimensões constitutivas da pessoa humana (ALES BELLO, 2000). No reconhecimento e compreensão da experiência alheia, as três dimensões constitutivas da estrutura da pessoa humana também são ativadas em nós. É através da minha corporeidade que me dou conta das vivências de outrem, reajo a elas e a elas me volto para colher seu sentido. Este movimento também acontece em relação a mim mesmo: minhas vivências chegam a mim mediante meu corpo, reajo a elas e a elas me volto para elaborar seus significados e me posicionar frente ao mundo.

Pela análise do ato empático, Stein (2005a) reconheceu que a estrutura da pessoa humana é o elemento comum que compartilhamos com os outros seres humanos, embora cada um de nós tenha suas vivências e preserve sua individualidade. A estrutura da pessoa humana é aberta e dinâmica: quando estamos diante de outrem ou diante de um acontecimento, corpo, psique e espírito comunicam-se entre si e atuam de forma unida. É aberta e dinâmica ainda porque assim como somos afetados pelo mundo e pelas pessoas, também nele atuamos e sobre elas incidimos com nossa presença. A intersubjetividade é constitutiva da estrutura da pessoa e das relações humanas.

Na perspectiva steiniana, a empatia manifesta sua relevância na comunicação que se estabelece entre as pessoas na dimensão espiritual. Esta, conexa às dimensões do corpo e da psique, engloba além da elaboração dos significados e dos posicionamentos da pessoa, a capacidade de tomar decisões e a vontade. Pelo ato da vontade não apenas dirigimos nossa vida a uma dada direção, mas também temos a capacidade de atuar no mundo de forma criativa, construindo objetos, conferindo-lhes significados e transformando o meio em que vivemos. O universo da cultura, tudo o que as mãos humanas produziram, os objetos de uso, artesanato, arte, técnica, constituem realizações da atividade espiritual (STEIN, 2005b; ALES BELLO, 2000).

Além das dimensões corpo, psique e espírito que estruturam o ser humano, Stein (2005b) identifica a presença de um nível mais profundo na pessoa, um núcleo, que carrega características absolutamente singulares e possibilita a pessoa colocar sua nota peculiar nas ações que realiza. O núcleo, dado desde o nascimento, como princípio identitário, revela peculiaridades e confere direção ao desenvolvimento (ALES BELLO, 2015), “constitui o centro do ser” (STEIN, 2005b, p. 438, tradução nossa). Reconhecer que há um centro

pessoal que confere direção ao desenvolvimento, não implica conceber que a vida da pessoa é integralmente por ele determinada. No processo de tornar-se si mesma e realizar uma personalidade própria, influem e atuam sobre a pessoa, outras forças, dentre elas, as condições do meio em que vive, a vontade, a responsabilidade (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

O núcleo, o centro pessoal, é constituído de uma força vital que impulsiona o crescimento e a realização de suas potencialidades. Essa força, embora assuma expressões específicas em cada uma das dimensões constitutivas da pessoa, atua de forma interdependente e unida. Na dimensão corpórea, a força vital é identificada através dos diferentes estados físicos – saúde, doença, vigor, fraqueza – que podem favorecer ou inibir o processo de desenvolvimento. Na dimensão psíquica, a força vital se manifesta nos diferentes estados emotivos mediante os quais a pessoa reage àquilo que está diante de si. Na dimensão espiritual, a força vital se expressa na liberdade de voltar-se para algo e elaborar seus significados, nos propósitos assumidos, na vontade persistente, nas tomadas de posição da pessoa em relação aos outros e ao mundo (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006; ALES BELLO, 2015).

A força vital influi sobre a forma como a pessoa em sua unidade vivencia algo. Quando estamos cansados, por exemplo, temos que fazer um esforço físico maior para realizar uma dada atividade, aquilo que chega a nós através dos órgãos dos sentidos é influenciado por esse cansaço e tem um efeito psíquico diferente do habitual: um barulho que comumente não nos atrapalha passa a ser ouvido com mais intensidade e nos deixa irritados, mesmo contra nossa vontade. O contrário também pode acontecer: quando cansados, vivências nas três dimensões constitutivas da pessoa, como a alimentação, o repouso físico, a beleza de uma obra de arte ou de um poema, o relacionamento com um outrem, a motivação para alcançar um objetivo, podem restituir de forma unida a energia vital da pessoa (ALES BELLO, 2015).

Na perspectiva steiniana, as qualidades de uma pessoa, apreendidas em sua totalidade, podem ser reconhecidas como um caráter pessoal. O caráter refere-se à maneira como cada um, em sua unidade, coloca-se e responde ao mundo que está diante de si. Podemos identificar na pessoa uma maneira singular de se expressar, de acolher e reagir a certos estímulos, de criar objetos culturais que sinalizam para uma unidade entre suas

vivências. Mesmo nos diferentes momentos biográficos de uma pessoa, podemos reconhecer traços que são contínuos. É possível identificar em pessoas que vivem a partir do núcleo pessoal, atentas às impressões de seu centro, uma unidade em suas ações, uma personalidade própria que atravessa todas as dimensões da pessoa (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

3.2.1 A formação da pessoa

Nascemos com as potencialidades de ser pessoa, todavia, é preciso que nos formemos e estructuremos como pessoa. Na perspectiva steiniana, formar significa plasmar uma matéria de modo a lhe conferir uma imagem. Essa matéria traz em si disposições originárias para se tornar o que nela já está inscrito e uma abertura para receber novas formas. Semelhante as plantas e os animais, o ser humano se constitui em matéria animada, todavia, não se forma apenas através dos materiais e das intervenções que lhe são proporcionadas, como acontece com o processo formativo daqueles, mas também pelo que ele mesmo coloca no mundo e na relação com o outro (STEIN, 2003).

A formação da pessoa acontece em sua experiência inserida no mundo da vida e envolve de maneira unida o corpo, a psique e o espírito. É no corpo que se manifesta o que somos e é mediante ele que apreendemos os objetos que estão diante de nós, e simultaneamente, a nós mesmos como sujeitos da experiência (STEIN, 2003, 2005a; MAHFOUD, 2017a). Esta apreensão vivenciada na corporeidade abre à psíquica: o sujeito pode examinar a vivência ou não, disposição que abre ao espírito: compreender o processo vivenciado, que envolve as reações físicas e psíquicas, bem como os posicionamentos do sujeito. A formação da pessoa acontece ao lidar com esta abertura ao mundo e a um outro; as dimensões da pessoa se formam, estruturam-se de maneira unida, na experiência vivenciada que compreende desde os elementos mais simples advindos da corporeidade e abrem à uma complexidade psíquica e espiritual. Permanecerá sempre a possibilidade de acolher uma abertura, que ativa a própria abertura constitutiva da pessoa, a partir da qual se tem condições de elaborar a própria experiência e continuar empreendendo o percurso formativo que não tem fim (MAHFOUD, 2017a).

O processo formativo não visa apenas a realização de algumas potencialidades: a ninguém de nós seria suficiente desenvolver nossa corporeidade, compartilhar sentimentos e ampliar as capacidades do espírito, se nisso tudo cada um de nós não se tornasse mais si mesmo. A formação da pessoa diz respeito a um contínuo tornar-se si mesmo (STEIN, 2003; MAHFOUD, 2007). Na perspectiva steiniana, é possível a pessoa, ao apreender num único ato, o acontecer da vida na exterioridade e em sua interioridade, apreender ainda o próprio ser, a própria originalidade. A apreensão do próprio ser é possibilitada pelo núcleo que lança uma luz sobre a vivência, permitindo que a pessoa se dê conta não só do que está ocorrendo com ela, mas de si mesma. A experiência do próprio ser, que se estrutura nas vivências, forma o modo como a pessoa olha o mundo e a si, resultando numa certa estruturação da personalidade, por dar o tom pessoal a gestos, expressões e a tomadas de posição, mediante as quais se constrói o mundo. O núcleo confere pessoalidade nas dimensões corpo, psique e espírito, bem como unidade a essas dimensões, unidade que não é alcançada ao final do processo, mas presentificada durante todo o processo formativo (MAHFOUD, 2017a).

A formação da pessoa depende do seu empenho, o que não exclui, todavia, a participação dos outros. Para o processo formativo acontecer é preciso um bom material, e que seja acessível para a pessoa. Na ausência de material acessível e adequado à pessoa, não é possível acontecer a formação para a qual, originalmente, ela é dotada. “O ser humano é confiado a outros seres humanos que podem e devem levar a ele materiais dos quais sua formação necessita” (MAHFOUD, 2013, p. 161). Quanto à imagem conforme a qual plasmar o ser humano, um reconhecimento pode se tornar evidente ao sujeito somente quando ele parte de si mesmo. Há sempre o perigo de processos imitativos em que o sujeito aspira algo que não é parte do projeto originário traçado pela sua natureza. Na ótica steiniana, o processo formativo depende do sujeito, mas também dos materiais que lhe são oferecidos, mediante os quais ele pode plasmar e constituir o próprio ser, contando ainda com um centro pessoal que também exerce uma força formadora e oferece uma imagem à qual se formar.

3.3 Da empatia aos vínculos comunitários

A intersubjetividade como abertura ao outro torna-se significativa quando pensamos nos processos que constituem a pessoa. Ninguém de nós vive e se desenvolve sozinho. É no encontro e na convivência com o outro que nos constituímos. Mas, o que significa viver juntos? Quais as características que este viver necessita ter para que as relações interpessoais tenham a força de constituição da pessoa?

Para Stein (2005b), dentre as diferentes modalidades pelas quais os seres humanos podem se agrupar para conviver está a comunidade. Segundo a autora, pessoa e comunidade configuram uma relação de interdependência constitutiva, estando impossibilitada a existência de uma na ausência da outra: não há pessoa que se estruture fora da comunidade e não há comunidade que se estruture na ausência de vivências e posicionamentos pessoais⁴⁷.

Objetivamente uma comunidade pode ser considerada como um agrupamento de pessoas, assim como o são os povos, as famílias, as comunidades científicas e religiosas. Em seus aspectos subjetivos, a vida de uma comunidade está diretamente ligada à vida das pessoas que a constituem, que a integram com a totalidade de seu ser e lhe conferem características e uma dinâmica própria (STEIN, 2005b; ALES BELLO, 2015).

Stein (2005b) apreende na comunidade as mesmas dimensões constitutivas da pessoa. À dimensão corpórea, correspondem os aspectos físicos da comunidade, identificados pelo número de seus membros e pelas características biológicas dos mesmos. A dimensão psíquica pode ser apreendida mediante as vivências comunitárias, que incluem as reações de um membro para com o outro, os sentimentos compartilhados e o viver em comum. A dimensão espiritual compreende a abertura ao mundo, a elaboração dos significados, os posicionamentos de uma pessoa em relação a outra e as produções culturais (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006). Assim como na pessoa, essas dimensões estão interligadas e atuam de forma unida, influem e são influenciadas pela força vital que provém dos indivíduos que formam a comunidade.

⁴⁷ Reflexões apresentadas pelo professor Miguel Mahfoud na IV Sessão Científica *O Eu e o Outro na fenomenologia de Edith Stein e na perspectiva de Experiência Elementar de Luigi Giussani: implicações para a pesquisa*, promovida pelo Programa de Pós-Graduação Família na Sociedade Contemporânea da UCSAL – Universidade Católica do Salvador, na disciplina do doutorado Estudos Avançados em Família II, sob coordenação da profa. Dra. Ana Cecília Bastos, em 27 de novembro de 2015.

É importante identificar as características físicas de uma comunidade, mas se desejamos compreender o que acontece em nível objetivo e comunitário, precisamos considerar as manifestações subjetivas advindas das dimensões psíquica e espiritual de cada pessoa, identificar suas influências e contribuições (ALES BELLO, 2000). Stein (2005b) concebe a comunidade como uma estrutura vinculativa aberta e dinâmica onde seus membros vivem numa interdependência e são afetados pela força dos posicionamentos que cada um adota através dos atos sociais, que estão na base das relações interpessoais. Esses posicionamentos podem ser positivos (amor, confiança, reconhecimento, gratidão, etc.) ou negativos (ódio, desconfiança, indiferença, ingratidão, etc.), conforme os efeitos que produzem na construção ou deterioração dos relacionamentos interpessoais (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

Stein (2005b) reconhece no ato de solidariedade, um posicionamento de responsabilidade para com a condição do outro. Este ato possui uma força profundamente constitutiva em sentido comunitário e se efetua

onde os indivíduos estão ‘abertos’ uns em relação aos outros, onde as tomadas de posição de um não ficam sem efeito sobre o outro, mas o estimulam e desenvolvem sua própria eficácia: nisso consiste a vida comunitária; ambos os membros são uma totalidade; e a comunidade não é possível sem este relacionamento recíproco (Ibidem, p. 423, tradução nossa).

O simples viver juntos não é suficiente para constituir comunidade. É necessária uma abertura, um voltar-se ao outro e uma tomada de consciência de que o agir pessoal interfere na vida do outro, da mesma forma que por ele é afetado. Essa consciência gera uma responsabilidade por si e pelo outro. É esse viver em comum, caracterizado pela consciência e responsabilidade pelo destino pessoal e alheio, que tem a força de gerar comunidade e o que faz uma relação interpessoal ter a força de constituição da pessoa. Quando alguém se move dessa forma tem condições de suscitar tal consciência naqueles que com ele convivem (STEIN 2005b; ALES BELLO, 2000; MAHFOUD, 2007).

Assim como há na pessoa um núcleo que lhe confere personalidade e unidade às ações, há na comunidade um núcleo. Este não se constitui de alguma abstração ou ideologia que as pessoas que a compõem decidiram ter, o núcleo da comunidade são as pessoas que sustentam o fato de que são comunidade e não simplesmente vivem juntas. O núcleo da comunidade se constitui daqueles que sustentam a vivência comunitária,

daqueles que se voltam ao outro com a pessoalidade do seu ser e se ocupam do outro com sintonia pessoal, de modo que esta vivência gera um vínculo pessoal, ressoa nos pares e neles também desperta esse movimento, conferindo unidade ao viver em comum e mantendo um modo próprio desta comunidade viver cada coisa (STEIN 2005b; ALES BELLO, 2000; MAHFOUD, 2007).

Essa unidade gerada a partir do viver em comum, fundado na pessoalidade como cada qual se volta ao outro e se responsabiliza pelo próprio destino e de outrem, não se refere a cada membro em particular, mas constitui um *nós*, cuja experiência, ao mesmo tempo que se estrutura a partir daquilo que cada um tem de mais pessoal, estrutura-se num corpo social que transcende cada um de seus membros e possibilita que a comunidade tenha uma personalidade própria, capaz de gerar vida para além das fragilidades e permanência de cada pessoa que a compõe. Assim como uma personalidade humana, essa personalidade da comunidade possui força psíquica capaz de sustentar as buscas de cada membro e sustentar o viver em comum (STEIN, 2005b; ALES BELO, 2000, 2015; MAHFOUD, 2007, 2010).

Além dos posicionamentos dos membros, a força vital comunitária também pode ser fortalecida mediante as relações estabelecidas com outras pessoas e comunidades, na medida em que os posicionamentos destas influem sobre as vivências dos indivíduos, e uma vez que tal ocorre, o todo é afetado. A força vital pode ser enfraquecida pela perda de membros e pela diminuição do empenho nas ações a ela destinadas, por parte daqueles que a compõem. É possível a participação em mais de uma comunidade, das quais se pode dar e receber energia (STEIN, 2005b; ALES BELLO, 2000).

Além das manifestações subjetivas dos indivíduos que compõem a comunidade e daqueles com quem ela se relaciona, também são necessárias, para sua constituição, condições objetivas, ligadas às características territoriais nas quais a comunidade está inserida. Essas influem sobre a energia vital dos membros, na medida em que forjam modalidades de convivência e trabalho, imprimindo tonalidades específicas no ritmo vital, diferenciando uma comunidade da outra. Acrescem-se o universo dos valores éticos, religiosos, estéticos do ambiente que, além de conferir direção à atividade humana, despertam posicionamentos dos membros que, ao serem por eles afetados, a eles respondem com base na apreensão que deles realizam (STEIN, 2005b; ALES BELLO, 2000; COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

Uma outra modalidade de agrupamento humano é a sociedade. As relações interpessoais nela vividas caracterizam-se pelo fato dos indivíduos estarem ligados e unidos por uma finalidade. Na realização de objetivos comuns, a ênfase se dá no desempenho de papéis e não na personalidade como cada qual se coloca frente ao outro, ou seja, mais importante que o estabelecimento e a manutenção de vínculos interpessoais são a execução das finalidades propostas que, uma vez alcançadas, podem não mais ligar as pessoas entre si. Embora, na vivência em sociedade, a ênfase não seja dada à personalidade e sim, ao desempenho de papéis e atividades, uma sociedade que prescindia de relações comunitárias, é inconcebível, pois são estas que solicitam a responsabilidade pessoal e social diante do destino de cada pessoa (STEIN, 2005b; ALES BELLO, 2000, 2015).

A característica essencial da comunidade é o viver em comum, que perdura mesmo quando finda a realização de tarefas. A vivência em comunidade é fundamental para a formação da pessoa. Neste itinerário, a família se configura em importante comunidade, na qual se colocam em ato diferentes posicionamentos que influem sobre o processo do vir a ser do sujeito.

3.4 Intersubjetividade e Família

A experiência de intersubjetividade que constitui a pessoa é afirmada por uma vivência em comum. Ninguém de nós teria condições de elaborar a própria experiência e se constituir pessoa, sem ter vivido ou viver com outros significativos (MAHFOUD, 2007). A família comumente se configura como a primeira comunidade na qual a pessoa vive, estabelece vínculos e encontra as condições para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psíquica e espiritual.

As vivências e os vínculos que se estabelecem na família apresentam como especificidade desenvolverem-se a partir da conjugalidade e da filiação (ALES BELLO, 2007; PETRINI, 2003, 2005). Segundo Ales Bello (2007, p. 100), “a família, no sentido próprio, é compreendida como primeira célula da associação humana, porque nela são gerados os componentes de cada outra associação, e essa qualidade física é indubitavelmente predominante”.

Na perspectiva fenomenológica, a família se apresenta como o modo mais completo de comunidade. Nela existem vínculos que cercam o ser humano em toda a sua amplitude: a dimensão física está conectada à procriação da prole e à vida em comum, também abrange o cuidado e a educação dos filhos; a dimensão psíquica envolve os diferentes estados emotivos, sejam de efeitos positivos (acolhida, reciprocidade), sejam de efeitos negativos (rejeição, desarmonia); e a dimensão espiritual abrange os posicionamentos de uma pessoa em relação à outra (ALES BELLO, 2007).

Embora a conjugalidade e a filiação constituem objetivamente o grupo familiar, no contexto de nossa investigação voltaremos nosso olhar para os aspectos que, presentes neste âmbito comunitário contribuem para a formação da pessoa. Ales Bello (2006, 2007) pontua que a família enquanto comunidade, contribui para a formação da pessoa quando acolhe e cuida da vida humana em todas as dimensões, quando há abertura e respeito à individualidade, partilha de sentimentos e vivências comuns, um desejo solidário de realização das potencialidades pessoais e alheias e quando há uma responsabilidade de uns pelos outros. Quando a vivência das relações familiares é acompanhada por essas características, essa vivência possui a força de contribuir para o desenvolvimento e a realização de cada um dos membros do grupo familiar.

Em nossa pesquisa, nosso olhar se volta para a força comunitária do grupo familiar, no sentido de identificar quais são os aspectos da vivência familiar que contribuem para a formação da pessoa. É esse enfoque que nos possibilita um diálogo com a comunidade da Trindade, pois é a força da vivência comunitária que aproxima a Trindade da família, já que naquela, as vivências e os vínculos não se estabelecem a partir da conjugalidade e da filiação, embora nela também possam estar presentes.

Tomar a família como âmbito comunitário que integra as diferentes dimensões da pessoa e da vida humana, possibilita-nos um diálogo com a reflexão tecida por Petrini (2003, p. 72) acerca da família:

Os vínculos familiares realizam uma relação na qual a pessoa entra com a totalidade de sua existência, de seu temperamento, de suas capacidades e limites, diferentemente do que acontece com quase todos os outros ambientes da vida, nos quais se estabelecem relações parciais, limitadas a capacidades específicas, correspondentes a funções determinadas.

Possibilita-nos ainda um diálogo com o pensamento de Donati (2008, p. 55), sobre a suprafuncionalidade da família:

[A família] não existe para satisfazer uma ou algumas funções sociais, mas constitui um leque potencialmente indefinido, visto ser uma *relação social plena*, ou seja, é ‘um fenômeno social total’ que – direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente – implica todas as dimensões da existência humana, desde as biológicas às psicológicas, econômicas, sociais, jurídicas, políticas e religiosas.

Na ótica desses dois autores, a família é o lugar em que a pessoa participa com a totalidade do seu ser. Espaço em que a vida humana é acolhida e cuidada em suas diferentes etapas, ponto de apoio e sustento às diversidades existenciais. Devido a característica de suprafuncionalidade que tem a capacidade de conter todas as dimensões da vida pessoal e social, a família constitui-se em uma força tão fundamental que permanece com a pessoa mesmo quando ela rompe os vínculos familiares, pois está presente como realidade simbólica que acompanha a vivência das relações interpessoais e dá um âmbito de experiência que possibilita construir outras formas comunitárias que proporcionam o apoio e o sustento existenciais indispensáveis para toda pessoa viver (PETRINI, 2003).

É nesta perspectiva de família enquanto um âmbito comunitário que coloca em movimento uma força capaz de constituir de forma única cada pessoa que a ela pertence, que nos debruçamos em nossa investigação. É neste horizonte de família enquanto âmbito que contém todas as dimensões da vida, que buscaremos aproximar a vivência comunitária da Trindade àquela da família, no sentido de nela identificar uma força de família, que acontece mediante um viver em comum e envolve seus membros nas diferentes dimensões da vida.

3.5 A comunidade religiosa

À medida que vamos crescendo e nos desenvolvendo, além da família, vamos participando de outras comunidades que contribuem para nosso desenvolvimento, cada uma com especificidades e dinâmicas próprias. Dentre as diferentes comunidades, nas quais as pessoas podem se agrupar para conviver, está a religiosa. Considerando que nossa investigação se realiza numa comunidade religiosa de experiência cristã, julgamos

pertinente abordar, com base no enfoque fenomenológico steiniano, algumas características desse tipo de comunidade.

A comunidade religiosa apresenta como característica principal um viver em comum, cujas vivências e vínculos, diferente do que acontece na família, não se constituem a partir do parentesco, isto é, da conjugalidade e da filiação (ALES BELLO, 2007). As vivências e os vínculos em uma comunidade religiosa se constituem com base na relação estabelecida com um objeto sagrado, identificado como um Outro, uma Transcendência ou uma pessoa divina nas culturas religiosas (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

Embora a comunidade religiosa compartilhe os elementos essenciais que compõem as comunidades no sentido geral - ser constituída por aspectos subjetivos e objetivos, conforme descrevemos neste capítulo - ela apresenta algumas especificidades, identificadas a partir das vivências de seus membros. Essas especificidades decorrem do lugar que a vivência religiosa comunitária ocupa na constituição dessas comunidades (ALES BELLO, 2000, 2007).

Uma das especificidades da vivência comunitária religiosa é o reconhecimento de que a primeira comunidade de pertença é a própria humanidade. A partir do reconhecimento do Outro como Criador, a comunidade religiosa reconhece que Ele constitui a origem, o destino e o sustento de todos os seres humanos. No reconhecimento de uma pertença comum, supera-se a temporalidade e a espacialidade imediata. Esta unidade permite a comunhão potencial de todos os seres humanos, no sentido de que cada pessoa pode potencialmente, relacionar-se com os outros, já que compartilham de uma origem e um destino comuns, de modo que podem se tornar companhia no caminho (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

Uma segunda especificidade da comunidade religiosa é a de servir a Deus através da vida comunitária. Assim como se busca reconhecer o Outro na humanidade, também se busca identificar a manifestação da Sua presença nas pessoas e na realidade da comunidade religiosa a qual se pertence, procurando acolhê-Lo e servi-Lo. Sob essa ótica, não só se reconhece o outro como pessoa, mas como alguém chamado a fazer o mesmo caminho, o que motiva um relacionamento de cuidado e corresponsabilidade para que cada qual realize aquilo que é chamado a ser, seja individualmente, seja enquanto membro da comunidade (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

Uma terceira especificidade da comunidade religiosa é reconhecer que sua missão assim como a de cada membro que a compõe são conferidas por Deus. Cada membro reconhece que possui um lugar específico na vida comunitária onde realizará sua missão e o processo de tornar-se si mesmo. Os posicionamentos pessoais e comunitários que nascem a partir do encontro com a realidade, são assumidos como um dever, um compromisso e constituem-se em resposta ao próprio Deus (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

A quarta especificidade da comunidade religiosa é a liberdade e a responsabilidade recíproca diante do destino comum. A liberdade presente na pessoa possibilita que ela se feche ou se vincule ao outro. Na medida em que se vincula, brota na pessoa uma responsabilidade pelo destino do outro, e neste por aquele. Essa responsabilidade recíproca diante do destino comum funda a comunidade religiosa. Tal responsabilidade implica em a pessoa conceber-se como vinculada aos outros, enquanto membros de uma mesma totalidade, provocando uma interdependência dos atos sociais na realização do destino pessoal e comunitário. A maneira como cada membro se insere na comunidade, ocupa seu lugar e caminha solidariamente ao lado dos outros, possibilita a realização da pessoa e da comunidade a qual se está vinculado (COELHO JUNIOR; MAHFOUD, 2006).

3.6 Os Grupos de referência no trabalho da Memória

A experiência de estar e conviver com um outro é fundamental nos processos que constituem a memória. No contexto de nosso trabalho, refletiremos sobre a memória a partir da perspectiva de Maurice Halbwachs (2006), especificamente sua contribuição sobre os grupos de referência, fundamentais na construção da memória, por oferecerem condições para a elaboração da experiência vivida (MAHFOUD, 2018).

Para Halbwachs (2006), aquele que recorda é sempre alguém inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre um trabalho coletivo, mas, é também sempre uma construção da pessoa (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Na perspectiva halbwachiana, uma semente de rememoração pode conservar-se em dado abstrato, reverter-se em imagem e assim permanecer, ou vir a se tornar uma lembrança viva. Os resultados desse processo dependem da ausência ou presença de outros

significativos que se constituem como grupos de referência (HALBWACHS, 2006; SCHMIDT; MAHFOUD, 1993; MAHFOUD, 2018).

O grupo de referência é um grupo ao qual a pessoa pertence ou já pertenceu, com quem mantém ou manteve contato, com o qual se identifica e con-funde seu passado (HALBWACHS, 2006; BOSI, 1995). Não necessariamente o grupo precisa se fazer presente de forma física, pode fazê-lo mediante a possibilidade que a pessoa tem de se colocar sob seu ponto de vista, retomar seus modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. “A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

A memória é fruto de um trabalho coletivo, pois necessita de uma comunidade afetiva, forjada no ocupar-se do outro, o que é característico das relações vivenciadas nos grupos de referência. “Esta comunidade afetiva é o que permite atualizar uma identificação com a mentalidade do grupo no passado e retomar o hábito e o poder de pensar e lembrar como membro do grupo” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

O vínculo afetivo com uma comunidade confere consistência às lembranças. A perda do vínculo associa-se ao esquecimento. “Esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam” (HALBWACHS, 2006, p. 37). Quando perdemos o vínculo com um grupo, as lembranças que temos em comum com ele, tendem a desaparecer. Mesmo que alguém reconstitua de forma precisa um fato que juntos outrora vivemos, essa descrição é insuficiente para revertê-lo em lembrança, porque na descrição, as imagens se apresentam como dados abstratos (HALBWACHS, 2006).

Para Halbwachs (2006), a memória é reconhecimento e reconstrução. Reconhecimento, na perspectiva que carrega a sensação do já visto. Reconstrução, em dois sentidos: não consiste na repetição linear de fatos e vivências do passado, mas num resgate destes num quadro de preocupações e interesses no presente; é distinta, destacada do conjunto de fatos e vivências evocadas, localizada num tempo, num espaço e num contexto de relações sociais específicas (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

É o grupo de referência que possibilita o reconhecimento e a reconstrução da memória, pois esta retoma não apenas ideias e sensações isoladas, mas relações sociais; as

lembranças são construídas com base em noções comuns compartilhadas. Os grupos, no passado e no presente, localizam as lembranças num quadro de referência espaço-temporal, o que lhes proporciona um caráter de composição distinto do conjunto contínuo das demais vivências. A memória constitui-se neste trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os quadros sociais nos quais as lembranças podem permanecer e se articular entre si (HALBWACHS, 2006; SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Quando nos colocamos a recordar um evento passado, recorremos a testemunhos para reforçar e complementar as informações que dele temos (HALBWACHS, 2006). O primeiro nível de testemunho ao qual uma pessoa tem acesso se dá na relação consigo mesma, confrontando um ponto de vista atual com as experiências outrora vividas ou com opiniões formadas anteriormente, construídas a partir de depoimentos de outros. Um segundo nível compreende a dimensão do diálogo entre a pessoa e um outrem presente fisicamente ou internalizado. O trabalho da memória pode, dessa forma, ser concebido como confronto dos diferentes pontos de vista presentes na pessoa (HALBWACHS, 2006; SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Quando observamos e avaliamos a realidade que vivemos, para frente a ela nos posicionar, recorremos a estes pontos de vista, ou seja, ao testemunho de nossa experiência anterior e ao de outros, que indicam e destacam aspectos a serem considerados, bem como, universos onde podemos localizar o que observamos. Na medida em que o presente é vivido neste confronto de testemunhos, sua evocação no futuro, tenderá a retomar esse diálogo. O trabalho da memória constitui-se como a presentificação de testemunhos, pessoal e alheios, que atuam na elaboração da experiência (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

O trabalho da memória se alicerça sobre as dimensões do tempo e do espaço. Conforme Halbwachs (2006, p. 119), “a memória não tem poder sobre os estados passados e não os devolve a nós em sua realidade de outrora, porque não os confunde entre si nem com outros mais antigos ou mais recentes, ou seja: ela se baseia nas diferenças”. As divisões do tempo, que apresentam significados singulares para cada pessoa e grupo, possibilitam a formação da lembrança, sua localização e sua distinção no conjunto de lembranças. Pelo fato de não se confundirem entre si, as lembranças podem ser confrontadas no trabalho da memória (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Diferente do tempo, que oferece uma imagem de mudança, o espaço confere uma imagem de permanência e estabilidade. Quando ocupa um lugar, o grupo nele imprime suas marcas, de modo que ele revela aspectos de sua vida e de suas relações sociais. O espaço pode recordar costumes diferentes inscritos em outros tempos, pessoas e relações sociais a ele ligadas, tornando-se assim, fonte de testemunhos (HALBWACHS, 2006; SCHMIDT; MAHFOUD, 1993; BOSI, 1995).

Vínculos afetivos com grupos de referência, espaço e tempo são os três fatores fundamentais no trabalho da memória que pode constituir-se em recurso significativo para a elaboração da experiência da pessoa em sua inserção concreta no mundo da vida (MAHFOUD, 2018).

CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Seleção e acesso aos sujeitos

Tendo em vista que temos como objetivo compreender como se dá o processo de constituição dos vínculos familiares de pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade, julgamos pertinente não selecionar de forma aleatória os sujeitos, mas por amostragem intencional, o que implica que formulamos critérios para o reconhecimento de figuras emblemáticas para a temática estudada e buscamos, a partir das informações disponíveis, identificar pessoas que atendessem a esses critérios (GIL, 1999). Os critérios estabelecidos foram: ter vivenciado a situação de rua e ter um envolvimento ativo na comunidade da Trindade, em cujo envolvimento se

expressassem dinâmicas características da vivência familiar. Conforme já relatamos na Introdução, realizamos seis meses de observação participante na comunidade, o que nos possibilitou conhecer a dinâmica da comunidade e identificar as pessoas que vivenciaram a situação de rua e que tem um envolvimento ativo na comunidade, em cujo envolvimento se expressassem dinâmicas características da vivência familiar. A observação participante possibilitou ainda, estabelecer com os sujeitos selecionados, vínculos de confiança, mediante os quais pudemos em momento posterior, realizar as entrevistas. Com base nos critérios estabelecidos, selecionamos quatro sujeitos: Irmão Henrique, Elias, Rosa e Airton. Em função do tempo, não nos foi possível fazer a análise da entrevista realizada com Airton (nome fictício).

4.2 Coleta de dados dos sujeitos

Identificados os sujeitos, expressamos a eles o convite para serem participantes da pesquisa. Nesse momento também lhes expressamos o objetivo de nossa investigação, de colher suas histórias de vida, a fim de compreender como vivenciaram os vínculos familiares na família de origem, no período em que ficaram nas ruas e na comunidade da Trindade. Os quatro participantes demonstraram interesse em participar e nos relatar sua história.

Adotamos para a coleta de dados, a entrevista do tipo história de vida, solicitando que os sujeitos nos relatassem sua história de vida. Para tanto, utilizamos a seguinte pergunta disparadora: *Gostaria que você me contasse a história de sua vida*. Buscamos abordar o sujeito da forma mais ampla possível, pois nosso interesse era deixar os sujeitos livres para nos apresentar suas experiências (SOUZA, 2007; SILVA et al., 2007; BOSI, 1995). Mesmo adotando uma pergunta disparadora ampla, nossa atenção estava voltada para a maneira como os vínculos familiares foram elaborados na família de origem, no contexto de vivência nas ruas e na comunidade da Trindade. Assim, embora não tenhamos seguido um roteiro com questões elaboradas previamente, nosso interesse era claro: aproximarmos da experiência do sujeito e olhá-la enquanto processo, motivo pelo qual, durante a entrevista, quando julgamos pertinente, dirigimos perguntas ao sujeito, as quais estavam relacionadas à maneira como os vínculos familiares foram elaborados nesses três

momentos biográficos: na família de origem, na vivência nas ruas, na comunidade da Trindade.

Realizamos as entrevistas no período de setembro a outubro de 2018, na comunidade da Trindade, em locais escolhidos pelos próprios sujeitos. A entrevista foi realizada após a apresentação, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1), que juntamente com o projeto de pesquisa foi anteriormente submetido e aprovado pelo Comitê de Pesquisa da UCSAL – Universidade Católica do Salvador. Cientes de preservar a identidade de nossos participantes em relação à pesquisa, recebemos de Irmão Henrique e Elias, a autorização para manter seus nomes originais na apresentação de suas experiências e em respeito a postura da senhora que entrevistamos, que preferiu não ser identificada, atribuímos-lhe o nome fictício de Rosa. Quanto aos nomes de pessoas da comunidade e outras pessoas mencionadas pelos sujeitos, recebemos autorização para apresentar alguns originalmente e a outros, atribuímos nomes fictícios.

4.3 Transcrição do material

As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente, com o cuidado para que fossem preservados os estilos de linguagem de cada sujeito. Incluímos nas transcrições, expressões faciais, os silêncios que acompanharam os relatos e alguns impactos que algumas falas causaram em nós. Registramos também outros dados, referentes a maneira como encontramos os sujeitos quando os fomos entrevistar, aspectos que compõem o espaço em que realizamos a entrevista e outras informações que nos foram dadas após a entrevista, enquanto ainda interagíamos com os sujeitos, os quais foram registrados no diário de campo.

4.4 Análise dos dados

A análise dos dados orientou-se pelo método fenomenológico, que toma o relato como via de acesso à experiência. Segundo Van der Leeuw (2009), a experiência é uma unidade formada por uma vida presente e seu significado. Não é possível a apreensão imediata da experiência, pois ela é um fluxo que está sempre acontecendo e toda a apreensão implica

um recorte. Trata-se, pois, de uma reconstrução do vivido, porém não de forma arbitrária ou abstrata, já que é possível tomá-la e reconstruí-la enquanto experiência. Para os objetivos de nossa investigação esta postura torna-se significativa, na medida em que nos solicita a apreender nos relatos a maneira como a pessoa, em sua experiência, articula sua relação com o espaço e a maneira como articula a relação família-comunidade, através de uma reconstrução que manifesta a experiência vivida.

É pela experiência que elaboramos o contato que temos com a realidade. Essa elaboração acontece pela via do significado, cuja estrutura é um todo, que não se deixa decompor, mas se faz compreender pelas suas partes. A estrutura da experiência “é a realidade significativamente organizada” (VAN DER LEEUW, 2009, p. 180). É possível identificar mediante a análise do relato, a estrutura pela qual a pessoa elabora suas experiências nos diferentes momentos da vida. A estrutura se mantém como eixo comum que perpassa a elaboração realizada e pode ser compreendida não pela via causal, mas pelas conexões de sentido articuladas pela pessoa. Tal compreensão pertence em parte, à realidade que se apresenta para ser compreendida, e em parte, à pessoa que deseja compreendê-la. Assim, a realidade se abre a nós e nós abertos, podemos compreendê-la. Com base na compreensão das conexões de sentido, é possível identificar e descrever os elementos constitutivos dessa experiência, ou seja, os elementos mediante os quais a experiência se estrutura. Mesmo não sendo uma fotografia idêntica à realidade, a estrutura possui uma vida e um significado próprio, e evidencia a experiência investigada em sua dinâmica específica.

Para chegar a identificar a estrutura da experiência de cada entrevistado, orientamos nosso olhar tendo como base os passos propostos por Van der Leeuw (2009). O autor nos esclarece que, embora os apresente sucessivamente, na prática, eles se interpenetram.

1) *Nomeação*: realizamos a leitura de cada entrevista várias vezes, agrupamos e nomeamos as experiências que emergiram a partir dos relatos, de modo que fosse possível separar para depois reunir. Agrupamos inicialmente as experiências em blocos: vivências na família de origem, vivências em situação de rua, vivências na comunidade da Trindade. Ao realizarmos este agrupamento, buscamos atentar às nuances que indicam a maneira como cada sujeito, em sua experiência articula a relação com o espaço e a relação família-comunidade. Esse passo abre caminho para compreender posteriormente, as conexões entre as experiências agrupadas.

2) *Inserção da experiência na própria vida*: Realizado o agrupamento das experiências, buscamos retomar a leitura do relato, deixando vibrar e ressoar em nós a experiência do outro. Van der Leeuw (2009, p. 181), retoma as palavras de Usener sobre uma aproximação àquilo que desejamos conhecer, em que “cordas aparentadas podem pouco a pouco vibrar em nós e ressoar ao unísono com ele, e descobrimos em nossa própria consciência, os fios que juntam o antigo ao novo”, e ressalta que essa ressonância ao mesmo tempo que acontece em nós, alude à vibração do outro e nos possibilita uma aproximação do significado presente no relato. Algumas dessas vibrações colhidas nos relatos, foram abertas em perguntas na apresentação da experiência dos sujeitos.

3) *Époché*: suspender as concepções prévias que temos sobre os elementos que julgamos pertinentes estar ou que deveriam estar presentes na maneira como a pessoa em sua experiência, articula a relação com o espaço e a relação família – comunidade. Colocamos entre parênteses, assim, aquilo que dificulta a abertura de nossa própria pessoa, para colher o que se manifesta no relato enquanto elaboração da experiência.

4) *Elucidação*: Após a suspensão de nossas concepções prévias, temos condições de elucidar, clarificar as conexões de sentido existentes naquilo que se manifesta nos relatos. Retomamos os agrupamentos das experiências que anteriormente havíamos realizado, buscando reunir os elementos em que se manifestam essas conexões, o que possibilitou que os elementos mediante os quais a experiência se estrutura, ganhassem aos nossos olhos maior clareza e precisão.

5) *Compreensão* das conexões de sentido que forjam a estrutura da experiência de cada sujeito: uma vez clarificadas as conexões de sentido, buscamos compreendê-las no todo da experiência, bem como na forma como o sujeito a elabora.

6) *Retificação*: Para manter a análise fidedigna à experiência, após já termos organizado e redigido a reconstrução da experiência dos sujeitos, voltamos a campo e retificamos com eles algumas expressões que não estavam suficientemente claras para nós. De fato, houve palavras e situações que ao serem retificadas, possibilitaram um entendimento e uma apreensão de sentido diferente daquele que havíamos identificado na experiência do sujeito.

7) *Reconstrução e Testemunho*: Neste último passo, buscamos reconstruir a experiência vivida pelos sujeitos da pesquisa e testemunhar aquilo que encontramos, expressando a estrutura / o eixo estruturador da experiência do sujeito e os elementos mediante os quais essa experiência se estrutura.

4.5 Apresentação dos resultados

Descrevemos a seguir, a maneira como organizamos a apresentação dos resultados das análises:

1. Antes de apresentar a reconstrução da experiência de cada sujeito, nomeamos sua experiência em itálico, com expressões dele mesmo, de modo que essa nomeação explicita a dinâmica característica de sua experiência. Apresentamos ainda algumas descrições acerca de como encontramos os sujeitos, o local onde realizamos a entrevista e o motivo pelo qual escolhemos entrevistá-lo.
2. Reconstrução da experiência de cada sujeito, seguindo as etapas de sua vida. Destacamos o eixo estruturador da experiência mediante o qual cada entrevistado elabora seu contato com a realidade e os elementos principais pelos quais sua experiência se estrutura. A narrativa é composta em grande parte, pelos relatos dos participantes. Destacamos na experiência, a maneira pela qual a pessoa, em sua experiência, articula a relação com o espaço e a relação família-comunidade. Após a apresentação de cada experiência, procuramos retomar os objetivos específicos de nossa investigação, a fim de identificar como cada sujeito elaborou a experiência dos vínculos familiares na família de origem, no contexto de vivência nas ruas, na comunidade da Trindade.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS

5.1. Irmão Henrique, *sou peregrino da Trindade.*

Cabelos molhados amarrados, camiseta de algodão clara, calça branca de algodão cru, chinelos havaianas brancos nos pés, sentado e brincando com Henrique Junior, o afilhado de 9 meses que tinha em seu colo, que também mora na comunidade. Foi assim que encontrei irmão Henrique, de 54 anos, quando fui entrevistá-lo. Após uns 25 minutos de interação com a pequena criança, entregou-a à Vânia, sua madrinha, que também mora ali. Por ser sábado à tarde e haver mais pessoas transitando na comunidade, especificamente em função da realização da sala do NA (Narcóticos Anônimos), que acontece na sede da Revista Aurora da Rua, julgamos ambos, fosse melhor a realização da entrevista em um dos espaços do fundo da *casinha*, estaríamos, assim, mais distantes do barulho. O sotaque francês simpático, o tom tranquilo, a postura compenetrada, risos e silêncios, foram os elementos que acompanharam nosso diálogo. O motivo pelo qual optei por entrevistar Irmão Henrique deve-se ao fato dele ser *um dos primeiros acolhidos na comunidade da Trindade* - é assim que ele se reconhece -, e ser uma das pessoas que sustentam a convivência comunitária nesse espaço.

Abertura ao acontecimento: para vivenciar a consciência das coisas acontecendo, o que possibilita ficar no instante, sem se fixar em algo, dinâmica que tem a força de, por si mesma, restaurar a pessoa⁴⁸. Este é o eixo estruturador a partir do qual Irmão Henrique elabora sua experiência, e que perpassa a maneira como, em sua experiência, articula a relação com o espaço e a relação família-comunidade. Os elementos mediante os quais sua experiência se estrutura são: a experiência do vínculo familiar, o caminho e, a Aliança. Sobre esses elementos e seus desdobramentos, discorreremos ao longo da apresentação de sua experiência.

Apresentaremos a reconstrução da experiência de Irmão Henrique, seguindo as etapas de sua vida, tal como ele as narrou. A maneira como articula a relação com o espaço e a relação família-comunidade, será destacada no decorrer de sua experiência.

Quando pedi a Irmão Henrique que me contasse a história de sua vida, ele assim se expressou:

⁴⁸ Tomaremos o *acontecimento*, tal como é tratado na perspectiva de Romano (apud MARTINS, 2007) e de Giussani (1994) que a ele se referem como um fato não previsível, não-previsto, que irrompe na vida da pessoa e abre um sentido, de modo a fazê-la experienciar algo que ainda não se colocava em sua existência. O acontecimento é aquilo que se dá no aqui e agora, possibilita a pessoa dar-se conta de si na vivência e desperta ainda um empenho pela vida.

Como eu cheguei até aqui, então, é? (silêncio). Sempre é difícil (risos). Não sei nunca por onde começar (risos). Na verdade, tudo foi muito simples, eu acho, na minha vida, nada de extraordinário. Eu nasci numa família normal da Europa, na França. Eu acredito num ambiente privilegiado no nível material, mas sobretudo, no relacional. Meus pais tiveram cinco filhos e somos até hoje uma família muito e muito unida, os cinco juntos. Cada vez que eu volto pra lá, a gente se reencontra, antes com meus pais [já falecidos], todos juntos na casa da família e agora com minhas irmãs, cunhados, sobrinhos. Creio que, na pequena infância, eu vivi muito essa qualidade relacional de ser amado, simplesmente. Na verdade, nada mais do que isso, tanto por meu pai, por minha mãe. Como meus pais deixaram as suas famílias, tive pouca convivência com tios e tias, avós, porque meus pais mudaram por causa do trabalho. A gente se encontrava nas férias. Mas, menos, talvez, marcou a minha pequena infância, isso.

Irmão Henrique cresce num ambiente de *qualidade relacional*, marcado pela presença de vínculos familiares que lhe possibilitaram a experiência *de ser amado*. Na medida em que foi crescendo e ampliando suas vivências, ao dar-se conta da vivência do outro, abre-se nele um desejo:

Aí, crescendo, pouco a pouco, nasceu o desejo, quando dei-me conta que muitos outros não tinham vivido isso na pequena infância ou na meia infância, cresceu em mim, nos anos de estudos, o desejo de poder partilhar o que eu tinha, o que eu era, com pessoas que não tinham vivido isso. Naquele tempo chamavam pobres, o que podemos chamar feridos, necessitados, seja lá o que for.

Ao lado do desejo de compartilhar a experiência dos vínculos familiares que lhe possibilitaram *ser amado*, habitava em Irmão Henrique, uma solicitação, à qual também se abre: *“Paralelo a isso, sempre teve em mim, um apelo muito para a vida contemplativa. Por natureza, eu sou bastante silencioso, eu amo mesmo o silêncio naturalmente e sou muito voltado para a vida interior”*.

Além do desejo de partilhar a experiência que teve no âmbito familiar com quem não a teve e do apelo à vida contemplativa, uma outra dimensão fez-se presente em sua vida: o Evangelho.

E a terceira coisa que dirigiu muito a minha vida foi a dimensão do Evangelho: sempre fascinado pela pessoa que era Jesus, algumas frases que Ele falou, mas, sobretudo, pelo que Ele era e como Ele viveu e se comportava. Sobretudo, sempre fiquei fascinado com a capacidade de Jesus de encontrar as outras pessoas, quaisquer que sejam: um leproso, uma prostituta, mas também, um chefe de sinagoga, um centurião romano; essa capacidade de encontrar verdadeiramente as outras pessoas.

As solicitações advindas nessas três dimensões: compartilhar a experiência do vínculo familiar com quem não a teve, o apelo à vida contemplativa, o fascínio com a capacidade de Jesus de encontrar verdadeiramente as outras pessoas, despertam em Irmão Henrique, um chamado:

Aí, juntando tudo isso, nos estudos superiores já comecei a me sentir chamado para algo diferente. Eu não sabia o que era. Comecei, paralelo aos estudos acadêmicos, fazer filosofia e teologia, discernimento. Nisso, pouco a pouco, percebi que havia dentro de mim uma sede que eu não sabia como preencher, mas que havia uma coisa diferente e eu procurei.

Vive a dinâmica do acontecimento: dá-se conta que há *uma sede que não sabia como preencher* e no desejo de encontrar o que a pudesse preencher, Irmão Henrique inicia uma procura que o faz deslocar-se por diferentes espaços, espaços que comportam longas distâncias percorridas, inserção e vivências em novas culturas, em realidades socioeconômicas muito diferentes das que viveu na Europa:

Isso me levou primeiro na África, mas como profissional, para trabalhar numa aldeia muito pobre. Lá realmente encontrei a pobreza que eu nunca encontrei no Brasil, mesmo no fundo do sertão. Poder estar naquela aldeia (silêncio), como eu fui como profissional engenheiro, eu fui recebido como engenheiro, fui tratado como engenheiro. Éramos dois, e como descobrimos a água que eles não sabiam onde estava, fomos tratados como aqueles que chegaram com o saber e com o poder e que encontraram a água. Então, a nossa casa era a casa do chefe, e eu percebi o quanto isso me impossibilitou de viver o que eu mais queria viver, que era estar com as pessoas na aldeia. Na verdade, fomos muito bem acolhidos, logo no início como a autoridade suprema e depois nunca saímos disso. Dessa experiência cresceu em mim a convicção de que o meu desejo mais profundo era de ser irmão: um irmão sem saber e sem poder, simplesmente aquele que está junto.

Embora não encontrasse na África, o que pudesse preencher sua sede, é no contato com essa experiência, que cresce em Irmão Henrique, a convicção acerca do desejo de *ser irmão, um irmão sem saber e sem poder, simplesmente aquele que está junto.*

Continuou, então, sua busca:

Deixei a vida profissional e fui morar na ARCA de Jean Vanier [na França], viver com pessoas portadoras de deficiência mental. E aí de fato, numa pequena vida comunitária, na casa, vivendo com as pessoas, tudo igual: a mesma mesa, usando os mesmos espaços, aí preencheu muito essa sede minha

de fraternidade, de igualdade, de estar junto. Só que era ainda na Europa, naquele tempo, então, eu desejava uma pobreza material muito maior.

Na busca pela resposta à sede que o habitava, Irmão Henrique retornou à França, deixou a vida profissional e foi morar na ARCA⁴⁹ de Jean Vanier. Por um tempo, sua sede *de fraternidade, de igualdade, de estar junto*, foi preenchida. Todavia, tornou a se manifestar, pois *desejava uma pobreza material muito maior*.

Na ânsia de encontrar o que preenchesse sua sede, continua sua procura e seus deslocamentos por outros espaços:

Não foi possível ir para a Índia, e finalmente vim para o Brasil, em São Paulo, numa favela, que corresponde a tudo aquilo que eu desejava e fiquei lá dois anos. No início, totalmente preenchido de novo. Mas, pouco a pouco começou a fazer falta de novo duas coisas: eu queria uma vida ainda mais pobre materialmente, apesar de que lá eu já morava na favela. Aí eu comecei a ficar com os hippies na praça da República, comecei a dormir na rua com eles, e aí tinha um mundo que ainda não tinha o que eu tinha, que era simplesmente uma casa, porque era uma casa de madeira dentro da favela, era tudo o que havia de mais simples. Mas, ainda haviam pessoas que não tinham nem isso. E a segunda inquietação, a segunda sede foi a dimensão orante: eu desejava uma vida muito mais orante. A primeira comunidade [ARCA] em que morei havia muito mais oração, essa segunda, é que cada comunidade é diferente, rezava muito pouco de maneira comunitária; individual, como cada qual queria, mas de maneira comunitária, havia uma certa pobreza. Eu desejava outra coisa.

Vindo ao Brasil, Irmão Henrique, passa a viver durante dois anos, em uma favela, na cidade de São Paulo. Embora experimentasse a pobreza, deu-se conta que haviam outros que ainda não tinham o pouco que ele tinha: *uma casa de madeira dentro da favela*. Passa então, a dormir com os hippies na Praça da República. Embora, não nos conte em que comunidade morou, a experiência em São Paulo, fê-lo sentir-se, inicialmente, *preenchido totalmente*, mas, a sede que o habitava tornou a se manifestar mais uma vez: *queria uma vida ainda mais pobre materialmente e desejava uma vida muito mais orante*. No desejo de encontrar o que pudesse preencher sua inquietação, desloca-se mais uma vez:

A partir disso, resolvi, depois de um longo discernimento já, morar em Taizé, Alagoinhas [BA], num eremitério, acompanhado por um dos irmãos de Taizé, para tentar encontrar melhor essa vocação. Foi lá, juntando tudo isso que, graças ao acompanhamento do irmão que me acompanhou, sem o qual, acho que nunca teria encontrado, que percebi claramente que era chamado a ser

⁴⁹ Rede internacional, fundada por Jean Vanier, composta de mais de cem comunidades, em trinta países, para portadores de deficiências mentais.

peregrino, porque juntava tudo aquilo que eu mais ansiava: um despojamento completo, a vida contemplativa, o ser irmão, o ser totalmente despojado de todo o poder, a gente falava agora há pouco dessa questão do poder, não ter justamente poder nenhum e poder caminhar e estar junto com as pessoas que a gente encontra, absolutamente igual, sem colocar saber, conhecimento, autoridade, nada disso adiante. Foi assim que me tornei peregrino, um peregrino da Trindade, por causa dessa mística trinitária que sempre me habitou e continua sendo o fogo que queima dentro de mim, isso é a paixão da minha vida. Então comecei em 1989, a caminhar. Eu não sabia na verdade, o que era ser peregrino naquele momento, nem tinha ideia, mas Michel sempre me tinha dito: “O caminho te confirmará”. E de fato, o caminho me ensinou, me confirmou, me fez entender o que era essa vocação, pouco a pouco. Passei a viver nas ruas com o pessoal da rua lá na Bolívia, no início, depois no Peru, depois no Brasil. Caminhei muito, muito, muito, naquele tempo (risos, silêncio). Mas, enfim, eu diria que, essa sede que tinha dentro de mim de uma vida orante, contemplativa e despojada junto com os últimos, era enfim preenchida. E até hoje ela é. Próximo ano, faço 30 anos [de peregrino], a gente vai peregrinar para celebrar isso. E, então, de fato, esse foi o caminho que eu encontrei para mim (silêncio).

Quando se dá conta que havia nele uma sede, Irmão Henrique já vivia na dinâmica do acontecimento: a sede nele se abre e ele se abre a ela, lança-se então, na procura e se desloca por diferentes espaços, nos quais vivencia experiências diversas: contato com outras culturas, com realidades socioeconômicas distintas da sua. E é no contato direto com a experiência, com o que a ele se revela, que ele se dá conta que ainda não havia encontrado o que pudesse preencher sua sede. E ele se lança e se desloca mais uma vez: vem à Taizé, Alagoinhas - BA. Continuando o seu movimento de procura, mediante o vínculo e o acompanhamento de Irmão Michel, Irmão Henrique, dá-se conta *claramente que era chamado a ser peregrino*. Ser peregrino juntava tudo aquilo que mais ansiava: *um despojamento completo, a vida contemplativa, o ser irmão, o ser totalmente despojado de todo o poder*, e lhe possibilita *caminhar e estar junto com as pessoas que encontra*.

Quando encontra o que preenche sua sede: ser peregrino, *começa a caminhar*. Mas, não teria ele caminhado antes? Qual o sentido deste *caminhar*? Os deslocamentos até então realizados, não são chamados por Irmão Henrique de caminho, naqueles, embora ele vivesse a dinâmica do acontecimento, procurava por algo que não sabia o que era. A partir do momento em que encontra a resposta para sua busca, o deslocar, o caminhar, que já o acompanhavam, tornam-se efetivamente um caminho, ou seja, passam a ter um sentido, e esse sentido é justamente o preenchimento daquilo que buscava. De ora em diante ele pode dizer que tem um caminho a fazer: ser peregrino, que implica andar sem se fixar,

desprender-se constantemente, o que não deixa de ser a própria imagem do caminhar, o que lhe possibilita ficar na pobreza do instante, que é o acontecimento por excelência: o puro acontecimento, do qual se tem consciência e que tem a força de, por si mesmo, restaurar a pessoa. E foi assim, como peregrino, que ele caminhou por diferentes geografias: Bolívia, Peru, Brasil, e ainda hoje caminha, aberto ao acontecimento.

Irmão Henrique nos contou que nesses 30 anos de vivência peregrina, houve duas fases distintas:

num primeiro momento em que eu estava absolutamente sozinho, 11 anos, - às vezes eu penso: “Nem sei como eu consegui viver tudo isso, de tão exigente que foi” (risos). Mas, eu vivia tudo numa leveza, nunca me pareceu pesado, nunca me pareceu difícil. Teve desertos, que é normal, mas nunca tive a tentação de deixar, nunca, nunca. Fluiu, era leve mesmo. Era muito e muito leve. Às vezes algumas pessoas vieram peregrinar comigo. Começou em 1993, a primeira; em 1996, durante a quaresma toda, aí começou a nascer a ideia dos retiros peregrinos, como hoje a gente anima. A partir de 1997, 1998, algumas pessoas quiseram também ficar na rua um tempo. Isso foi aqui em Salvador, no advento, e eu nunca mais fiquei sozinho no advento...E a partir daí, começou a surgir uma dimensão muito mais eclesial do meu chamado, porque se no início era totalmente sozinho, desconhecido, aí pouco a pouco a dimensão eclesial se firmou. E quando Dom Geraldo me pediu para encontrar um espaço para acolher as pessoas da rua, o que eu no início não queria muito, eu reconheço, aí foi até encontrar a Igreja da Trindade. E como era o ano da Trindade [2000] e eu sou peregrino da Trindade, alguma coisa tinha que acontecer, não tinha como! (risos). Aí no ano da Trindade, em agosto daquele ano, começamos a morar aqui. Mas, de novo de uma maneira muito despreziosa, sem nunca nem pensar coisa grande, apenas, comecei, eu estava na rua e comecei a dormir na igreja, simplesmente. Então, aquelas pessoas com as quais eu dormia na rua, vieram e alguns amigos que fizeram essa experiência, vieram também. E assim que nasceu a comunidade da Trindade. Não foi nada planejado, não. Até hoje não tem regra, não tem estatuto, até hoje a gente deseja viver muito nessa dimensão do provisório, da liberdade, do Espírito, do perfume, e deixar as coisas serem guiadas mesmo pelo sopro do Espírito, da Divina Ruah. Então, muita pouca formalidade na comunidade, mas, muita espontaneidade e um desejo de uma grande, grande leveza e que a comunidade seja esse livro aberto onde o Evangelho está sendo escrito. E é só isso: um grande desejo que seja essa porta aberta, que eu dizia hoje pela manhã, na oração, onde qualquer pessoa que deseja, possa chegar e sempre encontrará o seu lugar. Falamos muito das portas abertas aqui. A gente celebra todo o ano, o aniversário da reabertura das portas da Igreja, porque a comunidade deseja ser essa porta sempre aberta e isso significa que devemos cada um de nós que moramos aqui, sermos sempre essa imensa abertura para acolher o outro tal como ele é e tal como ele chega.

Nas duas fases de sua vivência peregrina: nos 11 primeiros anos, em que estava absolutamente sozinho, e na posterior que se estende até hoje, na qual a dimensão eclesial

– o caráter comunitário –, se firmou, Irmão Henrique vivencia a dinâmica do caminho, não se fixa, vive o momento, dorme na rua, peregrina, seja quando está sozinho, seja quando outros manifestam o desejo de estar e ficar com ele um tempo. Quando o então bispo, de Salvador, Dom Geraldo, lhe solicita para encontrar um lugar para acolher as pessoas da rua, embora no começo não o queria muito, ele abre-se a essa solicitação e começa a procurar um lugar. E quando encontra a Igreja da Trindade e ali passa a morar com algumas pessoas que dormiam com ele na rua e com alguns amigos que também haviam feito essa experiência, é como se não tivesse deixado a rua: esse movimento se dá *de uma maneira muito despretensiosa, sem nunca nem pensar coisa grande, apenas, comecei, eu estava na rua e comecei a dormir na igreja, simplesmente...* Embora, ele se fixe no espaço, com as pessoas que foram com ele, a dinâmica que acompanha esse movimento, continua sendo a do caminho: nada planejado, abertura ao acontecimento. Foi nessa dinâmica *que nasceu a comunidade da Trindade*, e é essa dinâmica que ainda hoje a perpassa: *não tem regra, não tem estatuto, até hoje a gente deseja viver muito nessa dimensão do provisório, da liberdade, do Espírito, do perfume, e deixar as coisas serem guiadas mesmo pelo sopro do Espírito, da Divina Ruah*. Embora se fixe geograficamente, a dinâmica do caminhar, continua sendo o que dinamiza a vivência do cotidiano: a comunidade *deseja ser essa porta sempre aberta*, disponível ao acontecimento: acolher o outro, não sabendo como e quando ele virá.

Com base na experiência de Irmão Henrique até aqui apresentada, é possível identificar que o eixo estruturador da abertura ao acontecimento atravessa sua relação com o espaço: inicialmente o espaço está em função da busca de algo que pudesse preencher sua sede e quando ele encontra o preenchimento para sua sede, este espaço se constitui em um caminho a ser realizado: ser peregrino, andar sem se fixar, desprender-se constantemente, o que possibilita ficar na pobreza do instante, que é o acontecimento por excelência: o puro acontecimento, do qual se tem consciência e que tem a força de por si mesmo, restaurar a pessoa. Mesmo quando se fixa no espaço da Igreja da Trindade, o significado desse fixar-se é que ele é algo dinâmico, característico do caminho. O espaço da Trindade é nesse sentido, ele mesmo, o caminho.

Irmão Henrique contou-me que em seu movimento de morar na Igreja da Trindade, algumas pessoas que dormiam na rua com ele e alguns amigos que fizeram essa experiência, foram com ele. Durante a entrevista lhe perguntei:

Franciele: Essas pessoas ainda estão aqui?

Henrique: Constantino, Fernando. Fernando depois foi morar no Ceará com Judite, porque Judite estava aqui no início também. Tinha um argentino logo no início, que depois voltou para a Argentina. É isso. Tem gente que nunca veio morar aqui, mas, até hoje, vem aqui: minha afilhada sempre vem aqui, ela morava comigo na rua.

Franciele: Uma afilhada que morou com você na rua?

Henrique: Sim, uma das minhas afilhadas que morou comigo na rua, chamada Michele, não sei se você sabe quem é. Nunca viu, não?

Franciele: Não.

Henrique: Ela tem um filho chamado Henrique também. Ela tem dois filhos e está grávida do terceiro. É uma menina muito e muito boa. Até hoje ela vem aqui. Acompanho ela desde 1994, já faz 24 anos agora, ela tinha cinco anos naquele tempo, ela deve ter uns 30 anos agora. Ela tinha cinco anos quando estava na rua. Mas, ela nunca morou aqui. Agora ela conseguiu uma casa com o programa Minha Casa, minha Vida. Ela tem a casa própria dela, agora.

Essa mesma dinâmica do acontecimento, do desprendimento, da liberdade de se mover no instante, acompanha a vivência das relações interpessoais: é-se livre para morar e ficar o tempo que julgar necessário na comunidade da Trindade: *Constantino*, homem em situação de rua, que com Henrique viveu nas ruas de Salvador, está na Trindade até hoje; *Fernando*, também homem de rua, ficou por um tempo na Trindade e depois acompanhou *Judite*, amiga de Henrique, que também ali morou, quando ela retornou ao Ceará, ambos moram numa casa que atende pessoas portadoras de deficiências mentais, coordenada por ela e outra senhora⁵⁰; um amigo argentino, passou ali um tempo e depois retornou à sua terra natal; *Michele*, sua *afilhada*, nunca morou na Trindade, mas os vínculos de padrinho e afilhada, iniciados e vivenciados na rua, perduram até hoje.

Irmão Henrique contou-me que, ao passar a viver com algumas pessoas que com ele dormiam nas ruas, na Igreja da Trindade, a igreja estava fechada. Aos poucos, gradativamente foi-se ocupando o espaço:

Franciele: Irmão Henrique, quando você chegou com outras pessoas aqui, a igreja estava fechada. Tinha alguém nos arredores da Igreja?

⁵⁰ Conheci Judite na Trindade em 30/06/2016, quando ali estava passando uns dias. “Disse-me que quando vem a Salvador faz uma visita à comunidade e passa alguns dias, pois criou vínculos. Contou ter vivido um período de mais ou menos 4 anos na comunidade, mas que depois retornou ao Ceará e hoje com outra senhora, coordenam um espaço de acolhimento e convivência de pessoas com deficiências mentais” (Diário de Campo, 30/09/2017).

Irmão Henrique: Tinha. Essas casas (mostra para algumas casas que estão no terreno) eram habitadas. Tinham 14 casas ao redor da igreja quando a gente chegou e 13 eram ocupadas. A única que estava vazia era a menorzinha de todas, que era apenas a parte da frente do que hoje a gente chama de casinha. Todas as outras casas eram habitadas. No início foi um convívio muito e muito belo com os moradores daqui. Cada vez que um morador saiu por N razões, aí a gente sempre fazia uma proposta pra Arquidiocese, porque se a Arquidiocese queria alugar para alguém sempre podia, mas a gente muitas vezes tinha uma proposta de uso comunitário e normalmente, a Arquidiocese sempre topou...As casas grandes, a maioria estava quase em ruínas, sabe. As casas grandes, a gente reformou e fez construções menores: aqui, por exemplo, esse conjunto de cinco casas eram duas casas: uma muito grande mesmo, com pé direito muito alto, e uma outra, menor. Então, eram apenas duas casas. Aí a gente propôs uma reforma geral e acabamos fazendo três casas embaixo e duas em cima, mas quase do mesmo perfil porque o pé direito a gente aproveitou e colocou mais um andar. Então, hoje são 21 casas. Havia, todos esses vizinhos no início, agora era um lugar que não era bem visto, era um lugar muito abandonado, não tinha nenhuma flor aqui, nenhuma flor quando a gente chegou. Era muito lixo em todo canto, lixo e lixo. O pessoal jogava tudo fora, assim, o caminho do peregrino era um lixão, o galpão era outro lixão, atrás da igreja era só lixo também. O que hoje é essa horta, era só caco de vidro, porque o barzinho estava na frente e eles jogavam todas as garrafas pra lá. Aí a gente limpou durante anos e anos. No início a gente não tinha como cuidar do espaço do jardim porque na verdade haviam muitos outros moradores aqui. E a partir do momento em que, pouco a pouco, o espaço passou a ser da comunidade, a gente começou a ajeitar o jardim, primeiro na frente da casinha e depois na frente da casa 6, depois o caminho do peregrino e os outros espaços. Mas, foi muito e muito lento, demorou 8 anos mais ou menos para pouco a pouco ocupar os espaços.

A ocupação do espaço em que fica a Igreja da Trindade foi se dando *pouco a pouco*. Aos poucos, o lixo removido deu lugar às flores, à horta, às árvores, ao caminho do peregrino. O mesmo movimento deu-se em relação às antigas casas, muitas das quais, ao serem reformadas, deram espaço para as pessoas que vinham das ruas poderem morar e outras, foram sendo usadas para o uso comunitário.

Irmão Henrique relatou-me que, à medida em que os anos na comunidade da Trindade foram passando, nasceu o desejo de, em 2007, criar a Aliança. Quando lhe perguntei o que é a Aliança, ele assim se expressou:

Vem muito dessa intuição de quando eu vivia nas ruas e eu era acolhido nos albergues da vida, nas instituições, nos espaços de acolhimento, sempre eu sofri dessa divisão: havia os acolhidos e os voluntários e/ou funcionários. E era claro que eram dois mundos totalmente separados.... Um desejo é de que aqui estejamos todos juntos, todos iguais, independente do nosso passado, independente da nossa origem social, econômica, cultural, de estudo, de saúde, independente de ter passado pela rua, pelo presídio. Quando a gente quis que as pessoas que mais se comprometiam na comunidade, reconhecessem o seu

compromisso, a gente pensou em criar essa Aliança, que é uma coisa excessivamente simples, é só dizer: “A Trindade fez Aliança comigo, Ela me permitiu encontrar esse lugar onde hoje eu me sinto bem e eu quero fazer uma Aliança com Ela e dizer: ‘Durante esse ano eu quero morar nesta comunidade, para que outros possam viver aquilo que eu mesmo vivi aqui’. Uma coisa muito e muito simples, todo mundo lendo o mesmo texto e dizendo apenas isso: ‘Eu estou aqui, me sinto bem aqui e quero continuar aqui para que outros possam viver aquilo que eu vivi’.... Nunca desligamos ninguém da Aliança, simplesmente a gente renova todo o ano. Se uma pessoa não renova é porque nesse ano ela não se compromete, simplesmente. Assim, nunca precisa desligar ninguém, para não ferir. Essas pessoas já carregam tantas e tantas feridas que, acrescentar qualquer ferida, seria aumentar o sofrimento delas, e não precisa fazer isso. Simplesmente não renova. E aqueles que renovam todo o ano, tem essa responsabilidade de assumir a própria comunidade. Hoje temos 22.

Porque criar a Aliança? Quais as motivações de base a partir das quais ela foi pensada e proposta? Já não viviam eles, desde 2000, *todos juntos, todos iguais, independente do passado?* Não irá a Aliança em direção contrária ao viver na *dimensão do provisório, da liberdade, do Espírito, do perfume, de deixar as coisas serem guiadas pelo sopro do Espírito, da Divina Ruah?* Quando nos reportamos à vida de Irmão Henrique em suas fases iniciais, às experiências vivenciadas no âmbito familiar: *todos juntos na casa da família*, permeados por uma *qualidade relacional* que lhe possibilitou *ser amado, simplesmente*, e que é essa experiência que deseja compartilhar com *aqueles que não tinham vivido isso*, damos-nos conta que a Aliança retoma o sentido daquela vivência familiar, ou seja, reafirma a origem: a experiência do vínculo que ele viveu, deseja que outros também a vivam, essa é sua forma de colaborar com o mundo, essa é a missão que deseja que outros tenham. A Aliança, então, não vai em direção contrária ao que já vinham vivendo, antes, reafirma a origem: onde e como tudo começou, e, o que ele quer ao longo do caminho. Há um desejo de que os outros também vivam o que ele viveu e isso não se coloca como uma meta a ser alcançada, mas algo que já estava acontecendo e que poderia uni-los ainda mais, por isso, o desejo de que reconhecessem isso, tomassem consciência e reafirmassem o propósito de continuar essa vivência. Identifica-se aqui a forma como Irmão Henrique em sua experiência, articula a relação família - comunidade: a vivência comunitária reafirma a origem, a vivência do vínculo.

E a narrativa de Irmão Henrique sobre a Aliança prossegue:

Nos encontramos uma vez por mês na Trindade do Mar, numa situação que não é de reunião, não é formal, sempre o mais importante é quando a gente vai tomar banho no mar, quando fazemos a fogueira de noite. O fato de dormir

todos lá, porque é um pouco um acampar, porque na Trindade do Mar não cabe um grupo de 22 pessoas, então é tudo meio acampar mesmo, dormir nas barracas à noite. E isso que é o gostoso, porque esses vínculos entre nós que na verdade curam as feridas profundas; é todo esse sonho que eu falei no início de ser irmão mesmo, por isso eu gosto tanto de ser chamado de irmão, porque acredito muito que é essa relação que pode curar as feridas profundas. É essa relação que pode curar, a meu ver. É muito viver simplesmente a alegria de estar juntos. Eu nunca pessoalmente digo que somos família, porque eu acho que família é outra dimensão, um laço de sangue é um laço muito diferente de um laço comunitário, mas muitas pessoas aqui experimentam isso. Elas dizem: 'É a família que eu não tive'. Muitas dessas pessoas que nunca tiveram família, acabam vivendo uma relação tão intensa dentro da comunidade, que assimilam aquela família que nunca tiveram. Eu mesmo nunca digo, porque eu acho que comunidade não é família, nesse sentido, é um outro laço, é uma outra coisa que nos une. Mas, eu entendo muito bem que a pessoa possa experimentar isso e isso ser para ela uma reconciliação com o passado. Eu entendo isso, sim. Então, esse encontro da Aliança é muito pra isso, pra esse convívio gratuito entre nós. A gente vai e volta com uma energia muito e muito boa, porque durante o fim de semana aquilo que se viveu nos sustenta depois e cria dentro desse grupo da Aliança um vínculo muito forte. Os jesuítas que vieram lá preparar a peregrinação e que agora estão peregrinando lá no Ceará, um me perguntou, que diferença tinha entre peregrinar sozinho e peregrinar em dois ou três. E eu falei que, na verdade foi respondendo, que eu me dei conta disso, que esses laços tão fortes entre nós, entre João, Juce, Vânia, Marcinha, Claudio, Cosme e outras pessoas que conosco caminharam, vem muito dessas peregrinações. Viver 15 dias caminhando juntos dá uma cumplicidade, uma intimidade muito e muito grande. Tem algo que a gente experimenta de uma fraternidade, de uma irmandade muito e muito intensa. Você ouve muitas vezes no nosso chazinho: 'Ah, naquela peregrinação, a gente viu isso'. A gente compartilhou tantas experiências tão fortes assim, de ter dormido na rua, de um adoecer e ir pro hospital, de ter sido rejeitado num lugar, de viver um acolhimento extraordinário num outro, de ter parado à beira de um rio e ter ficado lá o dia todo. Então esses momentos tão gratuitos que nunca são planejados, que acontecem no caminho, criam vínculos entre nós muito e muito fortes e nos permitem de superar todas as tensões da vida comunitária, porque é normal que hajam, vida comunitária é feita pra isso mesmo, pra superar tudo isso. Mas, o que nos permite superar as tensões, é talvez, esse vínculo tão forte, então, isso na Aliança é muito importante.

A dinâmica das vivências que constituem a Aliança é a abertura ao acontecimento: viver profundamente o estar juntos naquele momento, mergulhar no instante. Esse viver o puro momento juntos, gera e intensifica vínculos entre o grupo. Se a Aliança é a forma pela qual, em sua experiência, Irmão Henrique articula a relação família-comunidade, aqui ele nos descreve vivências concretas mediante as quais a Aliança se constitui: tomar banho de mar, fazer a fogueira de noite, dormir em barracas; caminhar 15 dias juntos, nos quais se compartilham experiências inesperadas e não planejadas: dormir na rua, adoecer e ir pro hospital, ser rejeitado num lugar, viver um acolhimento extraordinário em outro, parar a

beira de um rio e lá ficar o dia todo. Embora em muitas dessas vivências se pare concretamente no caminho, a dinâmica que as acompanha é a do caminho, a da rua, a da provisoriedade e da instabilidade, e é nessa dinâmica que a energia é restaurada e que laços de cumplicidade, intimidade, fraternidade e irmandade são gerados e fortalecidos. E são esses vínculos gerados na dinâmica do caminho que curam feridas e, em alguns casos, reconstituem o tecido familiar, bem como sustentam e possibilitam enfrentar as tensões cotidianas próprias da vida comunitária.

A Aliança expressa em termos pessoais, uma adesão da pessoa à comunidade, e em termos comunitários, estrutura uma forma, um jeito da comunidade ser. Por ser uma das personalidades sustentadoras e marcantes na comunidade, ao intuir e iniciar a Aliança, Irmão Henrique contribui significativamente para conferir à comunidade da Trindade, um modo de ser que tem na dinâmica do acontecimento, o eixo central a partir do qual se estruturam as atividades e as relações nela vivenciadas.

A abertura ao acontecimento acompanha, por exemplo, as maneiras pelas quais as pessoas chegam à comunidade para serem acolhidas:

A pessoa chega de muitas maneiras aqui. Agora aquelas que ficam é porque se sentem amadas, o tempo que for necessário. Algumas chegam diretamente da rua, outras chegam pelos hospitais, quando estão internadas e não tem para onde ir. Desde que existe o projeto [Levanta-te e Anda], algumas chegam pelo projeto, outras chegaram pela Revista Aurora da Rua, pessoas que conheceram a revista e quiseram ser vendedoras e acabaram morando aqui, outras porque alguém encontra na rua e diz: 'Olha, vai lá na Igreja da Trindade, existe uma igreja que vai te acolher' e chegam até aqui por indicação. Existem muitas maneiras de chegar até aqui. Como o projeto e a revista Aurora da Rua lidam diretamente com a população de rua, acabam sendo canais privilegiados. Mas, não são os únicos e é muito importante que não sejam exclusivos, sobretudo.

Existem várias maneiras de a pessoa chegar e passar a morar na Trindade: pode-se chegar diretamente da rua, pelos hospitais, por indicação, pelo projeto [Levanta-te e Anda], pela Revista Aurora da Rua. Há um cuidado e uma preocupação de que essas modalidades se mantenham abertas: embora o projeto e a Revista Aurora da Rua sejam os canais privilegiados, por lidarem diretamente com a população de rua, é muito importante que não sejam exclusivos. Essa abertura também acompanha o tempo para se ficar na Trindade: fica-se o tempo que for necessário.

A abertura ao acontecimento acompanha ainda, a forma como a comunidade lida com a questão da família daqueles que são acolhidos e daqueles que aderem à Aliança. Quando perguntei a Irmão Henrique como lidam com essa questão na Trindade, ele me respondeu:

Nós sempre ficamos muito felizes quando podemos conhecer a família, porque conhecer a família de alguém é sempre conhecer melhor essa pessoa. Nesse desejo de vida fraterna, melhor você conhece a família, melhor você conhece a pessoa e mais irmão você se torna da pessoa.... Para as pessoas que chegam com histórias de rejeição da família ou de rupturas, a gente sempre é muito prudente. A gente sempre procura entender melhor o que se viveu na família e quando há possibilidade, incentivar a reconciliação com o passado. Agora isso pode se dar reencontrando fisicamente a família, como pode ser simplesmente se reconciliando com o passado. A gente é muito paciente. A gente não tem pressa para isso, porque muitas vezes a pressa pode, seja criar uma rejeição, seja reabrir uma ferida. Tem que ser no seu momento certo e é sempre muito difícil saber quando é, mas tem que ser no seu momento certo (Silencio). Amanhã vai vir a sobrinha de Rafael, por exemplo, pela primeira vez, ele está aqui há 6 meses, ela mora aqui em Salvador e ela nunca veio aqui. Mas, Rafael talvez, precisava de todo esse tempo para poder passar a convidar os familiares dele para virem aqui. A gente respeita muito esse tempo. Se tiver uma busca da família nunca é para que a pessoa volte para a família, a gente sempre diz isso pra pessoa, porque muitas vezes a assistente social faz: 'Onde mora sua família? Por que você não mora lá?' Ai pronto, a pessoa diz: 'Se eu digo que eu tenho família e ainda de boa condição e tudo, não vou mais ser acolhido'. Tem muito esse pensamento por trás. A gente sempre diz: 'O acolhimento é independente de sua família. Você está aqui porque a Trindade te acolheu aqui. Então isso é sagrado. Agora é bom conhecer a sua família para melhor lhe conhecer e para melhor caminhar com você'.

A maneira como a comunidade lida com a questão da família é aberta: não há uma norma específica a ser seguida. Há um desejo que acompanha a busca pela família: conhecer a família da pessoa com quem se convive possibilita conhecer melhor a pessoa para ser mais irmão dela. Isso pode gerar vínculos: conhecer familiares que ainda não se conhecia, como pode também gerar uma proximidade maior e estreitar os vínculos com quem se convive. Isso remete à origem: ao âmbito primeiro em que se foi acolhido, cuja vivência do vínculo possibilitou Irmão Henrique mover-se na liberdade para encontrar as respostas às suas inquietações, à sede que o habitava. Quem vivenciou essa liberdade no relacionamento pode reeditá-la, pode respeitar o tempo do outro para retomar um relacionamento ou não, na abertura de que o tempo, a disposição da pessoa para fazê-lo, pode em algum momento chegar como pode também não chegar. No desejo e na busca de conhecer a família com quem se convive, reafirma-se a convivência comunitária, que perdura independentemente de a pessoa voltar ou não a se relacionar com sua família. Se

foi a vivência do vínculo que abriu em Irmão Henrique o desejo de compartilhar tal vivência com quem não a teve, a forma que encontrou para realizá-la foi ser peregrino, cujo modo de ser e estar, caracterizam-se por *um despojamento completo, o ser despojado de todo o saber e poder a fim de caminhar e estar junto com as pessoas que se encontra*. Ao se caminhar e conviver com a pessoa, há um desprendimento: não se faz projeto algum no que diz respeito à pessoa resgatar os vínculos com sua família de origem. Continua-se acolhendo, convivendo e respeitando a postura da pessoa. Mover-se na liberdade, respeitar o tempo e o posicionamento da pessoa em relação ao que viveu, pode ser uma possibilidade de permitir que o vínculo comunitário continue se constituindo.

Irmão Henrique contou-me que na comunidade, houve *“histórias muito e muito belas de reconciliação com as famílias”*. Relatou-me:

Uma que mais me marcou foi a de Fernando, que está no Ceará agora. Fernando morou comigo na rua muito tempo e ele nunca conheceu a mãe biológica dele. Ele foi adotado por uma mãe em Senhor do Bonfim, uma mulher que o adotou, mas disse que sempre apanhou dessa mulher. Apanhava, apanhava. Ele tinha uma fala muito negativa dessa mulher. E eu sempre escutei assim. Depois de muitos anos, uma vez quando eu fui para dar retiro em Juazeiro da Bahia, propus para ele ir comigo, e passamos em Senhor do Bonfim, para conhecer a rua onde ele viveu. E ele quis. E a gente foi lá. Não morava quase ninguém mais naquela rua. Mas, encontramos um senhor que conhecia ele. Aí ficamos lá batendo papo na frente da casa, quando ele reconheceu Fernando pediu para entrar para conversarmos. Quando comecei a tocar sobre essa mulher, Fernando começou a falar: ‘Ela me batia muito’. E o homem começou a rir. ‘Que nada Fernando, você aprontava tanto que ela não sabia mais o que fazer’. Esse homem contou a mesma história a partir de um ponto de vista totalmente diferente. ‘Essa mulher foi um anjo na sua vida, senão você já não estaria mais aqui, lhe acolheu quando você estava jogado no lixo. E criou você os anos todos’. E ele disse que Fernando sempre fugia, com três anos de idade ele já tinha fugido. O pessoal procurou ele uns dois, três dias. A mulher ficou doida, porque não sabia onde ele estava e quando encontrou onde ele estava, ela voltou pra casa, naturalmente, e às vezes, como naquele tempo, o que Fernando interpretou como uma rejeição, era a educação dela, na verdade. O homem disse: ‘Ela nunca lhe bateu assim, não’. Ele passou um outro ponto de vista, sem querer convencer Fernando de outra coisa, porque ele dizia isso rindo: ‘Mas, ela amou tanto você. Ela fez tanto por você’. Eu só tinha ouvido o lado de Fernando, nunca tinha ouvido esse lado. E o homem ainda disse: ‘Ela não mora mais aqui. Ela mora em Feira de Santana, com os filhos dela e ela é cega agora’. Na volta, eu disse: ‘A gente vai voltar por Feira de Santana, você não quer parar em Feira de Santana para encontrar essa mulher?’ ‘Não, não quero não’. ‘Bom, se você não quer, não vamos. Mas, talvez, um dia, seria bom’. Aí viemos até aqui. Aí um dia Fernando sumiu, passou três, quatro, cinco dias fora. Ninguém sabia onde ele estava e de repente ele voltou: ‘Ué, Fernando, você estava por onde, que a gente te procurou na Piedade, onde você dormia, e não te encontrou?’. ‘Ah, não estava em Salvador, não’. ‘Não estava em Salvador? E estava onde?’ ‘Ah, fui lá em

Feira de Santana. ‘Fazer o quê, lá?’ ‘Ah, eu fui visitar a dona Cândida’. ‘É? E aí, como foi?’ Ele disse assim: ‘Essa mulher é muito boa, porque depois de tudo o que eu fiz, ela me acolheu de volta na casa dela. Cheguei na porta da casa dela – ele conseguiu encontrar a casa, esperto – e quando eu chamei, fizeram ela sair, e quando eu disse que era Fernando, ela abriu os braços e disse: ‘Venha cá, meu filho’. Ela morreu 15 dias depois (silêncio, olhos cheios de lágrimas). Menina, nunca esquecerei isso, porque é como se nesse momento Fernando reconciliasse o passado dele. ele falou literalmente: ‘Essa mulher é muito boa, porque ela me acolheu de novo, depois de tudo o que eu aprontei’. Aí ele passou lá uns dias com ela, aquilo que era possível passar, porque ninguém aguenta Fernando por muito tempo (risos), depois voltou para cá e quinze dias depois, a gente soube que ela faleceu. Foi na hora certa, sabe?’

Embora, houve na comunidade, “histórias muito e muito belas de reconciliação com as famílias”, houve situações em que “a gente nunca conseguiu reconciliação. E às vezes, talvez, seja melhor assim... O NA é muito sábio com isso: fazer reparação sempre que há possibilidade de não prejudicar alguém”. Irmão Henrique contou-me, então, o seguinte fato:

Uma vez tinha um homem aqui, que a gente não conseguia entender o passado, manso, manso e manso. Esse homem era um gigante, gigante mesmo, ele tinha 1,90 de altura e ele tinha tido um traumatismo craniano, então, ele não sabia quase mais nada do passado. E depois de muita procura a gente conseguiu saber que uma das irmãs dele trabalhava numa barraca e a gente foi lá. Fomos de carro e deixamos ele no carro. Foi eu e mais uma pessoa, nos aproximamos da barraca, encontramos a mulher e começamos a falar e quando ela entendeu que a gente tinha acolhido o irmão dela, ela começou a tremer. E ela: ‘Ele está onde?’ ‘Ele está no carro, mais adiante, com outra pessoa. E a gente veio para tentar conversar’. E ela: ‘Eu sinto muito, fiquem com o meu irmão. É que a gente não pode mais’. ‘A gente não veio para devolver o irmão. A gente só quer poder entender melhor ele, porque ele não conta mais nada do passado, porque ele teve um traumatismo craniano’. Ela se compadeceu, um pouquinho, vamos dizer assim, e conseguiu falar um pouquinho. Ela disse que, de fato, era um homem muito e muito violento, uma libido terrível e que tinha estuprado todas as irmãs dele, e ela inclusive. E ela disse: ‘A gente não pode mais’. A gente tranquilizou ela e disse: ‘Bom, ele está lá conosco e realmente, nesse momento ele não sabe mais contar da vida dele’. Ele acabou vivendo no final da vida dele, uma coisa lá, ele já faleceu. Faleceu num abrigo, depois que saiu daqui. Então, tem momentos de fato, que as histórias foram tão sofridas que não há como ter uma reconciliação física, vamos dizer.

Mesmo nas situações em que não é possível um retorno da pessoa à sua família, a dinâmica é buscar entender o que aconteceu para melhor conviver com a pessoa. O acolhimento nesse sentido, pode reconstituir a pessoa, mesmo que ela não mude, mesmo que para a família, cujo passado é acompanhado por feridas e dores, uma reaproximação e

um convívio não mais sejam possíveis. É então o acolhimento da comunidade incondicional? Acolher-se-ia este homem da mesma forma, caso ele não tivesse sofrido um traumatismo craniano? O acolhimento é incondicional no que diz respeito ao passado, à história de vida da pessoa. Irmão Henrique me contou, após a entrevista, que esse homem, mesmo após saberem do seu passado, permaneceu na comunidade um bom tempo. Pelo fato de seu traumatismo craniano o limitar à realização de poucos movimentos, foi encaminhado para um abrigo, espaço que teria mais condições de acompanhá-lo e ajudar no desenvolvimento de seus movimentos. Caso não tivesse sofrido um traumatismo craniano e tivesse seus movimentos preservados, poderia continuar sendo acolhido, desde que, entrasse na dinâmica da comunidade, ou seja, desde que respeitasse e cuidasse da vida, que ali acontece, ou seja, desde que entrasse na dinâmica da Aliança. Isso de certa forma reporta à origem: é a vivência num ambiente relacional qualitativo que possibilita a experiência de ser amado. Na comunidade esse ambiente requer ser construído por cada pessoa que ali vive.

Perguntei a Irmão Henrique ainda, o que com base em sua experiência de vivência na rua, leva alguém a ir às ruas, ao que me disse:

É um mistério isso (silêncio). Nos 11 anos que eu dormi nas ruas, passei noites inteiras ouvindo as pessoas, sem ter nenhuma pretensão de estudar, de saber do porquê elas vieram para as ruas, só mesmo por ser um morador de rua junto com eles, durante a noite batia papo. Tinha, talvez, essa vantagem de não ser profissional nenhum, de estar no papelão junto com eles. Passei noites inteiras ouvindo. O que fica pra mim é que são muitos e muitos fatores que levam uma pessoa até a rua. E o que esses fatores geram? É que pouco a pouco, a pessoa perde não coisas materiais, ou coisas como o trabalho, mas ela perde os vínculos sociais que ela tem. É essa a ruptura que pra mim, vai levar pra rua: as relações dentro da família, as relações com os vizinhos, as relações no trabalho, as relações no lazer, do social, dos amigos.... E junto com a perda desses vínculos todos, vão as perdas materiais: casa, trabalho, os bens, o dinheiro, e tudo isso faz que num dado momento não se tenha mais absolutamente nada.... A gente sempre apresenta nos estudos sociológicos ou psicológicos, as perdas materiais, mas no fundo, elas são apenas sinal dessa perda de relação. Você vai para a rua quando você não tem mais nenhum apoio em lugar nenhum, não há ninguém mais que possa te acolher.... A ida para as ruas é uma longa história de um florilégio de muitas e muitas perdas, sobretudo na dimensão do tecido social e das relações. É no momento em que o chão se abre e você não tem mais ninguém. E nesse não ter mais ninguém, você não tem mais nada. Mas, o nada é menos importante que o ninguém e aí você acaba se reencontrando na rua naquela primeira noite. E aí vai ser muito difícil reconstruir isso, porque se é fácil destruir uma relação, reconstruir relações é muito e muito mais difícil, é muito mais demorado. É como você estar numa situação de tal precariedade nas ruas, sem comer, sem poder tomar banho e muito mais, para reconstruir um tecido social vai ser muito mais difícil. Se você

ainda não estava envolvido com drogas, provavelmente vai começar a se envolver e aí vai ser a descida.

Em sua narrativa acerca do que terá levado alguém a ir às ruas, Irmão Henrique nos apresenta um contexto radicalmente diferente daquele da sua experiência: ele foi, esteve e viveu nas ruas, por um desejo pessoal despertado pela vivência dos vínculos familiares que lhe possibilitaram ser amado e foi mediante a vivência do vínculo com Irmão Michel que ele encontrou a maneira como realizar aquele desejo: ser peregrino, caminhar, não se fixar em nada, mover-se e ficar na pobreza do instante. Esse nada, esse ficar na pobreza do instante, que foi e continua permanecendo um preenchimento, um sentido para sua vida, teve uma origem: o vínculo com essas pessoas significativas, proporcionou-lhe o apoio, o chão seguro, o sustento, para fazer da rua um caminho, uma opção de vida para estar com os últimos. Esse nada, sinônimo de ficar na pobreza do instante, confere um sentido, preenche, diferente daquele nada que é resultante de uma história de perdas, onde se perdem os apoios relacionais indispensáveis para viver e para enfrentar as adversidades da vida. Embora o que tenha levado Irmão Henrique à vivência nas ruas tenha sido algo radicalmente oposto àquilo que precedeu as inúmeras histórias que ouviu e acompanhou nas ruas, o pano de fundo de ambas é o mesmo: a experiência do vínculo que se apresenta como fundamental e paradoxal: numa situação, essa experiência abriu para uma escolha, conferiu o apoio para que um caminho pudesse ser trilhado, em outra, essa experiência levou a uma ruptura, abriu o chão, perderam-se os apoios; na vivência de Irmão Henrique, o nada do instante preenche e restaura de modo que não se precise buscar outra coisa, nas histórias que ouviu e testemunhou, o nada da angústia, cujo enfrentamento raramente não faz buscar as drogas, que proporcionam um alívio passageiro e instauram um ciclo do qual é difícil sair.

E é no contexto da reconstituição dos vínculos, que Irmão Henrique insere a missão da comunidade da Trindade:

Cada pessoa de rua que chega aqui, vem dessa longa história de perdas e eu entendo que a missão da comunidade é de permitir que lentamente, muito lentamente, reconstruir esses vínculos. E o primeiro vínculo é o da confiança. A pessoa precisa sentir quando ela chega que a gente confia nela. Isso vai ser a primeira coisa. Se teve esse longo processo que levou para as ruas, o processo de saída das ruas vai ser ainda mais demorado, na verdade, porque demora muito mais tempo para construir do que para destruir. O fato, por exemplo, isso para mim é fundamental, viver sem chave na igreja, as portas estarem

abertas noite e dia, a gente não tem nada que fecha com chave dentro da igreja, isso é fundamental, a gente não se dá conta do que isso representa para quem chega. Em todo o lugar que um morador de rua chega, a suspeita é que você vai roubar, que você vai aprontar, por isso tem um vigia, está tudo debaixo de chaves, o espaço que você pode andar é limitado, os quartos ficam trancados de noite, um monte de coisas assim. E se justifica porque tantos já aprontaram e agora vai ser sempre assim. Então, o fato da comunidade dizer 'A gente acolhe dentro da igreja, a gente dorme junto no papelão, todos juntos um ao lado do outro, isso é traduzir em ato, uma confiança'. 'A gente não lhe conhece, mas a gente confia em você'. É um risco, é evidente que é um grande risco, mas 18 anos mostram que vale a pena. Se aconteceram algumas perdas materiais, foi apenas material: se desaparece um quilo de açúcar, um celular é nada diante da possibilidade de reconstruir uma confiança. A gente às vezes nem sabe quais são as perdas, mas algo acontece aqui na comunidade que faz com que alguma coisa se reconcilie e a gente não entende e não tem nem consciência e não precisa nem saber às vezes, mas, acontece. Uma mulher que não é cristã e passou 15 dias aqui, disse que toda a noite quando deitava e acordava no meio da madrugada, no meio da igreja ela via uma coluna de luz e uns raios de luz iam para os corpos deitados na igreja. Ela nunca disse para nós, mas, ela contou em outros espaços, porque ela era supostamente uma vidente, então, o que ela via era realidade, as pessoas acreditavam. Bom, eu não acredito que aqui tenha coluna de luz (risos), mas, no fundo ela teve uma intuição fundamental: é quando todos estão deitados de noite na igreja, dormindo, que o mais importante acontece: as curas profundas acontecem, porque é o momento em que se confia de fato, simplesmente; que se confia, que se ama, que se entrega, que se abandona e é nesse momento que acontece. Você não sabe qual foi a ferida que foi curada, a pessoa pode ser que um dia verbalize, pode ser que nunca vai conseguir verbalizar, mas algo acontece no coração de cada um (silêncio). No budismo fala muito da ação e não ação. Dormir juntos na igreja é uma não ação: a gente não faz nada, por excelência, é uma não ação, no entanto, talvez, seja, a coisa mais importante que a gente faz. Todo o resto depois é preciso: precisa da psicóloga para a terapia, é preciso do médico para cuidar da saúde, é preciso do NA, inclusive nesse horário está tendo a sala, precisa da horta, dos trabalhos, das reuniões, tudo vai ser necessário, mas no fundo, o mais importante acontece durante a noite quando todo mundo está dormindo no papelão no meio da igreja.

A Aliança estrutura a missão da comunidade: possibilitar que os vínculos lentamente sejam reconstituídos. A dinâmica que possibilita essa reconstituição é a da abertura ao acontecimento: acolhe-se quem chega e, sem conhecê-lo, com ele se divide o mesmo espaço, para transitar, conviver, comer, dormir. Confiar em quem chega é sempre um risco, mas este risco é a possibilidade concreta para quem chega poder se mover com liberdade nesse espaço e poder se sentir acreditado. Embora muitos meios são necessários para o processo de reconstituição da pessoa se dar: cuidado da saúde física, emocional, mental, trabalhos comunitários, participação da sala do NA, para Irmão Henrique, o fundamental desse processo acontece à noite, quando todos dormem: o ato de dormir é por

excelência a abertura total ao acontecimento, coloca-nos em contato direto com uma das realidades mais dramáticas da existência humana: nunca se sabe o que pode acontecer, o sono para ser restaurador requer um ambiente, uma companhia, que favoreçam a entrega, a confiança. Para Irmão Henrique, é na vivência do imprevisível, na disponibilidade ao acontecimento, na Igreja sem chaves, que se insere a reconstituição dos vínculos: é na vivência do risco, próprio da dinâmica do caminho, que a confiança pode ser reconstituída.

A última pergunta que dirigi a Irmão Henrique foi: *No período em que você viveu nas ruas, houve experiências que te marcaram?* E ele assim me respondeu:

Foram tantas [olhos cheios de lágrimas]. O primeiro homem da rua com o qual eu vivi, foi o Roberto. Tudo o que eu vivi depois, durante os 10 anos, eu já tinha vivido com o Roberto. Morei 3 meses com Roberto nas ruas de Santa Cruz de La Sierra. Roberto me ensinou quase tudo da rua e tudo depois foi como se fosse um desdobramento. Era um cego de 70 anos, que dormia na rua de Santa Cruz de La Sierra. Pedia esmola na porta da Catedral. A gente pedia esmola juntos. Depois a gente dormia junto. Ele que me ensinou como comer na rua, como rezar na rua, ele rezava toda a noite na rua. Era uma pessoa muito e muito especial, o Roberto. Aí depois teve tantas outras histórias também, o meu livro está cheio de histórias, assim. Tem a primeira parte “No caminho” e a segunda parte “Na Rua”. Mas, é como se em essência, todas as outras histórias eu já tinha vivido com o Roberto. Ele já faleceu também (Silêncio).

Dentre as inúmeras experiências que marcaram a vida de Irmão Henrique, está a vivenciada com Roberto, o primeiro homem com quem conviveu nas ruas, de quem se emociona ao falar. Foi ele quem lhe ensinou as vias de sobrevivência nas ruas: esmolar, comer, dormir, rezar. O compartilhar dessa vivência aproximou e gerou amizade entre eles, que permanecem como lembranças vivas. Embora tivemos acesso ao livro de sua autoria, *Peregrinando ao encontro da Trindade*, não o conseguimos ler, mas foleando suas páginas percebemos que em seu caminhar, Irmão Henrique vivenciou inúmeros encontros, nas ruas da Bolívia, do Peru, de São Paulo, nas estradas do sertão nordestino. E, conforme pudemos identificar ao longo do seu relato, esses encontros ainda hoje acontecem na vida do peregrino da Trindade.

Retomando os objetivos que nos propomos a investigar, no que diz respeito ao *processo de elaboração dos vínculos familiares na família de origem*, identificamos que Irmão Henrique cresceu num ambiente relacional, marcado pela presença de sólidos

vínculos, que lhe possibilitaram a experiência de ser amado. Elabora essa experiência, desejando compartilhá-la com quem não a teve.

Quanto ao *processo de elaboração dos vínculos familiares no contexto de vivência nas ruas*, identificamos que nas vivências de dormir juntos, esmolar juntos, comer juntos, rezar juntos, conviver juntos, constituem-se vínculos de amizade e no cuidado de menores, constitui-se o ser padrinho.

Quanto ao *processo de elaboração dos vínculos familiares na comunidade da Trindade*, identificamos que é mediante a Aliança que Irmão Henrique, articula a relação família-comunidade, os vínculos se constituem no viver o estar juntos: tomar banho de mar, fazer a fogueira de noite, dormir nas barracas, caminhar 15 dias juntos - nos quais se partilham o dormir na rua, o adoecer e ir pro hospital, o ser rejeitado num lugar, o acolhimento extraordinário em outro, parar à beira de um rio e lá ficar o dia todo.

5.2. Rosa, não perguntou nada, me aceitou assim. No dia que eu entrei, eu já fiquei dentro de casa, da igreja.

Entrevistei Rosa na casa em que mora, situada no bosque, no entorno da igreja da Trindade. Estava vestida com uma camiseta branca e uma calça laranjada. Nos pés, chinelos brancos havaianas. Ela tem 44 anos e atualmente estuda na 4ª série, num colégio público, na modalidade EJA – Educação para Jovens e Adultos. Assim como a encontrei em outros momentos na Trindade, carregava o chaveiro da casa, pendurado na gola da camiseta. Sentei-me em um dos degraus que dá acesso ao único quarto da casa, ela se sentou num banco, ambas em torno de uma carteira que serve de mesa, na pequena sala que também possui uma cama e uma pequena divisória que a separa da cozinha, do banheiro e da área de serviço. O motivo pelo qual escolhi entrevistar Rosa deve-se ao fato de, embora, nem sempre se faça presente nos momentos comunitários, como nas orações e nas refeições, é uma pessoa bastante disponível: é ela quem faz a sopa das quintas-feiras à noite, os bolos dos aniversários e se dispõe com facilidade para assumir os trabalhos na comunidade, quando estes são divididos nas sextas-feiras à noite, bem como quando alguém no cotidiano está impossibilitado de fazer sua atividade e lhe solicita que a faça. Após a entrevista, ainda permaneci algum tempo em sua casa para merendar, pois ela havia, no dia anterior, comprado frutas: maçãs, peras e laranjas, as quais havia guardado na geladeira, para ficarem frescas e me oferecer. Durante esse tempo conversamos e em alguns momentos, retomamos algumas coisas sobre as quais ela havia me falado durante a entrevista.

Busca pela participação e construção de relações de intimidade, este é eixo estruturador mediante o qual Rosa elabora sua experiência. Os elementos mediante os quais sua experiência se estrutura são: impossibilidade de participar da vida na casa da família, por ser inadequada; possibilidade de entrar do jeito que é e participar da vida na comunidade da Trindade; organizar sua casa para cultivar sua relação com o sagrado. Sobre estes elementos e seus desdobramentos discorreremos ao longo da apresentação de sua experiência.

Apresentaremos a reconstrução da experiência de Rosa, contemplando as etapas de sua vida. Apontaremos a maneira como ela articula a relação com o espaço e a maneira como articula a relação família-comunidade, ao final de sua experiência.

Quando pedi a Rosa que me contasse a história de sua vida, ela me relatou:

Quando eu era pequena, eu trabalhava na casa de uma senhora, aí depois ela me mandou embora, quando eu era adolescente, porque eu não sabia cozinhar. Aí eu fui pra casa da minha madrinha, que era na mesma direção, no mesmo terreno. Lá o filho dela queria me pegar, aí eu fui embora. Fiquei lá trabalhando em outras casas. A minha mãe não me queria em casa, aí eu fiquei trabalhando na casa dos outros. Depois de adulta, depois de muito tempo eu consegui juntar um dinheiro e consegui comprar uma casinha, lá no interior de Dias D'Ávila.

Rosa é nascida em Dias D'Ávila, região metropolitana de Salvador. Ainda criança foi trabalhar e morar na casa de uma senhora, à qual em outro momento se refere como sendo sua mãe de criação:

A senhora que me criou, a minha mãe de criação, foi uma senhora de idade. Eu era muito danada. Eu era muito danada também, eu subia em pé de árvore. Subia no pé de árvore da vizinha, arrancava as frutas tudo. Aí as vizinhas iam lá reclamar. Aí ela me batia.

Franciele: E você lembra mais ou menos quantos anos tinha quando foi morar com sua mãe de criação?

Rosa: Eu não lembro, não. Eu era criança. Eu lembro que eu arrumava a casa. Com 5 anos, eu conseguia arrumar uma casa. Eu me lembro que eu era muito pequena, eu arrumava, fazia faxina na casa toda, eu lavava as cuias da estante, as coisas que ficavam pelos cantos, limpava tudo (silêncio). Depois ela quis me mandar embora porque eu não cozinava. Somente por isso (silêncio e feição triste), queria uma pessoa que cozinhasse (silêncio maior que os demais).

Já na infância, Rosa vai trabalhar na casa de uma senhora que ela considera como sendo sua mãe de criação. Embora não saiba nos dizer a idade em que foi para lá, diz-nos que já aos 5 anos realiza os trabalhos domésticos. Ela tem uma vaga lembrança que estudou apenas um mês, quando tinha entre 08 a 10 anos, e que depois essa senhora a tirou da escola⁵¹. Rosa estabelece com essa senhora um vínculo que tem como referência a relação mãe e filha, e entristece-se quando é mandada embora pelo fato de não saber cozinhar. Rosa experiencia um não ser adequada àquilo que a senhora dela solicita: saber

⁵¹ Essa informação Rosa me deu enquanto eu ainda estava em sua casa, após a entrevista. Enquanto juntas tomávamos a merenda que ela havia preparado para me oferecer.

cozinhar. Após deixar a casa daquela que considerava sua mãe de criação, ela vai para a casa da madrinha. Embora não nos diga quanto tempo ali ficou, diz-nos que, frente ao ato de o filho da madrinha a querer *pegar*, deixa a casa. Rosa esclarece-me enquanto estou tomando a merenda em sua casa que, *querer pegar* significa “querer transar” (Diário de Campo, 28/09/2018). Não se sentindo bem-vinda na casa da mãe, ela continua trabalhando como doméstica na casa de outras pessoas. Sobre seu trabalho de doméstica, ela ainda nos conta:

Lá no interior, eu passava só meses e saía logo do trabalho, porque não aguentava o pessoal desfazendo de mim direto; só trabalhei de carteira assinada em duas casas. Eu era doméstica. Nas outras casas que eu trabalhei, só queriam me dar mixaria. Eu trabalhei numa casa que me davam R\$ 30,00 por mês, em Dias D'Ávila.

Entendemos aqui os motivos pelos quais, somente depois de adulta, Rosa conseguiu comprar uma pequena casa para morar: em seu trabalho como empregada doméstica, ela ganha pouco. Para sobreviver, ela acaba se submetendo às relações de não valorização de sua pessoa, exploração de trabalho e na quase totalidade das vezes, na não seguridade dos direitos trabalhistas.

Perguntei a Rosa sobre seus irmãos:

Franciele: E você tem irmãos?

Rosa: Tenho.

Franciele: Quer me contar quantos.

Rosa: Tenho 3 meninas e 3 meninos. São 3 meninas as outras e comigo, 4, somos 7 no total.

Franciele: E como era a relação entre vocês irmãos?

Rosa: Eu não sei. Eu só lembro que eles corriam na casa, passando de um lado pro outro. Eu lembro que eles falavam comigo, mas eu não lembro se eles me tratavam bem, não.

Franciele: E eles também ficaram em outras casas, como você?

Rosa: Não, eles ficavam dentro da casa da minha mãe. Eu sou a ovelha negra, ela queria que eu saísse branca, da cor do pessoal que eu trabalhava. Porque ela queria que eu saísse bonita, eu saí feia. Aí ela sentiu raiva.

Franciele: E teus irmãos eram brancos?

Rosa: Tinham 3 negros e 3 brancas.

Franciele: E tua mãe era de que cor?

Rosa: Negra.

Franciele: E tua mãe, ficou com os outros irmãos teus?

Rosa: Ela ficou até um pouco de tempo, depois eles foram saindo. Primeiro eles moravam com minha mãe, depois cresceram, casaram, se amigaram.

Franciele: E seus pais ainda vivem?

Rosa: Minha mãe é separada de meu pai. Minha irmã mais velha é de outro homem, eu sou de outro homem, e os outros são de mesmo pai.

Franciele: O que você sabe sobre seu pai?

Rosa: Eu tive pai, todos nós temos pai, agora quem é ele, ninguém sabe. Nem todo mundo tem a sorte de ter o pai presente, como um pai mesmo. Depois que ele teve relação [sexual] com minha mãe, ele se afastou. Eu nunca vi ele. Ela disse que era um homem, só que ele diz que não é. Fica nessa coisa (silêncio).

Rosa é a segunda filha de sete irmãos. É a única das 4 mulheres que é negra, inadequada à expectativa da mãe que, embora também fosse negra, desejava que sua filha nascesse branca. Na percepção de Rosa, ter a cor preta é o que a torna *a ovelha negra* e *feia* da família, motivo pelo qual a mãe não a aceitou e a colocou para trabalhar e morar fora de casa. No que diz respeito à relação vivenciada com seus irmãos, são poucas as lembranças, recorda-se apenas *que eles corriam na casa*, e embora recorde que falavam com ela, não recorda de como era esse relacionamento. Ela tem clareza que tem um pai, mas não sabe quem ele é, porque aquele que sua mãe afirma ser, nega esse reconhecimento.

Com base no que nos relatou até aqui, Rosa em torno dos 5 anos, passou a morar com a senhora que a criou e para quem trabalhava, e da adolescência até a fase adulta, continuou trabalhando como doméstica em outras casas, onde pernoitava. Quando conseguiu comprar sua casa, embora continuasse trabalhando, morava sozinha. Sobre o período em que morava sozinha, ela me contou:

Eu saí da minha casa lá em Dias D'Ávila, eu saí andando pra lá e pra cá, por causa da zuada que estava na minha cabeça, eu estava fazendo maluquice e aí quando minha mãe ficou sabendo, me internou num hospital e depois não me quis mais em casa.

Franciele: E você lembra onde foi que sua mãe te internou?

Rosa: Não, eu só lembro que ela me internou num hospital, mas não lembro o nome. Eu só lembro no daqui.

Franciele: Hum. Você ficou internada num hospital.

Rosa: Foi. Aí depois disso ela me levou pra casa dela e depois me botou num lugar, e o cara se aproveitou de mim. Ela me colocou pra morar com um cara que não conhecia. Ela não aceitou eu em casa. A minha mãe me colocou pra fora de casa no dia em que eu mais precisei. Eu tomava remédio de manhã, de meio dia, de tarde e de noite. E era remédio tudo forte: eu tomava diazepam, sem saber, aí eu ficava aérea, e o cara só se aproveitando, de dia e de noite. O homem era casado e a mulher dele voltou pra casa, porque ela estava passando uns dias na casa de parentes, numa outra cidade. E quando a mulher voltou pra casa, ele me mandou embora. Aí eu me lembrei da casinha que eu tinha, e eu fui morar na casinha. Aí depois eu vim embora pra cá [Salvador], vim de ônibus.

Franciele: Você lembra mais ou menos quantos anos você tinha quando a sua mãe colocou você para fora de casa?

Rosa: Eu já tinha vinte e poucos anos.

Embora não nos revele detalhes do tipo de maluquice que realizava, Rosa tem claro que o movimento que realizava de andar *pra lá e pra cá*, tinha algo diferente que o habitual: era orientado pela *zuada* e que, devido a esse andar desorientado, é internada pela mãe num hospital. Embora não lembre em que hospital foi e quanto tempo nele ficou, recorda com tristeza que a mãe não a quis em casa quando dele saiu. Se antes ela não foi aceita pela mãe porque era inadequada quanto à sua cor, agora ela é inadequada porque tem *zuada* na cabeça. Se antes foi colocada para morar com uma senhora, agora é colocada para morar com um desconhecido, que se *aproveitou* dela⁵², violentou sua dignidade e intimidade sexual. Após os dias que ali ficou, após as vivências de violência que sofreu, é mandada embora por aquele que a violentou, por ocasião do retorno de sua esposa. Ao deixar essa casa, ela não lembra da família e sim, da casa que tem e para lá retorna, sozinha, mais uma vez. Depois de um tempo, decide deixar Dias D'Ávila e vir à Salvador.

Sobre sua chegada em Salvador, Rosa nos conta que:

No primeiro dia eu fiquei na rua, aí eu procurei o albergue, porque eu estava procurando um lugar pra ficar. Aí não tinha espaço, não achei lugar pra ficar. Aí procurei o Pelourinho. Aí ali tinha um lugar, ali perto do Fórum, mas mandaram eu vir mais pra cima, mais pro terreiro. Aí lá eu procurei a assistente social de lá e ela me mandou pro albergue. Aí eu fiquei 6 meses no albergue, no albergue Sapateiros [Baixa dos Sapateiros]. Lá eu comecei a procurar emprego e passava o dia na rua, procurando emprego e achei onde vendia papel. Só que não deu certo. Tinha que ter currículo. Eu não sei bem o que tinha que ter, grau eu não tinha.

⁵² Ao final da entrevista, ainda estando eu na casa de Rosa, embora eu o intuísse, para tirar minha dúvida, perguntei-lhe o que significava a expressão *ele se aproveitou de mim*, ao que me disse “transar sem querer, ser forçada” (Diário de Campo, 28/09/2018).

Ao chegar em Salvador, Rosa procura por um albergue. Dirige-se ao Pelourinho, um lugar sobre o qual, mesmo não se morando em Salvador, costuma já se ter sido ouvido falar, por ser um lugar histórico que atrai turistas. Ela não nos conta em que espaço de atendimento falou com uma assistente social, mas foi esta que a encaminhou para o albergue da Baixa dos Sapateiros, que hoje não existe mais. Enquanto estava no albergue, durante o dia, ela buscava por emprego e em função de não ter *grau*, de sua pouca escolaridade, não é admitida. Todavia, ela não desiste e continua buscando emprego:

Aí eu fui procurar emprego na Sete Portas, na antiga rodoviária. Tem um lugar que vende folhas, aí eu perguntei pro rapaz: 'Moço, tem trabalho aqui pra mim? ', e ele: 'Tem, tem' aí eu disse pra ele que eu tinha 3 dias sem comer, aí ele me levou pra casa dele. Eu comi a comida e depois ele se aproveitou de mim. Aí eu perguntei pra ele: 'Você me engravidou?' Ele disse: 'Não. Eu vou te dar um trabalho'. Aí eu fui embora do quarto, que ele tinha me levado. Aí eu voltei pro albergue. Aí achei aqui, a Trindade. Eu me bati com o seu Henrique no portão. Antes disso eu estava participando do artesanato lá no Pelourinho. Eu não me lembro de quem era o artesanato. Mas, lá fazia artesanato e pintura.

Franciele: Você engravidou.

Rosa: Engravidei. Aí eu vim parar aqui. Antes de eu falar com o seu Henrique, eu estava com um cheiro muito ruim nas partes [genitais], eu pensei que ele tinha deixado alguma doença em mim, aí eu fui fazer exame. E quando eu fiz exame, deu que eu estava grávida. Eu saí revoltada, e fui falar com ele, no trabalho dele: 'Sua desgraça me dê dinheiro pra eu matar a sua desgraça. Ele me disse: 'Não é dos mendigos, não?' Não lembro o que mais eu disse pra ele, fui embora de lá.

Franciele: Você lembra onde fez os exames?

Rosa: No Pelourinho, num posto de saúde. Depois de tudo isso, que descobri que eu estava grávida, eu vim de lá pra cá. Aí vim e parei na Trindade. Descobri lá no artesanato que tinha um lugar aqui pra ficar, aí eu vim. Falei pro seu Henrique tudo o que eu te disse, ele me aceitou, não perguntou porque eu estava vomitando, porque eu estava fedendo, não me perguntou se eu estava doida, não perguntou nada, me aceitou assim. No dia que eu entrei, eu já fiquei dentro de casa, da igreja. Todo mundo da reciclagem veio morar aqui. A gente ficava do lado de dentro, comia junto com eles, com Judite, seu Henrique, Edivânia, e mais outros que tinham aqui.

Em suas buscas por emprego, Rosa não se dá conta da real intenção do homem que diz que lhe dará um trabalho. Após saciar sua fome, na casa dele, ela sofre violência sexual, mais uma vez. Por duas vezes ela acredita nele: que vai lhe dar um trabalho e que não a engravidou. Quando descobre a gravidez, o impacto lhe é intenso e o desejo primeiro é não a levar adiante: além da violência sexual que sofreu, ela agora tem uma gravidez

indesejada, cuja origem é negada por aquele que a violentou: *Não é dos mendigos não?* Os três primeiros meses de gravidez são vividos por Rosa no albergue e, embora não se recorde do nome, participando juntamente com outras pessoas em situação de rua, de um grupo que realizava em algum lugar do Pelourinho, atividades de reciclagem, artesanato e pintura. É nesse grupo que ouve falar da Trindade e que nela haveria um lugar para ela ficar, e, para lá se dirige. Em seu primeiro encontro com *seu Henrique*, ela tem um impacto: após contar sua história, ele a aceita e a acolhe do jeito que é e está, não há necessidade dela se adequar a algo, ela simplesmente é recebida, pode entrar e ficar *dentro de casa, da igreja*. E isso foi uma surpresa para ela: *A gente ficava do lado de dentro, comia junto com eles, com Judite, seu Henrique, Edivânia, e mais outros que tinham aqui*. Diferente do que vivenciou no passado, *A minha mãe me colocou pra fora de casa no dia em que eu mais precisei*, agora ela é aceita como é e colocada para dentro de casa num momento em que muito precisa. É-lhe permitido, com suas fragilidades, participar e fazer parte da vida que ali acontece: ela pode comer, morar, dormir no mesmo espaço.

E sua narrativa acerca de sua chegada na Trindade, assim prosseguiu:

Aí eu tive o filho, entreguei ao Juizado. Antes disso, o seu Henrique me colocou num lugar pra fazer exames, eu fiz exames, cuidei da saúde, e tive o menino. O menino nasceu homem. Entreguei com 3 dias de nascido.

Franciele: Você lembra para onde foi para cuidar da saúde?

Rosa: Fui pra uma casa, uma comunidade que acolhia pessoas que não tinham onde morar. Eu não lembro o nome. Seu Henrique deve saber, pode perguntar a ele.

Franciele: E você teve seu menino onde?

Rosa: No hospital, mas não lembro o nome do hospital. Meu filho foi cesárea. Eu senti uma dor danada, na hora que colocou aquela anestesia, uma agulha deste tamanho [mostra com as mãos, o tamanho da agulha], grande, dentro da minha coluna, pra botar aquele líquido todo dentro da coluna, quase que eu não aguentava, mas eu sabia que estava precisando tirar aquele menino de mim, deixei.

Franciele: Você chegou a ver o menino?

Rosa: Eu vi no dia que eu tive, depois o peito estava desse tamanho [com gestos mostra que as mamas estavam grandes]. Me perguntaram se eu queria dar mama a ele, eu disse que não, que eu não queria pegar afeto. Mas, seu Henrique queria que eu ficasse com o menino. Só que eu não tenho saúde, eu tenho problema mental, já fui internada. Ele [filho] não ia aceitar isso, ele ia me pedir dinheiro, eu não tenho tanto dinheiro pra dar a ele, ele ia querer computador, celular, roupa importada, carro, moto, e eu não tenho dinheiro pra dar a ele. Aí eu entreguei ao Juizado com 3 dias de nascido.

Embora inicialmente Rosa não deseje levar adiante a gravidez, ela decide dar à luz a vida que está dentro dela. Se inicialmente a essa vida ela se referia como *desgraça*, agora ela a chama de *filho*, de *menino*. Ocorre nela um processo que gradativamente lhe possibilita aceitar e reconhecer a vida humana que carrega em seu interior. Acerca do período que antecedeu o nascimento e o parto, ela nos fala de dois lugares: de uma casa em que ficou antes de ter o bebê e do hospital onde o teve. Mesmo não lembrando o nome da casa, ela nos fala tratar-se de uma comunidade que acolhia pessoas que não tinham família, possivelmente foi encaminhada por Irmão Henrique a alguma comunidade amiga da Trindade que acolhia mulheres gestantes e lhes oferecia as condições para o cuidado da saúde, a realização de consultas e exames médicos, bem como um suporte emocional, pois a família estava ausente. Mesmo não sabendo nos dizer o hospital em que teve seu filho, já antes do parto que foi cesárea, havia decidido não ficar com a criança após o nascimento, motivo pelo qual também não quer dar de mamar, para não se vincular a criança, *para não pegar afeto*. Embora soubesse que *seu Henrique*, uma pessoa importante em sua vida, queria que ela ficasse com a criança, ela reafirma sua decisão. Esse é um posicionamento significativo no percurso de vida de Rosa: ela é capaz de discordar daquele que a acolheu, reafirmar sua decisão e continuar se mantendo no relacionamento com ele: há uma dimensão de liberdade presente nessas vivências, mesmo não se adequando ao que Irmão Henrique lhe solicita, ela mantém sua decisão e não rompe o vínculo com ele. Rosa nos oferece poucas descrições sobre a entrega da criança, ela cita, porém, o Juizado de Menores, ou seja, ela realizou os procedimentos legais de entrega. Rosa nos relata as motivações que a moveram para entregar a criança: a fragilidade de sua saúde emocional e mental, e as não condições financeiras para dar ao filho aquilo que ela julgava que deveria lhe dar: *computador, celular, roupa importada, carro, moto, e eu não tenho dinheiro pra dar a ele*. Embora a ferida do ser inadequada atue nessa decisão - ela acredita que posteriormente o filho não aceitará as fragilidades dela e o fato de ela não conseguir lhe dar o que querera -, é possível identificar também um cuidado: consciente de suas fragilidades e de não dispor de condições financeiras para proporcionar um bom desenvolvimento à criança, Rosa decide entregá-la ao Juizado de Menores, para que possa ser encaminhada para ser criada por pessoas que têm as condições que ela não tem para criá-la.

Depois de ter entregue seu filho ao Juizado de Menores, Rosa retornou à Trindade:

Aí depois eu voltei pra Trindade. Aí depois de um tempo eu fui embora da Trindade, saí pra vender um Jornal [Jornal A Tarde], pra ter alguma sobrevivência, pra ver se eu conseguia ter alguma coisa na vida lá fora; pra ver se eu tinha capacidade mesmo. Aí eu vendi jornal, mas não deu certo. O rapaz do jornal me botou numa casa de uma família onde trabalhei 8 meses sem tomar remédio e a patroa encarnou em mim direto, pra mim não tomar remédio, sabe?

Após entregar seu filho ao Juizado de Menores, Rosa retorna à Trindade e tem despertado em si o desejo de se lançar na busca por trabalho para ver se era capaz de, estando fora da comunidade, conseguir viver, conquistar algo para si e se manter com autonomia. Inicialmente vende o jornal *A Tarde*, mas não é bem-sucedida e então, mediante o vínculo estabelecido com o responsável pelo jornal, passa a trabalhar novamente como doméstica, sem tomar remédios. Sobre essa experiência, ela nos conta:

Eu só trabalhei nessa casa, eu fiz coxinha, pizza, bolo, brigadeiro, frigideira, aqui em Salvador. Pastel eu não aprendi, não, porque tem que puxar muito a massa pra afinar, e eu não tinha pulmão pra puxar. Aí ela me deu a massa já pronta. Aí eu ajeitava pra fazer do jeitinho certo, assava e eles comiam. Ela era boa pra mim, ela só era comediante. As comédias é que ela ficava gritando a pessoa. Eu botando a comida na mesa, ela ficava: 'Bote o arroz, bote o feijão'. A porta da rua batia direto, porque ela ficava vendendo cerveja, guaraná, a porta buzinava direto, o pessoal batia na porta pra eu dar cerveja, como é que minha mente podia ficar boa assim? Era ela pedindo pra eu botar o feijão na mesa, eu atendendo porta, o telefone tocando, ia eu atender o telefone. Ninguém consegue viver assim. Aí com 8 meses, eu pedi pra sair. Eu já estava com o meu dinheiro, e só saí depois que eu juntei o meu dinheiro. Eu não sei como eu não endoidei lá dentro, mas juntei meu dinheiro.

Rosa nos descreve as variedades de comidas e a maneira como as preparava: *do jeitinho certo*. Transparece em sua fala, um gosto pelo cozinhar. Ela reconhece que a patroa *era boa* com ela: frente a sua dificuldade respiratória para espichar a massa de pastel, entregou-lhe a massa já pronta. Embora estabeleça um vínculo com sua patroa, é difícil para Rosa lidar com as solicitações desenfreadas dela que são acompanhadas de gritos: *como é que minha mente podia ficar boa assim?* Rosa tem consciência de sua fragilidade, que necessita tomar remédios, que lhe é difícil fazer muitas coisas ao mesmo tempo, por isso nos diz: *Eu não sei como eu não endoidei lá dentro*. Na consciência de que lhe é cada vez mais difícil lidar com sua fragilidade nesse ambiente de trabalho e após conseguir juntar seu dinheiro, ela deixa de trabalhar na casa dessa família.

Depois de sua experiência como doméstica, Rosa me contou que:

Fui embora de lá e fui pra um quarto de aluguel na Sete Portas. Aluguei um quarto e passei um mês. Depois o rapaz do jornal disse que ia arrumar uma casa pra eu comprar. E aí eu comprei uma casa de um mil na mão dele. E era uma casinha tão bonitinha. Era menor do que essa daqui. Mas, não me dei bem, porque a mulher era traficante e ela ficava fumando maconha na minha porta e eu fiquei me lembrando das coisas que a outra mulher me fez. Eu fiquei traumatizada com aquelas coisas que ela me fez.

Franciele: Essa última mulher?

Rosa: Essa última com quem eu trabalhei. Eu não saía pra trabalhar, a senhora estava doente [traficante], aí ela me perguntou se eu queria limpar a casa dela, arrumar a casa dela, aí eu fiquei arrumando pra ganhar um prato de comida. Ela gostava de mim (silêncio).

Com o dinheiro que juntou em seus 8 meses de trabalho, Rosa compra uma casa, no bairro das Sete Portas. Ali estabelece um vínculo com uma mulher traficante, que é sua vizinha e se encontra doente. Nesse vínculo ocorre uma troca: Rosa arruma a casa dela e dela ganha um prato de comida, o que lhe é importante, porque nesse momento, está sem trabalhar. Embora tenha saído do espaço em que trabalhou, ela não fica bem, as lembranças do que viveu na casa da patroa, retornam à sua mente. Conseguirá ela lidar com essas lembranças e se manter em sua nova moradia? Prossigamos acompanhando:

Depois eu fiquei doente, lá na Sete Portas, eu saí e vim pra Trindade. Vim correndo de lá pra cá, e disse: 'É você que é Jesus Cristo, é?' Seu Henrique disse que eu chamei ele de Jesus Cristo e dona Edivânia de Santa Maria. (Risos).

Franciele: É mesmo?

Rosa: Depois que eu fui morar na Sete Portas, que eu fiquei doente, aí falei essas coisas pra ele. Aí depois disso eu vim morar aqui, eu estou aqui desde 2005. Desde 2005 que eu vim morar aqui de vez. Primeiro eu passei meses, depois eu saí, depois eu voltei, depois eu fui internada. Porque eu estava na casa da senhora que eu trabalhei, eu pedi pra sair. Aí eu fiquei muito tempo parada pensando nas coisas que a mulher fazia comigo, eu não sabia distinguir, eu não sabia porque tanta perversidade ela fez comigo. Aí eu fiquei traumatizada, porque eu fiquei pensando em tudo o que ela falava. Ela disse pro rapaz que me botou lá que eu fui uma das melhores empregadas que ela já teve, que não matou ela, nem processou ela, porque a outra que trabalhou e morou lá, processou ela.

Franciele: Ah, quando você retornou para a Trindade você teve internada?

Rosa: Tive. Eu tive, nesse tempo que eu vim lá das Sete Portas. Eu tive no Juliano Moreira.

Rosa não nos conta quais são as perversidades que sua patroa faz com ela e o que mais lhe falava, além das solicitações desenfreadas para fazer as coisas. Mas, é-lhe difícil

distinguir, compreender o porquê ela agia dessa maneira e depois diz ao rapaz que lhe arrumou o trabalho, que ela havia sido a melhor empregada que teve. Em meio a esse contexto, ela é tomada por suas lembranças, pela *zuada* que tinha em sua cabeça, e mesmo ela tendo estabelecido vínculos com a traficante, sua vizinha, esses vínculos não foram capazes de se manter e se sustentar. E é na confusão de seus pensamentos, que ela retorna mal à Trindade, chamando *Seu Henrique de Jesus Cristo e dona Edivania de Santa Maria*. Da maneira como estava foi acolhida: em sua fragilidade, ela pôde entrar mais uma vez na comunidade. Pelo fato de não se encontrar nada bem, necessitou ser internada no hospital psiquiátrico Juliano Moreira. Após o internamento, retornou à Trindade.

E nosso diálogo prosseguiu:

Franciele: E depois dessa vez que você ficou internada, teve mais alguma vez que você ficou internada em algum hospital?

Rosa: Fiquei no Juliano Moreira. Eu sofri muito lá.

Franciele: Como era ficar lá?

Rosa: Era horrível, às vezes eu ficava sem sentido. As malucas batem na gente. Os homens se aproveitam da gente, os empregados (silêncio). Por causa de um, todas pagam, umas querem e outras não querem isso pra elas. Eu só passei dois meses nesse lugar. Depois, alguém da comunidade foi me buscar e é só alegria agora. Agora eu tenho o meu dinheiro, alguém da comunidade sempre vai comigo retirar, porque eu não sei lidar com a máquina sozinha [no banco]. É muito difícil. Eu pra gravar número, eu não sei. Quando eu tiro o dinheiro, eu pago luz, água, casa [aluguel], dou a partilha do mês, pago as injeções, pago os remédios. Eu estou pra comprar o remédio agora e tomo uma injeção por quinzena.

Franciele: Você recebe algum benefício?

Rosa: Sou aposentada.

Depois que retornou para morar de forma definitiva na Trindade, em 2005, Rosa nos conta de um outro internamento seu, de 2 meses, no hospital Juliano Moreira. Sobre esse internamento ela nos descreve algumas vivências que lá teve: *às vezes eu ficava sem sentido, as malucas batem na gente, os homens se aproveitam da gente, os empregados*, vivências que apresentam a mesma dinâmica de exploração e de violência por ela já vividos em momentos anteriores de sua história. Após esse período, alguém da comunidade foi buscá-la e *é só alegria agora*: sente-se feliz por receber e administrar o dinheiro que mensalmente recebe do BPC – Benefício de Prestação Continuada, por poder ter o suporte de alguém da comunidade que a acompanha para retirar o dinheiro no

autoatendimento, pois ela tem dificuldades de lidar com a máquina e de lembrar sua senha de acesso. Com o dinheiro que recebe, paga as contas de luz e de água, o aluguel da casa em que mora, os remédios e injeções que necessita tomar, e dá a partilha ao caixa comum da comunidade.

Continuamos nosso diálogo:

Franciele: Você me disse que toma remédios. E você toma remédio pra que?

Rosa: Pra doidice (risos). Eu tomo pra ficar calma. Depois disso, eu não sei qual a doença que eu tenho. Mas, eu me sinto melhor hoje. As coisas que eu faço hoje são melhores, a casa que eu tenho hoje é melhor. Depois disso, o seu Henrique construiu a casa do fundo pra eu morar, reformou e abriu um quarto, eu entreguei o quarto pra Trindade Santa, durmo na sala com meu colchão, na cama. E botei uma mesa pra Trindade [no quarto] e lá está o ícone da Trindade, a foto da Santa Maria com o menino Jesus e depois disso, só alegria.

Franciele: Você entregou o quarto pra Santíssima Trindade?

Rosa: Foi. (Silêncio). E eu vou lá só orar, entro descalça, que é o meu costume, é o hobby meu entrar assim descalça, entrar limpa no quarto santo. Eu sento, oro, leio a bíblia, fecho e acendo a vela. Enquanto eu estou lendo, a vela está acesa. Depois eu apago a vela, fecho a bíblia. E vou pra minha cama (silêncio).

Franciele: E você dorme na sala?

Rosa: Durmo na sala, com o meu colchão na cama. Antes eu dormia no chão, mas a coluna não aguentou.

Rosa sente-se melhor hoje do que em suas vivências do passado. Além dos remédios que toma, ela tem o seu cantinho, a casa em que mora. Na pequena casa, o maior cômodo é o quarto, entregue à *Trindade Santa*. Rosa constrói seu espaço de oração dentro da própria casa, num espaço em que pode entrar, quando quiser. Seu espaço sagrado, o *quarto santo*, é simples e despojado: possui uma mesa, sobre a qual estão o *Ícone da Trindade*, a foto da Santa Maria com o Menino Jesus, a bíblia, a vela, e uma cadeira. Simples e despojada também ela entra: *descalça e limpa no quarto santo*. E nesse espaço, ela cultiva sua intimidade com o sagrado, com a Trindade Santa. Diferente do passado, em que não pôde entrar na vida da família, não pôde ser e estar com o outro, ela pode agora entrar num relacionamento com o Mistério, pode colocar-se diante Dele, do jeito que é e com as fragilidades que tem. Ela entra limpa e despojada: é simplesmente ela e ora do seu modo, permanecendo na presença do sagrado o tempo que quiser. Diferente do passado em que foi violentada em sua intimidade, ela agora cultiva a intimidade com o sagrado e isso

lhe faz bem. Ao construir seu espaço de oração dentro da própria casa, imagem de si mesma, Rosa recria sua experiência psíquica, sua intimidade, sua subjetividade.

Nossa entrevista prosseguiu:

Franciele: Rosa você me dizia há pouco que toma remédios. É você mesma quem toma o seu remédio?

Rosa: Não. São eles que dão o remédio a todos nós que precisamos. Eles tem controle, eles acompanham tudo, pro nosso bem. Tudo o que nós vivemos aqui, é tudo bom. Seu Henrique com Juce, com padre João, só fazem o bem a gente. Eu me sinto família aqui.

Franciele: Em que você se sente família, aqui? Você quer falar um pouco pra mim.

Rosa: Eu posso entrar na casa deles, sentar com eles, conversar. Eu posso conversar, partilhar o que se passa na minha vida com eles. Toda vez quando chega a minha regra, o passado todo volta (silêncio). Vem tudo em torno da minha regra (silêncio). Aí eu converso com eles, e já não tenho mais problema, porque como eu contei tudo pra eles, eu falo o que eu estou sentindo, e eles me dizem: 'É a regra, Rosa. É a lua cheia.' (risos). E aí eu me sinto bem. Aí depois que eles me falam, me explicam, eu falo: "É essa regra que vem pra cá me incomodar". Além de eu ficar com ela uma semana, ela ainda vem com novela comigo (silêncio).

Rosa não administra os horários em que toma seus remédios. Eles lhe são dados por *Seu Henrique, Juce e padre João*. Ela se sente família quando pode entrar nos espaços em que essas pessoas, que fizeram opção por morar na Igreja, estão. Rosa se dá conta que não só seu corpo, como também sua mente fica diferente, quando sua regra chega: *o passado todo volta*. É-lhe difícil lidar com essas lembranças sozinha, ela os procura e lhes conta o que está acontecendo e, eles a situam e orientam acerca de sua vivência: *É a regra, Rosa. É a lua cheia*, conferem-lhe o suporte para que não seja tomada por aquela vivência de fragilidade. Ela experiencia ainda uma liberdade nesse relacionamento: já falou tudo acerca de sua história, pode partilhar mais uma vez o que com ela se passa e ser acolhida. Além de a acolherem e a ouvirem em seu sofrimento, *seu Henrique, Juce e padre João*, relativizam a intensidade dos efeitos de seu sofrimento, dizendo-lhe que ele passará, o que contribui para que ela não dê um peso tão grande a ele, lide com mais tranquilidade, na ciência de que passará e que a vida continuará prosseguindo seu curso.

Como Rosa mesmo não tendo experienciado o se sentir família em sua história familiar inicial é capaz de reconhecer, na convivência comunitária na Trindade, especificamente no relacionamento de intimidade que vivencia *com seu Henrique, Juce e*

padre João, que se sente família? Se lhe foi outrora negado o ser e o estar com o outro, como pode agora reconhecer nesse convívio o fundamental para se sentir família? Segundo Giussani (2000), a pessoa humana é constituída por exigências que nela emergem como desejo, que a movem a buscar a resposta que satisfaça a ânsia que nela habita. Esse desejo, estrutural do humano, não se extingue quando se encontra o que confere preenchimento à busca, pelo contrário, exalta-o, da mesma maneira que a falta também o exalta. Essas exigências são “tão originais que tudo o que o homem diz ou faz depende delas” (Ibidem, p. 24)⁵³, constituem o elemento primeiro na elaboração da experiência, caracterizam uma dinâmica de abertura e espera que é ao mesmo tempo um critério crítico na elaboração do significado de tudo o que se vive: a pessoa sabe se o que encontra numa dada vivência corresponde ou não ao esperado. Dentre as exigências que movem o humano, o convívio com o outro constitui-se como fundamental, como fundante para ser pessoa. Nessa perspectiva, podemos compreender que a dor de Rosa, advinda da não experiência de ter sido e estado com o outro, em sua história familiar inicial, permanece nela como uma exigência, como uma referência de família, como algo que ela deseja e precisa ter. E quando ela encontra na convivência comunitária na Trindade, o correspondente à vivência do ser família - ao simples poder ser e estar com o outro na forma mais simples, sentindo e sabendo que a presença do outro a afeta na sua presença mais simples da mesma maneira que sua presença afeta o outro – a exigência se exalta, se estrutura, a vinculação com o outro ganha vitalidade. Com base no relato de Rosa, podemos identificar ainda, o quanto a capacidade de vincular-se é formada, além da história de vida, das exigências que a constituem (assim como constituem toda pessoa), das buscas que a movem, que lhe possibilitam reconhecer e valorizar o ambiente em que a vivência do sentir-se família, o sentir-se em casa, acontece.

Perguntei a Rosa:

⁵³ O conjunto de exigências elementares é denominado por Giussani (2000) de experiência elementar e caracterizam-se como urgências de nos tornarmos nós mesmos. Assumem expressões diversas, como: exigências de felicidade, liberdade, verdade, justiça, amor, etc. Orientam a conduta humana na dimensão pessoal e interpessoal: “Seja como for, são como uma centelha que põem em ação o motor humano, antes delas não ocorre nenhum movimento, nenhuma dinâmica humana. Qualquer afirmação de uma pessoa, desde a mais banal e cotidiana até a mais ponderada e plena de consequências, só pode ser feita tendo por base esse núcleo de exigências e evidências originais” (Ibidem, p. 24). A partir desse conjunto de exigências a existência humana é lançada no confronto com a realidade, “ímpeto original com o qual o ser humano se lança na realidade procurando identificar-se com ela por meio da realização de um projeto que imprima à própria realidade a imagem ideal que o estimula interiormente” (Ibidem, p. 26). O conceito de experiência elementar é desenvolvido como um correlato do conceito do senso religioso (MAHFOUD, em fase de elaboração).

Franciele: E você pensa de ficar morando aqui na comunidade?

Rosa: Penso. Eu tentei comprar a casa aqui, no lado, no canto, só que o cara, comprou antes do dono colocar a placa. E vendeu por uma mixaria, vendeu por R\$ 20.000,00 uma casa, aqui. O cara desmanchou a casa toda e botou uma venda de comida. Parece que é de comida. Botou o carro dentro e nem deu o carro dentro de tão pequena que era. Eu ia comprar, e assim, eu estava perto daqui, porque se eu pirasse eu estava perto e ia ser acolhida.

No momento atual de sua vida, Rosa pensa de continuar morando na comunidade. Já pensou em morar fora da comunidade, mantendo-se ligada a ela. E quando essa possibilidade surgiu, a casa que ela queria comprar, estava localizada ao lado da Trindade, o que lhe possibilitaria continuar mantendo os vínculos, bem como contar com o apoio que a comunidade é para ela, *se eu pirasse eu estava perto e ia ser acolhida*: haveria uma porta para bater e a possibilidade de ser acolhida.

Durante meu diálogo com Rosa, também lhe perguntei:

Franciele: O que você gosta aqui na Trindade?

Rosa: A paz, a paz. Eu sinto muita paz aqui. Eu me sinto útil. Ninguém me diz desaforo, nem os acolhidos que vem de situação de rua, ninguém me diz nada. Todo mundo me trata bem. Seu Henrique me trata bem, Juce me trata bem, Vânia me trata bem, o padre João. Eu me sinto só felicidade. Eu me sinto realizada, mesmo eu sendo doente (Silêncio).

Franciele: E o que você gosta de fazer aqui na Trindade?

Rosa: Eu faço aqui: eu lavo os copos que usa pra fazer vela, eu faço comida quarta-feira. Eu faço a sopa da quinta-feira pro povo da rua, porque aqui na quinta-feira acolhe pessoas em situação de rua, que vão pro Levanta-te e Anda e já vem tomado banho, com outra cabeça, lá é parecido com aqui, passa a mesma instrução, passa essa mensagem boa pra pessoa e a pessoa fica bem. Aí vem pra cá, eu faço o café, eles bebem. Aí de noite, mais tarde, eles tomam a sopa com pão, vai dormir e não faz zuada nenhuma. Não faz nada. Seu Henrique aceita todo o mundo assim. No outro dia, sexta-feira, eles vão embora, se despede da gente. Aí volta só na outra semana.

Rosa se sente em paz na Trindade. Ninguém lhe diz desaforo ou grita com ela, nem aqueles que ali moram e nem aqueles que são acolhidos da situação de rua. Poder ser bem tratada, possibilita que ela fique bem, sinta-se em paz, feliz, incluída e realizada do jeito que é e com as fragilidades que tem. Na Trindade, ela também se sente útil e oferece sua contribuição justamente nas atividades que mais gosta de fazer: é ela quem lava os copos plásticos que vem da reciclagem e são usados para fazer as velas, queimadas nos momentos de oração da comunidade e também por ela queimadas quando ora no quarto

santo de sua casa; prepara as refeições comunitárias na quarta-feira, o *café* e a *sopa da quinta-feira* na Noite do Acolhimento, que são oferecidos *pro povo da rua que vem do Projeto Levanta-te e Anda*: o café dá as boas-vindas e a sopa é distribuída após a missa e antecede a dormida na Igreja. Rosa sente-se bem com as pessoas em situação de rua que vem do Levanta-te e Anda. Para ela, a maneira como ali chegam: *tomado banho*, com *outra cabeça*, deve-se ao fato de receberem *a mesma instrução* e *uma mensagem boa*, e isso lhes possibilita ficar bem, aquietar a mente, *dormir* e *não fazer zuada*. Ao reconhecer nessas pessoas os mesmos aspectos que recebeu e ainda recebe da comunidade, Rosa reafirma a importância do acolhimento e do apoio da comunidade em sua vida.

Após Rosa me falar sobre o que mais gosta na Trindade e sobre as atividades que realiza na comunidade, ocorre-me de lhe perguntar se no período em que ficou na rua, ela teve amigos, ao que me respondeu:

Não. A única amiga que eu tive foi a Lúcia.

Franciele: E como você conheceu a Lúcia?

Rosa: Conheci a Lúcia no albergue. Tinha um bar que era grande, era perto da Setes Portas. Eu me esqueci do nome desse bar. Aí ficava eu e Lúcia, Lúcia bebendo e eu lá parada, já com a barriga crescendo. Teve vez que eu pedi um copo de água no bar, a mulher correu com um copo de cachaça na mão pra botar na minha boca. A dona do bar queria botar cachaça na minha boca pra eu virar cachaceira. Eu saí correndo e ela correndo atrás de mim.

Franciele: Enquanto você estava na rua, você chegou a beber ou a usar drogas?

L: Eu nunca bebi, nunca me prostitui na rua, nunca comi massa de drogas.

Rosa nos relata que no tempo em que vivenciou a situação de rua, a única amiga que teve foi Lúcia. Conheceu-a no período em que ficou no albergue da Baixa dos Sapateiros. Juntas participavam das atividades do artesanato e da reciclagem no Pelourinho e chegaram na Trindade no mesmo período, Rosa alguns dias antes de Maria Lúcia⁵⁴. Embora Maria Lúcia bebesse, Rosa nunca fez uso de nenhum tipo de drogas no período em que vivenciou a situação de rua. Rosa e Lúcia não só participavam juntas das atividades da reciclagem e da pintura, como estavam juntas em outros espaços: no albergue e nos

⁵⁴ Informação recebida de Rosa, enquanto eu ainda estava em sua casa, após a entrevista. “Rosa contou-me que ela e Maria Lúcia, que era coordenadora Nacional do Movimento da População em Situação de Rua e deste mesmo movimento aqui em Salvador, participavam juntas das atividades de reciclagem e de pintura no Pelourinho, e que ela, Rosa, veio à Trindade, uns dias antes que Maria Lúcia” (Diário de campo, 28/09/2018).

momentos em que Lúcia bebia: ambas eram companhia uma para a outra, o que deve ter sido muito importante para Rosa no início da sua gravidez.

E nossa conversa prosseguiu:

Franciele: Rosa, há quanto tempo você está morando aqui?

Rosa: 17 anos.

Franciele: Você está aqui, praticamente desde o começo.

Rosa: Entrei aqui na comunidade em 2001. E aqui foi aberto em 2000. Eu soube muita coisa que aconteceu aqui: aqui entrou maluco, saiu maluco, e eu estou aqui (risos).

Franciele: Teve alguma coisa que aconteceu aqui, que mais te chamou a atenção?

Rosa: Não. Tudo o que acontece é importante. Mas, eu também não tenho esse negócio de estar pesquisando sobre o que está acontecendo na igreja, eu estou vivendo. Eu não pesquiso sobre o que aconteceu, por que aconteceu, por que isso aconteceu no passado, será que vai acontecer de novo, eu não penso assim, eu penso diferente dos outros. Tinha 2 moças que moravam aqui com a gente, era Judite e Edivânia. Foram embora, cada uma abriu um lugar. Edivânia abriu Marta e Maria, que é uma outra comunidade.

Franciele: Mas, você tinha uma boa relação com a Edivânia e a Judite?

Rosa: Não. A gente brigava o dia todo. A gente brigava e se amava. Edivânia era mais fechada. Eram os primeiros tempos, né? A convivência com o ser humano é assim: sempre tem um que não gosta da pessoa, não é? É o ser humano que é assim. E até hoje a gente conversa sobre as brigas que a gente tinha, quando a Judite vem pra cá. Na hora da janta, a outra achava de mexer com as coisas que eu não podia mais dar jeito, nas coisas que eu fiz. Aí na hora do almoço ela ia puxar a confusão. Aí o barraco estava feito. Aí eu falava coisa pra ela e ela falava coisa pra mim. Aí eu dizia: 'Fale agora', e ela dizia: 'Agora, fale você' (risos). Até hoje quando a Judite chega, me abraça, me beija, a gente é amiga. A convivência é assim. Onde é que não tem confusão? Onde você mora, não tem confusão? Você não ama as pessoas assim mesmo? É o que acontece. Eu nunca briguei mesmo com o seu Henrique, nunca briguei. Briguei assim, pouco, mas daqui a meia hora estou pedindo perdão a ele, depois a gente conversa sobre o que brigamos, ele é mais reservado, ele é todo na ordem. Ao mesmo tempo que ele é mais reservado, ele é mais aberto, ele é estrangeiro, e ninguém sabe o pensamento de estrangeiro. Ele pensa mil coisas, essa igreja ele virou uma benção, desde o dia em que ele chegou aqui, ele nunca saiu daqui, o seu Henrique. Ele já mandou várias pessoas pra recuperação, drogados, já botou pessoas em lugar pra parir, assim como aconteceu comigo, já abrigou pessoas que vieram de outra comunidade.

Rosa é uma das moradoras mais antigas da Trindade. Ali chegou em 2001, e mesmo que tenha passado um período trabalhando na casa de uma família e depois ter morado numa casa que ela própria comprou, ela concebe para si, que está na Trindade

desde 2001, ou seja, mesmo que houve um período em que esteve fora, ela permaneceu dentro de si, vinculada à Trindade, a comunidade continuou sendo para ela uma referência, o espaço em que se sentiu acolhida, no qual pôde entrar e participar da vida que ali acontecia. Para Rosa, tudo o que acontece na Trindade é importante e esse tudo envolve as vivências do passado e as do presente. Para ela, o mais importante é viver, é deixar a vida fluir, da maneira como pode ser nos diferentes momentos da convivência. Ela vive uma liberdade na vivência das relações interpessoais: diz-nos que conflitos, tensões, desentendimentos fazem parte da vida humana e nem por isso, deixa-se de amar e de se manter o relacionamento: o vínculo de amizade construído com Judite perdura até hoje. O mesmo ocorre com Edivânia, que conviveu na Trindade por um tempo e hoje é responsável pela comunidade Marta e Maria, que também acolhe pessoas em situação de rua, aqui em Salvador. Embora, não tenham se tornado amigas, Rosa não rompeu o relacionamento com Edivânia. Diz-nos ainda que teve e ainda tem conflitos com Irmão Henrique, e que eles não são da mesma intensidade que os vividos com Judite e Edivânia, percebe-o ao mesmo tempo, como *reservado* e *aberto*, alguém que pensa mil coisas e que, assim como a acolheu e encaminhou *para parir*, continua acolhendo as mais diferentes pessoas e encaminhando-as para o cuidado da saúde e recuperação da dependência química. É possível identificar o quanto Rosa é capaz hoje, de se mover entre o amor e o ódio, o conflito e o diálogo, e continuar se mantendo nos relacionamentos, o que em sua vivência no âmbito familiar não foi possível.

Ao final da entrevista perguntei à Rosa, sobre seu contato com sua família:

Franciele: Depois que você saiu de Dias D'Ávila, você nunca mais viu sua mãe?

Rosa: Não.

Franciele: E seus irmãos?

Rosa: Não, desde lá, que eu não vejo.

Franciele: Hoje você tem algum contato com tua família?

Rosa: Não. Não tenho contato com ninguém. E se vir aqui, eu digo que estão atrasando a minha vida, atrasando o meu lado. Parece que foi o diabo que colocou eles na minha vida, na minha frente, nesse dia. Pra mim, vai ser a tragédia da minha vida, todas as tragédias da minha vida vão voltar de novo. Eu prefiro não ver eles (silêncio).

Depois que deixou Dias D'Ávila, Rosa nunca mais teve contato com nenhum dos seus familiares e no momento atual, não deseja ter. As vivências no âmbito familiar foram por ela sentidas e internalizadas como rejeição, abandono, exposição e entrega à vivências de dor, exploração e violência. Foi-lhe muito difícil lidar com essas situações, cujos efeitos ainda hoje a acompanham. Porém como expressou em suas narrativas anteriores, sente-se melhor hoje para conviver e se relacionar com suas fragilidades. Um reencontro com a família de origem é por ela sentido como um atraso em sua vida, um retrocesso no processo de desenvolvimento de si mesma que ela sente e sabe que fez. A imagem que Rosa tem de um reencontro com sua família é de que ela será novamente exposta à alguma vivência de violência e de que será invadida no espaço de si mesma que conseguiu construir após a ruptura dos vínculos que entre eles se deu. E esse espaço, assim como seu quarto, tem um caráter sagrado. Um não reencontro, um não contato com sua família, configura a defesa de uma possibilidade, a de preservar o espaço sagrado que sua vida se tornou, e na qual ela vive vínculos de intimidade com o sagrado e com as pessoas da comunidade que lhe conferem o sustento necessário para lidar com as próprias fragilidades e com as adversidades da vida. Se ela concebe sua vida e os vínculos que tem com a comunidade com um caráter sagrado, é possível compreender que algo que viesse interromper essas experiências, configura um demônio: invade, violenta e obstrui experiências de intimidade vividas na oração e nas relações interpessoais, desestabilizando-a e fazendo-a regredir no crescimento de si mesma, que ela conquistou.

Com base na experiência de Rosa, podemos identificar a maneira como ela articula sua relação com o espaço: em suas vivências anteriores à situação de rua, no espaço são vivenciadas relações de sofrimento, ligadas ao ser inadequada àquilo que a mãe biológica e a mãe de criação dela esperam, respectivamente: não nascer branca e ter *zuada* na cabeça, não saber cozinhar. No trabalho como doméstica, o espaço também aparece associado ao sofrimento: vivências de não valorização de sua pessoa, baixa remuneração financeira e na quase totalidade das vezes, sem carteira assinada. Após ser internada pela mãe e colocada para morar com um desconhecido, é por ele violentada em sua dignidade e sua intimidade sexual. Nessas diferentes vivências, o espaço de poder ser si mesma é-lhe negado, é violado. Nas vivências em situação de rua, embora Rosa nos fale de sua participação em um grupo de artesanato e reciclagem, afirma ter tido apenas uma amiga, Maria Lúcia, ambas eram companhia uma para outra. Ainda na vivência em situação de rua, tem seu corpo violado pelo homem que lhe promete trabalho e, dele engravida. Em sua vivência na

comunidade da Trindade, o espaço é experienciado como acolhimento, como possibilidade de ser aceita como é, de entrar e participar da vida que nela acontece. O espaço é o da vivência de relações em que se sente aceita e incluída com suas fragilidades, e ainda como estruturação concreta do espaço físico, de sua casa, na qual, no quarto, cultiva e vivencia a intimidade com o sagrado.

No que diz respeito à maneira como Rosa articula a relação família- comunidade, identificamos que é mediante a possibilidade de poder entrar e participar da vida que acontece na comunidade: comer e conviver no mesmo espaço. Ainda na construção de relações de intimidade, especificamente com Irmão Henrique, Juce e padre Joo: são essas pessoas que ela busca quando seu passado todo volta, no período de sua regra. Eles a ouvem, acolhem e orientam, oferecendo-lhe o suporte necessário para compreender o que se passa em seu corpo e em sua mente. Outra maneira mediante a qual, ela articula a relação família - comunidade é sua disponibilidade em contribuir nas atividades comunitárias, especificamente lavar os copos usados para fazer as velas e preparar as refeições cotidianas e as que são oferecidas na Noite do Acolhimento.

Retomando os objetivos da nossa investigação, no que diz respeito ao *processo de elaboração dos vínculos familiares na família de origem*, identificamos que frente à vivência de ser inadequada às expectativas de sua mãe, de ter nascido negra e posteriormente, ter *zuada* na cabeça, Rosa não é por ela aceita em sua casa e é posta para morar na casa de uma senhora e posteriormente, na casa de um desconhecido. Rosa elabora essas vivências de dor e rejeição de sua mãe, rompendo com os vínculos familiares e não mais desejando nenhum contato com sua família de origem.

Quanto ao *processo de elaboração dos vínculos familiares no contexto de vivência nas ruas*, Rosa relata-nos que teve apenas uma amiga nos seis meses que viveu em situação de rua. Embora não atribua à Maria Lúcia, nenhum vínculo do tipo família, inferimos que a companhia e a convivência com Maria Lúcia foram significativas para Rosa, em seus três primeiros meses de gravidez e em sua participação nas atividades de artesanato e reciclagem no Pelourinho. Acreditamos ter-lhe oferecido um suporte importante nesse período.

Quanto ao *processo de elaboração dos vínculos familiares na comunidade da Trindade*, identificamos que é mediante o acolhimento ao seu modo de ser, o poder entrar e

participar da vida que acontece na comunidade; o construir relações interpessoais de intimidade, especificamente quando a regra chega, compartilhando seu sofrimento, sendo ouvida e orientada; contribuir com as atividades comunitárias, especificamente o cozinhar e lavar os copos usados para fazer as velas, que Rosa elabora a possibilidade de ser e estar com o outro, o que é próprio do ser família, que lhe foi negado na convivência familiar de origem, mas é-lhe possível agora.

5.3 Elias, *eu não via as velas, eu via um negócio bonito, um globo lindo, eu me senti leve e suave.*

Entrevistei Elias em seu apartamento. É assim que ele denomina o espaço, que escolheu para morar, na parte superior da antiga Igreja da Trindade. Ao ali entrar, a sensação que tive era de ser acolhida pelo time inteiro do Bahia, o clube de futebol para o qual ele torce. Recebeu-me vestido com uma camisa e uma toca de crochê do Bahia, um shorts preto e nos pés, uma sandália havaianas preta. A paixão pelo tricolor também acompanha a ornamentação de sua morada: sobre as duas poltronas, a geladeira, a mesa e um antigo móvel que compõem o espaço, bandeiras e toalhas do Bahia. Quadros, chaveiros, camisas e outros objetos do tricolor, embelezam e fazem parte da organização deste pequeno espaço. Sobre a mesa, algumas fotos com amigos e papéis com as anotações de dias e horários de consultas médicas, e alguns relógios. Ao lado do antigo móvel, o papelão sobre o qual à noite, dorme. Nos sentamos inicialmente nas poltronas, porém, a maior parte da entrevista transcorreu em pé, disse-me preferir assim ficar e, de frente à janela, onde comumente o avisto quando chego na Trindade. O motivo pelo qual escolhi Elias para entrevistar, deve-se ao fato dele coordenar a distribuição das atividades semanais que acontece na oca, nas sextas-feiras à noite, receber as partilhas dos membros e cuidar das finanças da comunidade.

Abertura para possibilidades, este é o eixo estruturador a partir do qual Elias elabora sua experiência e que perpassa a maneira como, articula a relação com o espaço e com a família-comunidade. Os elementos mediante os quais sua experiência se estruturam

são: a não aceitação das relações vivenciadas antes de sua ida às ruas, o perambular, a experiência estética e, a vivência da pertença. Discorreremos sobre estes elementos e seus desdobramentos à medida em que apresentaremos sua experiência.

A reconstrução da experiência de Elias, será apresentada seguindo as etapas de sua vida. Sinalizaremos a maneira como ele articula a relação com o espaço e a maneira como articula a relação família-comunidade, quando se manifestarem no conjunto de suas vivências enunciadas.

Quando pedi a Elias para me contar a história de sua vida, ele assim se expressou:

A história da minha vida, quando eu conheci eu por gente, eu tinha 13 anos. Foi quando meu pai morreu, aqui no curtume, no bairro Uruguai. Quando meu pai morreu, eu tinha 13 anos, e pra minha mãe não ficar com tantos filhos nas costas, veio aqueles fazendeiros procurar quem quer trabalhar na roça de cacau. Minha mãe foi uma das que foram. Pegou os filhos e colocou no caminhão pau de arara e fomos pra Itabuna, roça de cacau. O que as mães e os pais lá faziam? Ficavam na roça de cacau e nós, crianças, os filhos, no caso, ia pra escola, sala de aula, pra estudar, pra aprender a, e, i, o, u, b, a, ba, principalmente o hino nacional, porque eram todos coronéis, fazendeiros, então, faziam questão que aprendêssemos o hino nacional. Só que eu era meio cabeçudo, ignorante, com 13 anos, viu? Eu não quis mais ficar, sozinho me decidi fugir dali. Eu não ia pedir nem pra minha mãe e nem pra ninguém. Num dia, eu subi nesses caminhões de cacau e me piquei pra São Paulo. Naquele tempo na escola, você não só aprendia, você apanhava pra aprender na palmatória. Então, quando eu levei a palmatória eu pensei: 'Foi a primeira e a última palmatória que eu levei. Pensa que eu vou ficar levando palmatória?'. No dia seguinte, subi num caminhão de cacau e fui embora. Fui parar em São Paulo.

Franciele: Elias, como foi que seu pai faleceu?

Elias: O meu pai trabalhava no curtume, ele curtia couro, eu não sei o nome da profissão certo, ele cuidava do couro de boi, de carneiro, de cabra, pra fazer sapatos, cintos, tudo o que é de couro. Eu me lembro é que num dia de semana, alguém chegou lá em casa e falou assim: "O seu marido morreu", falou pra minha mãe. A minha mãe levou aquele choque, porque minha mãe trabalhava junto com ele. Quando ia vender, ela ia junto na feira com ele. Mas ela não trabalhava no curtume, ela ajudava nas vendas. Com a morte dele, ela ficou totalmente desesperada, perdida, abandonou tudo, não quis saber de mais nada. Aí ela pegou nós, ela aproveitou essa vinda dos coronéis que sempre vinham pra cá procurar gente pra trabalhar na roça e ela foi uma das que foi, tipo não foi forçada, foi tipo, voluntária, porque lá só trabalhava pela comida, nas roças de cacau, de cana. As pessoas lá ficavam nos seus abrigos, moravam lá, os pais vão trabalhar na roça e as crianças ficam na escola de lá mesmo. Então, foi assim que começou a nossa ida pra Itabuna. É isso que eu me lembro do meu pai: morreu afogado no curtume, por causa das bebidas.

Franciele: Então, o seu pai bebia?

Elias: Bebia e demais. E o filho puxou o pai. Então, pra eu não beber na frente da minha mãe, que tinha ido pra Itabuna, “eu vou embora daqui”. Eu já estava acostumado a beber mesmo.

Franciele: Lá, com 13 anos você já bebia?

Elias: E bastante. Bebia mais que um adulto. Pra você ver o que é o vício: você tem dentro de casa e você vai experimentando. Os pais acham bonitinho dar: ah bebe uma cerveja, bebe uma pinga. E eu fui o único que gostei, experimentei e gostei.

Franciele: Sua relação com a sua mãe e seus irmãos, como era?

Elias: Desde que eu fugi de casa, eu queria ficar livre de tudo, livre de mãe e de irmãos, por que pelo menos não tinha ninguém pra dar satisfação: Porque eu bebi? Por que eu cheguei tarde? Por que eu fiquei na rua? Então eu era livre, bebia à vontade.

Franciele: A sua mãe cobrava satisfação de você quando você bebia?

Elias: Sim, porque nenhuma mãe quer ver o filho bêbado. Ela também bebia, mas não exageradamente como meu pai e eu bebia muito mais que os dois. Eu aprendi tanto que passei os dois. Aí quando mandaram eu parar, já era tarde, eu não consegui mais, o vício já tinha pegado. Foi aí que eu disse: eu troco tudo aqui: mãe, irmãos, casa, pela pinga. E aí eu abracei a pinga.

Elias inicia a narrativa sobre a história de sua vida, com referências à adolescência, quando então, tinha 13 anos. Não nos conta nada sobre sua infância, mesmo quando em outro momento da entrevista lhe perguntei sobre sua família biológica, ele diz: “Éramos uns 7 ou 8 [irmãos], pelo que me lembro. Eu acho que minha mãe levou 6, outros já eram mais de idade e ficaram por aqui, mas eu nunca mais vi. Eu mesmo, fui. Naquela época eu tinha 13 anos. Eu me lembro assim, vago”. A morte do pai está relacionada ao consumo de álcool: foi encontrado afogado no tanque em que trabalhava, como curtidor de couro, e isso trouxe mudanças significativas na vida da família: embora a mãe o ajudasse, era ele o responsável principal pelo provimento da família e era um ponto de apoio para a esposa. Sua morte a deixou *totalmente desesperada, perdida, abandonou tudo, não quis saber de mais nada*. O impacto da morte do cônjuge é elaborado pela mãe como não mais querer permanecer em Salvador, juntou 6 dos seus filhos e foi buscar o sustento trabalhando nas roças de cacau em Itabuna. Elias é filho de uma família pobre que busca no trabalho braçal as alternativas de sobrevivência, todavia, o trabalho em Itabuna desenvolve-se numa dinâmica de exploração: trabalhadores se submetem as atividades nas roças de cacau e cana-de-açúcar em troca do mínimo necessário para a sobrevivência pessoal e de suas famílias: ter comida e um alojamento para morar. Aos filhos cabia ir à escola, participar de atividades que se desenvolviam a partir de conteúdos e de uma metodologia distante da

realidade por eles vivenciada. Embora ele nos relata a vivência da palmatória como desencadeante de sua ida a São Paulo, em outro momento, ele a associa ao ato de beber, que já aos 13 anos era intenso e que se por um lado, gerava tristeza na mãe, bem como reclamações por parte dela e dos irmãos, por outro, despertava nele o desejo de se sentir livre para beber. Embora, não o explicita, inferimos que, a consciência da exploração das relações de trabalho vivenciadas nas fazendas de Itabuna, também corroboraram para Elias não mais querer lá ficar. A vivência nessas três dimensões: apanhar para aprender, a consciência da exploração nas relações de trabalho, ter que dar satisfações do porquê bebia, abrem em Elias a decisão de não querer vivenciar as condições que lhe são colocadas e o movem a buscar novas possibilidades nas quais fosse possível experienciar a liberdade. É assim que ele elabora essas experiências e vai para São Paulo. Prossigamos ouvindo sua narrativa:

Lá em São Paulo, eu fiquei lá pelo Brás, onde todo o nordestino fica. Conhece São Paulo? Aquela região é tipo a nossa suburbana, no fim dos encontros dos trens da suburbana, que vem de Moji das Cruzes, vem de Jundiaí, vem de Santos, e tudo param ali, e ali tem um bucado de nordestinos que ficam nas ruas. Eu cheguei ali com 13 pra 14 anos. Fiquei perambulando, perambulando, perambulando. Cheguei lá em 1963. Você não conhece São Paulo, né? Lá em São Paulo tem trem pra caramba, eu ficava dentro dos trens, das estações, eu nunca dormi num lugar só. Lá em São Paulo eu pegava trem na estação da Luz. Da estação da luz são 60 km de rodovia pra Mogi das Cruzes, depois tem mais 50 km pra Calmon Viana, depois eu ia mais 60 km pra Barueri, depois eu pegava até Jundiaí, depois pegava outro pra Paranapiacaba. E assim eu fazia: cada dia eu dormia no fundo de um vagão, e comia ali mesmo, comida não faltava ali. E eu pedia dinheiro, ganhava, não queria, e ia lá pro São Caetano, depositava pra Santa Edwiges. Já ouviu falar de Santa Edwiges? É a minha santa favorita. Quando eu estava em São Paulo eu também ficava no triangulo ali: saía de São Paulo, entrava em Minas Gerais e saía no Rio de Janeiro. Depois saía do Rio, entrava em Minas e entrava em São Paulo. Você viu o Renato que estava aqui com a Inês? Eu ia muito na terra dela: Paraíba do Sul. Enquanto a gente conversava, eu contei pra ela onde eu dormia, ela disse que sabe onde é. E a terra do marido dela, do Renato, eu também conheço, que é Juiz de Fora, onde o Bolsonaro levou a facada agora. Então, eu conheço Juiz de Fora, Três Rios e depois tem Paraíba do Sul. Só que Juiz de Fora é Minas, aí você vem pra Três Rios e depois pra Paraíba do Sul, que já é Rio de Janeiro. Está vendo, como eu conheço ali.

Ao chegar em São Paulo, Elias inicialmente fica no Brás, bairro localizado na região central da cidade, que historicamente atraiu e concentrou um grande número de nordestinos que para lá se dirigiam e ainda hoje se dirigem, em escala menor, em busca de melhores condições de vida. Foi para lá de caminhão, no ano de 1963, num período em que o fluxo migratório para a região sudeste era intenso. Ele não vai para São Paulo em busca

de emprego, em outro momento de sua narrativa ele nos diz: “Fui [para a rua] porque eu mesmo quis. Aos 13 anos, eu fugi da escola, fiquei na rua e gostei”. Chama atenção a memória espacial que Elias tem: conta com detalhes e precisão as distâncias por ele percorridas, seja quando se desloca de trem, seja quando se desloca a pé, pelo Triângulo Mineiro. Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que nesse perambular, as referências são de lugares e à Santa Edwiges, a quem ofertava o dinheiro que recebia e não queria. Não faz menção a pessoas, amigos e nem a relações interpessoais, no período em que viveu perambulando em São Paulo. Terá ele ficado e vivido na rua sozinho? Continuemos acompanhando:

E nessa perambulação de maloqueiro, mendigo, eu fiquei lá [em São Paulo] até perto do ano de 2000. Eu disse: ‘Vou morrer na minha terra natal’. Sabe onde é minha terra natal? Bahia – Salvador. Em 1998 eu saí de lá pra vir pra Salvador, vim tranquilo, sossegado, vim à pé. Cheguei aqui em Salvador em 2000. Em 2000, comecei a ficar aqui em Salvador, perambulando, perambulando e perambulando na beira mar, da Ribeira até a Barra, como maloqueiro, vagabundo, só esperando a morte chegar.

Elias ficou em São Paulo de 1963 a 1998, ano em que decidiu voltar a Salvador, para aqui morrer. Percorreu a pé, durante 2 anos, o trajeto São Paulo à Salvador. Aqui chega em 2000 e continua perambulando, esperando a morte chegar. Em 2000, estava com 50 anos de idade e já com 37 anos de perambulação, de vivência nas ruas. Nessa narrativa e nas outras que apresentaremos, teremos a possibilidade de entrar em contato com a linguagem própria da rua: nesse fragmento, por exemplo, maloqueiro: expressão pela qual algumas pessoas em situação de rua se auto definem e se reconhecem, e que se refere a quem usa a *moloca* ou *mocó*, lugar em que ficam pequenos grupos durante o dia, ou que é usado para o pernoite, sendo frágil e provisório, e engendrado a partir dos materiais encontrados nas ruas⁵⁵; as malocas ou mocós, assim como aqueles que nelas vivem, os maloqueiros, hoje podem estar aqui, amanhã lá. Em sua vivência nas ruas, Elias se auto define como *maloqueiro*, *vagabundo* e *mendigo*, e chegando em Salvador, seu trajeto inicial de perambulação foi o circuito beira mar.

⁵⁵ A auto definição de maloqueiro é apresentada por Adorno e Varanda (2004), no artigo: *Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde*. As malocas ou mocós normalmente são compostos por colchões velhos e algum canto onde se colocam pertences pessoais (roupas e documentos) e às vezes, utensílios de cozinha.

Ao nos falar sobre sua vivência nas ruas, aqui em Salvador, Elias nos conta que tinha e ficava em grupo:

Sempre em grupo na rua. O meu era o Itamar, o César, sempre tem a nossa patotinha, a nossa turma. A gente nunca anda sozinho. Sozinho você não é nada na rua, você não sobrevive. Quando você vai dormir, tem que dormir perto de alguém, porque pode ter alguém que pode te fazer mal. Eu dormia na Carlos Gomes, na Praça da Piedade, dormia ao vivo e a cores. Às vezes eu mudava de grupo. E quando estava bêbado, eu chegava perto e caía e dormia, nem sabia quem estava ali. Quando eu acordava eu não sabia se era de dia ou de noite, não sabia se o sol estava amanhecendo ou anoitecendo; se fosse de meio dia eu sabia, porque o sol estava bem no meio, mas se era quatro ou cinco horas: o sol está amanhecendo ou anoitecendo? Quando a gente bebe fica assim: todo perdido, não sabe nem a rotação do mundo. Mas, sempre tinha alguém junto, muito difícil eu estar sozinho.

Chama a atenção a maneira como Elias articula sua narrativa: *sempre em grupo*, como se antes já fosse assim, como se já em sua vivência nas ruas em São Paulo, tivesse experienciado o estar e o viver em grupo e esta maneira se mantém em sua vivência nas ruas em Salvador. Ele tem consciência da dramaticidade que é dormir nas ruas, da total vulnerabilidade à que é exposto enquanto dorme, por isso, mesmo bêbado: só conseguindo chegar, cair e dormir, ele procura estar perto de um grupo, mesmo esse não sendo o seu: mesmo não estando com Itamar e César. Mais importante que conhecer quem ali está, é se aproximar e se agrupar, o que lhe oferece mais segurança do que estar só. Não sabemos por quais razões, Elias não nos falou de relações interpessoais vivenciadas no período em que esteve em São Paulo, mas, inferimos que, ele as deve ter vivido, em algum momento, até porque nos diz: *Sozinho, você não é nada na rua, você não sobrevive*. Talvez, pelo fato de dormir boa parte nesse período, em vagões de trem – uma realidade distinta da violência noturna presente nas ruas dos grandes centros urbanos, como Salvador – o agrupar-se não se colocava como uma necessidade fundamental em todas as noites. Em sua vivência em Salvador, ele já conta com 50 anos, já está com o corpo mais debilitado do que quando iniciou sua vivência nas ruas em São Paulo, seja em função de suas perambulações, seja em função do consumo de álcool. Ter um grupo nesse momento, continua sendo fundamental e mais do que antes.

Sobre a vivência com Itamar e César, seus dois amigos de rua em Salvador, Elias ainda nos relata:

Claro que não ficava o dia todo junto, não. Mas, a gente combinava: 'A tal hora vamos nos encontrar na Barra, por exemplo, e ia à pé. Eu ia aqui por

dentro, o outro ia pelo meio, o outro ia lá pela ponta da cidade. Cada um ia arrecadando dinheiro, ia pedindo. Quando juntava dava uns 30, 40 conto, e aí a gente almoçava lá. Na volta, a gente vinha de ônibus, mas, pra ir, a gente ia à pé. A gente saía por exemplo, lá pelas 06:00 ou 07:00 horas e combinada de ao meio-dia se encontrar em tal e tal lugar, e estava todo o mundo lá no horário. E quando se encontrava: ‘Quanto você arrecadou? Quanto você?’ e a gente juntava. Às vezes dava pra ir pra lugar chique e a gente ia como maloqueiro.

Franciele: E eles recebiam vocês?

Elias: Ficavam meio assim, mas, quando viam que a gente tinha dinheiro, aceitavam que a gente entrasse. Mas, claro quando era lugar assim, a gente não podia abusar, a gente se comportava, porque lá tem polícia, tem segurança. A gente ia primeiro pra praia, tomava um banho, se arrumava mais ou menos e depois ia almoçar, comer aqueles churrascos. Nós era assim: gastava todo o dinheiro hoje, não guardava nada pra amanhã. Senão amanhã você não tinha nada pra fazer. Nossa atividade era pedir esmola hoje e gastava tudo hoje.

Os três amigos, Elias, Itamar e César, organizavam seu dia, uma organização muito semelhante à das pessoas que tem domicílio fixo: há um horário para sair pela manhã, um trajeto a ser feito, uma forma de angariar os recursos para a sobrevivência, que nesse caso, era pedir dinheiro, há um horário e um ponto de encontro para almoçar. E quando juntavam o dinheiro e esse dava, escolhiam os melhores lugares para almoçar, o *lugar chique*, e preparavam-se para ali estar: tomavam banho no mar e se arrumavam, tendo claro que ali deveriam se comportar e assim, o faziam. É uma lógica que não é a da desordem, ao contrário: se o desejo é fazer uma refeição melhor buscam-se vias para isso. E quando Elias nos relata que o dinheiro ganho era gasto todo no mesmo dia, a lógica não é a do viver ao sabor do acaso, mas ter o que fazer no dia seguinte, porque para o grupo, pedir dinheiro se constituía em uma atividade diária, com base na qual organizavam o dia.

Elias nos descreve em duas narrativas, a maneira como, nas ruas de Salvador, pedia dinheiro:

Quando eu ia manguear, pedir esmola, eu queria no máximo uns R\$ 2,00, R\$ 3,00, pra comprar minha pinga do dia. Mas, às vezes achava uma pessoa que dava 5 conto, tinha pessoa que dava até 10 conto, eles dão se você ficar na rua pedindo ou inventando história. Mas, eu não inventava história, eu não precisava inventar que era pra comer ou outra coisa, porque eu já era barbudo, feio, eu já tinha cara de mendigo mesmo, de bicho, ou a turma dava por medo ou davam porque queriam dar. Eu fazia muita amizade com qualquer pessoa que passava na rua e eu pedia moeda. Se não dava na hora, eu dizia: ‘Na volta, você me deixa uma moeda’. Alguns diziam: ‘Na volta eu deixo’ e outros: ‘Vai trabalhar vagabundo’, e eu dizia: ‘E eu estou fazendo o que aqui? Eu estou assistindo televisão? Eu estou pedindo uma esmolinha’. Aí quando passava e me dava uma moeda eu fazia amizade fácil. Quando eu ficava ali no Bonfim,

toda sexta tem missa, domingo e outros dias, também, de manhã eu já estava lá e dizia: 'Na volta senhora, a senhora me dá uma esmolinha'. Eu não inventava história que era pra comer, eu só dizia isso. E na volta, me davam dinheiro, blusa, roupa, tinha gente que dava bastante dinheiro, dava até R\$3,00. Quando era assim 09:30, 10:00 horas, eu já tinha assim, uns 40 a 60 reais.

Quando eu queria dinheiro, eu dava as minhas voltas. Pega aqui, os pontos da cidade baixa, todos os pontos são movimentados, ali na irmã Dulce e outros. As pessoas também davam vale transporte, naquela época tinha o vale transporte, hoje não tem mais. Eu ganhava tanto vale transporte e eu trocava só por pinga mesmo. Tinha aquelas barraquinhas que vendia pinga, eu trocava vale transporte por 2 conto em pinga. Às vezes eu ganhava lata de leite ninho ou cesta básica, eu trocava com os taxistas, por 2 conto e comprava pinga. Olha, quem vive na rua, quem é maloqueiro, não passa fome, não. A turma fala que passa fome pra dizer que é coitadinho, mas, é mentira. Você vai ali na feira de São Joaquim, você sai com a barriga cheia: você pega verdura, fruta. Se você pede R\$ 2,00, você compra uma linguiça e farinha, dá pra comer o dia todo e ainda sobra. Passa fome quem quer, como era meu caso, eu estava bêbado, o pessoal passava e dava sopa e eu nem queria, porque estava tão bêbado que tinha até preguiça pra levantar e pegar. Na rua, não passa fome não. Tem quem fala que passa fome, que está sem pai, sem mãe, sem emprego, chora, mas fome não passa não. Se eu sair daqui hoje e for pro Bonfim, eu consigo dinheiro, se eu quiser. Se você for ali pelos lojistas, na Calçada, você diz: 'Não precisa ser agora, pode ser depois'. Quando é sábado e domingo, que está todo mundo em casa, você diz: 'Você tem uma bermuda que não usa mais? Amanhã ou semana que vem eu passo aqui pra pegar' e ganha uma sacola de roupa. E eu nunca quis muita roupa, eu só queria a roupa do corpo mesmo, aí acabava distribuindo para os outros. Ganhava radio, sapato, tudo coisa boa. Sabe aquela igreja ali da Universal, ali perto da rodoviária? Ali eu também ficava, e ganhava coisas. Passa quantas pessoas ali? Tem vez, que queriam levar a gente pra igreja e diziam que lá iam dar roupa, eu ia e pegava paletó e outras roupas. Mas, eu não queria isso, queria ficar maloqueiro mesmo. Eu tinha bastante ajuda, mas eu não queria mesmo.

O tempo de vivência nas ruas, vai dando a Elias condições para encontrar os recursos para sobreviver nessa geografia: além de se agrupar para dormir e para conviver, ele agora nos apresenta o mangueio, uma prática comum entre a população de rua, que configura uma forma criativa de obter recursos – não só econômicos -, e de se relacionar com as pessoas domiciliadas. Requer habilidade, já que tem a finalidade de conseguir o que se solicita, pode ou não ser acompanhado de histórias tristes, cuja composição compreende elementos que levaram a pessoa à situação de rua, acrescido de elementos atualizados de sua experiência na rua⁵⁶. No caso de Elias, não necessitava inventar histórias, a própria condição física corroborava para tal: era *barbudo, feio, já tinha cara de*

⁵⁶ A prática do mangueio é apresentada por Melo (2011, 2017), em seus trabalhos: *A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua e Política dos Improváveis: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)*, respectivamente.

mendigo mesmo, de bicho. Se essas características expressam, por um lado, o quanto os seus anos de vivência na rua vão deixando sinais visíveis de debilidade no corpo, por outro, expressam o quanto ele vai sendo capaz, de também aproveitar desses sinais corporais para efetivar o pedido: *ou a turma dava por medo ou davam porque queriam dar.* Nessas narrativas, Elias vai nos dando a entender o quanto a rua, apesar de seus riscos e dramaticidades, vai se tornando para ele um modo de vida e o quanto ele vai encontrando as possibilidades e identificando os recursos que se colocam no trajeto de sua perambulação: os dias e horários de missas no Bonfim, bem como os horários de distribuição da sopa, que em muitos momentos, não toma, por estar bêbado. Por ter desenvolvido as habilidades necessárias para viver nas ruas e ser capaz de reverter os meios que nelas encontra em recursos de sobrevivência, pode-nos dizer com base em sua experiência, que na rua não se passa fome. Em um dos seus relatos sobre a ida à São Paulo, disse-nos que foi para as ruas porque *mesmo quis*, ele contava então, com 13 anos, aqui, após 37 anos de vivência nas ruas, ele reafirma essa decisão: *queria ficar maloqueiro mesmo.* Mesmo que em outros relatos, ele se reconhece como vagabundo, quando é assim nominado por outrem que lhe manda trabalhar, ele reafirma que pedir é trabalhar, reafirma aqui, o sentido que já nos apresentou sobre o esmolar: uma prática diária de angariar a sobrevivência.

Elias nos conta o que fazia com o dinheiro que recebia quando magueava:

Às vezes eu distribuía pros colegas, mas, na maioria das vezes, eu jogava o dinheiro fora pra não gastar, quando ia caminhar colocava o dinheiro naquelas pedras perto do mar. Às vezes era dinheiro em papel mesmo, eu deixava R\$ 20,00 naquelas pedras. Eu comprava a minha pinga e o resto eu deixava lá, se alguém pegasse, pegou. E lá no Colégio São José, lá tem uma santa, não sei se você já viu, mas é perto da rua, eu jogava tudo as minhas moedas lá dentro pra Ela. Eu não queria dinheiro. Às vezes de noite, quando eu tinha dinheiro, comprava uma cerveja pra tomar com os colegas, mas se fizesse isso, a gente passava a noite toda bebendo. E eu tinha muita amizade e por que eu tinha amizade? Porque eu tinha dinheiro para gastar. E pra não acontecer isso, eu jogava meu dinheiro pra Santa do São José. Eu jogava não era pra ajudar ninguém não, porque lá é um colégio particular, eu jogava o dinheiro era pra olhar a Santa. E lá em São Paulo, eu colocava dinheiro na Santa Edwiges, até hoje eu lembro, tinha uma santa lá também e toda a moeda que eu ganhava, eu jogava lá dentro. A Santa Edwiges ficava no São Caetano, na Avenida Anchieta, lá tinha uma igreja chamada Santa Edwiges. Aí quando eu cheguei aqui em Salvador, eu vi essa Santa parecida com aquela, numa guarita com vidro e eu comecei a jogar meu dinheiro lá. E acho que isso chamava, porque daqui meia hora eu já estava com dinheiro de novo. E toda sexta-feira era assim: eu pegava meu dinheiro no Bonfim, comprava a minha pinga e com as amizades que eu tinha, eu comprava um frango assado pra comer com o César e o Itamar. Era a minha turminha essa. Mas, os cara não ajudava em

nada: só queria comer. Aí pra eu não ter tanto colega assim pra me explorar, eu jogava meu dinheiro lá pra Santa. Às vezes eles falavam: 'Não, não jogue não. Dá pra mim' e eu falava: 'Se quiser, arrombe aí e pegue'. Até na igreja da Piedade, tem um cofre lá, não sei se você já viu, eu também botava as minhas moedas lá. Eu não queria dinheiro. Dinheiro pra quê? Pra beber? Se eu quisesse, eu podia alugar uma casa, mas eu nunca pensei nisso. A irmã do Itamar ia pagar aluguel pra ele e pra mim, mas a gente tinha que parar de beber. Ela trabalhava numa gráfica e o marido dela tem uma lavanderia, e eles queriam que a gente pegasse e entregasse as roupas, mas olha o dedinho do Não, a gente não aceitou, a gente não queria trabalhar, porque tinha que parar de beber.

Elias empregava o dinheiro que ganhava no mangueio, na compra da pinga diária, no convívio com os amigos, deixava à beira mar para outros pegarem, ofertava à Santa do São José e depositava no cofre da igreja da Piedade. Não queria casa e nem tampouco se submeter às normas do trabalho e do convívio familiar, dentre essas, deixar de beber. Já em sua narrativa anterior, conta-nos que distribuía muito do que recebia: roupa, calçados, objetos, e aqui, relata que não quer ficar com dinheiro: é-lhe suficiente ter para o consumo do álcool, as refeições e para ajudar os amigos, desde que eles não o explorassem, ou seja, desde que também fizessem sua parte para contribuir. Ele retoma em sua vivência nas ruas de Salvador, a prática de oferecer dinheiro à Santa, que embora não seja a Santa Edwiges de São Paulo, é parecida com Ela. Ele tem uma atitude religiosa: oferece à Santa, algo do que tem. Ele realiza o mesmo gesto que outras pessoas que não vivem nas ruas, realizam e, atribui a esse gesto, o fato de conseguir mais dinheiro.

Elias contou-nos sobre sua passagem nos albergues:

Eu nunca fiquei em albergue, mas, às vezes a Kombi passava e pegava nós. Quando estava muito bêbado pegava nós, mas eu nem via, eu só me dava conta quando estava no albergue. E lá eu bagunçava tudo, era lá no albergue da Baixa dos Sapateiros, que hoje não existe mais, e no Largo de Roma, que também não existe mais. Só que esse do Largo de Roma jogou a gente pra aquele, que era pior ainda. Eu só ia pro albergue, quando estava bêbado, quando me pegavam e levavam. Mas, nessa época eu já estava ruim, eu já não podia beber como antes, eu bebia só dois tragos e já estava ruim, aí xingava todo o mundo. Eu não respeitava ninguém. Quando eu estava muito ruim, quando acordava, estava eu lá dentro do albergue. E aí eu bagunçava: eu zuava, derrubava cama, eu era o capeta. Depois transferiram nós, eu e o Itamar, para o abrigo do Largo de Roma, que era mais disciplinado, mas, não adiantou nada.

As passagens de Elias por albergues nunca foram por desejo e decisão pessoal: dava-se conta de lá estar, quando lá acordava, *Eu só ia pro albergue, quando estava bêbado, quando me pegavam e levavam*. Se por um lado, o dar-se conta de onde estava está ligado à sua embriaguez que cada vez mais debilita e fragiliza seu corpo, por outro, está ligado à prática higienista dos órgãos assistenciais municipais que, recolhem bruscamente quem está nas ruas e os leva aos espaços de acolhimento público⁵⁷. Nesse espaço, diferente dos lugares onde com os colegas fazia refeições e se comportava, ele se transforma: *era o capeta*, não respeita nada e nem ninguém: *zuava, derrubava cama*. Em outras palavras, ele devolve na mesma moeda: assim como não foi consultado e respeitado quanto a querer ir ou não, assim também ali, não respeita normas e pessoas.

É curioso, porém, que embora não goste de estar em albergues, em outro momento da entrevista, ele nos apresenta uma outra postura:

Quando eu estava no albergue, lá tinha o programa de dar as coisas, mas tinha que parar de beber, então quando queriam a cidade limpa, mandavam a gente pra lá. E se você tirava seus documentos e cuidava da sua saúde, eles davam R\$ 300,00 naquela época. Naquela época tinha o cartão telefônico que eles davam também. Mas, quando davam o dinheiro pras pessoas, muitas não retornavam mais, porque gastavam tudo em drogas. Tinha o auxílio aluguel também, mas eu não queria, porque eu não queria alugar casa. Eu queria ficar na rua mesmo. A minha assistente social era a Ilca, ela era estagiária, mas eu dizia pra ela: 'Eu não quero Ilca, dá pra outra pessoa'. E o pai da Ilca era legal, ele ia buscar ela todo o dia no trabalho, no albergue. O pai dela também queria me dar dinheiro, e eu dizia: 'Eu não quero, seu João'. Ele tinha um carro e às vezes me levava até à casa dele de carro, me dizia que eu tinha que ter um trabalho pra ganhar um dinheirinho, mas, eu dizia que não queria. Ele me propunha eu lavar o carro dele, aí ele me daria 20 conto, eu lavava o carro dele, mas não queria dinheiro, ele insistia e eu pegava, mas eu não queria. E eu dizia pra ele: 'Se eu quiser dinheiro, eu dou duas voltas por ali' (risos). Esse era o meu pensamento: 'Pra que eu quero dinheiro?' Eu gostava da Ilca, ela era estagiária, tinha muita paciência com a gente, era menina nova, bonita, mas eu me perguntava por que ela vinha trabalhar ali com a gente, a gente era tudo maloqueiro. O pai dela vinha buscar ela e a gente ficava conversando com ele, e ele me convidava pra ir pra casa dele pra lavar o carro dele. Quando eu lavava também, deixava bonito, todo brilhando. Aí ele me dava 20 conto. Na época, 20 conto era dinheiro. Às vezes eu não queria pegar, ele deixava no para-brisa do carro.

⁵⁷ A prática higienista dos órgãos municipais que, com a finalidade de limpar a cidade, ou seja, tirar as pessoas em situação de rua das ruas das cidades, e removê-las à albergues ou outros espaços também foi encontrada por Melo (2011) em seu trabalho sobre este grupo em Curitiba-PR, por Dantas (2007), em sua investigação no Rio de Janeiro, por Cardoso (2017), em sua pesquisa em Salvador – BA.

Elias admira e se surpreende com a maneira como a estagiária do serviço social lida com ele e com as outras pessoas de rua. E essa maneira dela ser e se relacionar ressoa de tal forma nele que ele se pergunta do porquê ela estar ali atuando com eles. Essa postura e prática parecem não ser comuns nos espaços de acolhimento público. A relação com Ilca não só possibilita que ele não bagunce, que ele a respeite, como possibilita que ele se vincule a ela e ao pai dela, que se disponibiliza para ajudar Elias, possibilitando meios para ele angariar algum dinheiro, como lavar o carro dele. Embora Elias aceitasse esse dinheiro, deixa-nos claro que mais importante que o dinheiro, era a conversa e o vínculo que estabeleceu com este senhor, bem como com a filha dele. Ou seja, quando lidam com ele de forma humana: quando o respeitam, valorizam-no e são gentis com ele, ele também assim retribui. Elias teve oportunidades para ter auxílio aluguel mediante o qual poderia alugar uma casa ou um quarto e sair das ruas, mas não aceitou. Embora recuse o auxílio aluguel e reafirme sua decisão de ficar nas ruas, ele lembra e valoriza o vínculo estabelecido com a assistente social e com o pai dela, pessoas que lhe foram significativas em sua passagem pelos albergues.

Elias nos conta que, nos anos 2004 a 2006, passa a ficar no Bonfim e seu entorno. Ao final desse período, um fato acontece:

Em 2006, me indicaram a Trindade. Quem me indicou foi a irmã Violeta, porque de 2004 a 2006, eu ficava ali pelo Bonfim, os dois últimos anos meus na rua, eu fiquei ali pelo Bonfim. E ela via muito o sofrimento do povo da rua e um desses povo de sofrimentos, seria eu. Mas, eu era rebelde, bebia 24 horas por dia. Ela via meu sofrimento, ali na igreja do Bonfim, porque eu ficava mangueando ali, manguear é pedir. Eu ficava pedindo esmola ali. E ela ficou com tanta dó de mim, porque estava um sol tão quente, isso foi 12 de fevereiro de 2006. Ela me apontou pra igreja daqui: 'Elias por que você não vai naquela igreja lá?' Ela falou que lá tinha uma pessoa boa, só que as coisas que ela me indicou, eu não gostei de nada, ela falou: 'Lá você vai aprender a trabalhar'. Eu nunca trabalhei na minha vida, eu sempre pedi e as pessoas me dando. Depois ela falou outra coisa que eu menos gostei: 'Lá você vai aprender a gostar e ouvir a Palavra de Deus' (risos). Eu nem sabia o que era Deus, religião, Pai-Nosso, não sabia nada, porque eu ficava na rua bêbado. E depois ela falou uma coisa que eu menos gostei ainda: 'Lá você vai parar de beber'. Ah! Vou fazer o que lá então? Parar de beber, ouvir a Palavra de Deus e trabalhar, nunca fiz isso na minha vida. Eu não sei porque cargas d'água eu apareci de manhã aqui na Trindade.

Quando Irmã Violeta lhe aponta a Igreja da Trindade, Elias está com 56 anos, destes, 37 foram de vivência nas ruas em São Paulo e 06 em Salvador, ou seja, ele tem 43

anos de vivência nas ruas, mais da metade da sua vida. Mesmo ele dizendo a si mesmo que esse lugar não tinha nada a ver com ele: ali deixaria de beber, aprenderia a trabalhar e aprenderia a ouvir e gostar da Palavra de Deus, Elias se abriu à solicitação feita por Ir. Violeta e já no dia seguinte, foi à Igreja da Trindade, mesmo sem saber o porquê para lá estava indo:

Subi as escadarias, maior dificuldade. Sabe quantos degraus tem? 51, uma boa ideia, até nisso coincide. Deu um trabalho para eu subir e quando eu cheguei na porta da igreja, que aqui todo o dia tem oração das 07:00 às 07:30 da manhã, eu cheguei tipo 07:30 e a Lúcia, a Maria Lúcia, que morava aqui estava indo fechar a porta pra ir tomar café. Só que quando ela estava fechando a porta, quem estava chegando? Eu. Mas, deu um trabalho para eu subir esses 51 degraus. Ela chegou e pegou na minha mão: 'Bom dia', 'Bom dia'. Só que na minha rebeldia eu já ia xingar ela: 'Pô, eu vim pedir um café aqui, você não tem nada pra dar'. Quando eu estava pensando de xingar ela: 'Pô ela é mesquinha', ela pegou na minha mão e me puxou pra dentro: 'Vamos tomar um café'. Ela fechou a porta e eu entrei. Isso foi 13 de fevereiro de 2006. Quando a gente estava passando por dentro da igreja aqui, não tem as velas, ali? Tem bastante vela ali, tem umas 25 a 30. E eu vi uma pessoa apagando as velas, mas essas velas, eu não via as velas, eu via um negócio bonito, um globo lindo, eu me senti leve e suave. Tem aquele ditado que fala: 'Eu não estou vendo nem a luz no fundo do poço'. E por que você está no fundo do poço? (silêncio). Sabe por que eu estava no fundo do poço? Porque eu já estava atolado no fundo do poço, já, porque uma pessoa me dava uma moeda, outra me dava um cobertor, outra me dava comida, só me dando ali, me incentivando pra ficar ali no relento, as esmolas que dão, estão incentivando o mendigo para ficar ali: toma uma moeda, toma um cobertor, toma um mingau. E assim você vai atolando até não ver mais nada. Você não ouve a Palavra de Deus, não quer trabalhar, não tem incentivo nenhum. Quando a Lúcia pegou a minha mão, me puxou, me desatolou. Foi aí que eu vi as luzes. E quando eu estava passando para vir para o refeitório, eu vi o cara apagando as velas e eu pensei: 'É tão bonito, por que o cara está apagando e não deixa aceso?' E esse cara eu conhecia, era o Manuel, mas fazia tempo que eu não via ele na rua. Eu pensava que ele tinha morrido, viajado, sumido. E essa Lúcia que me recebeu, eu também conhecia fazia tempo. Conheci a Lúcia logo quando cheguei em Salvador, nós éramos concorrentes de bozó. Bozó é pinga que jogam com despacho, com acarajé, com moeda, aqueles despachos de macumba, vela, porque quando fazem isso, sempre tem as garrafas de pinga, de caninha da onça junto, e a gente ia lá pra pegar as garrafas de pinga pra tomar, eu e a Lúcia. Só que ela era da turma da Fonte Nova e eu, da turma da Piedade. Então, quando era 5 horas, toda a sexta-feira, a gente ia lá pro Dique do Tororó, pegar as pingas e quem chegava primeiro, levava. E sempre tinha os caras que iam lá de madrugada colocar os despachos e às vezes o cara nem terminava de despachar o bozó, a gente já estava pegando já (risos). Às vezes o cara falava: 'Deixa um pouco ali, pelo menos'. Foi assim que eu conheci a Lúcia e depois ela sumiu. Só que quando ela sumiu, eu não sabia que ela tinha conhecido a Trindade em 2001. E por causa dos problemas da rua, da dependência, o Henrique tinha pedido pra ela ir pra Aracaju. Você conhece lá? Não? Lá tem um centro que recupera mulheres, homens, todos os dependentes e ela voltou em 2004 ou 2006, e ficou na Trindade, por isso que na rua ela não estava mais. Eu pensei: 'Morreu, sumiu', porque nunca mais vi. E foi ela que

me recebeu aqui, já estava curada. Só que na hora eu não conheci ela e ela não me conheceu. Depois numa conversa, a gente: 'Era eu, era eu, eu achava ruim que você chegava primeiro pra pegar as pingas' 'Eu também achava ruim quando você chegava primeiro'.

Após subir com dificuldades os 51 degraus, Elias chega à Igreja da Trindade. É recebido e acolhido por Maria Lúcia⁵⁸, que nessa época ali morava. Ela, que já havia deixado as ruas e o álcool, convida-o para entrar, indica-lhe uma outra possibilidade, que lhe causa, a princípio, certo estranhamento e, na qual, ele não acredita. Ela o puxa, o desatola, ou seja, naquele momento ele se deu conta que alguém estava se relacionando com ele de uma maneira diferente daquela de apenas lhe dar coisas, que o incentivavam a *ficar ali no relento*. A experiência de ser puxado, desatolado, causou-lhe um impacto muito grande, mas, de certa forma, Elias ainda duvida naquele momento, ao entrar na igreja, que aquilo que ali se vivia, pudesse ser possível para ele. E na medida em que adentra o espaço da igreja, ele faz uma experiência de beleza, de maravilhamento, com a luz: *E eu vi uma pessoa apagando as velas, mas essas velas, eu não via as velas, eu via um negócio bonito, um globo lindo, eu me senti leve e suave*. Ele tem ante aquelas velas uma experiência estética de caráter religioso: vivencia algo através delas, cuja intensidade envolvem sua corporeidade e lhe conferem leveza e suavidade⁵⁹. Essa experiência é tão intensa que ele quereria que não se apagasse aquela luz. Se quando Maria Lúcia o puxa, o desatola, ele ainda duvida da possibilidade de que aquilo que ali se vive pudesse fazer parte da sua experiência, que também ele poderia vir a viver aquilo que ali se vive, de ora em diante, a

⁵⁸ Maria Lúcia Santos Pereira foi coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), e uma das fundadoras do Movimento da População de Rua em Salvador. Conheci Maria Lúcia em alguns eventos sobre população em situação de rua, aqui em Salvador. Uma mulher guerreira que sempre nos dizia que a rua havia lhe dado uma identidade, uma razão de ser e viver, e que era na rua que estavam suas raízes. Deixou-nos em 25 de abril de 2018, por problemas relacionados à saúde. Em seu velório e enterro, muitas e muitas pessoas se fizeram presentes, particularmente a população de rua. A *Anja negra das ruas de Salvador*, como assim foi reconhecida nesse momento de despedida, deixou à população da rua, o legado de que é possível deixar as ruas e continuar se empenhando pela busca da dignidade por quem nelas ainda se encontra. Quando faleceu, Maria Lúcia era coordenadora nacional do MNPR e também deste movimento aqui em Salvador.

⁵⁹ A experiência estética se caracteriza, segundo Pereira (2011, p. 113), como uma espécie de deslocamento em relação a tudo o que o sujeito até então, vivenciava, ou seja, o sujeito realiza uma experiência de sentido muito intensa, comumente acompanhada de um desconcerto sensorial também intenso, a partir da qual “resulta algo que ainda não existia, resulta um efeito novo: um sentimento, um gosto, um estado que apenas existia enquanto possibilidade, como porvir”. Conforme esse autor, podemos ter experiências estéticas com relação a qualquer objeto ou acontecimento, “independentemente de ser arte ou não, de ser belo ou não, de existir concretamente ou não” (Ibidem, p. 113). Qualquer objeto ou acontecimento podem ser estéticos, desde que estabeleçamos ante ele uma atitude estética. A atitude estética é definida pelo autor, como “uma abertura, uma disponibilidade não tanto para a coisa ou o acontecimento ‘em si’, naquilo que ele tem de consistência, mas para os efeitos que ele produz em mim, na minha percepção, no meu sentimento” (Ibidem, p. 112).

dúvida não se coloca mais. Embora nesse momento da entrevista, a radicalidade dessa experiência e os efeitos dela na vida de Elias, não tivessem ficado claras para mim, ficaram claras quando, frente a uma das perguntas que lhe fiz durante a entrevista, ele retomou essa experiência:

Franciele: Elias, você perambulou pra caramba.

Elias: Perambulei, 37 anos direto. Depois que cheguei aqui, foram mais 6 anos, em Salvador. Foram 43 anos ao todo, na rua.

Franciele: E o que fez você ficar na Trindade?

Elias: É MM, pronto (silêncio entre nós). (Eu fiquei sem entender, ele percebeu e repetiu)

Elias: É MM (silêncio)

Franciele: MM?

Elias: Mistério. É o mistério da Trindade. Você não sabe como é, foi um mistério. Por que eu parei de beber? Foi um mistério, não tem explicação. No dia que eu cheguei, a Lúcia me deu toda a explicação: 'Aqui você não pode beber, se beber não é pra ficar'. E era pra eu sair, pensar e depois de dois ou três dias, podia voltar. Mas ela falou que não adiantava ir e voltar, e ir de novo, porque o problema não ia anda. E é verdade: nós trazemos o problema, e o problema só aumenta se vai e volta, vai e volta. Por isso não adianta eu estar bem, sair e ir até ali e beber duas ou três pingas. Eu tomo de manhã, no caso, e depois volto, porque eu acho que já estou bom. Mas, a pinga está dentro de mim, e não adianta beber escondido, porque o meu fígado, o meu pâncreas, não vão ficar bem.

Franciele: Então quando você chegou aqui, te falaram que aqui não podia beber e você deixou de beber?

Elias: Pinga zero. Mas, a turma que me conhecia, como o Manuel que estava apagando as velas, a Lúcia, o marido da Lúcia, o Edson, esse pessoal me conhecia da rua, mas fazia tempo que a gente não se via, na hora que eu saí, eles disseram: 'Esse não volta mais, do jeito que ele bebe, duvido que ele volta'. E qual foi a surpresa deles? Quando foi 4 horas, eu voltei. E até a Lúcia falou: 'Oh, Elias, como foi o seu dia hoje sem beber?' Ela veio me abraçar, só pra sentir pelo cheiro se eu tinha bebido, mas eu não tinha bebido. Então, é um mistério, não tem explicação. E até a irmã Violeta disse que eu ia parar de beber, aqui. Ela disse que eu iria aprender fazer 3 coisas aqui: trabalhar, ouvir falar de Deus e parar de beber, e eu parei.

Franciele: E você chegou a participar do NA?

Elias: Eu estou aqui tem 12 anos, 7 meses e 12 dias hoje, e nunca fui na sala do NA, nunca (silêncio). A sala era aqui em cima (mostra), mas como está em reforma, agora é lá embaixo, mas eu nunca fui. Antes tinha o AA, com a Lúcia, onde hoje mora o Gil. Antes era lá, o AA, os Alcoólicos Anônimos. Só que depois passou tudo para o NA, que envolve tudo. Nunca fui, minha filha, nunca fui.

Elias nos fala da experiência que foi este primeiro contato com a comunidade da Trindade, que nem ele mesmo consegue definir, ele a traduz por *mistério, não tem explicação*, o que é próprio da experiência estética: quem a vivencia esbarra com os limites da linguagem: tem dificuldades em expressar o conteúdo de sua vivência⁶⁰. Não é possível produzir uma experiência estética em alguém, ela acontece, dá-se quando menos se espera, e o sentido que nela se experimenta é tamanho que muda a maneira como até então, o sujeito se posicionava. Embora não nos diga qual foi o sentido que sentiu, a experiência que Elias viveu foi radical em sua vida: abre nele a capacidade de acreditar que é possível a vivência de uma outra coisa, diferente daquilo que até então, vivia. A intensidade dessa experiência muda sua posição existencial no mundo: ele deixa de beber e passa a ficar e estar na Trindade. É significativo também que ele se abre ao que Maria Lúcia lhe solicita: *sair, pensar e depois de dois ou três dias, podia voltar*. Ao voltar naquela mesma tarde, surpreende aqueles que o conheciam; foi e voltou por si mesmo, o que é um gesto importante: foi uma decisão pessoal. Ele retoma aqui o mesmo movimento quando tinha 13 anos, se lá ele se lançou numa nova possibilidade, aqui ele novamente se lança, todavia, movido por outras motivações: lá foi para as ruas, porque não aceitou e não se dispôs a viver as condições que lhe foram apresentadas, aqui, ele se dispõe a viver numa comunidade que tem uma dinâmica própria, porque a partir do momento em que ele faz a experiência da luz, aquela comunidade deixa de ser algo externo e alheio a ele, e passa a se constituir uma experiência pessoal. Elias tem consciência que a partir da experiência de beleza que fez, passa haver um passo seu: até então, ele fora por indicação, adentra o espaço porque fora acolhido, de ora em diante, ele assume fazer parte deste lugar, desta convivência. A decisão que nele brotou é fruto de uma surpresa para ele mesmo: Maria Lúcia mostra-lhe uma outra possibilidade e essa possibilidade ganha sentido na experiência da luz que se apresenta com um caráter de mistério que sustentou e ainda sustenta seu estar e permanecer na comunidade.

⁶⁰ Pereira (2011, p. 119) nos esclarece que, o que permite distinguir a experiência estética de tantas outras que o sujeito tem ante um objeto ou acontecimento, está na dificuldade encontrada pelo sujeito de traduzir em linguagem, o conteúdo da experiência vivenciada: “A medida do rigor, nesse caso, está no entendimento da intradutibilidade do conteúdo da experiência estética, ou seja, na impossibilidade daquele algo que se produz no sujeito que experimenta esteticamente a realidade ser traduzido em alguma linguagem ou forma de racionalidade conhecida. Por ser intraduzível, a forma de expressão que vai dar concretude ao conteúdo da experiência estética precisa ser inventada”.

Ainda sobre o seu primeiro contato com a comunidade da Trindade, Elias nos conta:

Quando o Henrique foi me explicar o lema daqui, ele falou: 'Aqui a gente não proíbe nada, e não manda ninguém embora, a pessoa mesmo que decide 'Não vou mais beber'. Agora também não adianta não beber e ficar de braços cruzados, dizendo: 'Ah, não fui eu quem vim pra cá, me trouxeram pra cá'. Por isso que Henrique não vai buscar ninguém na rua, a pessoa tem que vir de livre e espontânea vontade. A pessoa sabendo como funciona, ela tem que subir a escadaria. E aqui a gente tem bastante servicinho pra ocupar o tempo: pode vender o Aurora da Rua, tem o galpão, outros serviços que a gente faz aqui, se a pessoa se interessar em querer ter uma fonte de renda, ela tem, mas se não se interessar, tem bastante trabalho aqui, trabalho é o que não falta: varrer a escadaria, cortar lenha, dedicar-se à cozinha, limpar os banheiros, limpeza geral, serviço tem: 'Ah, eu vou capinar o morro'. Serviço tem. Às vezes tem uns que falam que não tem o que fazer, é mentira. Mas, mesmo assim tem gente que (risos) não quer fazer. Mas, tem bastante atividades. Ou às vezes tem gente que fala: 'Ah eu já fiz a minha obrigação, que é lavar a louça'. A pessoa não se dá conta que tem outras coisas pra fazer, acha que a atividade dele é só essa aí. Ele acha que só estar longe das drogas e lavar a louça em 15 minutos, já está bom. Mas, não é só isso. Você conhece alguma terapia pra parar de beber? Ali fora, não é particular? Você sabe quanto está o preço ou não? É caríssimo, de R\$ 20.000,00 pra cima. E aqui na Trindade tem o NA, que é partilha, conversa, e você para de beber porque você vê o exemplo do outro, um tem que ser padrinho do outro, um toma conta do outro, um vigia o outro, porque a gente sozinho não consegue se vigiar. Sozinho, vai vigiar o que? Quando vê está bebendo, fumando escondido. Por isso tem os padrinhos para ajudar.

Embora o primeiro contato com a Trindade, mediante a pessoa de Maria Lúcia e a experiência da luz, tenham sido radicais na vida de Elias, ele reconhece a importância do suporte da comunidade para continuar mantendo sua decisão de se manter e viver na sobriedade. Chama atenção que, embora ele não tenha participado de nenhuma sala do NA desde que está na Trindade, ele traz para si, os elementos fundamentais propostos pelo NA: a presença e o acompanhamento do outro são imprescindíveis no processo de vivência da sobriedade, *um tem que ser padrinho do outro, um toma conta do outro, um vigia o outro, porque a gente sozinho não consegue se vigiar.* Aquela experiência primeira requer ser nutrida e sustentada na convivência cotidiana com o outro, na realização das tarefas cotidianas que contribuem para ocupar o tempo e a mente. Há em Elias, uma clareza, uma consciência de que a sobriedade requer ser vivida e renovada como propósito diário, mas, isso não quer dizer, que tenha que ser alcançada sozinho, que não se possa contar com a ajuda do outro, da mesma forma que, também se requer ser presença e sustento na vida do outro que, assim como ele, necessita não somente subir de livre e espontânea vontade a escadaria da Igreja, mas continuar se empenhando no processo de vivência da sobriedade.

Ainda na mesma semana que chegou na Trindade, Elias foi convidado para peregrinar:

Eu cheguei aqui dia 13 e dia 20 foi a peregrinação. Henrique normalmente não convida logo a pessoa que chega pra peregrinar, porque não conhece direito. Mas, como sabia que eu andava e andava, porque pra peregrinar você precisa ser bom de saúde, e eu era todo podre (risos). Mas, não sabia que a pinga escondia você, é como uma cortina, tipo um formol, e quando eu fui andar, sem bebida mesmo, porque eu estava uma semana sem beber, foi aí que as doenças apareceram: eu tinha tuberculose, diabete, artrite, artrose. Quando eu voltei da peregrinação, eu já fiquei internado. E direto pra onde? Pro Hospital Mangabeira e pro Irmã Dulce. Fiquei um ano e seis meses entre o hospital Mangabeira, pra tuberculose e o Irmã Dulce, pra diabete, porque os médicos especialistas eram lá. E o meu problema era difícil, porque a tuberculose quer que você coma bastante doce e a diabete é o contrário, quer que você faça regime, só coma salada. Eu cheguei magrinho aqui, eu era magrelo. Cheguei com 64 quilos e agora estou com 90. Mas, cheguei aqui, seco. Hoje eu me recuperei, mas, precisa se cuidar. Você sabe, né, eu fiquei cego de um olho, perdi um dedo, tudo por causa da diabete e dessas doenças de quem é da rua. Olha aqui (mostra o pé), quando amputou o dedo do pé, agora dia 03 de outubro, vai fazer 1 ano, e é coisa do passado, porque quando foram ver o meu pé, viram que era um fungo que estava no osso, e disseram que do jeito que estava meu osso, isso devia ser uma coisa de 25 a 30 anos atrás. Não foi nada de agora. A minha cegueira do olho também não foi de agora, foi coisa do passado: o olho está bom, a íris está boa, o mapeamento está bom, mas o que está ruim é lá na fonte, lá onde produz a energia mesmo que está ruim. E eu sou cego mesmo do olho esquerdo, nem a luz do sol eu enxergo. Quando alguém acende uma lâmpada, você sabe que acendeu, então desse olho esquerdo, pode ser sol, fogo, eu não vejo nada. Isso tudo é coisa do passado. O que eu plantei lá, estou colhendo agora. Então, essa foi a minha vida: vida de pinga, minha droga era só a pinga, era só beber. Mas vivia com todos: com maconheiro, alcoólatra, com quem usava cocaína, todos os tipos de drogas, convivia com eles, mas a minha mesma, que eu usava, era só a pinga. Mas, era 24 horas, era bem bebida mesmo, bebia até cair, até desmaiar. Mas, pinga é pior do que todas as outras, porque a pinga você bebe dormindo, bebe acordado. A pinga é uma das piores, mesmo deitado você toma, o cigarro, não, você tem que levantar, preparar e acender. Pra quem fuma pedra, é caro e em duas ou três tragadas, acaba já. Só que a pedra incentiva você a continuar fumando, ela é do tamanho de um grão de arroz, é R\$ 5,00, se você quiser duas, três, quatro, cinco, você vai ter que pagar. Se você ganhar 100 conto você vai gastar tudo em pedra, que ela instiga você a querer outra, sempre outra. Assim também é com a pinga. Pinga se você tomar uma, dá vontade de tomar outra e outra, quando vê já está pra lá de baguedá, não aguenta mais e pior quem não está acostumado, já cai e desmaia mesmo. O problema das drogas é esse aí pra quem vive nas ruas. Você não tem família, não tem emprego, você não tem nada, você se revolta e bebe pra esquecer do que está acontecendo, esquecer do passado ou para não ver o futuro, aí você se entrega mesmo. Eu não tinha motivo porque beber: porque eu saí de casa, porque estou sem emprego, sem família, eu não tinha motivo, o motivo é porque gostava de mim ela, o meu corpo se eu ficasse sem beber dava tremedeira, a pinga eu não tirava mais da minha mão.

Nessa narrativa e nas que apresentaremos de ora em diante, Elias não mais utiliza a expressão *perambular*, aqui ele a transforma em *andar*. E isso não representa apenas uma questão de linguagem, mas expressa a maneira como ele articula sua relação com o espaço: em sua vivência em Itabuna, no espaço vivenciam-se relações, seja no âmbito familiar, seja no âmbito do trabalho ou no âmbito escolar, que são por ele elaboradas como não mais desejar lá permanecer e buscar novas possibilidades nas ruas em São Paulo. E mesmo quando nos fala das suas lembranças familiares, ele nos diz que são vagas, estão distantes na dimensão afetiva. Em sua vivência no contexto da situação de rua em São Paulo, sua relação com o espaço está mais ligada a aspectos geográficos: às distâncias percorridas e aos detalhes que o compõem, não faz referências a pessoas e a relações interpessoais, embora inferimos que as tenha vivido; o perambular de um lugar a outro e a consciência espacial são mais estruturadores de suas vivências que as relações estabelecidas com o outro. Em sua vivência nas ruas em Salvador, embora ele nos relate experiências e momentos compartilhados com seus amigos de rua: dormir, tomar refeições juntas, o perambular ainda se mantém como referência e estruturador de suas vivências e atividades cotidianas: hoje se dorme, mangueia-se e se come aqui, amanhã lá. Quando passa a ficar na Trindade, ele se fixa, ele para, mas não em função do espaço, em termos geográficos, mas do espaço como possibilidade de viver a pertença: a experiência de alguém se relacionar com ele de uma maneira diferente daquela de apenas lhe dar as coisas e a experiência de beleza que ali viveu, abrem nele o desejo de também fazer parte deste lugar, de viver as relações que ali são vividas, de aceitar e se dispor a viver a dinâmica própria da comunidade, e essa pertença tem para ele um caráter de mistério e revelou-se para ele mesmo como uma surpresa.

Ainda em relação à narrativa exposta acima, identificamos que Elias tem um impacto durante a peregrinação, surpreende-se consigo mesmo: ele que acreditava ter boa saúde, que já havia andado, perambulado tanto, vê emergir em si, após ter parado de beber, a fragilidade de sua saúde. Dá-se conta ali, que essa fragilidade, não brotara na peregrinação, antes, já o acompanhava a mais tempo, todavia, era ofuscada pelos efeitos do álcool em seu corpo: a pinga, como *uma cortina, tipo um formol*, amortecia a percepção dos sintomas das doenças, mas não os fizeram desaparecer. Chama atenção a consciência que Elias tem de que as doenças que o acometeram são próprias da população de rua: *tuberculose, diabetes, artrite e artrose*: se os anos nas ruas lhe possibilitaram reconhecer os meios nelas presentes que podiam ser revertidos em recursos de sobrevivência, também

lhes permitiram reconhecer os limites que se colocam na vivência em situação de rua para os cuidados da saúde: a tuberculose hoje é uma doença não só tratável como também curável, diabetes, artrite, artrose e doenças advindas pela pele podem ser cuidadas e tratadas para que seus efeitos não sejam drásticos, para não se vir a perder a visão ou um dedo do pé, por exemplo. Elias nos relata que, diferente do que viu e testemunhou nas ruas: de as pessoas usarem drogas para como que se anestesiarem em relação ao que viveram no passado, em relação à dureza que a vivência nas ruas coloca e à falta de perspectivas de futuro, em seu caso, o consumo de álcool deu-se porque a pinga gostava dele e podemos afirmar que ele, dela. Quando não bebia, sentia tremedeira, o que é próprio da abstinência. Nesse sentido, o internamento de 1 ano e 6 meses no hospital Otávio Mangabeira e Irmã Dulce, não só contribuíram para o tratamento da tuberculose, diabetes, artrite e artrose, como corroboraram para a desintoxicação do álcool. Além de reconhecer que o uso do álcool foi um fator que contribuiu significativamente para o surgimento e a ampliação do quadro de suas doenças, *O que eu plantei lá, estou colhendo agora*, reconhece também que necessita continuar cuidando da saúde, ainda hoje. E sua narrativa acerca dos cuidados com sua saúde prossegue:

Aqui, nessas gavetas e caixas, tem um monte de receitas minhas e se eu estivesse na rua não tinha nada disso. Hoje falam que o Ministério da Saúde é pra atender o povo de rua, mas vai no hospital, pra você ver: só atendem se for na emergência. E perguntam: 'Cadê o documento? E você mora aonde?' Pedem endereço, você não tem. Outra coisa é você ser atropelado, eles atendem, fazem curativo, liberam você, nem sempre você consegue remédio e fazer outros exames. Quem está na rua, vai ter sempre esse problema. Nessa época de eleições agora, eles prometem dar essa forcinha pra quem está na rua, prometem que vão atender, mas é tudo mentira. Porque quando chega na hora de atender, eles pedem documento, pedem cartão, atendem se você chegar a desmaiar, aí eles vão te dar um soro e pronto, vão te liberar. Hoje falam dessas coisas de Ministério Público que tem que atender e falam dos Direitos Humanos, mas é difícil na prática acontecer.

Estar na comunidade, proporciona a Elias dar continuidade aos seus tratamentos de saúde: ele tem onde guardar as receitas médicas, seus documentos, tem como comprovar residência, esses dois últimos essenciais para o atendimento nos serviços públicos. Ele não só aponta a dificuldade que a vivência na rua coloca para o cuidado da saúde: não ter onde guardar receitas e remédios, como os limites e a incompatibilidade dos serviços no atendimento às pessoas de rua: exigência de documentos e comprovante de residência, e a liberação da pessoa após um atendimento de emergência, que, sem ter um espaço

intermediário entre o serviço de saúde e a rua, em que pudesse ficar, retorna às ruas, onde o cuidado com a saúde não tem condições mínimas de ser realizado: fica-se e se pernoita em locais com pouca higiene, não se conseguem remédios e nem tampouco, fazer os exames necessários. Sua vivência nas ruas lhe deu a consciência de que, ainda quando os direitos são assegurados por importantes Marcos Legais, na prática eles estão muito longe de acontecer.

Elias contou-me que os dois amigos que com ele conviviam na rua, Itamar e Cesar, também moraram na Trindade. Falou-me sobre o falecimento de Itamar:

Itamar e Cesar também vieram pra cá. Eu e o Itamar chegamos aqui praticamente no mesmo dia. Itamar morreu no Hospital, com cirrose e tuberculose tudo junto. Menina, quando a gente chega da rua, chega tudo assim: empestado de doença. Edvaldo morreu de barriga d'água. Tem mais gente que morreu aqui. Cada um tem uma história de morte aqui. Mas, tudo por causa das drogas e do que se consome na rua. O César também chegou aqui junto comigo, mas o César agora parou de beber, casou, tem um filho, de vez em quando ele vem aqui. O César quando morava aqui, vendia o Aurora da Rua, só que uma vez ele recaiu, e quando ele desmaiava ficava duas ou três horas em coma, só que era reversível, ele tinha o coma e depois ele voltava, o SAMU vinha aqui, pegava ele, e o SAMU dizia que tinha que esperar, que não dava pra dar soro, e depois ele vinha de volta.

Diferente de Elias, que conseguiu tratar suas doenças, Itamar embora, já estivesse na Trindade e fora encaminhado ao hospital, não conseguiu sobreviver: as doenças que ele trazia já estavam mais avançadas. A cirrose que ele tinha, pode estar associada ao consumo do álcool, e a tuberculose, embora seja uma doença curável, requer ser tratada com medicamentos, condições ambientais adequadas – convivência em um espaço com boas condições higiênicas, ventilação e luminosidade – bem como alimentação adequada, condições essas que muito dificilmente se fazem presentes na vivência em situação de rua. Se em uma de suas narrativas anteriores, Elias nos dizia que na rua não se passa fome, aqui ele nos revela que nem sempre o que se consome nas ruas é de boa qualidade, fator esse que, associado ao consumo de drogas, a dificuldade em realizar um tratamento, acompanhado pela realização de exames e ingestão de remédios, e às poucas condições de salubridade, corroboram significativamente para a instalação e propagação de doenças, como a tuberculose, entre aqueles que circulam juntos, compartilham os mesmos objetos e

os mesmos espaços para conviver e pernoitar⁶¹. Embora a barriga d'água, nome popular que se dá à esquistossomose, não seja transmitida mediante o contato direto pessoa e doente, como acontece com a tuberculose, mas pelo contato da pessoa com a água doce que está infectada pelos vermes causadores da doença (quando se pisa descalço, toma-se banho ou lavam-se roupas ou objetos), a barriga d'água compartilha com a tuberculose as mesmas dificuldades de cuidado e tratamento que, quando não acontecem, podem levar a pessoa à óbito⁶². E o que Elias nos apresenta nessa narrativa é que, embora as doenças contraídas na rua podem ser tratadas e curadas, quando a pessoa chega na Trindade muito debilitada e com doenças em estágios avançados, o tratamento e o internamento podem não mais ser eficazes para uma reversão do quadro em que a pessoa se encontra.

Elias nos contou dos vínculos entre a comunidade da Trindade e alguns profissionais que atendem as pessoas da comunidade, seja nela mesma, seja nos hospitais:

Toda terça-feira, de 15 em 15 dias, a dra. Alzira vem atender aqui. Tem a Patrícia também que é assistente social, que agora vem menos por causa do seu neném, então, conheci elas no hospital Mangabeira. E agora, a dra. Alzira está no Hospital Ir. Dulce, porque ela se aposentou e agora faz um serviço de voluntária no Ir. Dulce e aqui na Trindade.

Franciele: A comunidade tem também esses profissionais que ajudam?

Elias: Tem. Tem também a Maria Rita, que é amiga do Henrique, ela é prima da Ir. Dulce, ela quem está no lugar da Ir. Dulce e coordena o hospital. Inclusive esse mês de outubro vai ter comida dos pobres lá, porque é o mês do pobre, a Trindade foi convidada para ir lá fazer oração e participar. Até é o Dom Murilo que vai celebrar lá, pelo jeito, se der tudo certo, porque D. Murilo está meio assim pra voltar lá pra sua terra lá, do Rio Grande do Sul, mas pode ser também que seja só conversa. Talvez entre outro bispo. Você sabe que foi o bispo que cedeu pra gente ficar aqui e se o outro bispo dizer não, pronto, vai ser não, a não ser que seja da mesma parte dele, como foi com Dom Geraldo. Dom Geraldo e ele eram do mesmo partido. Até agora dia 06, você sabe, né? Que vai ter a missa lá na Trindade do Mar, é Dom Murilo que vai celebrar. Então, Henrique também tem muita amizade com a dra. Ana Verena, que cuidou primeiro do meu pé lá no S. Rafael, dr. Marcos que cuidou do meu problema de estômago, particular. Tem também os dois doutores que cuidam da cabeça: o dr. André e o dr. Lucas, no hospital das Clínicas. Qualquer coisa que precisar, tem. Tem mais gente que ajuda nos hospitais, mas os principais são esses. A dra. Ana Verena é de veias, é infectologista e agora ela é diretora do S. Rafael.

⁶¹ Aspectos de instalação e propagação da tuberculose, pesquisados em: <http://portalm.s.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44448-infeccao-latente-de-tuberculose-tem-novo-protocolo-de-vigilancia>. Acesso em 05/12/2018.

⁶² Aspectos relacionados à esquistossomose, pesquisados em: <http://portalm.s.saude.gov.br/saude-de-a-z/esquistossomose>. Acesso em 05/2/2018.

Há profissionais da área da saúde que voluntariamente atendem pessoas da comunidade da Trindade, como é o caso da dra. Alzira, médica clínica geral e geriatra que quinzenalmente vai à comunidade, a dra. Ana Verena, infectologista, e os drs. André e Lucas, que são psiquiatras. São profissionais que além de atenderem na área da saúde, mantêm vínculos de amizade com a comunidade. E são mediante esses vínculos que, na dificuldade de se conseguir atendimentos na área da saúde pública e/ou, devido à demora dos atendimentos pelo SUS, que muitas vezes, as pessoas da comunidade são atendidas, é o que veremos que aconteceu com Elias.

Elias nos contou como foi possível realizar o tratamento do olho esquerdo e como ainda hoje continua cuidando dos seus olhos:

E esse meu olho esquerdo gastou muito dinheiro pra fazer. Eu não tinha dinheiro e nem nada, o Henrique, o Pe. João, a comunidade que pagou. Eu era acompanhado pelo SUS, mas pelo SUS fazia hoje um exame, era atendido só daqui 1 mês, demorava muito pra esperar. Sabe quanto foi cada sessão de laser? Era 700 a 800 conto na época. Então, a dr. conversou com o Henrique e fez amizade, e fazia a sessão por R\$ 400,00, mas mesmo assim era caro. E tinha que tratar, porque o olho esquerdo estava levando para o outro a doença, por isso teve que anular esse olho, pra não ofender o outro. Ao todo esse tratamento foi quase R\$ 10.000,00. Além da comunidade [quem podia, dava dinheiro], teve outras pessoas que ajudaram: a dr. Alzira ajudou, a Patrícia também, uma amiga lá do hospital Mangabeira fez uma vaquinha e ajudou com dinheiro, a d. Vânia, os voluntários daqui, os casais azuis que vem celebrar aqui, até a Iris do Aurora que ganha pouco, ajudou. Essas ajudas de dinheiro foram pra fazer o olho esquerdo. Por fora ele parece bom, mas não enxergo nada, porque é por dentro que estava ruim, por isso que praticamente isolou a íris. E eu tenho tudo guardado os raios X do olho que fiz. Agora eu estou sendo acompanhado pelo dr. Leitão, e ele está fazendo tudo por cortesia. O dr. Leitão também ajuda a comunidade e ele começou a ajudar assim: foi num encontro que eu e o padre João fomos fazer, era pra falar sobre o trabalho da ASA [Ação Social Arquidiocesana] e eu fui dar testemunho do meu olho. Falei que estava difícil continuar o acompanhamento, porque era tudo pago, e pelo SUS, tudo é demorado. Falei que gastava por sessão R\$ 400,00, R\$ 500,00. Esse encontro foi lá na igreja do CAB, o CAB é lugar de gente rica. E eu contei a minha história e falei que tinha que continuar cuidando do olho e que não tinha condições. E quem estava lá? O dr. Leitão, que é oftalmologista e é dono do Hospital ali dos Barris. E depois da missa, ele me chamou: ‘E daí rapaz, seu olho como está? Eu sou o dr. Luiz’. ‘Então, estou fazendo com uma dra., mas é caro, é particular e pelo SUS, é só pro mês que vem, é demorado’, ‘Vai na minha clínica amanhã’ ele me deu o cartão. ‘Mas, eu não tenho plano de saúde, eu não tenho nada’, ‘Passa lá amanhã, rapaz’. Ai vinha vindo o Pe. João, e ele parece um pouco o Pe. João. Você não conhece o dr. Leitão, não né? Então, ele parece um pouco o Pe. João daqui, e eles ficaram conversando um pouco. E até hoje eu faço tratamento do olho lá com ele, porque depois que isolou a íris do olho esquerdo, precisa continuar cuidando do olho esquerdo e também precisa cuidar do olho direito.

Elias nos revela as dificuldades de fazer o tratamento dos seus olhos pelo SUS: a espera é grande. Frente a essa dificuldade, foram as pessoas da comunidade que podiam, que lhe ajudaram financeiramente, e ainda, os amigos, voluntários e outros profissionais que ao se sensibilizarem frente a sua necessidade, contribuíram financeiramente para que o tratamento fosse realizado. Frente a demora do atendimento público, criam-se estratégias, buscam-se outras possibilidades e essas são conseguidas mediante a ajuda solidária das pessoas com quem se tem vínculos de amizade. Hoje, Elias continua o tratamento de seus olhos, graças ao dr. Luiz, que, ao ouvir sua história e suas dificuldades financeiras, em um dos encontros em que ele fora com o Pe. João, que também mora na comunidade e é coordenador da ASA, sobre a qual foram falar, sensibiliza-se com sua situação, dispõe-se gratuitamente a atendê-lo e ainda hoje o faz.

Elias também nos conta sobre como o problema no dedo do pé, estendeu-se à perna e dos procedimentos que levaram à amputação desse dedo.

A amputação do meu dedo vai fazer 1 ano agora, dia 03 de outubro, é recente, mas coisa que eu tinha há 30 anos atrás. O médico falou que meu osso estava que nem um túnel, o osso estava todo furadinho pelo fungo. E como ele saiu do osso e veio pra carne, eu sentia dor na perna, e a perna estava toda inchada. E você olhava e não tinha nenhuma ferida no pé. Era só por dentro mesmo. E eu estava com muita dor, isso foi no fim de setembro. Henrique me levou na UPA no Barris, mas disseram que não tinha nada, deram remédio pra dor, mas eu não conseguia andar. Henrique e Matias me carregaram. Quando chegamos aqui, Juce disse: 'Leva pra dra. Ana Verena, no hospital S. Rafael, pra ela ver'. Aí me levaram pra lá e começou os processos de tirar fotos do pé e nem no raio X via, tinha que ser micro raio x, uma coisa mais especial. Aí foi que descobriu que o osso estava todo furado, aí eu nem voltei pra casa, fiquei por lá mesmo. Eu fui despreparado, fui só pra ver a dra. Ana Verena e lá aconteceu conversas via zap do Henrique com o dr. Daniel que estava em Lisboa num Congresso, mas ele também coordena uma equipe no Dois de Julho, porque os hospitais são todos interligados. E o dr. Daniel conversou com o dr. Sena que me operou depois no Dois de Julho. E agora estou aqui bom. Eu peguei alta em março, porque depois da cirurgia tinha que fazer revisão todo o mês, tinha que levar Raio X, pra ver se cicatrizou mesmo, se tinha ficado alguma sequela. E foi feito sem plano de saúde, foi feito tudo por amizade. Se fosse pelo SUS ia demorar muito.

Conforme já nos havia dito anteriormente, Elias tinha instalado um fungo no osso do dedo do pé há muitos anos e com o passar do tempo, passou a se instalar na perna, causando-lhe dor ao ponto de não mais conseguir andar. Em função desses sintomas, foi

levado por Henrique e Matias para uma UPA⁶³. Embora não nos ofereça muitos detalhes de como ali foi atendido, diz-nos que lhe disseram *que não tinha nada*, o medicaram e o liberaram. E assim, como sucedeu com o seu olho, a amputação do dedo do pé foi conseguida mediante vínculos de amizade da comunidade com alguns profissionais da área da saúde: dra. Ana Verena após solicitar Raio X, fez o encaminhamento ao dr. Daniel, que assim como ela, também trabalha no hospital São Rafael, mas que, por não estar em Salvador naquela ocasião, solicitou que o dr. Sena, com quem também atua no hospital Dois de Julho, realizasse o procedimento cirúrgico necessário. Novamente aqui, Elias nos fala da demora dos atendimentos do SUS que, em seu caso, complicariam cada vez mais o problema, podendo ampliar o quadro que, já se alastrava pela perna.

Ainda sobre a amputação do seu dedo do pé no hospital Dois de Julho, Elias também nos relatou outras vivências que lá ocorreram:

O dia em que fui lá, a Vânia me acompanhou. Ela viu eu indo pra cirurgia e depois me esperou voltar. Eu fui 3 horas e a Vânia não foi embora, ficou no quarto me esperando. E quando eu desci pro quarto já estava com o pé todo enfaixado, a Vânia acompanhou tudo. E tudo isso conseguimos por causa das amizades, imagina o cara lá em Lisboa, o dr. Daniel e conseguir fazer essas coisas. Até a Norma foi lá me visitar. Não podia entrar na hora que ela foi, mas ela conseguiu. Ela chegou de meio dia e falou que meu nome era Elias, mas meu nome é José Elias, e deu uns problemas. O segurança foi lá: 'Quem é José Elias?' 'Sou eu', 'A sua filha quer falar com você', 'Filha? Eu não tenho filha'. Isso era na hora do almoço. Três horas ele voltou: 'Seu nome é José Elias mesmo?', 'Sim', mas ele não falou de Norma, não falou de ninguém. Aí quando foi 5 horas, ele chegou lá de novo, junto com a Norma: 'É esse aí que é seu pai?', e ela: 'É, ele que é meu pai' e veio e me abraçou. Então, expliquei pra ele que a gente mora junto na comunidade e por isso, ela me considera seu pai. E a Norma ficou lá desde o meio dia tentando me ver, foi pra assistente social, ele foi duas vezes lá, mas não falou da Norma, ainda bem, né? Porque eu ia dizer que era minha colega, eles não iam deixar entrar, mas como ela falou que era filha e foi falar com a assistente social, insistiu pra entrar, e ela não tem cultura pra falar, pra explicar, mas chorou e insistiu pra entrar, e entrou. E tem gente que foi lá com documento pra me visitar e não conseguiu me visitar: 'Mas, hoje não pode visitar'. Aconteceu com a d. Vânia, conhece a d. Vânia? Não essa Vânia aqui da Trindade, é outra Vânia que ajuda nós aqui. E foi uma

⁶³ As UPAS - Unidades de Pronto Atendimento, compõem as unidades de atendimento do SUS. Integram a Política Nacional de Urgência e Emergência, lançada pelo Ministério da Saúde em 2003, que estrutura e organiza a rede de urgência e emergência no país, com o objetivo de integrar a atenção às urgências. Funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana e tem a finalidade de resolver grande parte das urgências e emergências, como pressão e febre alta, fraturas, cortes, infarto e derrame. Ajudam a diminuir as filas nos prontos-socorros dos hospitais. A UPA oferece estrutura simplificada, com raio-X, eletrocardiografia, clínica, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Quando o usuário chega às unidades, os médicos prestam socorro, identificam o problema e detalham o diagnóstico. Busca-se resolver o caso na própria unidade, quando necessário, mantém-se o usuário em observação por 24 horas ou faz-se o encaminhamento a um hospital (fonte: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/upa-unidade-de-pronto-atendimento>).

professora também, a d. Nete, mas não conseguiu visitar. E a Norma sem documento, daquele jeito dela, insistiu, chorou, foi pra assistente social e entrou.

No dia da amputação do dedo do pé, Elias não está só. Vânia que, mora na comunidade há muitos anos, acompanhou Elias na ida ao hospital, permaneceu a sua espera no quarto e lá estava quando ele retornou. Norma, que também mora na Trindade há muitos anos, no desejo de visitar Elias, dirige-se ao hospital. E esse desejo era tamanho que durante 5 horas ela tentou: insistiu, chorou, conversou com a assistente social e finalmente conseguiu ver Elias, que considera como pai. Elias tem clareza que há entre ele e Norma um vínculo, assim como tem clareza que esse vínculo não é sanguíneo, e é isso que explica para o segurança que a conduziu ao seu leito: *a gente mora junto na comunidade e por isso, ela me considera seu pai*. Elias tem claro que família é família e comunidade é comunidade, o que acontece é uma aproximação dessas experiências: o vínculo entre eles tem uma valência de família, ou seja, mesmo não sendo sanguíneo, em termos de vivência, atualiza o simbólico da relação pai e filha, que é característico da família. O mesmo se pode dizer em relação à Vânia: há um vínculo de cuidado e acompanhamento que é comunitário, mas que se aproxima daquilo que é próprio da família: cuidar e acompanhar os seus, quando doentes, bem como em outros momentos. Nessas vivências com Vânia e Norma identifica-se que há a presença de um vínculo de cuidado e pertença um ao outro. Podemos identificar aqui e nas narrativas anteriores acerca dos cuidados com a saúde, que acontecem mediante ter um lugar para guardar receitas, remédios, ser acompanhado na realização dos exames para a amputação do dedo do pé, a maneira como Elias articula a relação família-comunidade: é mediante a dinâmica do cuidado e da pertença um em relação ao outro, que essa articulação acontece.

Ainda no que diz respeito à temática, da família, em um dado momento da entrevista perguntei a Elias:

Franciele: E no período em que você ficou na rua, você teve contato com sua família?

Elias: Não. Minha família era sempre quem estava perto de mim. Na rua, quem era da minha idade, eu considerava irmão, quem era mais velho que eu, eu chamava de pai, e quem era mais novo, eu chamava de filho. 'Vem aqui meu filho, vem aqui meu pai'. Aqui na Trindade, eu também faço assim. A família agora é essa. Você já ouviu aquela história que falam pra Jesus: 'Tua mãe, teu pai, teus filhos, teus irmãos, estão lá fora'? E o que Ele fala: 'Meu pai, meus

filhos, minha mãe, meus irmãos é quem está aqui perto de mim. É quem faz a vontade do Pai'. Então quem faz a vontade do Pai e está perto de mim é a Trindade.

Elias considera como sendo sua família aqueles que estão perto dele, seja quando vivia nas ruas, seja nos dias atuais, em que vive na Trindade. E nos vínculos tecidos com quem está perto dele, reconfiguram-se as posições e as imagens familiares: considera quem é mais velho como sendo seu pai, os da mesma idade como seus irmãos, os mais novos como seus filhos. E para tal, ele reconstrói uma das passagens bíblicas em que Jesus responde àqueles que dizem que sua família está do lado de fora de onde Ele se encontra, que sua família são aqueles que estão perto Dele e *que fazem a vontade do Pai*, de Deus. Elias realiza uma aproximação da convivência própria da família com aquela com quem ele se vincula e com quem convive. Todavia, nessa narrativa, há um detalhe que se presentifica: ele não fala de quem ele considera como mãe. Em outro momento da entrevista ele me relatou:

Até hoje de dois em dois meses eu vou ver a irmã Violeta, porque eu levo o Aurora da Rua pra ela, que sai de dois em dois meses. Eu almoço lá com ela, converso, eu considero ela como minha mãe, apesar que ela é mais nova que eu. E eu chamava a Lucia de mãe, a que me acolheu aqui e que já faleceu. Eu nunca obedeci mulher na minha vida e as duas mulheres que eu obedeci na minha vida foram essas duas: a irmã Violeta que me indicou aqui, eu obedeci ela e vim aqui, e a Lucia, que me acolheu aqui, eu obedeci. Está vendo a transformação?

Elias considera como mãe, Maria Lúcia, que o acolheu na Trindade e Irmã Violeta, que lhe indicou a Trindade. Ambas ele obedeceu. Para ele, a obediência tem um caráter relacional: uma mulher indica e a outra acolhe, tanto uma como a outra nada lhe impõem, apenas lhe apresentam outras possibilidades, diferentes daquelas que até então vinha vivendo. Ambas respeitam sua liberdade de escolha, seu tempo de decisão. Ambas, ao indicarem, ao acolherem, acreditam que ele é capaz de se lançar em novas vivências e em novas possibilidades. O vínculo com Irmã Violeta permanece até hoje: Elias a visita, leva-lhe a revista Aurora da Rua, almoçam e convivem juntos por alguns momentos. Assim como reconhece a presença fundamental de Lúcia em sua vida, também reconhece a de Irmã Violeta, a ambas ele é grato. A articulação família-comunidade aqui aparece mais uma vez: há uma aproximação de vivências que atualiza o simbólico da relação mãe e

filho. Na vivência do simbólico materno, ambas apontam possibilidades, mas o caminho quem terá que trilhar é ele.

Elias me mostrou sob a tampa de vidro da mesa, as marcações dos dias e horários de suas consultas na área da saúde:

Elias: Vem ver aqui [mostrou-me sob o vidro da mesa, os papéis onde tem anotado suas consultas]. Que dia tenho consulta de novo com o dr. Leitão?

Franciele: Dia 04 de dezembro.

Elias: Dia 06 de dezembro eu tenho com o dr. Benedito, que é urologista. Dia 02 de dezembro é com dr. Silvio, que é médico do coração. Esse papel aqui é pra marcar a nutricionista, dia 12 ou 13 de outubro, mas é só marcação. Esse papel aqui é pra buscar lanceta, fita, dia 22/11.

Franciele: Fita do quê?

Elias: Aqui óh [mostrou-me uma caixa, que tirou de dentro de uma geladeira que fica ali], é fita pra furar o dedo, pra fazer exame da glicemia. Sabe o que é isso? [mostrou-me o aparelho que mede a glicemia] é onde coloca a fita pra medir a glicemia. É assim que faz [furou o dedo, colheu o sangue na fita e mediu a glicemia no aparelho].

Franciele: E como está a sua glicemia?

Elias: Não deu certo. Vou fazer de novo. [Repetiu o procedimento]. Deu 206, está vendo? [mostrou-me a medida no aparelho].

Franciele: E está boa a glicemia?

Elias: Está boa, porque eu tomei café agora, praticamente. O certo é que deveria dar menos de 100, mas quando você está em jejum. Três vezes por dia eu faço isso [mede a glicemia]. Aí conforme a glicemia, dá alta ou baixa, você faz o quê? Insulina. Você sabe o que é insulina?

Franciele: Não.

Elias: É isso aqui [tira da geladeira insulina]

Franciele: Ah, quando dá baixa, você toma insulina?

Elias: Não, quando dá baixa, não precisa.

Franciele: Ah, então quando dá alta você toma insulina?

Elias: É. [pega uma seringa da geladeira e começa a injetar insulina]

Franciele.: Você vai tomar insulina porque a sua glicemia está alta?'

Elias: Eu vou tomar glicemia porque ainda não tomei hoje. Veja eu tomo assim [Elias pegou a seringa, fura o frasco da glicemia e começa a injetar]. Olha eu puxo a glicemia com a seringa até o número 30, chama 30 unidades, você está vendo?

Franciele: Sim.

Elias: Agora eu faço assim. [Levanta a camisa e aplica a insulina no abdômen]. E depois de aplicada, eu joga isso tudo no lixo: seringa, fita usada.

E o restante da glicemia vou guardar na geladeira. Agora vou te mostrar aqui: esse é um colírio que eu uso todos os dias. Esse aqui [mostra] é pro olho cego. Sabe quanto custa ele?

Franciele: Não.

Elias: R\$ 90,00, e 2ml só, está vendo?

Franciele: Você compra esse colírio ou você ganha?

Elias: Ganha, mas é uma burocracia pra ganhar. Você vai ficar cego se não comprar. E esse colírio aqui [mostra] é pro olho direito, esse aqui é barato, é R\$ 5,00, é pro olho bom. E mesmo sendo o olho esquerdo cego, tem que usar, porque senão ele pode contaminar.

Franciele: E quem compra pra você os colírios?

Elias: Eu mesmo compro. Tenho benefício por idade.

Franciele: Você é aposentado?

Elias: Não, é o BPC que a gente ganha por idade, ganha 1 salário mínimo, hoje dá R\$ 954,00. Com esse dinheiro dá pra mim comprar os meus remédios. Olha aqui, os remédios que eu tomo diário [mostra os remédios]: esse aqui é pra diabetes, esse aqui é pra pressão. O da diabetes é dois por dia, sempre em jejum e o da pressão é sempre 1, 3 vezes ao dia, sempre depois das refeições. E todo dia eu uso os colírios. E esse aqui [mostra o feijão] é pra terça-feira. Eu sou cozinheiro terça, daqui a pouco eu vou escolher ele.

Elias é um homem organizado e que tem muito cuidado com sua saúde: tem as datas das suas consultas marcadas e guardadas em lugar visível, sabe os horários em que necessita tomar suas medicações, aprendeu a aplicar insulina e ele mesmo a injeta. A geladeira em que guarda água e remédios é limpa e organizada. Provavelmente, se estivesse nas ruas não teria condições para manter essa higiene, guardar e não perder os agendamentos de suas consultas. Aqui também ele nos apresenta outra dificuldade no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde pública: a dificuldade para conseguir os remédios na rede de saúde pública, que podem não estar disponíveis quando se os solicita ou em função do alto custo, não serem disponibilizados. Na dificuldade em conseguir os remédios na rede pública, ele mesmo os compra com o dinheiro que recebe mensalmente do BPC - Benefício de Prestação Continuada, o que nos revela que, ele possui uma cobertura, isto é, tem acesso aos benefícios da Assistência Social.

Além de neste espaço em que mora, Elias guardar as anotações referentes às suas consultas, receitas médicas e medicamentos, é neste espaço que ele também cultiva a paixão pelo futebol:

Franciele: E esse espaço em que estou te entrevistando é o seu cantinho?

Elias: Aqui é o meu apartamento. Aqui é o meu lazer [mostra as inúmeras camisas do time do BA]. Eu não quero cinema, eu não quero ir pra praia. Meu lazer é a Fonte Nova, quando tem jogo do BA. Domingo que vem nós vamos lá. Você vai? Oh, veja aqui [mostra-me uma pequena revista que contém a programação de jogos do Campeonato Brasileiro]. Veja aqui, ontem. Que dia foi ontem? 28, né. O BA jogou com quem? Com o Flamengo, foi 0x0 [tem os resultados todos anotados, desde que os jogos começaram].

O lazer de Elias é acompanhar os jogos do campeonato brasileiro. Ele não perde um jogo do seu time: quando o Bahia joga, lá está Elias na Fonte Nova para torcer e acompanhar o seu time. O apartamento em que mora é todo decorado com bandeiras, camisas e objetos do tricolor. É um torcedor baiano apaixonado. Além de bandeiras, camisas e objetos do Bahia, sobre a mesa ainda se encontram relógios e porta-retratos com fotografias de amigos.

Em um dado momento da entrevista perguntei a Elias se na comunidade ele possuía alguma função específica, ao que me respondeu:

Bom, de manhã eu sou do Aurora: eu limpo, eu cuido das assinaturas do Aurora da Rua, eu trabalho lá. E a tarde, eu trabalho aqui na comunidade: arrumo o mercadinho lá, está vendo? [Aponta para as prateleiras de alimentos não perecíveis recebidos mediante doações, do outro lado da igreja]. Eu ponho tudo em ordem, cuido pra não vencer. Eu cuido das finanças também da Trindade. Ah, olha aqui [mostra uma espécie de balancete mensal, um quadro feito em papel ofício]. Aqui tem: o dinheiro que entrou, o dinheiro que saiu. Amanhã eu vou entregar pro Henrique. Todo dia 30 eu entrego.

Franciele: Como esse dinheiro entra?

Elias: Eu vou te explicar: Aqui são as partilhas de quem pode dar. Olha aqui. O Elias deu quanto?

Franciele: R\$ 500,00.

Elias: Carlos?

Franciele: 300,00.

ENTRADA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2018						
PARTILHAS		BAZARUA	GalPão	N.A.	SALDO	
ELIAS	500	40	53	150	294	ENTRADA 2463
CARLOS	300					SALDO 294
DURVALINA	250					TOTAL 2757
LUZIA	200					
M. LUCIA	200					
EDSON	200					
ELISANGELA	110					
HENRIQUE	100					
COSME	100					
LEIA	100					
JÁQUELINE	100					
KARA	50					
MARCINHA	40					
TOTAL	2.250					

SAÍDA DO MÊS DE SETEMBRO DE 2018					
São Joaquim	mercado	Higienico	GAS	IGREJA	
600	200	80	75	50 vinho	
Embasa	Coelbn	MANUTENÇÃO	TRANSPORTE		
699	296	350	100		
					ENTRADA 2757
					SAÍDA 2450
					SALDO 307

Elias mostrou-me o quadro de finanças do mês de setembro que ele organizou:

Dentre suas funções na comunidade, está o cuidado das finanças. É ele quem recebe as partilhas de quem as pode dar, administra-as e paga as contas. O cuidado das finanças da comunidade é uma outra maneira de como ele articula a relação família -comunidade: responsabiliza-se pelo pagamento das contas e pela administração das entradas da comunidade, que são dadas mediante as partilhas, a contribuição do NA pelo uso do espaço, a venda de recicláveis no Galpão e a venda no BazaRua de roupas e outros materiais recebidos nas doações. Os gastos da comunidade, assim como nas casas das famílias, incluem alimentação, higiene, transporte (passes urbanos), água, luz, gás, manutenção; o elemento que diferenciam esses gastos é o vinho sem álcool, usado nas celebrações Eucarísticas.

Pedi a Elias que me falasse mais do seu trabalho no Aurora da Rua. E ele me disse:

Lá no Aurora, eu limpo e cuido do espaço, eu corrijo os jornais. Todo mês, o Henrique, a Juce, a Vânia, corrigem os jornais também, e eu sou o último da nossa turma que corrige. Cada um corrige uma parte, mas, como são muitos que corrigem, às vezes passa alguma palavra que fica errada. Aí depois que eles corrigiram a parte deles, passam pra mim. Eu sou o último a corrigir, porque geralmente a turma corrige, lê assim, você sabe lê, né?

Franciele: Sim.

Elias: Lê aqui pra mim [Pedi para eu ler uma frase].

Franciele: Para concretizar as ações

Elias: Está vendo, você já leu tudo direto, emendando palavras, nem respirou. Eu leio palavra por palavra, se você lê direto, talvez, você não vai nem perceber os erros. Por isso, que eu leio palavra por palavra. [Leu palavra por palavra, pausadamente a frase que eu havia lido]. Por exemplo, como é seu nome completo?

Franciele: Franciele Engelmann

Elias: Então, se você vê escrito Franciele Engelmann, pode ser que você vai ler o Franciele e já sabe que vai vir o Engelmann, e vai ler direto, sem prestar atenção se está errado. E eu, não, eu leio palavra por palavra, e presto atenção, por isso consigo ver se está errado o a, e, i. Por exemplo, no Jornal Aurora, está escrito, numa matéria: 'Elias faz um prato gostoso', mas lá não estava escrito 'um prato', mas 'uma prata'. Quem lê direto, lê 'faz um prato gostoso'. Por isso, que eu leio palavra por palavra. E claro, depois que eu corrijo, eu ainda passo pra Iris pra ela fazer a correção final, no computador. Agora, tem frase, assim: 'Nóis vai, nóis foi', que é a palavra do morador de rua, aí a gente mantém a palavra do morador de rua, mas coloca entre parêntese segundo o morador de rua, a gente respeita a fala dele.

A sede da Revista Aurora da Rua é em uma das casas comunitárias da Trindade. Elias, como voluntário, integra a equipe de revisão das matérias da Revista, junto com Irmão Henrique, Juce e Vânia, que também moram na comunidade. Como já nos havia dito na narrativa anterior, todos os dias pela manhã, Elias atua no Aurora da Rua: limpa, organiza o espaço e é responsável pelas assinaturas da Revista⁶⁴. Na narrativa citada acima ele nos apresenta com detalhes a maneira como realiza seu trabalho de revisão: lê palavra por palavra àquilo que é enviado para ser publicado na revista, o que lhe permite identificar pequenos erros que poderiam passar despercebidos por um leitor desatento, e depois repassa a revisão realizada à Íris, repórter e responsável pela redação. Elias também destaca o cuidado e o respeito que se tem pela fala daqueles que vivem nas ruas: embora não se expressem dentro das normas cultas da língua, sua fala é respeitada e valorizada, porque mais importante que padrões gramaticais é a experiência da pessoa, buscando tornar visível e audível a voz daqueles que vivem nas ruas, cujo universo tem características, dinâmicas e linguagens próprias.

Após Elias me falar sobre seu trabalho no Aurora da Rua, perguntei-lhe:

Franciele: Elias, esqueci de te perguntar, qual é sua escolaridade?

⁶⁴ A Revista Aurora da Rua conta ainda com a atuação de profissionais voluntários, como fotógrafos, responsáveis pelas tirinhas da Revista, pela ilustração, uma jornalista responsável pela edição. Há ainda uma jornalista contratada pela ASA - Ação Social Destes profissionais, que realiza a capacitação e o acompanhamento dos vendedores da Revista e atua em outros espaços da ASA.

Elias: Lembra que te falei que fugi da escola. Eu fiquei quase um ano na escola, mas depois eu fugi. Eu tenho só a alfabetização, por isso que leio palavra por palavra e leio devagar. Por isso, que eu não consigo ler pro povo. Eu leio primeiro e depois eu passo pro povo o que eu entendo.

O pouco grau de escolaridade, não limita as atividades de Elias. Embora tenha apenas a alfabetização, ele abre caminhos para se comunicar quando é necessário: primeiramente realiza a leitura para si, busca entendê-la e depois a transmite aos outros. Mesmo tendo somente a alfabetização, ele cuida das finanças, integra a equipe do Aurora da Rua, cuida para os alimentos perecíveis não vencerem na comunidade. Mais uma vez aqui, ele nos revela as possibilidades que vai encontrando a partir daquilo que ele tem e a partir daquilo que o ambiente lhe oferece.

Perguntei ainda a Elias se ele já havia vendido Aurora da Rua, ao que me respondeu:

Sim, vendi. Mas foi só na primeira semana. Vendia com o Edicarlos. Não vendi mais, porque eu não queria dinheiro. Mas, a gente vendeu bem. O Edicarlos era tipo padre, não era padre, era seminarista. Então, naquela igreja de Feira de Santana, que ele era de lá, a gente levava caixas de jornal e a gente vendia tudo. Mas, como eu não queria dinheiro, eu não vendi mais. E até hoje eu não guardo dinheiro, o meu dinheiro que hoje eu tenho, eu uso pra cuidar da minha saúde, o resto eu compro uma mistura, uma coisa que falta aqui na comunidade e entrego como partilha na comunidade. Se você me pedir: “Elias, me dá R\$10,00.” Eu não tenho pra te dar, porque eu gasto tudo com a saúde e a comunidade, ah, e gasto pra assistir o meu time. Até as camisas do BA, eu ganho de aniversário, está vendo aquela ali? Foi a Laura que fez e me deu. Caixão quando morre, é a Trindade que dá (risos). Então, pra que guardar dinheiro?

Elias retoma nessa narrativa, uma maneira de ser e se posicionar frente ao dinheiro que já o acompanhava antes de sua vinda à Trindade: já em sua vivência nas ruas, ele nos relatava seu desprendimento em relação ao dinheiro, que era então usado para comprar a pinga diária, fazer refeições com os amigos, deixado no caminho para outros pegarem e ofertado às Santas, à Santa Edwiges em São Paulo e à Santa do Colégio São José, aqui em Salvador e ainda, depositado no cofre da Igreja da Piedade. Hoje membro da Trindade, ele retoma e reafirma aquele posicionamento: não guarda dinheiro, o dinheiro que recebe do BPC é empregado no cuidado de sua saúde, na compra de algo que falta na comunidade e na aquisição dos ingressos para assistir os jogos do Bahia. O que não emprega dessa forma,

ele entrega como partilha à comunidade, ou seja, ele retoma e reafirma aquela atitude religiosa em relação às Santas e ao cofre da igreja da Piedade: depois de usar o dinheiro para suprir as necessidades básicas, ele ofertava à Santa e depositava no cofre. No quadro das finanças anteriormente apresentado, salta aos olhos o valor que Elias entregou como partilha à comunidade: R\$ 500,00, mais da metade do valor do que recebe do BPC. Poderia ele investir esse dinheiro para alugar algum espaço para morar ou guardar para fazer outra coisa. Ele o entrega, gesto no qual podemos inferir que está na comunidade por uma decisão pessoal, por sentir-se pertencente a ela. E nosso diálogo continuou:

Franciele: E já morreu muita gente, aqui?

Elias: Um monte, menina. Já morreu um monte de gente aqui. E quando morre enterra lá no cemitério da Baixa de Quintas. Então, a Trindade, junto com a ASA, dá o túmulo e dá o caixão, e as flores a gente pega aqui no nosso jardim.

Franciele: Já morreram amigos seus aqui?

Elias: Já, o Itamar, que morou comigo na rua e depois morou aqui também. Chegamos aqui praticamente no mesmo dia. Lembra que te falei que a irmã dele queria pagar aluguel pra gente?

Em seus 12 anos de convivência na comunidade da Trindade, Elias vivenciou a perda de pessoas que ali moravam, dentre elas, a de seu amigo Itamar. Muitas das pessoas que vivem em situação de rua não sofrem da invisibilidade social apenas enquanto circulam e dormem em diferentes espaços – embora tenham a máxima visibilidade nas ruas citadinas – mas, também quando morrem, pois, em função de não terem documentos, não raro são enterradas como indigentes nos cemitérios públicos. Elias nos revela um outro momento significativo em sua vivência na comunidade da Trindade: morrer e ser enterrado não como um indigente, é sinônimo de dignidade. Acompanhar os seus até o momento da morte e proporcionar-lhes um enterro, é uma prática que também acontece nas famílias, uma vivência que aproxima a vivência comunitária da Trindade daquela que é própria do âmbito familiar.

Perguntei a Elias sobre suas expectativas de futuro:

Franciele: Em termos de futuro, você pensa em algo, tem alguma expectativa?

Elias: Quando eu cheguei aqui, eu pensava de ficar só uma semana, isso se fosse bom (risos). Mas, já passaram tantas semanas, já passaram 12 anos e 7 meses. O meu futuro é sair daqui só no caixão (risos), não tenho expectativa de outra coisa. Expectativa de que? Pra fazer o que? Expectativa é pra quem

estuda, quem está jovem. O que você faz quando tem 68 anos? Esperar a morte, tranquilo, sossegado, não tenho expectativa de futuro não. Se alguém quer me dar um celular, eu não quero; se quer me dar uma televisão, eu não quero. Eu sou da moda antiga, sabe? Sou desapegado (silêncio).

Em uma das suas narrativas iniciais, Elias nos contou que retornou a Salvador, movido pelo desejo de aqui, em sua terra natal, morrer e, nos descreveu que veio a pé, *tranquilo, sossegado*. Agora ele expressa que sua expectativa para o futuro, é esperar a morte chegar da mesma forma que para cá veio: *tranquilo, sossegado*. Estará ele acomodado? Sem projetos para o futuro? Não é o que as narrativas anteriores revelaram: ele é bastante ativo e envolvido na comunidade. Sua expectativa de futuro, seu desejo, é continuar ali, até a morte chegar. E se no passado ele perambulava e perambulava, podemos dizer que na Trindade ele parou, mas não em função do lugar geográfico, mas na possibilidade de viver relações, as quais ele deseja que perdurem até o fim de sua vida.

Ao final da entrevista, agradei a Elias pela disponibilidade de seu tempo e por me contar sua história. E lhe disse:

Franciele: Se quando eu for escrever a entrevista, ficar em dúvida de algo ou precisar de mais alguma informação, posso vir te procurar?

Elias: Mas, não vem meia noite, não, viu? [começou a cantarolar o que segue] Depois da meia-noite eu não atendo mais, nem pela porta da frente, nem pela porta de trás.

Franciele: Obrigada, Elias.

Elias: Você pediu pra eu contar minha história, mas não dá nem pra contar toda a história, porque tem muita coisa, mas de tudo o que te falei, pega só o básico e escreve: a convivência que é o principal, saber conviver com o outro, do jeito que o outro é, 'Ah, eu não gosto desse porque ele come demais', 'Não gosto daquele, porque ele não toma banho'. Se você for só reparar o defeito dos outros, você não vai pra lugar nenhum. Então, você faz o seu e tenta convencer aquela pessoa de seguir o seu caminho. Agora ele pode não aceitar, você pelo menos tentou. E se ele não quer, então, deixa quieto. Senão você vai viver estressado. É muito bom morar aqui. Você já foi em outros lugares, tipo albergue? Eu às vezes passava dois ou três dias, mas eu não ficava, eu só bagunçava, porque eu não queria ficar, eu gosto de ficar livre e solto, como um passarinho, por isso que ficar lá era um inferno pra mim.

Elias aponta o que em sua história de vida, é-lhe o mais importante: conviver com o outro. Retoma e reafirma o que o faz ficar na Trindade: a vivência das relações, nas quais se sente livre. Nessas relações ele sente que lhe é possível a vivência da liberdade que não

sentia na vivência das relações no âmbito familiar de origem. Ele tem claro que a convivência na Trindade requer que ele faça a sua parte e mesmo quando o outro não faz a parte que lhe cabe, ele continua fazendo a sua. Embora haja regras e horários na Trindade, ele se sente *livre e solto*. De fato, ali ele está por um desejo pessoal e não podemos esquecer que a vivência dessas relações é atravessada por um caráter de mistério: essa foi a experiência radical que lhe abriu a possibilidade para algo novo, para a partir de então, ali estar e ficar. Ele vive e se move na dimensão dessa possibilidade misteriosa: a experiência que ele viveu, foi e continua sendo mistério, que ainda hoje, ao lado da vivência das relações comunitárias, o sustenta e o preenche.

Com base na experiência de Elias, identificamos que a maneira como ele articula a relação família-comunidade, acontece pela vivência da pertença, que pode ser identificada no cuidado das finanças da comunidade; na sua contribuição com a Revista Aurora da Rua; nos cuidados com sua saúde que são perpassados pela possibilidade de ter um espaço para guardar remédios, exames, receitas médicas e anotações de consultas futuras, bem como ainda nos acompanhamentos de pessoas da comunidade em consultas, na realização da cirurgia da amputação do dedo do pé e na visita recebida. Nos vínculos estabelecidos com algumas pessoas específicas, atualizam-se os simbólicos próprios das relações familiares: pai e filha (Elias e Norma), filho e mãe (Elias e Maria Lúcia, Elias e Irmã Violeta), irmão e irmã (Elias e Vânia).

Retomando os objetivos da nossa investigação, no que diz respeito ao *processo de elaboração dos vínculos familiares na família de origem*, identificamos que o ato de beber de Elias gera cobranças e reclamações por parte da mãe e dos irmãos. Ele, no desejo de se sentir livre para beber e não mais ter que dar satisfações do porquê bebia, elabora a experiência dos vínculos familiares rompendo com o âmbito familiar e indo às ruas.

Quanto ao *processo de elaboração dos vínculos familiares no contexto de vivência nas ruas*, identificamos que mediante as vivências compartilhadas com aqueles com quem ele convive, dorme junto, perambula, divide o que recebe, faz refeições junto, constituem-se vínculos do tipo família: os mais velhos são chamados de pai, os mais novos de filhos e os da mesma idade de irmãos.

Quanto ao *processo de elaboração dos vínculos familiares na comunidade da Trindade*, identificamos que é mediante a vivência da pertença que Elias articula a relação

família-comunidade, na qual ocorre uma aproximação da vivência familiar àquela da comunidade, o que se expressa no cuidado das finanças, na contribuição com a Revista Aurora da Rua, no cuidado da saúde, nos vínculos que atualizam a relação pai e filha, irmã e irmão, filho e mãe.

CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO E DIÁLOGOS

Para discutir os resultados aos quais chegamos, optamos por construir um diálogo entre o que apresentamos no referencial teórico, abordado nos capítulos anteriores, e o que encontramos nas experiências dos sujeitos entrevistados. Nesse sentido, buscamos salientar possíveis articulações dos resultados àquilo que foi proposto ou investigado por aqueles autores, indicando ainda em que medida a experiência dos sujeitos pode contribuir com aspectos novos aos processos descritos por aqueles autores.

Quando se fez necessário, recorremos também a outros autores ou novas reflexões que ajudam a pensar e discutir algum aspecto que emergiu nos relatos e que por nós foi apreendido na experiência. Nosso objetivo não é discutir a totalidade do que emergiu, mas apresentar alguns pontos que saltaram aos olhos, também como provocação para iniciar e/ou continuar os debates, acerca dos processos de constituição dos vínculos familiares de pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, ampliar horizontes de problematização mais do que apresentar uma resposta que esgote a questão.

6.1 O trabalho da memória na elaboração da experiência

A memória emergiu como um aspecto significativo na vida dos sujeitos. Cada qual, à sua maneira, constrói a memória. Rosa nos traz poucas lembranças do âmbito familiar: fala-nos da rejeição que sofreu de sua mãe, por ter nascido *negra*, motivo pelo qual em torno dos 5 anos, foi por ela posta para morar e trabalhar na casa de uma senhora e, quando jovem, por ter *zuada na cabeça*, foi colocada para morar com um desconhecido que a violentou sexualmente. Embora nos diga quantos irmãos tem, não revela nomes e interações com eles, relata-nos apenas *que corriam na casa, passando de um lado pro outro*. O mesmo se dá em relação ao seu pai, cuja identidade lhe é desconhecida. Em seu período anterior à situação de rua, ela nos fala ainda das relações de exploração no trabalho como doméstica que sofreu: ganhava muito pouco e apenas duas vezes teve carteira assinada, aqui também não aparecem pessoas e relações significativas. Na vivência em situação de rua, embora tenha participado das atividades de reciclagem e artesanato, ela

nos revela ter tido apenas uma amiga: Maria Lúcia. Nesse período, ainda sofreu violência sexual e engravidou. Acerca de suas vivências na Trindade, aparecem inúmeros rostos, nomes e detalhes nas descrições das vivências: desde quando chegou - a possibilidade de entrar e comer junto *com Judite, seu Henrique, Edivânia, e mais outros*, perpassando as vivências de ter seu filho e o entregar ao Juizado de Menores; o seu retorno e seu posterior deixar a Trindade para ver se conseguia algo por si mesma; o trabalhar como doméstica, o morar sozinha e o retorno doente à Trindade, sendo novamente acolhida; o internamento no hospital psiquiátrico Juliano Moreira; o seu regresso à Trindade até os dias de hoje, cujas vivências são acompanhadas pelo tratamento da saúde física, emocional e mental, pela participação na vida da comunidade, pelas vivências em sua casa, pelas relações de amor e brigas com Judite.

Elias nos traz poucas lembranças do convívio familiar, nenhuma referência em relação à infância. Na adolescência, perde o pai, por motivos associados à bebida, fato que faz boa parte da família ir à Itabuna em busca da sobrevivência. *“Éramos uns 7 ou 8 [irmãos], pelo que me lembro. Eu acho que minha mãe levou 6, outros já eram mais de idade e ficaram por aqui, mas eu nunca mais vi. Eu mesmo, fui. Naquela época eu tinha 13 anos. Eu me lembro assim, vago”*. Sobre Itabuna, conta-nos das relações de exploração vividas por sua mãe e outros trabalhadores nas lavouras de cana e cacau, em troca de comida e alojamento, e, da palmatória que levou em sala de aula. Sobre o âmbito familiar ainda nos relata que, dos pais aprendeu o vício da bebida, o que gerava reclamações por parte da mãe e dos irmãos. Sobre suas vivências nas ruas em São Paulo, as lembranças de Elias são de lugares, pelos quais se deslocava, seja a pé, seja de trem, e ainda de Santa Edwiges, a quem ofertava boa parte do dinheiro que recebia nas esmolas que pedia. Acerca de suas vivências nas ruas de Salvador, ele nos fala não só de um perambular no espaço, mas também, de um dormir, comer e conviver junto, com o seu grupo de rua, composto pelos amigos *Itamar e César*; conta-nos das suas vivências com a assistente social, Ilca - única pessoa que respeitava nos albergues - e com o pai dela; relata-nos como e onde realizava o *mangueio* e do que fazia com o dinheiro recebido: comia e dava aos amigos, deixava no caminho, depositava no cofre da igreja da Piedade, dava à Santa do São José. Fala-nos ainda de Irmã Violeta que lhe indicou à Igreja da Trindade. São vivências povoadas de rostos, nomes e relações interpessoais. Sobre suas vivências na Trindade, ele nos fala do seu primeiro contato com a comunidade, mediante a experiência com Maria Lúcia e com a luz, no qual advertiu uma nova possibilidade para sua vida, a partir da qual

passou a fazer parte da comunidade. Assim como suas vivências nas ruas em Salvador, as vivências na Trindade são acompanhadas de nomes, rostos, detalhes na convivência, detalhes em seu cuidado com a saúde, no trabalho na Revista Aurora da Rua, no cuidado das finanças.

Irmão Henrique traz lembranças, acompanhadas de pessoas significativas, interações, e um ambiente relacional em seu âmbito familiar, cuja experiência lhe possibilitou *ser amado* e à medida em que foi crescendo e se dando conta que muitos não haviam vivenciado tal experiência, brotou nele o desejo de compartilhá-la com aqueles. Sobre suas experiências na busca pela resposta à sua vocação, ele nos fala de diferentes locais, rostos, culturas, realidades econômicas e relações interpessoais, na África, França e Brasil. Conta-nos sobre a presença de Irmão Michel, fundamental para encontrar a resposta para sua busca: ser peregrino. E quando passa a viver nas ruas, como peregrino, ele nos fala de um primeiro momento, em que aparecem lugares - Bolívia, Peru, Brasil, e relações vivenciadas com Roberto, Constantino, Fernando, Michele, com os quais rezava, comia, dormia e convivia junto; e de um segundo momento, em que passa a morar na Igreja da Trindade, onde há a presença de muitos rostos, seja da comunidade, seja de pessoas de fora; momentos vividos juntos na Aliança - peregrinações e encontros mensais na Trindade do Mar -, e com pessoas de fora, seja na Noite do Acolhimento, seja em outras circunstâncias.

Podemos identificar que a construção da memória de nossos sujeitos é atravessada por três elementos constitutivos: vínculos com pessoas significativas, espaço e tempo. Esses elementos, que são articulados de maneira singular por cada um dos entrevistados, estão em consonância com o que nos propõem Halbwachs (2006), Schmidt e Mahfoud (1993) e Mahfoud (2018), sobre a memória se constituir em um trabalho coletivo e pessoal. Com base na história de vida de cada sujeito, podemos identificar a presença dos Grupos de Referência, que conforme esses autores, se constituem de outros significativos com quem a pessoa mantém vínculos afetivos, os quais conferem vitalidade e consistência às lembranças, ou seja, possibilitam que uma imagem, uma semente de rememoração, se torne lembrança viva. No caso de Rosa, o rompimento com a família de origem, fê-la perder boa parte das lembranças outrora vividas, o mesmo podemos observar em relação à sua vivência em situação de rua: tem poucas recordações. Seu grupo de referência é a comunidade da Trindade: a maior parte de sua narrativa se concentra nesse espaço e desde que ali chegou. Inclusive é o único período em que aparecem junto às descrições de suas

vivências, a presença de anos: chega na Trindade em 2001 e desde 2005, passa ali permanecer. As relações vivenciadas na comunidade conferem consistência às suas lembranças e tornam-nas vivas. É ainda ao testemunho de pessoas significativas, ou seja, aos diferentes pontos de vista nela internalizados mediante o diálogo com essas pessoas, aos quais ela recorre para elaborar sua experiência, é o que se dá, por exemplo, quando ao estar doente, na confusão dos seus pensamentos, dirige-se à Trindade, espaço em que outrora havia feito a experiência de ser acolhida.

No caso de Elias, a ruptura do vínculo com o grupo familiar tornou suas lembranças *vagas*, a maior parte delas caídas no esquecimento. Já em relação às suas vivências na rua em Salvador e na comunidade da Trindade, as lembranças são vivas: a energia afetiva dos vínculos vivenciados com pessoas significativas nesses espaços, confere vitalidade às lembranças e possibilita que elas se estruturam. É significativo que, embora ele situe no tempo algumas de suas vivências anteriores a sua chegada na Trindade, como sua ida a São Paulo, em 1963, e seu retorno a Salvador, em 2000, ele nos situa precisamente no tempo, o primeiro contato com a comunidade da Trindade: 13 de fevereiro de 2006, um marco significativo, um divisor de águas em sua vida, entre o que foi antes e o que a partir de então, se estabeleceu: a pertença à comunidade, que se revelou para ele mesmo uma surpresa. Com base em sua narrativa, identificamos que seus grupos de referência são os amigos da rua em Salvador, Irmã Violeta e, a comunidade da Trindade. É ainda ao testemunho de pessoas significativas, aos quais ele recorre para elaborar sua experiência, é o que acontece, por exemplo, quando nos fala da indicação que Irmã Violeta lhe fez da Igreja da Trindade e do acolhimento recebido por Maria Lúcia que o desatolou e lhe indicou uma possibilidade diferente daquela de ficar ao relento. Ao recorrer a esses testemunhos, elabora sua experiência na perspectiva de assumir um novo posicionamento: não apenas receber as coisas, mas, empenhar-se na vivência da própria sobriedade e, vindo a fazer parte da comunidade, contribuir com ela.

Na história de vida de Irmão Henrique, identificamos que seus grupos de referência são: a família de origem, os grupos com quem conviveu na busca pela resposta à sua vocação, Irmão Michel, as pessoas com quem viveu nas ruas, a comunidade da Trindade. Na narrativa de sua história de vida, ele nos fala daquelas pessoas significativas e situa-as, assim como suas vivências, em etapas. As diferentes etapas são acompanhadas pela elaboração da experiência, na qual ele recorre a testemunhos anteriores, que lhe são referências vivas, é o que nos fala, por exemplo, quando como, peregrino, começa a

caminhar: “*Michel sempre me tinha dito: ‘O caminho te confirmará’*. E de fato, o caminho me ensinou, me confirmou, me fez entender o que era essa vocação, pouco a pouco”. Também é possível identificar isso em relação à Aliança: é à vivência dos vínculos vividos no âmbito familiar, que também se constituem em testemunho, nos quais ele se ancora para estruturar a comunidade, a fim de que outros também reconheçam e se disponham a viver o vínculo como uma forma de contribuir com o mundo.

Assim como afirmam Halbwachs (2006), Schmidt e Mahfoud (1993) e, Mahfoud (2018), o trabalho da memória se alicerça sobre as dimensões do espaço e do tempo. De fato, o espaço emerge nas narrativas como o lugar que reúne vivências significativas e confere estabilidade às lembranças, já o tempo contribui estabelecendo divisões, com base no significado apreendido nas vivências: no caso de Rosa, ela situa a maior parte de sua narrativa no período de sua vivência na comunidade da Trindade, a maior parte de suas lembranças ali se encontram; Elias agrupa suas experiências vivas no período de suas vivências nas ruas de Salvador e na comunidade da Trindade; Irmão Henrique reúne suas lembranças, nos diferentes espaços em que esteve e conviveu: na família de origem, na África, na França, em São Paulo, Alagoinhas – BA, Bolívia, Peru e em Salvador, seja nas ruas, seja na comunidade da Trindade.

A perspectiva da memória como um trabalho de elaboração da experiência que torna as imagens fragmentadas em lembranças vivas, cujo processo requer a vivência de vínculos afetivos com outros significativos, é expressiva quando pensamos a relação família - comunidade. Olhando para a história de vida de Elias e Rosa, reconhecemos que, mesmo com uma vivência de ruptura com o grupo familiar de origem, ambos são capazes de construir vínculos afetivos e comunitários, sem, contudo, sentirem-se mobilizados a resgatar o contato e o vínculo com seus familiares. Nesse sentido, o trabalho da memória, como elaboração da experiência, nos revela que a contribuição da convivência na comunidade da Trindade se dá na constituição da pessoa, não se move na direção de que aqueles que dela fazem parte, tenham que rever e resgatar a relação com a família de origem, embora isso também possa vir acontecer. Através da vitalidade dos vínculos comunitários, Rosa e Elias podem tornar vivências em experiências vivas, recursos fundamentais para se lançarem e se posicionarem no mundo.

6.2 A experiência religiosa como força de constituição da pessoa

A experiência religiosa emergiu como um outro aspecto significativo na vida dos sujeitos. Cada um deles, a sua maneira, elabora essa experiência. Ao mesmo tempo é possível colher alguns pontos estruturais entre essas experiências, a partir dos quais a experiência religiosa se torna possível e compreensível.

A experiência religiosa nasce e se estrutura a partir do contato com a realidade e constitui a subjetividade. É a partir do impacto com a realidade, com a materialidade, que os sujeitos adverte algo que está para além da realidade, adverte um sentido. Elias ao entrar na igreja da Trindade, frente as velas acesas que ali estão, faz uma experiência estética de caráter religioso: naquela vivência ele apreende algo a mais que a beleza, apreende uma possibilidade de fazer parte da comunidade e passa a assumir o que até então, era-lhe impossível: deixar de beber, trabalhar e ouvir a Palavra de Deus. Irmão Henrique adverte no contato com a realidade, a resposta para sua busca: ser peregrino e a partir de então, passa a viver a dinâmica de abertura ao acontecimento: despojar-se continuamente, não se fixar, o que lhe possibilita ficar na pobreza do instante que por si só restaura a pessoa. Rosa apreende no contato com o real, na materialidade do seu quarto, entregue à Trindade Santa, a possibilidade de entrar e cultivar a intimidade com o sagrado.

A vivência do sentido apreendida no contato com o real, possibilita-nos um diálogo com o que nos apresentam Giussani (2000, 2012a, 2012b) e Van der Leeuw (1964), acerca do senso religioso. Segundo esses autores, o senso religioso configura um elemento estruturante, constitutivo da experiência humana: o ser humano busca um sentido para sua vida. E esse sentido é apreendido no contato com o mundo: a realidade vem ao nosso encontro e desperta em nós uma provocação de apreender algo a mais que a realidade mesma, apreender um sentido. É constitutivo da pessoa humana uma abertura pela qual se colhe o significado. Para ambos os autores, o sentido se constitui em uma potência que suscita uma resposta, nos diferentes âmbitos da vida. O sagrado, semelhante a outras realidades da vida, caracteriza-se como marcado por uma potência. Quando a pessoa no contato com a realidade, apreende o sagrado e com ele estabelece um relacionamento, temos uma vivência religiosa⁶⁵. E é esse relacionamento com o sagrado, advertido como uma potência, que identificamos na experiência dos sujeitos: a experiência vivenciada com

⁶⁵ Mahfoud (em fase de elaboração), nos esclarece que o sagrado não é o divino, é uma realidade marcada pela potência e nesse caso, pelo divino; o artigo *Senso religioso: horizonte totalizante para a Psicologia, no qual* o autor discute esse aspecto e outros relacionados à experiência religiosa e ao Senso Religioso serão publicados ainda neste ano, pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.

o sagrado não é algo abstrato, mas uma experiência viva, a partir da qual configuram e recriam suas vivências.

É importante destacar ainda que, o que faz sentido para os sujeitos, o que confere preenchimento à sua busca não é qualquer coisa. Na esteira do pensamento de Giussani, Mahfoud (em fase de elaboração), nos esclarece que, a busca que constitui o sujeito é também um crivo crítico: “uma vivência pode ser apreendida com sentido quando o conteúdo é reconhecido pelo sujeito como tendo a ver, de algum modo, com a busca e o interesse que constituem o sujeito e estruturam sua ação no mundo da vida”. Esse crivo crítico, esse critério dinâmico de elaboração de significado pessoal, é denominado por Giussani (2000) de experiência elementar e possibilita identificar se o que foi encontrado no contato com o real corresponde ou não àquilo que se busca. O sentido vai se estruturando nas experiências de correspondência pessoal, quando o dinamismo próprio do sujeito se potencializa, quando ele faz experiência de realização pessoal (MAHFOD, em fase de elaboração). Nessa perspectiva, a busca não termina quando a pessoa encontra algo que lhe confere preenchimento, ela continua sendo acompanhada por essa busca, por essa exigência de sentido. No caso dos sujeitos por nós entrevistados, a experiência do sagrado advertido no contato com o real, a um só tempo, conferiu um preenchimento e ativou a busca, exaltou a exigência de sentido, mais ainda: Elias faz uma experiência de possibilidade e passa a ter um novo posicionamento no mundo: assume viver a dinâmica da comunidade, e continua procurando e vivenciando a liberdade nas relações interpessoais, no trabalho e no ouvir a Palavra de Deus; Irmão Henrique encontra a resposta para sua sede, mas essa sede continua nele presente e o impele a prosseguir sendo peregrino, mesmo quando passa a morar na Igreja da Trindade; Rosa a partir da sua experiência religiosa, recria sua subjetividade: passa a cultivar a intimidade com o sagrado e busca se relacionar com ele cada dia de novo, em seu quarto santo.

6.3 O acolhimento como força constitutiva para ser si mesmo

O acolhimento emergiu nos relatos como outro aspecto significativo na vida dos sujeitos. Ele tem efeitos singulares na experiência de cada um deles. Sentir-se acolhida do jeito que é e como está, possibilitou e ainda possibilita Rosa entrar e participar da vida da

comunidade, construir relações interpessoais de intimidade às quais busca para aliviar e conter seu sofrimento, especificamente quando sua regra chega. O acolhimento proporciona-lhe expressar sua capacidade criadora, particularmente o ato de cozinhar, oferece-lhe um espaço de moradia e proteção às vivências de violência, proporciona-lhe condições para estudar e cuidar da saúde física, emocional e mental. O acolhimento na vida de Elias ofereceu-lhe uma nova possibilidade que não mais aquela de apenas receber coisas e permanecer na condição de viver ao relento, proporcionou-lhe assumir a vivência comunitária e contribuir com suas capacidades, ofereceu-lhe um espaço para o cuidado da saúde, o que foi fundamental frente às condições em que se encontrava, e ainda hoje lhe permite continuar cuidando dela e ter um lugar para guardar seus remédios e exames médicos, prosseguindo assim, como importante para sua existência. Passar a morar na Igreja da Trindade instituiu e ainda institui algo novo na vida de Irmão Henrique: a convivência comunitária possibilita-lhe sentir-se acolhido no instante, naquele simples estar juntos, cuja originalidade da vivência não pode ser por ele mesmo produzida, mas se dá nas vivências que constituem a Aliança, seja no tomar banho de mar, no fazer a fogueira a noite, no dormir em barracas, que acompanham os encontros mensais na Trindade do Mar; seja nas experiências de dormir na rua, adoecer e ir pro hospital, ser rejeitado num lugar, viver um acolhimento extraordinário em outro, parar a beira de um rio e ficar lá o dia todo, que acompanham as peregrinações, que por si mesmas geram cumplicidade, intimidade, irmandade e fraternidade.

O acolhimento para Rosa, Elias e Irmão Henrique possibilita que o eu de cada um deles se torne mais presente em suas vidas: Rosa já em sua vivência anterior à ida às ruas, buscava ser e estar com o outro na vida de sua família, todavia isso lhe era negado, na Trindade é-lhe possível a vivência de ser aceita e a construção de relações interpessoais de intimidade, ser respeitada e bem tratada. Elias antes de sua ida às ruas, procurava pela vivência da liberdade, não aceitando os limites que os âmbitos familiar, escolar e de trabalho lhe colocavam para vivê-la, na Trindade ele se sente livre na vivência das relações comunitárias e em seu trabalho na revista Aurora da Rua, no qual se sente à vontade para lidar com questões que envolvem a leitura e a correção das matérias que lhe competem como integrante da equipe da revista e ainda, possibilita-lhe viver sua dimensão religiosa que antes configurava em dar dinheiro às Santas e depositá-lo no cofre da igreja e, agora assumir a dinâmica da vivência religiosa comunitária que ali se coloca. Irmão Henrique já vivia a dinâmica do instante, cuja força por si mesmo, restaura a energia da pessoa, na

comunidade da Trindade, essa dinâmica prossegue se dando e se realizando; especificamente na experiência do vínculo que ao ser proposta como compromisso assumido na Aliança, mediante o reconhecimento do cuidado e do bem querer do outro, contribui para que o seu eu, o desejo de compartilhar a vivência do vínculo que outrora havia vivido, se materialize, todavia, essa materialização não depende exclusivamente do seu empenho, vai se constituindo na medida em que a convivência entre eles vai se dando, na medida em que a comunhão e a perspectiva de sintonia entre eles vai se estruturando.

O acolhimento à Rosa, Elias e Irmão Henrique, dá-se nas dimensões física, psíquica e espiritual, isto é, envolve o cuidado e a proteção do corpo, mediante a possibilidade de terem um lugar concreto para morar e ter suas necessidades básicas supridas; a dimensão psíquica, oferecendo-lhes condições para se sentirem acolhidos, amados, incluídos e colocar em movimento suas capacidades, sentindo-se com isso realizados; a dimensão espiritual que neles gera posicionamentos de contribuir cada qual à sua maneira, com a dinâmica cotidiana da comunidade.

A possibilidade de o eu de cada um dos sujeitos se tornar mais presente em suas vidas, ou seja, o fato de cada sujeito tornar-se mais si mesmo, conseguir viver a partir do seu núcleo pessoal, mediante a experiência do acolhimento na Trindade, está em consonância com a perspectiva de formação da pessoa proposta pela abordagem fenomenológica steiniana (STEIN, 2005a, 2005b; ALES BELLO, 2000, 2015; MAHFOUD, 2007), segundo a qual, a pessoa se constitui na relação com o outro. Na medida em que o acolhimento é experienciado como uma vivência significativa pela pessoa, em que há uma realização pessoal e ela decide estar ali, toma posição em relação à própria experiência e realiza esses posicionamentos pessoais mais vezes, esse viver a partir de si mesmo vai se estruturando cada vez mais na pessoa de modo a conferir personalidade a seus gestos, possibilitando que imprima sua marca singular naquilo que realiza (MAHFOUD, 2017a). A formação da pessoa e da comunidade se dá nessa relação de interdependência constitutiva: na medida em que as pessoas vão se posicionando com personalidade, a comunidade vai se constituindo e adquirindo uma personalidade própria, um modo peculiar de ser, de ter sensibilidade, de usar o espaço; e na medida em que a comunidade se constitui, que cada um vai se posicionando de maneira significativa em relação ao outro, a pessoa vai-se estruturando. A formação da pessoa e da comunidade envolvem posicionamentos significativos, requerem empenho pessoal e ao mesmo tempo

envolvem algo que está para além disso: envolvem uma abertura ao acontecimento, àquilo que emerge na relação com o outro e com o mundo, e que não pode ser por elas mesmas produzido.

6.4 A formação da pessoa e da comunidade na abertura ao acontecimento

A perspectiva da formação da pessoa e da comunidade envolverem o empenho da pessoa, os posicionamentos significativos de uns em relação aos outros e uma abertura àquilo que acontece na relação com o outro e com o mundo, corrobora com a ótica do acontecimento, tal como proposto por Giussani (1994) e Romano (apud MARTINS, 2007). Para esses dois autores, o acontecimento é “uma irrupção do novo” (GIUSSANI, 1994, p. 14), algo que vem de fora e nos afeta, que não podemos supor e nem reconduzir a uma construção nossa, “que irrompe na vida” (GIUSSANI, 1994, p. 15). O acontecimento abre um sentido, não possível de ser antecipado por projetos pessoais, “consiste na reconfiguração impessoal das minhas possibilidades e do mundo, que sobrevém como um fato e que institui uma fractura na minha aventura. Uma transformação de mim mesmo e do mundo, indissociável da experiência que dela faço” (ROMANO, 1998, p. 45 apud MARTINS, 2007, pp. 177- 178). O acontecimento não se reduz ao fato, transborda-o, o seu advir introduz um conjunto de possibilidades, a partir das quais, busca-se compreender a si mesmo, o outro, o mundo, de forma nova.

Em minhas observações e vivências realizadas na comunidade da Trindade pude identificar o quanto a dinâmica do acontecimento se coloca como presença no cotidiano e participa da formação da comunidade e das pessoas que a constituem:

Ceguei cedo à comunidade da Trindade. Assim que cheguei, avistei rostos novos, que ali estavam pela primeira vez: dois rapazes jovens acolhidos, que depois vim a saber serem Rafael e Jorge, e duas moças de pele muito branca e olhos azuis, que depois vim a saber serem da Alemanha e estarem conhecendo a comunidade. Também avistei Juce com o pequeno Henrique Junior nos braços. Dela me aproximei: ‘Bom dia. Como vão as coisas por aqui?’ ‘Do jeito da Trindade.’ ‘Do jeito da Trindade? Como é isso?’ ‘Sempre tem alguma coisa nova que se dá por aqui todos os dias. Você pode ficar com o Henrique Junior? Eu preciso receber as doações que chegaram ali [um casal acaba de chegar de carro e começa a descarregar alimentos não perecíveis]. Depois a gente se fala’ (Diário de Campo, 24/05/2018).

Em minha imersão em campo na Trindade, não houve uma vez se quer em que lá cheguei e não houvesse um rosto novo: uma pessoa da rua que fora acolhida, um visitante de algum outro lugar do Brasil ou de outro país, um amigo da comunidade, um familiar de alguém que ali estava para uma visita ou para realizar algum procedimento médico em algum hospital da cidade. O mesmo pude constatar em relação ao cotidiano: embora as atividades são organizadas e assumidas nas sextas-feiras à noite, não raro elas necessitam ser reorganizadas no dia-a-dia, frente a algo que se coloca. Igualmente se pode dizer em relação às pessoas que comumente ficam na Trindade do Mar e que em função de algo que se coloca na Trindade Rua, acabam vindo para Salvador, ou vice-versa:

Hoje, domingo, cheguei cedo na Trindade. Vi que a porta central da Igreja estava aberta e por ali entrei. Ao entrar, logo percebi que além da única cama que fica do lado destinado às mulheres e na qual dorme Sara, a senhora mais velha da comunidade, havia também outra. O que terá acontecido? Terá alguma das mulheres que dorme na igreja ficado doente? Terá chegado alguma mulher doente ou idosa? Aos poucos, fui transitando pelo espaço e cumprimentando as pessoas. Percebi um rosto novo: uma mulher gestante. Aproximei-me: 'Bom dia. Você parece nova por aqui' 'Sou. Cheguei tem alguns dias' 'Hum. E seu nome?' 'Elisângela. E o seu?' 'Franciele. Parece que você está esperando bebê?' 'Sim, estou de 7 meses'. 'E como foi que você chegou aqui?' 'Eu morava com minha irmã, briguei com ela, fui pra rua e dormi duas noites em frente ao Mercado Bom Preço do Rio Vermelho. Eu me lembrei daqui, porque há muito tempo, no passado, eu tinha vindo uma vez aqui numa missa, aí eu pensei: O Irmão Henrique vai me acolher'. O sino tocou, chamando para o café. Enquanto íamos para a oca, pensei: 'Acho que a cama que vi na Igreja é Elisângela quem está usando'. Durante o café, vi Vânia, não é comum vê-la aos domingos por aqui, pois, como mora na Trindade do Mar, ela costuma vir para ajudar na Quinta-feira do Acolhimento e retorna para lá na sexta-feira ou no sábado. Conversamos um pouco e perguntei-lhe sobre o motivo dela estar por ali hoje, ao que me disse que, pelo fato de terem acolhido Elisângela e acharem bom que houvesse alguém para acompanhá-la nas consultas médicas e psicológicas que estão sendo realizadas numa maternidade pública do bairro Nazaré, ela se dispôs a vir novamente pra Trindade Rua, onde já morava. Há uns 3 anos e meio, por opção própria, estava morando na Trindade do Mar. Não sabe quanto tempo ficará na Trindade Rua, até porque não se sabe o que acontecerá depois de Elisângela ter o bebê: se vai optar morar na comunidade, se retornará para sua família (Diário de Campo, 22/10/2017).

Cada pessoa que chega na Trindade é de certa forma um acontecimento: Quem é ela? Que caminhos tomará? Quanto tempo ali ficará? A vinda de Elisângela trouxe mudanças significativas na vida da comunidade: Vânia retornou à Trindade Rua, acompanhou-a no processo do pré-natal e nascimento do seu filho, Henrique Júnior. Após o nascimento da criança, a mãe revelou o nome do pai que o registrou e na medida do

possível vai se fazendo presente na vida do filho. O pai da criança, embora, tenha um relacionamento com a mãe – o qual foi retomado após o nascimento do bebê - não mora na comunidade. Elisângela mora com o bebê em uma das casas da comunidade e conta com o suporte da comunidade para cuidar do seu filho. Aos poucos vem retomando o contato e os vínculos com sua família. Por quanto tempo ela ficará na comunidade, quais caminhos sua vida seguirá no futuro, não se sabe e não se tem como prever. O caso de Elisângela é elucidativo da dinâmica do acontecimento que se coloca no cotidiano da comunidade: algo que se dá quando menos se espera, gera uma tensão e ao mesmo tempo traz novas possibilidades, indissociáveis do evento e que geram um posicionamento a partir do sentido advertido naquilo que se lhe acontece. De fato, segundo o que Irmão Henrique me contou em uma das minhas idas à Trindade, é a primeira vez que se tem na comunidade, uma mãe com seu bebê. “É uma novidade, uma alegria e um desafio, tudo ao mesmo tempo, porque não sabemos como será essa experiência, mas vamos andando e vendo o que vai acontecendo no dia-a-dia, dando o melhor de nós e do que podemos no cuidado do Henrique Júnior” (Diário de Campo, 15/04/2018).

A vida da comunidade da Trindade é acompanhada por uma abertura ao que lhe acontece no cotidiano. E essa abertura se faz presente nos diferentes momentos, inclusive quando aqueles que, por serem uma presença marcante na comunidade e nela imprimirem um modo característico de ser, não estão presentes:

Vim para a Trindade, hoje, sexta-feira, na metade da manhã. Passarei o final de semana aqui. Neste final de semana haverá encontro da Aliança na casa de Márcia e Cláudio, em Beritinga – um pequeno povoado que fica no interior de Alagoinhas - BA. Conheci Márcia e Cláudio em uma das minhas vindas à Trindade, ambos não vivenciaram a situação de rua. Contaram-me que aqui se conheceram e se casaram e, depois de algum tempo, sentiram o desejo de viver sua vida de casados fora da comunidade, mas, mesmo assim continuam membros da Aliança e aqui vêm quando podem. Após o almoço, uma van foi para Beritinga, com Juce, Vânia, Henrique Júnior, Elisângela, Darlan, Constantino, Lázaro, Rosa, Elias, Norma, padre Joãozinho, Rian, Jaqueline. Irmão Henrique esperou Cosme, Airton e Lia, que trabalham no Levanta-te e Anda, chegarem e, Ricardo que trabalha no cemitério da Baixa de Quintas e juntos para lá também foram, no final da tarde. Ficamos eu, Rafael, Jorge, Valente, Pedro, Ivan, Zazo, o cadeirante Juvenal, Sara, Joaquim, Matias, Antônio, o casal Gabriel e Miriam, Maria, seu esposo Júlio e Abel, o filho adotivo deles, que é deficiente. Antenor, que não é membro da comunidade e mora em uma das casas, dispôs-se a administrar as medicações. Após a janta, cada qual foi se ocupar de algo: teve quem foi ler, fumar, conversar, assistir TV. Aos poucos, cada um de nós foi se recolhendo, seja nas casas, seja na igreja. Eu estava apreensiva, pela primeira vez, dormiria na igreja, sem

ninguém das pessoas que identifico serem a linha de frente da comunidade: Irmão Henrique, padre João, Juce, Vânia, Jaqueline. Além de mim, de mulheres, apenas Léia e Sara, que tem seus quase 80 anos. Dentre os homens, há aqueles que eu vi apenas uma vez. Poderá algo nos acontecer? Será que seremos surpreendidos por alguma visita inesperada? E o dia de amanhã e domingo, como serão? Transcorrerá a vida em sua dinâmica costumeira? Custei dormir. Mas, vencida pelo cansaço, lá pelas tantas da madrugada, adormeci. Acordei no dia seguinte, com a conversa de Juvenal e Léia, que já estavam fora da igreja. Aos poucos, fomos levantando e cada qual fazendo sua higiene pessoal. Depois nos reunimos na oca para o café, que havia sido preparado por Valente. Antes do café, Maria conduziu um pequeno momento de oração. Enquanto tomávamos café, chegou Jocilene, mestranda da UNEB, que ali realiza sua pesquisa de mestrado. Após o café, pelo fato de a comunidade estar com menos pessoas, não se realizaram os costumeiros mutirões de sábado, cada qual buscou uma ocupação: limpar a oca, varrer a igreja, regar o jardim e a horta, rachar lenha, cozinhar. Mais tarde, almoçamos e depois fomos descansar. À tarde, eu e Jocilene, juntamente com Cláudio, Rafael e Jorge, participamos da sala do NA, da qual também participam pessoas de fora da comunidade. O dia transcorreu normalmente. Embora, as pessoas que estão mais na linha de frente da comunidade não estão, quem permaneceu, segue o ritmo normal, assumindo suas atividades e seu cotidiano. À noite, no momento da janta, Pedro pede para falar: ‘Eu gostaria de saber se é verdade que pelo fato de eu ficar trabalhando após o almoço, incomoda quem descansa, porque uma das pessoas daqui veio chamar minha atenção’ Alguns se manifestaram que esse não era o momento para se resolver isso, mas Pedro não se convenceu e continuou insistindo na pergunta. O clima ficou tenso. Alguns queriam jantar, outros achavam que tinha que se resolver a questão. Enfim, decidiram por resolver a questão. Após várias manifestações, Maria pergunta a Pedro: ‘Pedro, como é nosso costume aqui, depois do almoço?’ Um silêncio acalmou os ânimos. Ao que Pedro responde: ‘Costumamos descansar, mas, eu precisava terminar o armário que estava fazendo’ Maria, sem se alterar: ‘E você conseguiu terminar o armário?’ ‘Sim’ ‘Que bom. Amanhã podemos retomar o descanso normalmente?’ Pedro: ‘Sim’. Maria: ‘Então, já passou. Amanhã é outro dia’. Prosseguimos com a janta. Após a janta, cada qual se ocupou do que quis. Aos poucos fomos nos recolhendo. Hoje estou mais tranquila, porque sinto que a vida da comunidade segue, mesmo que as pessoas de linha de frente não estejam (Diário de Campo, 15/06/2018).

Na ausência das pessoas que comumente são a linha de frente da comunidade, Irmão Henrique, Juce, padre João, Vânia, Jaqueline, a vida da comunidade segue sua dinâmica e suas atividades cotidianas. Segue havendo uma abertura de um para com o outro, de cuidado com quem mora consigo e do espaço em que se vive, vivencia-se o respeito e a responsabilidade para com o que é da comunidade. Embora no relato acima não houve a presença de nenhum fato externo à vida comunitária que tenha se colocado na perspectiva do *acontecimento*, durante a janta ele se deu nas relações interpessoais. De

fato, como nos lembra Mahfoud (2017b), as relações interpessoais são acompanhadas por uma imprevisibilidade: é impossível controlar o que emerge na relação com o outro, independentemente do momento em que se esteja com ele. Embora não perguntei como cada qual significou o conflito que se deu, observei que cada qual interagiu e se posicionou e a dinâmica comunitária continuou prosseguindo. Na experiência vivenciada junto à comunidade, na ausência daqueles que se constituem sua linha de frente, pude identificar que o que é próprio da comunidade continuou se mantendo: abertura ao que surge. Mesmo que aqueles que conscientemente operam para estruturar a maneira da comunidade ser, não estavam presentes, a personalidade da comunidade, isto é, a maneira peculiar da comunidade ser, estava presente e continuava viva naqueles que ali estavam, na disponibilidade para o outro, na sensibilidade, no enfrentamento aos problemas. Esse modo de ser da comunidade que vai se estruturando a partir daqueles que conscientemente operam para lhe dar uma fisionomia e que vai se estruturando na convivência, corrobora com o que Stein (2005a) nos descreve sobre a personalidade da comunidade: de ela, embora, assumir os traços das pessoas que conscientemente nela imprimem sua marca, estruturar-se para além delas, continuando presente nas ações dos demais membros, motivando e sustentando suas tomadas de posição.

Sendo a Trindade uma comunidade religiosa de experiência cristã, a dinâmica do acontecimento nela também está relacionada com a presença do Outro que, segundo Giussani (1994, p. 19), apresenta o mesmo caráter do acontecimento como tal: insurge na vida, como algo novo e imprevisível, e “tem a forma de um encontro: um encontro humano na realidade banal de todos os dias”. Mediante este encontro, o Outro se revela significativo à vida da pessoa, se mostra correspondente àquilo que a pessoa é e àquilo que ela aspira. Este Outro, esta presença sagrada, divina, na comunidade por nós investigada é a Trindade, cuja apreensão se dá no contato com o real e motiva as ações da comunidade.

Em uma das noites do Acolhimento, Irmão Henrique perguntou às pessoas de rua que ali estavam presentes quais as respostas normalmente dadas à costumeira pergunta feita na oração matutina de sexta-feira para quem pela primeira vez vem ao acolhimento: *Do que você mais gostou desde que aqui chegou ontem?* As respostas compreenderam: “O carinho, o amor, a convivência, a paz, a tranquilidade no dormir, o acolhimento, a hospitalidade” (Diário de Campo, 23/11/2017). A partir dessas respostas, falou sobre a Trindade:

A hospitalidade é o sinal que acompanha a Trindade manifestada no ícone dos três peregrinos que temos ali (aponta), em nossa frente, na Igreja. Os três peregrinos, mensageiros de Deus, são recebidos por Abraão e Sara⁶⁶. Aqui entre nós, à frente do ícone da Trindade, temos três velas acesas, que assim permanecem a noite toda, enquanto dormimos. Acima do ícone, uma luz que significa que as três pessoas da Trindade, Pai, Filho, Espírito Santo são uma só. Todo o espírito que move nossa comunidade e que vocês manifestaram aqui sentir nas quintas-feiras, vem da Trindade. Não é a comunidade que o possui, somos apenas instrumentos que manifestamos o espírito da doce Trindade. O que acontece durante a noite em que aqui dormimos? A Trindade vela por nosso sono, cuida de nós, nos protege e nos acolhe em seu colo. Isso não vem de nós, mas, sim, da ternura da Trindade (Diário de Campo, 23/11/2017).

O sentido atribuído ao Outro, à Trindade, é algo muito vivo e concreto, relacionado ao ato de dormir, no qual se adverte este Outro como Aquele que vela pelo sono, cuida, protege e em si acolhe. Ao mesmo tempo em que se está imerso numa materialidade, tem-se consciência que há ali uma presença que é mais do que a realidade imediata. A confiança vivenciada na relação com o Outro possibilita a comunidade estruturar a prática do acolhimento na abertura ao acontecimento, permite-lhe arriscar e vivenciar a imprevisibilidade, como o dormir no papelão ao lado de alguém desconhecido, pois nessa experiência se está ancorado no divino advertido como presença viva que ampara. A confiança vivenciada na relação com a Trindade se estrutura na materialidade do dormir concreto e se move na dinâmica do acontecimento: a confiança e a hospitalidade experienciadas não são produzidas por si mesmo, são sinais deste feito pelo Outro (GIUSSANI, 1994), são reflexo da hospitalidade e da ternura da Trindade.

Cumprido destacar ainda que, este Outro também é apreendido na relação com o outro. Para Giussani (1994), o conhecimento do divino passa por feições humanas. É no encontro com o outro que é possível advertir uma correspondência àquilo que se busca, àquilo que se é. Nesse sentido, a convivência comunitária religiosa que se funda na relação com o Outro, que tem Nele a razão de seu ser e existir no mundo, possibilita que ao se vivenciar no relacionamento com o outro, a acolhida, o afeto, o bem-querer, o cuidado, se encontre nessas vivências o correspondente àquilo que se aspira, fazendo-se uma experiência de realização e tendo despertado em si, uma responsabilidade de também cuidar do destino do outro, que é manifestação viva e concreta deste Outro.

⁶⁶ Conforme narrativa bíblica de Gn 18, 1-5.

6.5 A ida às ruas como processo

A ida às ruas como um processo que foi gradativamente se constituindo até desembocar no dormir na rua a primeira vez, foi outro aspecto que emergiu na experiência dos sujeitos. Cada qual a partir de suas vivências, na interação de diferentes fatores, vivenciou esse processo. Na vida de Elias ele esteve intimamente relacionado ao não aceitar as condições que o meio em que vivia, aos 13 anos, lhe ofereciam: a exploração nas relações de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, o apanhar para aprender no contexto escolar, mediante a palmatória e, as reclamações da mãe e dos irmãos que limitavam a liberdade para beber. No caso de Rosa, esse processo esteve associado a uma não aceitação de sua pessoa por parte da mãe, por ter nascido negra e por ter *zuada* na cabeça, ou seja, um transtorno mental. Na vida de Irmão Henrique, a ida às ruas deu-se após empreender um processo de busca para encontrar a resposta à sede que o habitava, despertada pela vivência no âmbito familiar e corroborada pelo fascínio em relação à maneira como Jesus Cristo encontrava as pessoas e pelo apelo à uma vida contemplativa. Embora, as motivações tenham sido diferentes no percurso de vida de cada um deles, é possível identificar um elemento comum: a vivência do vínculo. No caso de Elias e de Rosa, houve um rompimento nos vínculos familiares que perduram até os dias atuais e no caso de Irmão Henrique foi a vivência do vínculo familiar que abriu o desejo de compartilhar tal experiência com quem não a teve, perdurando os vínculos com a família de origem até hoje. De certa forma, encontramos nas histórias de vida de Rosa e Elias, o que Escorel (1999), Melo (2011) e Bezerra, Vieira e Rosa (1994) encontraram ao estudarem os motivos que levam uma pessoa a empreender a ida às ruas: são fatores que atuam em conjunto, como processo, e, que desembocam na ida às ruas. Todavia, a fragilização ou a ruptura de vínculos, coloca-se como pano de fundo nesse processo. No caso de Elias, temos a vivência da palmatória, as explorações das relações de trabalho, as reclamações da mãe e dos irmãos pelo fato dele beber; no caso de Rosa, a rejeição por parte de sua mãe, por ser negra e ter problemas mentais, fê-la ser posta para morar fora de casa. Em ambos os casos, há a presença de um contexto de pobreza, todavia, ele não é determinante no processo de ida às ruas, ele é um dos elementos que influi no processo. Em certa medida, os motivos que levaram Rosa e Elias a empreenderem a ida às ruas, também foram encontrados na trajetória de outras mulheres e adolescentes que empreenderam esse mesmo movimento: a presença de transtornos mentais foi encontrada por Bezerra, Vieira e Rosa (1994), nas

biografias de mulheres em situação de rua da cidade de São Paulo; a recusa em aceitar as perspectivas que circundavam suas vidas, em suas famílias e nos lugares em que viviam, foi encontrada por Alvim (1995), na biografia dos adolescentes assassinados na chacina da Candelária no Rio de Janeiro, a presença de castigos físicos e a busca por autonomia foi encontrada por Escorel (1999), entre as razões que levaram adolescentes a viverem nas ruas no Rio de Janeiro.

6.6 A convivência comunitária como força de família

A convivência comunitária como força de família também foi um aspecto significativo que emergiu nas histórias de vida dos sujeitos. Cada qual, à sua maneira, articula, em sua experiência, a relação família-comunidade. Para Rosa, essa articulação se dá mediante a possibilidade de poder participar da vida da comunidade e construir relações interpessoais de intimidade às quais recorre no período de sua regra, podendo ter um espaço de escuta, alívio e contenção do seu sofrimento; Elias realiza essa articulação mediante a vivência da pertença, que se expressa na administração das finanças da comunidade, na contribuição com a Revista Aurora da Rua, na possibilidade de ter um lugar para cuidar da saúde, guardar remédios, receitas e exames médicos, bem como ainda no acompanhamento da comunidade nos procedimento cirúrgico de amputação do dedo do pé; Irmão Henrique realiza essa articulação pela Aliança, em que há um compromisso de cuidado e bem querer do outro.

A possibilidade de a convivência comunitária ter uma força de família, isto é, realizar a vivência característica do âmbito familiar, reafirma o que propõem Petrini (2003) e Donati (2008) sobre a família ser um espaço cuja vivência de vínculos realiza uma relação na qual a pessoa participa com a totalidade do seu ser, âmbito de acolhida e cuidado da vida humana em suas diferentes etapas e dimensões, ponto de apoio frente às adversidades existenciais. Nesse sentido, os vínculos comunitários vivenciados na Trindade atualizam e/ou realizam aquilo que é próprio da família: acolhida e cuidado para com a vida humana em suas diferentes fases e dimensões. De fato, como pudemos constatar nas biografias dos sujeitos por nós entrevistados, bem como no quadro de membros da Trindade, apresentado na Introdução deste trabalho, a acolhida e o cuidado da vida humana compreendem desde o membro mais novo, Henrique Júnior, de 9 meses de idade, ao membro mais velho, padre Joãozinho, de 89 anos, perpassando as etapas da

juventude e da vida adulta, acompanhando até o momento último da vida, proporcionando aos seus, um sepultamento com dignidade. Compreendem ainda as dimensões da alimentação, moradia, educação, religiosa, cuidado da saúde física, psíquica e mental, lazer, trabalho, acompanhamento para conseguir benefícios da assistência social. Nesse sentido, assim como no âmbito familiar, na interação dos limites e das capacidades de cada pessoa, a formação da pessoa vai se dando na comunidade.

Os vínculos na comunidade da Trindade possibilitam a vivência de relações em que se realiza a constituição da pessoa. Em algumas vivências, esses vínculos geram a configurações familiares, como é o caso da família reconstituída de Maria e Júlio, que vivem a 2ª união, tendo ela 5 filhos, destes, Abel, de 23 anos é adotivo, tem paralisia cerebral e mora com o casal, ambos se conheceram quando, no passado ele morava na comunidade e ela, era acolhida em outra comunidade amiga da comunidade; o caso do casal sem filhos Norma e Lázaro que já viviam juntos nas ruas de Salvador, em contexto de extrema precariedade e expostos à violência, quando passaram a integrar a comunidade, casaram, moram numa casa, obtém a sobrevivência pela venda da revista Aurora da Rua e pelo benefício do BPC e, contam com o suporte da comunidade para o enfrentamento de questões simples do cotidiano, como a efetivação de cálculos matemáticos para o pagamento de contas, já que ambos têm dificuldades significativas no ensino-aprendizagem; o caso do casal Airton e Viviane, que vivem em 2ª união, ambos se conheceram quando ele morava na Trindade do Mar. Em outras vivências, os vínculos na Trindade geram a modalidade de convivência comunitária, como é o caso de Rosa, Elias, Irmão Henrique e muitas das outras pessoas que compõem a comunidade.

A possibilidade de construção de vínculos é significativa para a formação da pessoa. São os vínculos que possibilitam as pessoas fazerem a opção de ser membros da comunidade e ali permanecerem para além da satisfação de suas necessidades básicas. Escorel (1999), Stoffels (1977) e Magni (2006) em seus estudos sobre a população de rua, destacam a importância dos agrupamentos para a sobrevivência nessa geografia, salientando a vivência de vínculos frágeis e efêmeros entre as pessoas em situação de rua. Não é possível estabelecer um comparativo da presente investigação com os achados daquelas pesquisas, porque nosso *locus* não foram as ruas. É possível, porém, reconhecer que, se essas pessoas em suas vivências nas ruas, nos agrupamentos que compõem, vivem vínculos frágeis e efêmeros, elas são capazes de construir vínculos estáveis, que perduram e sustentam um ao outro na convivência.

Nesse contexto, a perspectiva de Pichón Rivière (1986), sobre o vínculo ser uma estrutura que emerge e se constitui na relação com o outro e, que sempre de novo, a cada momento, pode vir a se constituir, ganha toda a sua força. E são os vínculos a razão pela qual as pessoas ficam na Trindade: são eles que conferem um significado a este espaço, o significado de se sentir acolhido, cuidado, ter uma companhia que sustente no caminho, o que por sua vez, também gera o movimento de acolher, cuidar e sustentar o outro no caminho. Embora não se constitua uma família em sua forma, já que os vínculos familiares se fundam sobre o parentesco e a filiação - embora eles se fazem presentes na Trindade - a convivência comunitária se assemelha, se aproxima àquela da família e possibilita a formação da pessoa em suas diferentes dimensões.

Foi possível constatar ainda que, inserir a pessoa acolhida no mercado de trabalho é importante. Pelo fato da comunidade ser composta por muitos homens, o trabalho de carteira assinada melhora a autoestima, reafirma neles a dignidade e contribui para o sustento, seja daqueles que constituem família, seja daqueles que assim, como as outras pessoas, são solteiras. Todavia, há na comunidade pessoas que possuem deficiências físicas e transtornos mentais, não sendo possível uma inserção no mercado de trabalho, em função de suas fragilidades. Nesse caso, entram nos circuitos da Assistência Social e têm benefícios. Nesse sentido, a área da assistência é importante, pois o recurso financeiro dela advindo possibilita que a pessoa possa comprar seus pertences e pagar os gastos que tem consigo própria, o que também contribui para a autoestima, seja do homem, seja da mulher. Neste sentido, aquilo que nos propõe Castel (1997) sobre a inclusão do indivíduo nos âmbitos relações sociofamiliares e trabalho, é relevante, pois a inscrição do indivíduo nestes dois âmbitos, que na vida das pessoas que vivenciaram a situação de rua, mostram-se frágeis e em alguns casos, inexistentes, passam a se fortalecer e/ou existir, revelando-se como importantes na vida da pessoa. Todavia, o que constatei é que em alguns casos, aqueles que conseguem ser incluídos em espaços de trabalho, necessitam continuar com o suporte da comunidade, inclusive para conseguirem continuar se mantendo em suas atividades. Esse suporte compreende a própria convivência, e, em alguns casos, envolvem acompanhamento psicoterapêutico e psiquiátrico, bem como a participação no NA. Nestes casos, não é suficiente apenas inserir no mercado de trabalho, fundamental é oferecer o suporte para que seja possível a pessoa se manter no trabalho. Na contrapartida, conforme pontua Castel (1997), ações desenvolvidas em prol de pessoas que apresentam em seus

percursos existenciais, vulnerabilidades nos vínculos sociofamiliares e ocupacionais, contribui para que saiam da situação em que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após caminharmos e convivermos com as pessoas que compõem a comunidade da Trindade, cada qual com sua originalidade, sua história de vida, sua corporeidade, sua maneira de interagir e contribuir com a dinâmica da comunidade, bem como após ouvir as experiências de Irmão Henrique, Rosa e Elias, retomaremos os objetivos aos quais nos propomos em nossa investigação.

Antes de retomarmos o objetivo geral, retomaremos os objetivos específicos, a fim de resgatar as vivências dos sujeitos no que diz respeito aos vínculos familiares.

No que diz respeito ao objetivo: *Descrever os processos de elaboração dos vínculos familiares nas famílias de origem*, identificamos que é mediante a busca de novas possibilidades que os sujeitos elaboram os vínculos familiares na família de origem. Rosa elabora as vivências de dor e rejeição de sua mãe, advindas do fato de ser negra e ter transtorno mental, motivos pelos quais foi posta para morar fora de casa e exposta a situações de exploração e de violência, rompendo com os vínculos familiares, indo às ruas, mantendo-se nela a busca por vínculos em que fosse possível ser e estar com o outro; Elias elabora as cobranças advindas da mãe e dos irmãos, geradas pelo seu ato de beber, rompendo com os vínculos familiares, indo às ruas, mantendo-se nele a busca por vínculos em que fosse possível experienciar a liberdade; Irmão Henrique elabora a vivência dos vínculos familiares, que lhe possibilitaram ser amado, desejando compartilhá-la com aqueles que não a tiveram, a partir do que inicia a busca de como seria possível fazê-la e

quando encontra a resposta – ser peregrino – abre-se a essa nova possibilidade, passa a viver nas ruas, mantendo até hoje vínculos com a família de origem.

Quanto ao objetivo: *Descrever os processos de elaboração dos vínculos familiares no contexto de vivência nas ruas*, identificamos que é nos relacionamentos com aqueles com quem se convive e se compartilham os momentos do dia e da noite, que se elaboram os vínculos familiares no contexto de vivência nas ruas. Nesses relacionamentos, se realizam e atualizam vivências e denominações características da família: no caso de Rosa, essa elaboração acontece na amizade com Maria Lúcia, em que uma é companhia para a outra; no caso de Elias, tal elaboração se dá no perambular junto, comer junto, dormir junto, maguear junto, atribuindo-se àqueles que estão próximos as imagens características do âmbito familiar: os mais velhos são chamados de pais, os mais novos de filhos, os da mesma idade de irmãos; na experiência de Irmão Henrique, o dormir juntos, esmolar juntos, comer juntos, rezar juntos e o conviver juntos possibilitam a constituição de vínculos de amizade e no cuidado dos menores, constitui-se o ser padrinho.

No que tange ao objetivo: *Descrever os processos de elaboração dos vínculos familiares na comunidade da Trindade*, identificamos que é nos relacionamentos vivenciados com quem se convive, que se elaboram os vínculos familiares na comunidade da Trindade. Na convivência comunitária, se realizam e atualizam características próprias da família: no caso de Rosa, isso se dá na possibilidade de poder participar da vida da comunidade e construir relações interpessoais de intimidade às quais recorre no período de sua regra, podendo ter um espaço de escuta, alívio e contenção do seu sofrimento; no caso de Elias, isso se realiza na vivência da pertença, que se expressa no cuidado das finanças, na contribuição com a revista Aurora da Rua, no cuidado com a saúde, na possibilidade de ter um lugar para guardar exames, remédios, no ser acompanhado em procedimentos cirúrgicos e nas visitas recebidas no hospital, nos quais os vínculos de irmão e irmã, pai e filha são atualizados, e ainda no vínculo de filho e mãe, vivenciado com mulheres que indicam novas possibilidades; no caso de Irmão Henrique, isso se dá na vivência da Aliança, que expressa o compromisso comunitário de conviver e cuidar do outro, onde vínculos se constituem no simples estar juntos, seja nos encontros da Trindade do Mar – no fazer a fogueira à noite, no tomar banho de mar, no dormir em barracas -, seja nas Peregrinações, onde o caminhar 15 dias juntos, gera cumplicidade, intimidade, fraternidade e irmandade, momentos nos quais se partilham vivências próprias da imprevisibilidade do

caminho: dormir na rua, adoecer e ir pro hospital, ser rejeitado num lugar, experienciar um acolhimento extraordinário em outro, parar à beira de um rio e ficar lá o dia todo.

Com base na retomada dos objetivos específicos, é possível identificar alguns elementos estruturais no processo de elaboração dos vínculos que se dão na família de origem, no contexto das ruas, na comunidade da Trindade. Nesses três momentos biográficos há: vivências de relacionamentos, que podem ser significativos ou não, nos quais se vivem aspectos característicos da família, são relacionamentos em que algo acontece à pessoa e ela se dá conta, a pessoa apreende na vivência desses relacionamentos correspondências ou não correspondências àquilo que deseja. Quando há correspondência ao que deseja, a pessoa tem despertado em si, um movimento de permanecer no relacionamento e deseja que ele continue, se envolve pessoalmente, vivencia realização. Quando não encontra no relacionamento uma correspondência ao que deseja, ela não permanece no relacionamento.

Com base nesses elementos estruturais presentes nos processos de elaboração dos vínculos na família de origem, no contexto de vivência nas ruas, na comunidade da Trindade, podemos retomar e responder nosso objetivo geral: *Compreender como se dá o processo de constituição dos vínculos familiares de pessoas adultas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade*: reconhecemos que os vínculos familiares se constituem nos relacionamentos com pessoas significativas, em que há atualização das características próprias da família, a pessoa se dá conta de que algo lhe acontece, apreende nesse relacionamento correspondências àquilo que deseja e permanece no relacionamento, se envolve pessoalmente, vivencia realização.

Os instrumentos da observação participante e da entrevista tipo história de vida, contribuíram para atingirmos os objetivos propostos. A primeira possibilitou-nos uma inserção gradativa na comunidade, o que abriu caminho para diminuir a distância relacional entre nós e a comunidade, oferecendo condições para conhecer sua dinâmica e as pessoas que nela vivem e, estabelecer vínculos. Fomos provocados por aquilo que observamos na convivência: a vivência de aspectos próprios do ser família, o que nos fez mudar o foco que até então, tínhamos estabelecido. Através da convivência, foi possível além de ouvir inúmeras experiências, identificar os sujeitos, em cujo envolvimento ativo na comunidade, expressavam-se aspectos próprios daqueles relacionados ao âmbito familiar. Os vínculos estabelecidos abriram caminho para a realização das entrevistas. A entrevista

tipo história de vida foi significativa, pois possibilitou deixar os sujeitos à vontade para trazerem, a partir deles mesmos, suas vivências, enquanto mantínhamos nossa atenção em sintonia com o recorte que havíamos nos proposto investigar: tomar a experiência como processo de elaboração dos vínculos familiares, proporcionando que interagíssemos com os sujeitos, solicitando que ampliassem algum aspecto relacionado à nossa visada. Foi possível identificar que a entrevista gerou uma reflexão nos próprios sujeitos. O método fenomenológico utilizado para a análise dos relatos foi importante, pois possibilitou-nos colher o dinamismo característico da experiência de cada sujeito, permitindo identificar a estrutura da experiência, através da qual cada sujeito elabora seu contato com o real, se posiciona diante do mundo e contribui, a partir de sua singularidade, com a comunidade e com o mundo.

Acreditamos que uma das contribuições que a presente investigação oferece às intervenções com pessoas em situação de rua, é a força do possível. É possível a pessoa, independentemente do seu tempo de vivência nas ruas, sair delas, ser capaz de um comprometimento com a própria vida, com a do outro e com o mundo – o que de modo geral na sociedade, não se acredita. Outra contribuição do estudo é a força da convivência comunitária que, como suporte, sustenta a pessoa no caminho, o que não a isenta de tensões e conflitos. A convivência comunitária não necessariamente limita a liberdade e a autonomia da pessoa, a partir das histórias de vida dos nossos entrevistados, identificamos que ela se constitui em recurso para a formação da pessoa e para o enfrentamento das adversidades existenciais. No que diz respeito ao cuidado da saúde da população de rua, a investigação oferece a contribuição de que é indispensável um espaço intermediário entre a rua e o hospital/UPA/Unidade de Saúde, já que após consultas médicas e prescrição de tratamento, essas pessoas retornam às ruas, sem as condições mínimas para o cuidado da saúde. Por fim e não menos importante que as demais, é o acolhimento à pessoa, independentemente do seu passado, e sem a finalidade de que tenha que necessariamente haver um resgate dos vínculos com a família de origem: é possível a pessoa construir novos vínculos, sejam eles comunitários, sejam familiares, sejam de amizade, com os quais pode contar para a realização de suas potencialidades e para o enfrentamento às diferentes situações da vida.

Vale destacar que, a reposição dos aspectos históricos sobre as pessoas que hoje chamamos de população em situação de rua ou população de rua, nos revela o quanto esse

grupo, sob os diferentes nomes que recebeu ao longo dos séculos no ocidente, revela-se uma presença constante. Manifesta ainda os desafios que se colocam ao Estado para o enfrentamento das diferentes questões que atravessam a vivência em situação de rua e que requerem ações em diferentes áreas: saúde, educação, trabalho, moradia, etc.

Na sociedade brasileira, marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais e, por uma ineficiência das ações do Estado para a redução da pobreza, as medidas e os esforços da administração pública para atender as necessidades das pessoas que vivem em situação de rua, quando alcança alguns dos seus objetivos, dentre esses oferecer espaços de atendimento a essas pessoas ou benefícios da assistência social – o que não deixa de ser importante em função das inúmeras vulnerabilidades que as acompanha – não alcança e não tem como finalidade oferecer a essas pessoas uma acolhida, um cuidado e um acompanhamento que ultrapassem o nível funcional, que lhes possa abrir uma nova possibilidade, diferente daquela de continuar vivendo ao relento. Não são estabelecidas relações pessoais que possam configurar a inicial reconstituição de vínculos de confiança, indispensáveis para outras possibilidades de existência.

No Brasil, a instituição do Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional da População em situação de Rua, reconhece este grupo que vive em condições de extrema vulnerabilidade como sujeito de direitos, o que é um passo importante, já que historicamente este grupo foi estigmatizado, criminalizado e não raramente lhe foram dirigidas práticas de violência repressiva. Todavia, ainda há muito a ser realizado para que aquilo que está previsto no ordenamento jurídico alcance à vivência nas ruas e altere as condições dramáticas que esse grupo vive.

Com base na imersão em campo que realizei, constatei na comunidade, que grande parte daqueles advindos da vivência em situação de rua, usaram inúmeros tipos de drogas. Testemunhei recaídas, independentemente do tempo de vivência na comunidade: houve quem ali estava poucos meses, houve quem ali já estava há mais de 5 anos. Houve quem aceitou ir para algum centro de recuperação e retornou à comunidade, houve quem não aceitou ir e retornou às ruas. Investigações sobre possíveis interações entre dependência química, fragilidades pessoais, vivência comunitária, podem contribuir para compreender melhor esse processo. Outro aspecto que se abriu na investigação a partir da experiência de Elias e da própria organização do espaço na Trindade, diz respeito ao encontro com a beleza e com a arte que na comunidade se fazem presentes mediante o reaproveitamento de

materiais recicláveis, a partir dos quais se ornamentam o espaço e se criam objetos de arte. Pesquisas relacionadas às interfaces beleza e ressignificação da vida, arte e enfrentamento da dor, podem contribuir para continuar abrindo vias para a formação da pessoa.

Por fim, gostaria de registrar o que aprendi das histórias de vida que ouvi, das ressonâncias que as experiências de Rosa, Elias e Irmão Henrique deixaram em minha pessoa:

De Rosa aprendi que, mesmo quando existem rompimentos, eles não têm a palavra final em nossa vida. É sempre possível construir novos vínculos e, talvez, esses sejam mais sagrados que alguns daqueles que outrora vivemos.

De Elias aprendi o bom humor e, mesmo quando não se consegue verbalizar o sentido radical que experienciamos em algumas vivências, nós sabemos que ele nos marca para sempre.

De Irmão Henrique aprendi o despojamento, a paixão pela vida, o acreditar sem limites que o outro é capaz de dar o seu passo e, a confiança radical na presença do Outro no caminho.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens Camargo Ferreira; VARANDA, Walter. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan – abr, 2004. Disponível em: www.scielo.br Acesso em 05 Mai. 2016.

AGUIAR, Maria Magalhães; IRIART, Jorge Alberto Bernstein. Significados e práticas de saúde e doenças entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 115-124, jan, 2012. Disponível em: www.scielo.br Acesso em 17 Jun. 2016.

ALES BELLO, Ângela. **A fenomenologia do ser humano**: traços de uma filosofia no feminino. São Paulo: Edusc, 2000.

_____. Intersubjetividade e Família. In: CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lúcia Vaz Campos. **Família, Subjetividade, Vínculos**. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. **Pessoa e comunidade**: Comentários: Psicologia e Ciências do Espírito de Edith Stein. Belo Horizonte: Artesã, 2015.

ALVIM, Rosilene. **História de vida e trajetórias sociais de ex-crianças de rua**. Apresentado no XIX Encontro Anual da Anpocs, 1995 (Mimeo).

ARAÚJO, Carlos Henrique. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BERNARDO, Kátia Jane Chaves. **Envelhecer em Salvador**: uma página na história (1850-1900). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei; VIEIRA, Maria Antonieta. **População de rua**: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1994.

BARREIRA, Cristiano. A bela adormecida e outras vinhetas: A empatia, do corpo cotidiano à clínica. In: SAVIAN FILHO, Juvenal. **Empatia. Edmund Husserl e Edith Stein**: Apresentações didáticas. São Paulo: Loyola, 2014.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 13a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Sociedade e Cultura**: Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 1, p. 11-27, jan-jun, Goiás, 2007. Disponível em: www.revistas.ufg.br Acesso em 05 Nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2008.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências**. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 29 out. 2014.

_____. **Código Criminal do Império do Brasil**, 1830. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 11 nov. 2018.

_____. **Código Penal**, 1890. (Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890). Brasília. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 11 set. 2018.

_____. **Constituição Federal de 1934**. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 11 set. 2018.

_____. **Lei de Contravenções Penais de 1941**. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 11 Set. 2018.

_____. **Lei 11.983 de 2009**. Brasília. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 11 Set. 2018.

BORGES, Ângela. O fenômeno e o perfil da População em situação de rua de Salvador. In: SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Relatório da pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador – Ba**. Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2010.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BURSZTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique. **Da utopia à exclusão**: vivendo nas ruas em Brasília, Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

CARDOSO, Maria de Fátima. Introdução. In: SALVADOR, Prefeitura Municipal. **Relatório da Pesquisa sobre População em situação de rua no município de Salvador –BA**. Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2010.

CARDOSO, Maria de Fátima. **Viver nas ruas: um estudo sobre o cotidiano de vitimizações da população em situação de rua no centro de Salvador**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

CARNEIRO – JUNIOR, Nivaldo; NOGUEIRA, Edna Aparecida; LANFERINI, Gisele Magalhães; MARTINELLI, Marilda. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 47-62, Dez, 1998. Disponível em: www.scielo.com.br Acesso em 05 Abr. 2016.

CARVALHO, Maria Carmo Brant. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan/dez, 1997. (Trad. Ida Maria Thereza S. Frank).

_____. **A insegurança social: O que é ser protegido?** (Trad ENDLICH, Lucia Orth). Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

COELHO JUNIOR, Achilles Gonçalves; MAHFOUD, Miguel. A relação pessoa – comunidade na obra de Edith Stein. **Memorandum**, Minas Gerais, n.11, p. 08-27. out/2006, Disponível em: www.fafich.ufmg.br. Acesso em 03 Mar. 2018.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 1, pp. 01-15, dez, 2005. Disponível em: www.revistaseletronicas.pucrs.br. Acesso em Mar. 2016.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: www.ohchr.org. Acesso em 16 Mai. 2017.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, Mônica. **Construção de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2007.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI: Abordagem Relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: Trajetórias de Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1999.

_____. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: In: BURSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ESPINHEIRA, Gey. A Casa e a Rua. **Cadernos do CEAS**. n. 145, p. Bahia, 1993.

Fernandez, Dolores Fernandez. As condições de saúde da População em Situação de Rua da cidade de Salvador. In: SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Relatório da pesquisa**

sobre a população em situação de rua no município de Salvador – Ba. Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2010.

FERNANDES, Flávia Saraiva Leão; RAIZER, Milena Veiga; BRETAS, Ana Cristina Passarela. Pobre, Idoso e na rua: uma trajetória de exclusão. Revista **Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n.spe, 2007. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em 19 Jul. 2016.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. **Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros**. Psicol USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68; 2002 a. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 23 Abr. 2015.

FRAGA FILHO, Walter. Trabalho e Vadiagem na Bahia do século XIX. **Cadernos do CEAS**. n. 154, Bahia, 1994.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIUSSANI, Luigi. **É, se opera**. São Paulo: 30 dias, 1994.

_____. Dal senso religioso a Cristo. In: FORNASIERE, Camillo; LANOSA, Tommaso. **Dove la Domanda si accende**. 34-56. Italy: Ithaca, 2012a.

_____. **Na origem da pretensão cristã**: segundo volume do PerCurso (Trad: OLIVEIRA, Paulo Afonso). São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.

_____. **O Senso Religioso**: primeiro volume do PerCurso (Trad: OLIVEIRA, Paulo Afonso). São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva** (Trad. SIDOU, Beatriz). São Paulo: Centauro, 2008.

IPAC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural. **Monumentos do município do Salvador – BA**. Vol. 01. Secretaria da Indústria e Comércio – Coordenação de fomento ao turismo – Projeto Patrimônio Histórico, Salvador, 1975.

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. 3.ed. Brasília: Edições Câmara, 2016.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MAHFOUD, Miguel. **Senso religioso**: horizonte totalizante para a Psicologia, em fase de elaboração.

_____. Experiência elementar e Psicologia da Religião: interdisciplinaridade para revisão crítica de nossa disciplina. In: FREITAS, Marta Helena; PAIVA, Geraldo José; MORAES, Celia. **Psicologia da Religião no mundo ocidental contemporâneo: desafios da interdisciplinaridade**. Brasília: EdUCB, 2013.

_____. Responsabilidade e Esperança. (Publicação original: La dimensione della responsabilità nella motivazione dell'operatore e nella libertà del soggetto. In: *Atti del 3° Convegno Operatori Psicosociali*. Milano: **Associazione Medicina & Persona**, p. 73-85, 2010. Recuperado em 23 Ago. 2011 em: www.medicinaepersona.org. Acesso em 15 Set 2015.

_____. Centro Pessoal e Núcleo Comunitário, segundo Edith Stein: indicações para estudos sobre Família. In: CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lucia Vaz Campos. **Família, Subjetividade, Vínculos**. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. **Quem sou eu?: um tema para a Psicologia**. Belo Horizonte: Artesã, 2017b.

_____. Formação da pessoa em Edith Stein: dos dados sensíveis à plenitude da personalidade. In: MAHFOUD, Miguel; SAVIAN FILHO, Juvenal. **Diálogos com Edith Stein: Filosofia, Psicologia, Educação**. São Paulo: Paulus, 2017a.

_____. Desejo e Memória como Recurso: elaboração da experiência de adoção por Saroo, o Lion. In: MOREIRA, Lucia Vaz Campos; DIAS, Cristina Maria Souza Brito. **Adoção, Família e Institucionalização: interfaces psicossociais e jurídicas**. Curitiba: CRV, 2018.

MARTINS, Ana Lúcia Lucas. **Livres Acampamentos da Miséria**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

MARTINS, J.G. Experiência e subjectividade em Claude Romano, In: CANTISTA, Maria José (org.). **Desenvolvimento da Fenomenologia na contemporaneidade**. Porto: Campo das letras, 2007.

MELO, Tomás Henrique Azevedo Gomes. **A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

_____. **Política dos Improváveis: Percursos de Engajamento militante no Movimento Nacional População de Rua (MNPR)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média** (Trad. Heloisa Jahn). Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

MOREIRA, Lucia Vaz Campos; OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira. Relações familiares no contexto da adoção. In: MOREIRA, Lucia Vaz Campos. **Relações familiares**, Volume 2. Curitiba: CRV, 2016.

LEAL, Tereza, Cristina Merhy Leal; MOREIRA, Lucia Vaz Campos. A família e seu estudo na perspectiva de professores e formando de um curso de literatura em Pedagogia. In: MOREIRA, Lucia Vaz Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e Parentalidade: Olhares da Psicologia e da História**. Curitiba: Juruá, 2011.

MIRANDA, Nadja Conceição Jesus; PEREIRA, Gilberto Corso. **População de rua em Salvador-BA: reflexões sobre o espaço urbano e o direito à cidade**. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, A diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da análise e da ação, São Paulo, 2015 Disponível em: www.enanpege.ggf.br. Acesso em: 04 Mai. 2016.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **A miséria em espetáculo**, Serviço Social & Sociedade, n.47, p. 79-98, 1995.

PEREIRA, Marcos Villela. **Contribuições para entender a experiência estética**. Revista Lusófona de Educação, LOCAL, v. 18, n. 20, p. 109-123, dez, 2011. Disponível em: www.revistas.ulusofona.pt. Acesso em 25 Out. 2018.

PEREGRINO, Irmão Henrique. **A comunidade da Trindade**, em fase de elaboração.

PETRINI, João Carlos. **Pós- Modernidade e Família: um itinerário de compreensão**. São Paulo: EDUSC, 2003.

_____. Mudanças Sociais e Mudanças Familiares. In: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Família, Sociedade e Subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POLANY, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORRECA, PORRECA, Wladimir. A Família como lugar privilegiado para a socialização dos filhos: a contribuição paterna. In: MOREIRA, Lucia Vaz Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Família e Parentalidade: Olhares da Psicologia e da História**. Curitiba: Juruá, 2011.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; AZEVEDO, Tâmara. Participação dos avós no cuidado cotidiano dos netos pequenos. IN: CASTRO, Mary Garcia; CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lucia Vaz Campos (org.). **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RABINOVICH, Elaine Pedreira; TACHNER, Suzana Pasternak. Modos de morar na rua. Cadernos de Pesquisa do LAP (Laboratório de Estudos sobre Urbanização e Preservação). Revista de **Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação**, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade de São Paulo. São Paulo, Jul-Ago, pp. 6-51, 1998.

SÁ, Sumaia Midlej Pimentel; RABINOVICH, Elaine Pedreira. Relações fraternas na família. In: MOREIRA, L.V.C. **Relações familiares**, Volume 2. Curitiba: CRV, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo da moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIAN FILHO, Juvenal. **A empatia segundo Edith Stein: Pode-se empatizar a vivência de alguém que está dormindo?** In: SAVIAN FILHO, Juvenal. **Empatia. Edmund Husserl e Edith Stein: Apresentações didáticas**. São Paulo: Loyola, 2014.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4 (1/2), pp. 285-298, 1993.

ROSA, Anderson Silva; CAVICCHIOLI, Maria Gabriela Secco; BRETAS, Ana Cristina Passarela. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 13, n. 4, p. 576-582, Ago, 2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 17 Mar. 2016.

SILVA, Aline Pacheco; REIS-BARROS, Carolyne; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Barros. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em Psicologia**, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 25-35. Disponível em: www.fafich.ufmg.br. Acesso em 20. Out. 2016.

SOUZA, Elizeu Clementino. (Auto) biografia, histórias de vida e práticas de formação. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSHI, Tânia Maria (orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <<http://books.scielo.org> > Acesso em 10. Mar. 2017.

STEIN, Edith. **Individuo y Comunidad**. Obras Completas, II. Escritos Filosóficos: Etapa Fenomenológica. Burgos: Monte Carmelo, 2005.

STEIN, Edith. **Sobre el Problema de la Empatía**. Obras Completas, II. Escritos Filosóficos: Etapa Fenomenológica. Burgos: Monte Carmelo, 2005.

STEIN, Edith. **Sobre el concepto de Formación**. Obras Completas, IV. Escritos antropológicos y pedagógicos. Burgos: Monte Carmelo, 2003.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TARAGANO, Fernando. Introdução. In: PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

VAN DER LEEUW, Gerardus. **Fenomenologia de la Religión**. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964. (Publicação original de 1933).

_____. La religion dans essence et ses manifestations (Trad. HOLANDA, Adriano). **Revista da Abordagem Gestáltica – XV (2): 179-183**, ju-dez, 2009.

VIEIRA, Maria Antonieta. Pesquisas sobre o perfil da população de rua. In: ROSA, Cleisa Moreno Maffei (org). **População de rua Brasil e Canadá**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ZALUAR, Alba. Quando a rua não tem casa. In: Essas pessoas a quem chamamos população de rua. **Cadernos do CEAS**. N. 151, Bahia, 1994.

_____. Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua. In: ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua Brasil e Canadá**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

Sites visitados

Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=15097.

<https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>.

www.igrejatrindade.blogspot.com

www.correio24horas.com.br.

APÊNDICE - Quadro Membros da comunidade da Trindade (outubro/2018)

27.Maria**	51	F	Branca	2ª união c/filho	Fund Inc	Campo Formoso/BA	12 anos	4 anos	-
27.Abel	68	M	Branca	2ª união s/filho	Fund Inc	Salvador/BA	15 anos (andarilho)	10 anos	Porteiro
27.Julio***	23	M	Parda	Solteiro	-	Santo Amaro/BA	-	4 anos	BPC
28.Elisangela	36	F	Preta	Solteira	Med. Com	Castro Alves/BA	2 noites	1 ano	BPC
28. Henrique Jr****	9 meses	M	Parda	Solteiro	-	Salvador/BA	2 noites	1 ano	-
29. Cosme	54	M	Preta	2ª união	Fund Inc	Nazaré das Farinhas/BA	4 meses	4 anos	Educador Social
29.Juraci	65	F	Parda	2ª união	Fund Inc	Salvador/BA	5 anos	10 anos	-
30.Lázaro	44	M	Preta	casado s/ filhos	Med. Inc	Salvador/BA	11 anos	7 anos	Vendedor Aurora Rua
30.Norma	49	F	Parda	casada s/ filhos	Fund Inc	Salvador/BA	28 anos	7 anos	-
31. Gabriel	43	M	Parda	Casado s/ filhos	Sup. Com	Alagoas	-	18 anos	Professor
31.Miriam	42	F	Parda	Casada s/ filhos	Sup. Com	Alagoas	-	5 anos	Professora
32.Airton	56	M	Preta	2ª união	Fund Inc	Rio de Janeiro/RJ	1 ano	7 anos	Educador Social
32. Viviane	63	F	Parda	2ª união	Não estudou	Irará/BA	-	2 anos	-
33.Marcia*****	44	F	Preta	Casada s/ filhos	Sup. Com	Beritinga/BA	-	12 anos	Artista Plástica
33.Claudio	55	M	Branca	Casado s/filhos	Sup. Com	São Paulo/SP	-	08 anos	Engenheiro Ambiental

Nome	Idade	Sexo	Cor	Est. Civil	Escolaridade	Procedência	Tempo de rua	Tempo na Trindade	Trabalho e/ou Benefício
1.Jorge	33	M	Parda	Solteiro	Med. Inc	Ceará/CE	9 anos	6 meses	BazaRua
2.Marcos	36	M	Parda	Solteiro	Fund Inc	Alagoinhas/BA	11 anos	4 meses	Bolsa Família
3.Jean	45	M	Branca	Separado	Med. Inc	Teolândia/BA	10 Noites (descontínuo)	4 meses	Bolsa Família
4.Darlan	56	M	Parda	Separado	Fund Inc	Salvador/BA	-	2 anos e 5 meses	-
5.Rian	30	M	Parda	Solteiro	Fund Inc	Ceará/CE	20 anos	3 anos	Bolsa Família
6.Juvenal	43	M	Parda	Solteiro	Fund Inc	Salvador/BA	2 anos	3 anos	Artesão
7.Rafael	39	M	Parda	Solteiro	Med. Com	Salvador/BA	2 meses	6 meses	-
8.Valente	32	M	Parda	Solteiro	Med. Com	Salvador/BA	3 Noites (descontínuo)	6 meses	BazaRua
9.Matias	44	M	Preta	Solteiro	Fund Inc	Brumado/BA	16 anos	4 anos	Vendedor Aurora Rua
10.Joaquim	69	M	Parda	Solteiro	Fund Inc	Alagoas/AL	8 meses	4 anos	Aposentadoria
11.Constantino	77	M	Parda	Solteiro	nao estudou	Ipirá/BA	15 anos	18 anos	Aposentadoria
12.Ricardo	37	M	Preta	Solteiro	Med. Com	Salvador/BA	1 e ½ anos	5 anos	Pedreiro
13. Prestes	56	M	Parda	Solteiro	Fund Inc	Diamantina/BA	10 anos	5 anos	BazaRua
14. Ivan*	-	M	Preta	Solteiro	Lê e escreve	-	Desconhecido	1 anos, 8 meses	-
15. Rosa	44	F	Preta	Solteira	Fund Inc	Dias D'Ávila/BA	6 meses	17 anos	BPC
16.Elias	68	M	Parda	Solteiro	Fund Inc	Salvador/BA	43 anos	12 anos	BPC
17.Sara	75	F	Parda	Solteira	Fund Com	Lençóis/ BA	20 a 30 anos (descontínuo)	13 anos	Aposentadoria
18. Zazá	59	F	Parda	Viúva	Fund Inc	Catu/BA	1 ano	8 meses	Aposentadoria
19.Irmão Henrique	54	M	Branca	Solteiro	Sup Com	França	11 anos	18 anos	Artesão
20.Padre Joao	59	M	Branca	Solteiro	Sup Com	Bélgica	-	9 anos	Padeiro
21.Irmã Juce	52	F	Parda	Solteira	Sup Com	Euclides da Cunha/BA	-	12 anos	Artesã
22.Vânia	39	F	Parda	Solteira	Med. Com	Santo Amaro da Purificação/BA	-	12 anos	Artesã
23.Irmã Jaqueline	69	F	Branca	Solteira	Sup. Com	França	-	7 anos	Aposentadoria
24.Didi	42	M	Parda	Solteiro	Fund Inc	Jacobina/BA	2 anos	1 e ½ anos	-
25.Laércio	52	M	Preta	Solteiro	Med. Inc	Caitité/BA	8 meses	6 anos	-
26.Padre Joaozinho	89	M	Branca	Solteiro	Sup Comp	Itália	1 e ½ anos	9 anos	Aposentadoria

* Identidade real desconhecida, papiloscopia dos dedos negativa no Instituto Pedro Melo. Não declara nascimento, nem procedência, foi atropelado na rua, levado ao HGE pelo SAMU, encaminhado à Trindade. Sem benefício por falta de documentação.

**Identificamos as pessoas casadas e/ou em 2ª união (família reconstituída), com ou sem filhos, com números iguais.

*** Filho adotivo de Maria e que tem paralisia cerebral.

**** Filho biológico de Elisângela.

***** Casal membro da comunidade que atualmente mora em Beritinga/BA.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado/a como voluntário a participar da pesquisa *Sentidos atribuídos às relações familiares na trajetória de vida de pessoas que vivenciaram a situação de rua, membros da comunidade da Trindade*. O objetivo da pesquisa é identificar as formas como as relações familiares foram vivenciadas em três momentos existenciais: na situação anterior à rua, na situação de rua, na comunidade da Trindade. Trata-se de uma pesquisa que é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, sob orientação do Prof. Giancarlo Petrini e aplicada pela doutoranda Franciele Engemann. Sua participação nesta pesquisa consiste em responder algumas perguntas feitas em entrevista, cuja estimativa de tempo prevista é de sessenta minutos. O benefício de sua participação está no fato de contribuir na identificação das formas mediante as quais relações familiares são vivenciadas na trajetória de vida de pessoas que empreenderam o movimento de ida às ruas e hoje são membros de uma comunidade. Pelo fato da entrevista contemplar perguntas referentes à história de vida, há

o risco da mobilização de conteúdos emocionais dolorosos. Caso isso ocorra, e se necessário, haverá o suporte psicoterapêutico da pesquisadora. Ao concordar em participar da entrevista, sua fala será gravada e posteriormente, transcrita. Caso sintasse constrangido(a) em responder alguma pergunta, tem o direito de não respondê-la. Os dados obtidos serão guardados e mantidos em sigilo. A pesquisa poderá ser usada comparativamente a outras que podem ser desenvolvidas na área. As gravações em áudio ficarão em mãos dos pesquisadores por pelo menos cinco anos. Após este período, os mesmos decidirão continuar mantendo-os em mãos ou destruí-los. O(A) senhor(a) tem direito de aceitar participar ou não, e tendo aceito participar, poderá desistir em qualquer momento. Os resultados obtidos serão divulgados em espaços científicos, todavia, não será revelada a identidade do(a) participante. Tanto o trabalho da pesquisadora como do(a) participante não receberão nenhuma remuneração. Este termo consta de duas vias idênticas que serão assinadas pelo(a) participante e pela aluna, sendo que cada um(a) ficará de posse de uma via. O termo possui dados da aluna que está disponível para tirar dúvidas a qualquer momento.

Eu, _____, declaro ter compreendido os objetivos, riscos, benefícios desta pesquisa e concordo em participar. Eu fui devidamente esclarecido(a) quanto ao procedimento ao qual serei submetido e estou ciente que minha participação é voluntária, que tenho direito de recusar responder perguntas e de me desligar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Salvador, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante: _____.

Assinatura da Pesquisadora: _____

Contatos: psifran@yahoo.com.br, (71) 9271-1070

